

IMAGENS DA REVOLUÇÃO

Documentos políticos das organizações
clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971



organizado por

Daniel Aarão Reis F^o
Jair Ferreira de Sá


EDITORA
MARCO ZERO

IMAGENS DA REVOLUÇÃO

Coleção Socialismo Hoje

Livros já publicados:

A oposição no "Socialismo Real" de Fernando Claudín
Lenin, os camponeses, Taylor de Robert Linhart
Crise do Socialismo de Hércules Corrêa
União Soviética: há socialismo nisto? de Vladimir Palmeira

Editores: Maria José Silveira, Felipe Lindoso, Márcio Souza

Revisor responsável: Wendell Sussuarana

Capa de Alípio Freire com foto de Luís França e arte-final de Marisa Corazza. A foto é do portal que sobrou após a demolição do antigo Presídio Tiradentes (São Paulo), onde estiveram presos militantes de todas as correntes políticas que fizeram oposição ao regime militar instaurado em 1964. O tombamento do arco e sua transformação em monumento em homenagem a todos os que, no Brasil, lutaram contra a opressão e a exploração, é uma reivindicação das entidades promotoras do Prêmio Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Agradecemos à Pipsi Munk pela criação do gráfico das organizações de esquerda da página 6.

Copyright 1985 de Daniel Aarão Reis Filho. Editora Marco Zero, Travessa da Paz, 15, Rio de Janeiro, CEP 20250, telefone 273-2337. Este livro foi composto pela Linolivre Composições Gráficas e impresso pela Editora Vozes para a Editora Marco Zero em setembro de 1985.

Primeira edição publicada em setembro de 1985.

IMAGENS DA REVOLUÇÃO

Documentos políticos das organizações clandestinas
de esquerda dos anos 1961 a 1971

Organizado por
Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá

Marco Zero
1985

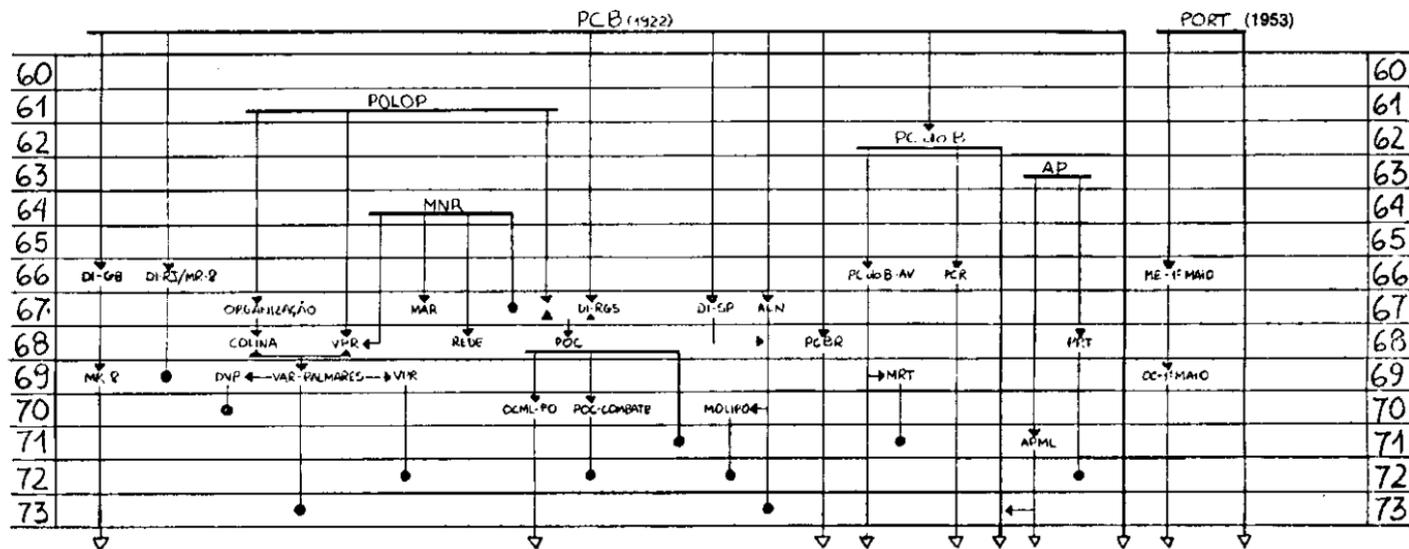
para
TARECO, GIL e SAMUCA
irmãos e amigos
na angústia e na esperança

Para ÂNGELA e MIGUEL
que viveram com Jair
o sonho de melhores dias

SUMÁRIO

Mapa — gráfico de evolução da Nova Esquerda	6
Introdução	7
PC do B — Manifesto Programa	23
AP — Documento-base	36
PCR — Carta de 12 Pontos	48
PC do B — União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista	54
ORM-POLOP — Programa Socialista para o Brasil	89
PC do B — AV — Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”	117
COLINA — Concepção da luta revolucionária	134
PCBR — Linha Política	160
POC — Por uma prática partidária	180
PRT — Projeto de Programa	186
ALN — O papel da ação revolucionária na organização	206
VPR — A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução	222
Var-Palmares — Programa	248
PC do B — AV — Os 16 Pontos	277
OCML-PO — Declaração política	287
AP-ML — Programa básico	293
OC 1.º de Maio — Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado	306
MR-8 — Linha política e orientação para a prática	340
Fichas históricas — MNR	357
DI-RJ	358
MAR	358
REDE	359
MRT	359
DVP	360
Fração Bolchevique	360
MOLIPO	361
Lista de desaparecidos	362
Documentos políticos por ordem cronológica	368

A NOVA ESQUERDA - 1961/1971



○ - EXTINÇÃO

↓ - CONTINUA EXISTINDO DEPOIS DE 1973

INTRODUÇÃO

I

O presente volume tem como objetivo promover uma introdução ao pensamento político da Nova Esquerda, entre 1961 e 1971.

Com a expressão “Nova Esquerda” pretendemos abranger as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro — PCB — e que se propunham a dirigir as lutas sociais e políticas do povo brasileiro, encaminhando-as no sentido da liquidação da exploração social, da dominação do capital internacional e da construção de uma sociedade socialista. A expressão “nova” quer significar, neste contexto, “diferente”, e não deveria sugerir a impressão de que temos a intenção de caracterizar as forças políticas até então existentes como “velhas”, na acepção pejorativa do termo, ou seja, ultrapassadas.

Estão reunidos neste volume textos básicos para a compreensão do pensamento político da Nova Esquerda. As organizações ou partidos estão representados pelas respectivas linhas políticas ou por documentos considerados relevantes. As de mais longa trajetória e/ou que tenham passado por significativas mudanças no período em questão aparecem com dois textos — Ação Popular (AP), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Ala Vermelha (PC do B-AV).

Todas as organizações ou partidos aparecem com, pelo menos, um texto, transcrito na íntegra do original. A única exceção — quanto à transcrição na íntegra — é constituída pela Vanguarda

Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES), de cujo texto, por razões de espaço, foram excluídas as apreciações sobre a formação histórica do país e sobre a luta de classes em escala internacional. Restaria ainda esclarecer que, no caso das organizações e partidos que aparecem com dois textos, o segundo é apresentado em forma de extratos.

Relacionamos a seguir as organizações e partidos que integram o livro, data de fundação, títulos dos documentos políticos transcritos e indicação das datas de sua publicação.

Nome da Organização/ Partido	Fun- dação	Documento político	Data
1. Organização Revolu- cionária Marxista-Po- lítica Operária — ORM-POLOP	1961	Programa Socialista para o Brasil	1967
2. Partido Comunista do Brasil — PC do B	1962	Manifesto Programa União dos Brasileiros pa- ra livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista	1962 1966
3. Ação Popular — AP (que assumiria o no- me de AP Marxista- Leninista desde 1971 — AP-ML)	1963	Documento-base Programa básico	1963 1971
4. Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil — PC do B-AV	1966	Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da dita- dura e da ameaça neo- colonialista Os 16 Pontos	1967 1969

Nome da Organização/ Partido	Fun- dação	Documento político	Data
5. Dissidência Comunista da Guanabara — DI-GB (desde 1969, assumirá o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro — MR-8)	1966	Síntese da Linha Política e de Orientação para a Prática	1969 1971
6. Partido Comunista Revolucionário — PCR	1966	Carta de 12 Pontos aos comunistas revolucionários	1966
7. Movimento Estudantil 1º de Maio (que assumirá depois o nome de Organização Comunista 1º de Maio)	1966	Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado	1971
8. Organização (que assumiria, em 1968, o nome de Comandos de Libertação Nacional — COLINA)	1967	Concepção da luta revolucionária	1968
9. Ação Libertadora Nacional — ALN	1967	O papel da ação revolucionária na organização	1969
10. Vanguarda Popular Revolucionária — VPR	1968	A Vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução	1969
11. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR	1968	Linha Política	1968
12. Partido Operário Comunista — POC	1968	Por uma prática partidária	1968

Nome da Organização/ Partido	Fun- dação,	Documento político	Data
13. Partido Revolucionário dos Trabalhadores — PRT	1969	Projeto de Programa	1969
14. Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares — VAR-PALMARES	1969	Programa	1969
15. Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária — OCML-PO	1970	Declaração Política	1970

Nosso primeiro movimento foi ordenar a apresentação dos textos segundo o critério da origem política. Por exemplo: ORM-Polop, PC do B, AP e respectivas dissidências e, finalmente, as dissidências do PCB. Esta orientação, porém, ignoraria o cruzamento de influências que é um dado essencial para a compreensão da evolução dos partidos e organizações da Nova Esquerda. Também não seria defensável apresentar os textos pela ordem de fundação das organizações e partidos, na medida em que, às vezes, os documentos mais relevantes aparecem muito depois do seu surgimento. Preferimos, assim, o critério cronológico: os documentos são apresentados segundo a data de sua publicação. Poderemos constatar desta forma as eventuais influências recíprocas entre as várias correntes políticas.

Os documentos estão precedidos por fichas históricas onde procuramos caracterizar, para cada organização, e sempre que possível, a data de fundação, principais acontecimentos de sua trajetória, congressos políticos ou reuniões relevantes, textos políticos fundamentais, publicações regulares, como jornais e revistas, implantação geográfica e social, dissidências e cisões, golpes da repressão e, quando for o caso, momento do desaparecimento. Embora desiguais, as fichas permitem a inserção dos textos num quadro político mais amplo, o que facilita sua compreensão. Não nos pareceu recomendável retardar a publicação deste trabalho para que fosse possível aperfeiçoar as fichas. Acreditamos que, se for o caso, isto poderá ser

feito na medida em que o interesse despertado pelo manuseio destes documentos possa contribuir com melhores depoimentos. Mas não foi nem será nossa intenção estender tais fichas em demasia, ou dar-lhes um tratamento polêmico, já que o próprio caráter do volume — antologia de textos — recomenda que o foco de atenção repouse nestes últimos.

Infelizmente não conseguimos documentos de todas as organizações/partidos que surgiram e tiveram atuação marcante entre 1961 e 1971. Destacariamos as seguintes ausências:

Nome da Organização	Data da fundação
1. Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR	1964
2. Dissidência do Estado do Rio de Janeiro — DI-RJ (que se tornará conhecida como MR-8 em 1969 e cujo nome será retomado pela DI-GB após seu desmantelamento pela polícia política)	1966
3. Movimento de Ação Revolucionária — MAR	1967
4. Resistência Democrática — REDE	1968
5. Movimento Revolucionário Tiradentes — MRT	1969
6. Dissidência da VAR-PALMARES — DVP	1969
7. Fração Bolchevique	1970
8. Movimento de Libertação Popular — MOLIPO	1970

Esperamos, também neste caso, que a publicação deste volume possa eventualmente fazer descobrir documentos destas organizações políticas, para que possam figurar em novas edições ou próximos trabalhos.

Uma outra lacuna, esta por questões de espaço, deveria ser registrada: a ausência de documentos do PCB. Quase todas as organizações ou partidos aqui relacionados surgiram ou se formaram fazendo oposição ou tentando afirmar-se como alternativa ao PCB. O ideal, portanto, seria a inclusão de pelo menos dois textos seus: as linhas políticas dos V e VI Congressos, realizados em 1960 e 1967, respectivamente. Não se trata, porém, de uma lacuna insanável,

*Resumo
de Lutas*

pois os interessados poderão consultá-las em diversas fontes disponíveis. Mencionaríamos a antologia de E. Carone sobre o PCB, vols. 2 e 3, Editora Difel, São Paulo, 1982 e o volume *PCB: 20 anos de lutas*, publicado pela Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1980, com documentos de 1958 a 1979.

Por que a escolha do período 1961-1971? O ano de 1961 é o marco inicial da Nova Esquerda: em fevereiro daquele ano, reunia-se, nos dias de carnaval, em Jundiaí, interior de São Paulo, o 1º Congresso da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP). Era o primeiro elo de uma longa corrente que, desde então, não mais cessaria, quebrando o monopólio de representação política a que pretendia o PCB desde 1922. Já o ano de 1971 não assinala apenas dez anos de lutas, mas igualmente o início do fim de um primeiro ciclo da Nova Esquerda, marcado, se assim podemos sintetizá-lo, por concepções que supervalorizavam a capacidade de ação das vanguardas no quadro de um suposto impasse irreversível ao nível da dominação de classe. Pensava-se o Brasil como um barril de pólvora, uma chama "atearia fogo na pradaria". É certo que a guerrilha do Araguaia, em 1972, dirigida pelo PC do B, sugeriria, ao menos para seus adeptos, que a chama da "moral ofensiva", tão característica da Nova Esquerda, mantinha-se viva. Pura ilusão. A destruição de mais esta tentativa fortaleceria a tendência esboçada, já em 1970, pelos primeiros documentos autocríticos, que, depois de uma fase de transição prolongada até 1973, se afirmariam reconhecendo novas realidades, propondo novos caminhos, inaugurando nova fase, caracterizada pela busca de formas legais de luta e pela admissão da situação de defensiva em que se encontravam o movimento popular e as organizações e partidos de esquerda no Brasil. A distensão "lenta, segura e gradual", a partir de 1974, e as eleições deste mesmo ano consolidariam uma nova conjuntura e um novo ciclo no interior da Nova Esquerda.

Os documentos aqui relacionados portanto são retratos daquele primeiro ciclo. Retratos das avaliações, expectativas, esperanças e perspectivas da Nova Esquerda. Imagens da luta e da revolução.

II

Num primeiro momento, o que mais chama a atenção no processo de desenvolvimento da Nova Esquerda é a multiplicidade de organizações e partidos.

Originam-se de cinco troncos principais.

O primeiro é formado pela ORM-POLOP e pelas organizações que se formaram sob sua inspiração ou derivadas de suas cisões e dissidências: os Comandos de Libertação Nacional (COLINA); a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que integraria também elementos provenientes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), inspirado pela corrente política liderada pelo então Deputado Leonel Brizola; o Partido Operário Comunista (POC), resultante da fusão da ORM-POLOP com a Dissidência Comunista do Rio Grande do Sul, originária do PCB. Do POC, abalado por golpes da repressão e por dissensões internas, surgiria a Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), da qual se destacaria pouco depois a Fração Bolchevique, e a tendência Combate do POC, formada no exterior e que não conseguiria êxito em suas tentativas de implantação no Brasil.

Da Ação Popular — AP — surgiria o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). A AP perderia muitos militantes no processo de sua conversão em organização marxista-leninista, o que se consumaria com a fundação da Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML). Um pouco mais tarde, a maioria de seus quadros se integraria no Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O PC do B seria formado a partir da luta política no interior do PCB, constituindo um tronco próprio, do qual seriam provenientes a Ala Vermelha do PC do B (PC do B-AV), e o Partido Comunista Revolucionário — PCR. Da primeira originar-se-ia o Movimento Revolucionário Tiradentes — MRT.

As divergências no interior do PCB, posteriores a 1964, provocariam o surgimento de um novo tronco, subdividido ainda no processo de luta interna em duas seções: as Dissidências e a Corrente. As Dissidências gerariam várias organizações regionais. Registramos as mais significativas: a do Rio Grande do Sul se integraria à ORM-POLOP para formar o POC; a de São Paulo ingressaria na Ação Libertadora Nacional (ALN); a da Guanabara formaria a Dissidência Comunista da Guanabara — DI-GB, que, mais tarde, assumiria o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8); a do Rio de Janeiro formaria o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, liquidado pela repressão em 1969 e que teria seu nome retomado pela DI-GB. A Corrente daria origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR e à Ação Libertadora Nacional (ALN), da qual surgiria o Movimento de Libertação Popular — MOLIPO.

Registramos ainda mais um tronco, representado pela corrente que reivindicaria o legado teórico do Trotskismo, e cuja expressão

organizada é o Movimento Estudantil 1º de Maio, mais tarde convertido em Organização Comunista 1º de Maio.

Restaria mencionar as experiências do Movimento de Ação Revolucionária (MAR), formado por militantes provenientes do PCB e do MNR e da Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares — VAR-PALMARES — resultante da fusão de organizações, grupos e militantes provenientes da ORM-POLOP, MNR, AP e PCB.

A que atribuir este quadro de tão múltiplas fraturas e que se torna tanto mais paradoxal quanto se sabe que, do outro lado, o poder de estado em geral e a polícia política em particular passavam por um processo de centralização e unificação cada vez mais acentuado?

O paradoxo — aparente — fornece uma primeira pista. Na verdade, a centralização do Estado corresponde ao processo de estabelecimento da nítida hegemonia do capital internacional e associado no bloco de poder dominante. O golpe contra-revolucionário de 1964 se transformaria em dezembro de 1968 em aberta ofensiva das classes dominantes. A contrapartida do lado do movimento popular é a desmoralização, a desorganização, a dispersão. Como se surpreender, neste quadro, que as forças que pretenderam dar expressão política às classes dominadas e exploradas tenham vivido uma fase de extrema fragmentação?

Mas as determinações sociais não esgotam, longe disso, a questão da caracterização dos fundamentos das múltiplas divisões no interior da Nova Esquerda.

Os fatores decisivos localizam-se no âmbito do político, no terreno das formulações e lutas políticas. Destacaríamos, entre outros, os seguintes aspectos centrais:

Em primeiro lugar, o impacto da derrota de abril de 1964. Organizações, partidos, dirigentes e linhas políticas prevaletentes até então emergiram desta experiência profundamente abalados e, em consequência, com reduzidíssima capacidade de coesão. Seguiu-se em expressivos setores da Nova Esquerda um processo de desencanto com a discussão e a organização política. Passou-se a privilegiar a então chamada "prática", entendida como atos e ações que produzissem efeitos imediatos na luta contra o poder recém-estabelecido. O reino do empirismo favoreceria a emergência de grupos e organizações auto-suficientes em âmbito regional ou mesmo municipal. Argumentavam que a prática ensinaria o caminho da reaglutinação das esquerdas. Não havia mais tempo a perder com discussões que a nada levavam.

Em segundo lugar, o impacto das experiências internacionais de luta armada. A influência da revolução cubana já se vinha manifestando desde antes de 1964. Guevara e Debray propunham uma nova alternativa no caminho da formação partidária: a luta armada, desencadeada a partir do foco guerrilheiro. Os *slogans* cubanos martelavam a cabeça dos militantes da Nova Esquerda: "O dever do revolucionário é fazer a revolução", "Para fazer a revolução não se precisa pedir licença a ninguém". Partidos eram associados a reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas, documentos ilegíveis, em resumo, à ineficácia revolucionária. A experiência da guerra revolucionária chinesa, resumida nos escritos militares de Mao Zedong, também inspiraria a contestação às direções tradicionais da esquerda: a luta armada no campo; o cerco das cidades pelo campo; a importância do fator militar e do exército revolucionário como organização; a política independente em relação à burguesia; a noção de guerra prolongada a partir do poder local; todas estas proposições apresentavam-se como alternativa aos laboriosos pactos políticos anteriores a 1964 e aos processos de lutas populares e manifestações pacíficas de pressão política aos poderes constituídos, dentro da lei e da ordem. As mensagens da revolução cubana e da revolução chinesa caíam como uma luva nas mãos impacientes por apertar gatilhos da Nova Esquerda.

Não se poderia esquecer, por outro lado, um dado capital: o choque de gerações no interior da Nova Esquerda. A derrota de 1964 não destruiu apenas esquemas, sonhos e partidos. Cortou carreiras políticas, interrompeu projetos de vida. A grande massa dos que militavam antes de 1964 quedou-se perplexa, desorientada, demoralizada e simplesmente retirou-se, pegou o boné, desistiu, ao menos temporariamente. Os que haviam começado em 1963, 1964, viram-se, subitamente, com responsabilidades de direção. Nas organizações e partidos da Nova Esquerda a média de idade beirava freqüentemente os 20, 22 anos. Os que tinham 25 anos eram considerados veteranos. Se associarmos estes dados à atitude de negação das experiências passadas, provocada pelo horror à derrota de 1964, teremos um quadro de rejeição violenta das tradições, ou seja, a eliminação de um dos principais fatores de coesão em qualquer estrutura política organizada.

Deveríamos ainda mencionar aspectos ligados à conjuntura política posterior a 1964 e que influenciariam a dinâmica da Nova Esquerda: a clandestinidade que dificultava os contatos políticos e as reuniões, o cerco implacável da polícia política que desencorajava ou abreviava as discussões e a realização de congressos, o ritmo

desigual das lutas internas, a constituição, em cada organização ou partido, de microcentros de poder desinteressados em processos de reunificação que poderiam pôr em risco suas posições. Tudo isso levava água para o moinho da fragmentação orgânica da Nova Esquerda.

O surpreendente, neste contexto, não é portanto a fragmentação, mas constatar que houve tentativas sérias de agrupação de forças distintas. Muitas ficaram apenas esboçadas. Outras foram cortadas pela ação repressiva. Algumas tiveram êxito, como o POC e a VAR-PALMARES. Mas seria um êxito fugaz porque contrariava fatores objetivos e tendências políticas dominantes. Neste sentido, a fragmentação deveria ser tomada como uma determinante praticamente inescapável no primeiro ciclo do processo de formação e desenvolvimento da Nova Esquerda. A idéia de que a não formação de um só e único partido alternativo ao PCB constituiria um fracasso evidente, devido à "indigência" da Nova Esquerda, é uma idéia evitada de nostalgia, pouco realista.

Na verdade, a fragmentação orgânica acabou impondo um resultado positivo: a derrubada do mito do monolitismo da representação política das classes populares, ou seja, a derrota do mito do partido único, conceito que prepara e justifica a ditadura política contra o povo, embora exercida em seu nome, que é o que se tem visto nos processos de construção do socialismo.

III

Nova Esquerda porque diferente. A diferença está no rompimento efetuado com aspectos essenciais da política até então observada pelo PCB.

Em lugar da conciliação e do entendimento com frações das classes dominantes, a desconfiança, em relação às elites sociais e políticas, estabelecida como método, a denúncia da indissolúvel cumplicidade entre os "de cima", a declaração de guerra à burguesia, suas instituições, partidos e políticos. Os setores mais moderados da Nova Esquerda reivindicariam, no mínimo, plena e completa independência orgânica e política frente à burguesia em composições que fossem eventualmente constituídas. A maioria dos grupos, organizações e partidos, porém, concluíam pela total falta de vocação revolucionária da burguesia brasileira, considerada por muitos como um mito inventado pelos partidários das reformas de base.

Como consequência, a descrença no caminho pacífico, na possibilidade de reformas e a proposição da luta armada e da destruição das instituições burguesas, das formas de representação política tradicionais, do aparelho judiciário e das forças armadas. A Nova Esquerda queria a liquidação como classe dos senhores de terra, dos grandes empresários associados ao capital internacional, a expropriação completa deste último. Ou seja, tinha como tarefas imediatas, para um presente visível, o que o PCB considerava como objetivos últimos, para um indefinido futuro.

A associação da derrota de 1964 aos “erros” do PCB também caracterizaria a Nova Esquerda, conduzindo-a, por isso mesmo, como já foi assinalado, ao desprezo e à negação das experiências anteriores de luta. A evidência do despreparo do PCB, quando do golpe militar, ofuscou os olhos dos que não queriam vê-lo como expressão política de um movimento social iludido com a possibilidade das reformas decretadas pelo alto. Poucos se perguntaram e ninguém respondeu à questão de por que um partido tão débil detinha uma representação política tão expressiva ao nível dos sindicatos urbanos e rurais. E de por que suas alternativas de esquerda, como o brizolismo, a ORM-POLOP, o PC do B e a AP também foram incapazes de evitar ou apagar os efeitos devastadores da intervenção militar golpista. A derrota fora uma experiência tão traumática que o próprio PCB, que pretendia encarnar a tradição, a continuidade, também seria incapaz de refletir e produzir algo de mais substancial sobre o riquíssimo momento de lutas sociais e políticas que marcara o Brasil no começo dos anos 60.

A Nova Esquerda ainda se diferenciaria, como já se viu rapidamente, pela reivindicação de novos modelos revolucionários internacionais. A revolução cubana, desde 1959, fascinava as vanguardas políticas de todo o continente. Os cubanos haviam provado que era possível destruir a burguesia e o capitalismo nas barbas do imperialismo mais forte do mundo. E que só era possível fazê-lo recorrendo à luta armada. A experiência teria grande apelo nas dissidências do PCB e da ORM-POLOP, sem falar na corrente brizolista, uma parte da qual formaria o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), presente em várias organizações e partidos da Nova Esquerda.

A revolução chinesa influenciaria igualmente os troncos formados a partir do PC do B e da AP. Não só os exemplos da luta revolucionária armada, mas também, desde 1966, as lições da Revolução Cultural que reatualizaria na China os valores democráticos

e igualitários da guerra revolucionária e das experiências de vida, de produção e luta nas áreas libertadas.

A luta armada e o emprego da violência eram, aqui também, mostrados como o caminho inevitável na busca de transformações radicais. O quadro completava-se com a inspiração trazida pela luta de libertação nacional do Vietname. Uma nação pequena, mas coesa, enfrentava vitoriosamente a grande potência mundial. Os fatos pareciam indicar que tudo era possível, desde que houvesse disposição de luta.

É preciso esclarecer que o exemplo da insurreição de Petrogrado não fora esquecido. A ORM-POLOP, a Organização Comunista 1º de Maio, entre outros, continuavam reivindicando as lições do Outubro vermelho na Rússia. Mas, no conjunto, a história da revolução russa passara a um plano secundário ante as experiências cubana, chinesa e vietnamita. Significativamente, estas últimas tinham pouco a transmitir do ponto de vista da participação da classe operária na revolução. É sintomático que a grande maioria dos partidos e organizações da Nova Esquerda as tenham escolhido para legitimar suas aspirações e definições.

Finalmente, a Nova Esquerda distingui-se-ia pela afirmação de novos valores políticos. A confiança na ação e na intervenção da vanguarda. Na possibilidade de transformar a realidade social, inverter a correlação de forças, que deixavam de ser dados irretocáveis para se tornarem algo suscetível de modificação, de revolução. A ressurreição do quadro político profissional, dedicado 24 horas por 24 horas à revolução. O igualitarismo entre dirigentes e dirigidos, a atenuação das hierarquias. O espírito de sacrifício do Che Guevara, o ascetismo dos revolucionários chineses. E sobretudo a moral de "ofensiva" retilínea, não sujeita a recuos. A luta poderia ser longa, difícil, perigosa, mas o caminho estava traçado e os revolucionários deveriam preparar-se não mais para morrer heroicamente nas masmorras do poder, mas para matar em busca da vitória.

Entretanto, por mais que desejasse, a Nova Esquerda não conseguiria estar imune às forças e tendências que haviam modelado o passado e dos quais ela própria surgira. A análise da prática, das formulações e da organização interna da Nova Esquerda evidencia as continuidades, os traços de união entre suas experiências e o passado.

Certas análises fundamentais apresentam íntimos pontos de contato com formulações que o PCB vinha fazendo desde os anos 50. Por exemplo, no que se refere à avaliação da conjuntura política. O conjunto da Nova Esquerda identificava uma situação in-

sanável, um autêntico impasse, do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo no país. Daí porque, explicava-se, a necessidade da ditadura militar para as classes dominantes. Para conter a explosão inevitável. Mas a ditadura, por sua vez, apenas amadurecia, exacerbando-as, as condições da luta revolucionária. Predominava um certo fatalismo positivo, uma confiança irremediável no futuro: o que quer que acontecesse, a burguesia não tinha alternativas para sair da crise econômica que se aprofundaria. Mais dia ou menos dia, o barril de pólvora explodiria, era uma questão de tempo.

Ora, nestas reflexões há uma dupla herança do PCB. De um lado, mais visível, a idéia de que o capitalismo no Brasil não tinha saídas. Tratava-se de uma tese central dos IV e V Congressos do PCB, realizados em 1954 e 1960, respectivamente. Argumentava-se aí que o imperialismo norte-americano e o latifúndio constituíam entraves intransponíveis ao progresso das forças produtivas no Brasil. Em 1954 o PCB recomendou a remoção à força. Mas a partir de 1958, mantendo embora em grandes linhas a definição da revolução democrática e nacional, optaria pelo caminho pacífico.

A vitória do golpe militar de 1964, do qual ativamente participam o imperialismo e o latifúndio, seria a prova provada do estabelecido anteriormente. Se já não havia mais alternativa econômica, agora não haveria alternativa política. O PCB, aferrado ao caminho pacífico, proporia o *replay* da jogada decisiva, mas sem o gol — a Frente Ampla com Juscelino, Jango e Lacerda faria os militares voltarem aos quartéis, fingindo que nada havia acontecido. A Nova Esquerda foi mais rigorosa na extração das conseqüências que as premissas impunham. Se havia impasse, deveria ser enfrentado com violência e não com novas ilusões. Ou seja, embora as conseqüências extraídas encaminhassem alternativas táticas radicalmente distintas, as premissas comuns aproximavam o PCB e as organizações e partidos que contestavam sua hegemonia.

O outro lado da herança está na base teórica destes raciocínios políticos. Há dois aspectos relevantes a considerar. A idéia de que o sentido, a dinâmica e o ritmo da luta de classes fluem mecanicamente da evolução do modo de produção e de suas crises. Em decorrência, a caracterização da crise econômica forneceria as chaves para a conclusão da crise política e da explosão social. O outro aspecto, mais ainda enraizado no universo do conjunto da Nova Esquerda, era dado pela visão catastrófica — o capital agoniza — e teleológica do processo geral da luta de classes — a história tem um fim, o mundo marcha para o socialismo. Mas

aqui a responsabilidade já escapa do PCB porque tais fundamentos teóricos provêm das fontes marxistas e leninistas, ainda que sempre seja possível dizer — como nos bons tempos da III Internacional — que a teoria permanece válida, a aplicação dela à realidade é que foi infeliz.

Nada há de paradoxal nestas semelhanças. Elas provêm de universos teóricos comuns — o marxismo, o leninismo — embora certos setores da Nova Esquerda conferissem maior importância a Stalin e Mao Zedong (PC do B, Ala Vermelha, PCR, AP) ou a Guevara e Debray (Dissidências do PCB, VPR, ALN). De um processo de formação política e ideológica comum, moldado pelo PCB e para o qual não houve uma alternativa suficientemente amadurecida. De uma concepção de vanguarda teorizada por Lenin e aceita, em suas grandes linhas, pelo PCB e pela Nova Esquerda.

Gostaria, porém, de insistir num ponto já abordado de forma clara mas rápida: não se pense que a Nova Esquerda ou os próprios militantes do PCB fossem instrumentos cegos ou teleguiados das teorias importadas. Na verdade, é possível evidenciar na luta política a assimilação seletiva das contribuições do movimento comunista internacional. Assim, não é por ler Mao Zedong, Guevara e Debray que a Nova Esquerda chega à conclusão da necessidade da luta armada. Verifica-se exatamente o inverso: a Nova Esquerda vai buscar em Mao, Guevara e Debray a legitimidade teórica de que precisava para lançar-se à luta armada. Neste sentido, embora a Nova Esquerda diferencie-se do PCB quanto aos modelos internacionais legitimadores, aproxima-se muito deste último na relação que estabelece com estes modelos. E, inversamente, os modelos funcionam de forma semelhante na dinâmica da luta política (argumentos de autoridade, citações extraídas arbitrariamente dos textos, insuficiente ou quase nula compreensão da história das revoluções em cujo contexto os documentos citados foram produzidos etc.).

Finalmente, nesta relação não exaustiva de semelhanças e continuidades, seria impossível deixar de mencionar o fato de que os intelectuais de classe média — homens e brancos — representam a grande fonte de quadros dirigentes de todas as organizações e partidos clandestinos. As campanhas de integração na produção, por mais severas, intentadas por várias organizações em diferentes momentos e situações, não conseguiriam alterar este panorama que, evidentemente, condicionaria, em grande medida, a produção política.

Diferenças, linhas de continuidade. A Nova Esquerda marca o cenário político nacional com suas características originais mas,

como não poderia deixar de acontecer, paga o inevitável tributo ao tempo histórico em que viveu e ao país em que surgiu.

IV

Os dez primeiros anos de luta da Nova Esquerda estarão definitivamente sepultados?

Os tempos atuais de conciliação parecem sugerir que sim. Os meios de comunicação social esmeram-se em forjar uma identidade nacional e clamam por pactos sociais, unidades sagradas, governos de salvação... Para isto confabulam políticos, reúnem-se secretários de cultura e apelam ministros. Querem todos apagar e diluir as diferenças sociais, nacionais, raciais. Até quando terão êxito?

Períodos de conciliação nacional são comuns na história dos povos. Para o movimento popular é possível suportá-los quando se trata da defesa do país frente a uma agressão estrangeira. Mas é mais difícil tolerá-los quando a conciliação reivindicada encobre manobras para dar campo livre à opressão política e à exploração social.

Quando e se o período atual de conciliação terminar, e as classes sociais se enfrentarem abertamente com seus próprios programas, baseados em seus interesses reais, talvez se volte a pensar nos primeiros anos da Nova Esquerda com interesse e simpatia.

Naqueles anos alguns milhares, poucos, certamente, de mulheres e homens, quase todos muito jovens, lançaram-se à luta contra o poder, não imaginando que se encontravam isolados política e socialmente. Foram massacrados. Tentando despertar as lutas sociais nas fábricas, nas escolas, nas áreas rurais. Nas casas e apartamentos onde se escondiam. No foco guerrilheiro do Araguaia. E, principalmente, nas sofisticadas salas de tortura da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Mas não foram totalmente esquecidos. Não terá sido sintomática a ovação com que o povo do Rio de Janeiro saudou a menção de Lamarca e Marighella no comício das Diretas-Já, em 1984? Os povos, mesmo quando desorganizados e sem ânimo para se revoltar, sabem apreciar os rebeldes que lutam pelas boas causas, mesmo em momentos e circunstâncias social e politicamente desfavoráveis. As grandes revoluções, aliás, têm sempre sabido homenagear os precursores, embora sonhadores, das rebeldias coletivas.

A publicação dos documentos políticos da Nova Esquerda não deixa de ser igualmente uma homenagem. Mas a consideramos

sobretudo um exercício da memória, o resgate de uma contribuição política relevante. Um ato de justiça.

V

Esta Introdução não poderia ser concluída sem uma menção especial. Este trabalho não teria sido possível sem o entusiasmo de Jair Ferreira de Sá. Imaginamos juntos o livro, batalhamos juntos os documentos políticos e chegamos a dividir entre nós a preparação das fichas históricas. Estávamos planejando a Introdução quando a morte surpreendeu Jair. Se não se pode atribuir-lhe a responsabilidade por estas notas e pelas fichas históricas, por cujos erros e lacunas assumo a responsabilidade, é de plena justiça a lembrança de seu nome como co-responsável pelo que há aqui de essencial: os documentos políticos. Por tê-los guardado e arquivado em condições difíceis, Jair merecia, mais do que ninguém, vê-los publicados. Fica portanto o registro de meu reconhecimento e amizade.

Abril, 1985

Daniel Aarão Reis Filho

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL — PC do B

A formação do PC do B remonta aos debates realizados pelos comunistas brasileiros em meados da década de 50 sobre a estratégia e a tática da revolução brasileira. A Declaração de Março, de 1958, confirmada em 1960 pelo V Congresso do então PC do B, promoveria radicais transformações na linha política definida no IV Congresso, realizado em 1954. Em consequência, o Partido Comunista requereria seu registro legal, mudando de estatutos e de nome — de PC do B para PCB — Partido Comunista Brasileiro. Um grupo de dirigentes, em oposição desde 1957, aproveitaria o momento para insurgir-se e proclamar a continuidade do PC do B, através de uma Conferência Nacional, em fevereiro de 1962, quando publicariam o Manifesto-Programa transcrito a seguir. Resolveriam, então, “reorganizar” o PC do B — na prática, fundaram um novo partido.

Baseado fundamentalmente no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pará, o PC do B, embora sempre acossado pela repressão, cresceria na esteira das lutas internas que abalaram o PCB depois de 1964 e a Ação Popular entre 1971 e 1973. Entretanto, também conheceria duas cisões importantes, ambas em 1966, que dariam origem ao PC do B-Ala Vermelha (PC do B-AV) e ao PCR — Partido Comunista Revolucionário.

O PC do B participou das lutas sociais entre 1962 e 1968, particularmente no movimento estudantil, e dirigiu a luta guerrilheira no Araguaia, entre 1972 e 1974, quando a guerrilha seria aniquilada. As forças guerrilheiras do Araguaia — FORGA — constituíram o ponto alto da vaga guerrilheira que agitou o país depois de 1964. Suas ações, luta e programa seriam divulgados pela revista “Araguaia”, que circulou entre junho de 1974 e abril de 1975.

Na trajetória do PC do B até 1971 poderíamos destacar os seguintes textos políticos: o “Manifesto-Programa” de 1962; a “Resposta a Nikita Krushev”, em julho de 1963; o “Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, em agosto daquele ano; a “União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, em 1966, que vem a ser a declaração política da VI Conferência do Partido, também transcrita neste volume e Guerra Popular, caminho da luta armada no Brasil, em 1969.

O PC do B manteve em circulação regular seu órgão oficial: *A Classe Operária*, publicado legalmente — semanário — até 1964, depois, clandestinamente.

MANIFESTO-PROGRAMA (fevereiro, 1962)

Um sentimento geral de insatisfação domina o país. Cresce a onda de descontentamento e de mal-estar entre o povo. Acumulam-se dificuldades que tornam cada vez mais duras as condições de vida da quase totalidade dos brasileiros. Os governantes não solucionam as questões de interesse nacional que precisam ser urgentemente enfrentadas. Entram e saem governos e a situação não se altera. Substitui-se o presidencialismo pelo parlamentarismo e o povo continua sofrendo as privações.

Em toda parte uma indagação está presente: como livrar o Brasil dos males que o atormentam?

Difícil a situação do país e do povo

Esta pergunta surge porque se agravam os problemas essenciais do país e do povo. De ano para ano, crescem desenfreadamente as emissões de papel-moeda. Os déficits no orçamento da República são sempre maiores. A dívida externa atinge atualmente quantia aproximada de 4 bilhões de dólares. Está em crise a produção cafeeira, principal fonte de divisas. O preço do café no mercado mundial cai continuamente. Sobem a 50 milhões de sacas os estoques deste produto, sem quaisquer possibilidades de escoamento.

A economia de regiões onde se concentra numerosa população, como o Norte e o Nordeste, encontra-se virtualmente estagnada.

Os operários, apesar dos repetidos aumentos, percebem salários muito aquém de suas necessidades mínimas e intensifica-se a exploração a que são submetidos. Milhões de camponeses, esmagados pelo sistema da meia e da terça e pelas dívidas, assim como os assalariados agrícolas, aos quais são negados os direitos elementares, levam uma existência miserável. Importantes setores da classe média dispõem cada vez de menores recursos para manter-se. A carestia de vida constitui verdadeiro flagelo para todos os que vivem de salários e pequenos rendimentos. Acentua-se a falta de trabalho, mesmo em centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro. Comparativamente à população, é bastante reduzida a quantidade de empregos. Por isso, em quase todas as cidades, é enorme o contingente de pessoas que não têm onde realizar qualquer atividade produtiva. Levas humanas, do Norte e Nordeste, tangidas pela miséria, são obrigadas a abandonar seus lares em busca de trabalho noutras regiões onde são brutalmente exploradas.

Estende-se a crise de habitação. Em todos os grandes centros urbanos multiplicam-se as favelas, os mocambos, as malocas, os cortiços etc. No Rio de Janeiro, até há pouco capital da República, no ano de 1948 existiam 119 favelas, nas quais vegetavam 270 mil pessoas. Em 1960, estas cifras passaram para 194 favelas com 1 milhão de habitantes, dos quais 540 mil eram crianças, na maioria abandonadas. Persiste a chaga do analfabetismo, que envergonha a Nação e humilha o povo. Mais da metade da população adulta do país não sabe ler. O número de escolas é insuficiente e expande-se a comercialização do ensino. Os índices de criminalidade, especialmente entre a juventude, são espantosos. Alastra-se a prostituição. A mortalidade infantil é das mais altas do mundo. De 100 crianças que nascem, somente 40 chegam aos 15 anos. Endemias assolam regiões inteiras, sem que sejam eficazmente combatidas. Mais de 500 municípios não possuem um único médico.

As estatísticas oficiais colocam o Brasil entre os países de mais baixo padrão de vida do mundo e revelam que em território brasileiro se encontra uma das mais extensas áreas geográficas da fome.

Onde residem as dificuldades

Por que tudo isto ocorre num país tão imenso e rico, habitado por um povo laborioso? Isto se verifica devido à espoliação

do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas.

Os imperialistas dominam importantes setores da economia nacional. São donos das indústrias de autoveículos, pneumáticos, vidro plano, produtos farmacêuticos, frigoríficos etc., e controlam quase toda a produção e distribuição de energia elétrica, assim como o comércio de petróleo. Somente os investimentos públicos e privados dos Estados Unidos totalizam, atualmente, 2,5 bilhões de dólares. Os monopólios ianques ocupam posição destacada no comércio exterior do Brasil, impõem preços cada vez mais baixos aos produtos brasileiros de exportação e elevam constantemente os dos bens que o país importa. O café, por exemplo, baixou de 47 centavos de dólar a libra-peso, em 1956, para 35 centavos. Parte considerável da exportação deste produto, assim como o beneficiamento e o comércio interno e externo do algodão encontram-se em mãos de firmas norte-americanas. As empresas imperialistas gozam de privilégios na importação de maquinaria e equipamentos industriais. Os juros e amortizações das dívidas do Brasil com os Estados Unidos, contraídas, em grande parte, para atender os interesses dos próprios monopolistas ianques, exigem, anualmente, somas astronômicas, que consomem importantes parcelas da receita cambial. Assim os imperialistas norte-americanos absorvem boa parte da renda nacional e drenam para o exterior vultosos recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento do país. Além disto, os governantes dos Estados Unidos, através de um sistema de compromissos, acordos e tratados, da pressão econômica e financeira, do suborno e de uma suposta ajuda, conseguem manter o Brasil sob a dependência dos monopolistas ianques, influem na vida do país no sentido da realização, tanto no plano interno como externo, de uma política reacionária.

Os latifundiários monopolizam a terra e exploram as massas camponesas que vivem como párias na sociedade brasileira. Enquanto mais de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra, 149 mil grandes proprietários ocupam 3/4 da área total das propriedades rurais. Cobram pesadas taxas de arrendamento, que encarecem enormemente a produção. Em muitos casos, os arrendatários pagam, em dois ou três anos, o preço da terra. Os latifundiários, dispondo de mão-de-obra extremamente barata, dificultam a aplicação da técnica e a inversão de capitais na agricultura, que mantém atrasada e rotineira. Grandes áreas que poderiam ser cultivadas são convertidas em zonas de pastagens para

a pecuária extensiva. Os grandes proprietários de terra saqueiam a Nação obtendo dos governantes moratórias e anulação de dívidas. Bilhões de cruzeiros são emitidos anualmente para assegurar a compra de toda a produção do café, boa parte da qual não encontra colocação. O latifúndio, como sistema arcaico e parasitário, impede, assim, a ampliação do mercado interno, freia o desenvolvimento da indústria nacional e é o principal responsável pela baixa produtividade na agricultura.

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo, na exploração comum do povo brasileiro. Estes grupos beneficiam-se da inflação e auferem fabulosos lucros devido às suas posições monopolistas em certos ramos da economia, prejudicam e submetem aos seus mesquinhos interesses as regiões mais atrasadas. Alguns destes capitalistas dedicam-se a atividades exclusivamente especulativas.

Em conseqüência da pilhagem do imperialismo, do domínio do latifúndio e da ação nociva de grandes capitalistas, o atraso e a miséria campeiam, enquanto acumula-se a riqueza nas mãos de uns poucos magnatas. Segundo os dados do Imposto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, tinham 67,9% do montante dos lucros tributados. Destes contribuintes, 54 firmas declararam ter um lucro de 27 bilhões de cruzeiros. Não é de estranhar, portanto, que a Comissão Comercial Norte-Americana que visitou o país, em relatório publicado no *Correio da Manhã*, de 9-10-60, tenha confessado que no Brasil "não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos".

Houve, sem dúvida, nas últimas décadas, um relativo desenvolvimento econômico do país. Elevou-se a produção dos meios de produção e de matérias-primas básicas. Os bens de consumo produzidos no país já abastecem quase todo o mercado interno. Mas este desenvolvimento econômico, feito através de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da atual estrutura agrária, acentuou as desigualdades entre as diferentes regiões e agravou ainda mais a situação econômica, política e social do país.

O imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo.

Um regime reacionário e antinacional

Estas forças, desde há muito, instauraram no país um regime que serve aos seus interesses. A vida da sociedade brasileira está

organizada em função da defesa dos privilégios de uma ínfima minoria e não de acordo com os interesses gerais da Nação.

O Estado Brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos. A justiça coloca-se quase sempre contra os pobres e serve aos poderosos. As forças armadas intervêm nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas. O peso dos impostos, para sustentar o aparelho burocrático, policial e militar, em contínuo crescimento, recai nos ombros dos trabalhadores e dos pequenos e médios produtores. Baseado principalmente em teorias falsas e obscurantistas, o sistema educacional não corresponde às necessidades do avanço cultural e da educação popular.

Neste regime proliferam a corrupção administrativa, o contrabando e as negociatas de todos os tipos. Nunca, como hoje, foi maior o roubo dos dinheiros públicos. Políticos ou pessoas colocadas em cargos da administração estatal enriquecem da noite para o dia, à custa de negócios escusos ou da desonesta manipulação de verbas oficiais. Instituiu-se um verdadeiro sistema de majoração dos gastos com as obras públicas, em proveito de políticos inescrupulosos. As chamadas "caixinhas" funcionam aberta ou clandestinamente, em toda parte. Sucedem-se escândalos administrativos, mas os incriminados não vão parar na cadeia. O suborno é também empregado para enfraquecer e dividir os movimentos populares. Funções bem remuneradas e outras vantagens são meios utilizados para atrair e corromper dirigentes sindicais e de organizações de massa.

A fim de disfarçar o caráter reacionário do regime, as classes dominantes usam os mais variados artifícios. O governo é apresentado como governo de todo o povo. Na realidade, porém, representa os grandes capitalistas e os latifundiários e serve, igualmente, os monopólios estrangeiros. Esta aparência de governo de todo o povo é conseguida com a realização de eleições. Os eleitores são chamados, periodicamente, a escolherem os governantes e parlamentares. As eleições, entretanto, não expressam a autêntica vontade popular. O direito de voto é negado aos analfabetos, soldados e marinheiros. Torna-se evidente que o poder do dinheiro decide cada vez mais do resultado das eleições. A maioria dos candidatos eleitos é dos que contam com enormes recursos financeiros ou dos que são estipendiados por poderosos grupos econômicos. Generaliza-se a compra de votos. Deste modo, um posto eletivo signi-

fica, em muitos casos, verdadeira inversão de capital que rende elevadíssimos juros. Acresce, também, que os meios de propaganda, a imprensa, o rádio e a televisão, são inacessíveis aos candidatos pobres. O Parlamento é, assim, em sua totalidade, formado de representantes dos ricos e os governantes são, em geral, banqueiros, industriais, fazendeiros e seus prepostos ou pessoas diretamente ligadas às empresas imperialistas.

A Constituição de 1946 é apresentada pelas classes dominantes como a expressão jurídica da igualdade de todos os cidadãos. No entanto, ela consagra, antes de tudo, os privilégios dos exploradores. Nenhuma desapropriação, mesmo quando se trata de interesse social pode ser feita sem pagamento prévio em dinheiro na base de valorização indevida. As franquias democráticas que a Constituição proclama são sistematicamente negadas, sempre que as massas procuram defender seus direitos, contrariando os interesses das classes dirigentes. A legalidade constitucional é ou não respeitada de acordo com as conveniências daquelas classes, como demonstra a aprovação da emenda parlamentarista no curso da última crise político-militar. Desta forma, a Constituição serve, fundamentalmente, aos que dominam o país.

Enfim, o regime atual, por maiores que sejam os disfarces utilizados para iludir as massas, é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional.

Impossível resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do atual regime

Os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de miliardários norte-americanos. Por esta razão, aumenta o número de brasileiros que sentem a necessidade de transformações na estrutura econômica do país e nas suas instituições políticas. Crescem os reclamos a favor de tais transformações. Descrentes das promessas, parcelas do povo começam a falar em revolução. Diante disto, diversas forças políticas procuram apresentar suas soluções. Mas, nenhuma delas enfrenta a questão básica, o problema do regime, cuja substituição é uma exigência inadiável do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, estas reformas não podem ser realizadas nos marcos do re-

gime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma ou de outra forma, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar a cabo uma orientação desta natureza, que iria contrariar seus próprios interesses. Os projetos de reforma agrária das classes dominantes são meros paliativos que visam a fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária baseada no latifúndio e não atendem ao desejo de posse da terra da esmagadora maioria de camponeses. As glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas aos latifundiários por elevadíssimos preços. Em última instância, o próprio povo é quem teria de pagar as indenizações exigidas.

Outros setores políticos afirmam que as causas dos males que afligem o país residem, exclusivamente, nos homens que governam. Dizem que pessoas dotadas de certas qualidades, assumindo o poder, poderiam conduzir o país por um caminho acertado que asseguraria a felicidade do povo. A experiência tem demonstrado o quanto é ilusória esta opinião. Não há homens providenciais. Com o atual regime, mesmo que os governantes sejam bem-intencionados, encontrarão resistências de toda sorte e jamais conseguirão superar as dificuldades inerentes ao próprio sistema econômico e político.

Existem, também, os que defendem ser possível conseguir, com a substituição dos ministros mais reacionários por outros candidatos democráticos e nacionalistas um gabinete capaz de livrar o país do latifúndio e do imperialismo. Nada mais absurdo. Como alcançar um gabinete efetivamente progressista através de um parlamento cuja composição é predominantemente reacionária? Mesmo que fossem designados para o ministério homens tidos como democratas e nacionalistas, a situação pouco se modificaria. Os ministros, ou seguem a política ditada pelas classes dominantes ou, se assim não o fizerem, serão inevitavelmente aliados de seus postos.

Há ainda os que defendem a necessidade da implantação de um governo forte, compreendendo como tal uma ditadura que seria a solução para os descabros atuais. É evidente, entretanto, que esta ditadura só poderia ser um governo tirânico que suprimiria as poucas liberdades ainda existentes, em benefício das classes dominantes. Os ditadores jamais castigariam os exploradores e opressores do povo.

Não será com tais soluções nem com reformas parciais que o Brasil poderá avançar no caminho de sua libertação. Impõe-se a instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da inte-

lectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário.

Instaurar um novo regime, conquistar um Poder Popular

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo, considera que, na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, governo de liberdades, cultura e bem-estar para as massas.

Um governo popular revolucionário acabará de uma vez para sempre com a espoliação que as empresas e os capitais norte-americanos realizam no país. Suspenderá o pagamento da dívida externa. Instituirá o monopólio estatal do comércio exterior. Denunciará os acordos e tratados lesivos ao Brasil, adotará uma política internacional de paz e solidariedade com todos os povos que lutam por sua independência. Manterá relações em pé de igualdade com todos os países.

Um governo popular revolucionário, procurando abrir caminho para o mais rápido desenvolvimento do país, realizará uma reforma agrária radical, que acabe com todos os tipos de latifúndio e com todas as formas feudais de exploração. Desapropriará as propriedades latifundiárias e assegurará a posse da terra aos que trabalham ou desejam trabalhar no campo. Estimulará o cooperativismo. Garantirá aos camponeses crédito, ajuda técnica, preços mínimos compensadores e facilidades para o armazenamento e colocação de seus produtos. Com o fim de manter a unidade econômica dos grandes estabelecimentos agropecuários de alta produtividade, entregará a terra e os pertences destes estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade do Estado.

Um governo popular revolucionário defenderá a indústria nacional. Facilitará a aquisição de equipamentos e matérias-primas. Estimulará a criação de novas indústrias nas áreas mais atrasadas, objetivando reduzir e depois extinguir as desigualdades no desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país. Ampliará os meios de transporte e comunicações. Confiscará os capitais e as empresas dos grandes capitalistas brasileiros que estiverem aliados aos imperialistas norte-americanos.

Um governo popular revolucionário terminará com a carestia de vida, adotando drásticas medidas contra a inflação e contra os açambarcadores e especuladores. Incentivará a produção e reduzirá os impostos que incidem sobre os artigos de primeira necessidade. Reajustará os salários e vencimentos. Reorganizará a previdência social de modo a garantir aos beneficiários aposentadorias e pensões adequadas.

Um governo popular revolucionário realizará a reforma urbana, objetivando assegurar a todas as famílias a aquisição da casa própria. Terminará com a praga da especulação imobiliária. Desapropriará os terrenos baldios dos grandes proprietários nas zonas urbanas, visando à construção de habitações para o povo. Rebaixará os aluguéis exorbitantes. Isentará do imposto predial os imóveis habitados por seus próprios donos.

Um governo popular revolucionário empenhará todos os esforços para extinguir o analfabetismo. A educação escolar será atribuição exclusiva do Estado. Reorganizará o sistema educacional brasileiro com vistas à democratização da cultura. Ampliará o número de escolas primárias, secundárias, técnicas e superiores. Cuidará da saúde pública, combatendo as endemias e estendendo a rede de hospitais e dispensários para atender aos que necessitam de assistência médica e dentária.

Um governo popular revolucionário será intransigente na defesa dos bens públicos e punirá com todo o rigor os dilapidadores dos dinheiros da Nação, os contrabandistas e negociistas de toda ordem. Confiscará as fortunas obtidas à custa da pilhagem do erário público. Liquidará o empreguismo e o parasitismo no aparelho do Estado.

Finalmente, *um governo popular revolucionário*, fiel intérprete da soberania do povo, assegurará a plena democracia da vida política brasileira, garantindo ampla liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de culto religioso. Outorgará o direito de voto a todo cidadão, independentemente de nacionalidade e instrução, abolirá as discriminações que existem em relação às mulheres. Combaterá todas as formas de racismo. Suprimirá os órgãos de repressão contra o povo.

Só a luta revolucionária dará ao povo um novo Poder

A luta por um governo popular revolucionário, por um novo regime, não é somente uma necessidade para salvar o país, como também um direito sagrado do povo. Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço

da sociedade e fontes de iniquidades e sofrimentos para milhões de pessoas, não existe alternativa senão substituir o velho regime por um novo regime. Este tem sido o caminho percorrido vitoriosamente pelos povos em busca da felicidade e do progresso social. Este é o caminho do povo brasileiro.

Os atuais beneficiários da ordem imperante no país voluntariamente não cederão suas posições. Para se manterem no Poder, usam a demagogia, a corrupção e a violência. Admitem, em certa medida, a luta pelas reivindicações parciais, mas, quando tais lutas podem atingir, no mínimo que seja, o regime, tratam de esmagá-las impiedosamente. É cada vez mais freqüente o emprego das forças armadas em funções de polícia contra os movimentos populares. Nos últimos anos, não se verificou uma só greve econômica de maior expressão sem que tropas do exército, da marinha ou da aeronáutica fossem mobilizadas, inclusive com a ocupação ostensiva de cidades. Se isso ocorre com as lutas pelas reivindicações específicas dos diferentes setores da população, então, quando se tratar da luta pelo poder político, as classes dominantes não vacilarão em recorrer a todos os recursos, os mais arbitrários, para tentar impedir a vitória das massas populares. Toda vez que seu poder estiver ameaçado, calarão as suas divergências e se unirão para enfrentar o povo. A crise político-militar de agosto-setembro de 1961 mostrou que, apesar das discordâncias, os diferentes grupos das classes dominantes buscaram uma solução de compromisso para que as massas não intervissem mais energeticamente nos acontecimentos e dessem à crise uma solução em seu favor.

Nestas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por este motivo, as massas populares terão de recorrer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta — a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o Poder ao povo.

Aos brasileiros apresenta-se, assim, árdua e difícil tarefa que é, no entanto, plenamente realizável, porque um povo que se bate pela liberdade e pelo direito a uma existência feliz, alcançará, por

mais ásperas que sejam as condições de luta, a vitória final. Os inimigos da revolução não possuem a força que aparentam ter. Por mais vultosos que sejam os seus recursos, por mais numerosas que sejam as armas que disponham, eles são débeis porque se colocam contra as mais profundas aspirações populares e defendem uma causa injusta. Sua derrota será inevitável. Cuba é um exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer, pode bater seus algozes e construir uma nova vida.

É imprescindível, porém, que todos os que desejam mudar o atual estado de coisas se congreguem estritamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.

* * *

A revolução brasileira se processa numa época de grandes transformações. Países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constroem o socialismo. A União Soviética marcha para o comunismo¹ e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui, hoje, um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo. O sistema colonial está em vias de desaparecer. Os povos da África e da Ásia conquistam sua independência política. Na América Latina já tremula vitoriosamente a bandeira do socialismo e seus povos se levantam para derrubar o jugo dos monopólios norte-americanos.

Os imperialistas, em bancarrota, e os reacionários apelam para todos os recursos, a fim de esmagar os movimentos revolucionários

¹ O Manifesto-Programa foi elaborado quando não estava ainda suficientemente clara a traição dos revisionistas soviéticos ao socialismo. Por isso, o Manifesto-Programa considera que "a União Soviética marcha para o comunismo". Mas em 1963, o Partido Comunista do Brasil, em seu documento RESPOSTA A KRUSCHEV, denunciava o caráter anti-socialista da política seguida pelos dirigentes da URSS.

e conspiram contra a paz mundial. Nada, contudo, impedirá a vitória das forças da democracia e do socialismo.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, convencido do acerto das soluções que indica, convida as forças populares e revolucionárias, especialmente as forças de esquerda, para o debate destas questões com vistas à luta e à união de todos os que se dispõem a pôr um fim ao atual regime de injustiça social, de parasitismo, de imoralidade administrativa, de subserviência ao estrangeiro, de escravização iníqua dos camponeses, de abandono da infância e da juventude, de democracia de fachada, de prazeres e esbanjamentos para uns poucos e da miséria e sofrimento para a maioria do povo.

AÇÃO POPULAR — AP

Formada a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) constituiu-se em fevereiro de 1963, em Salvador, com a realização de seu I Congresso e a publicação do Documento-Base, transcrito a seguir.

Até 1964 a AP teve forte presença no movimento social de então, conquistando a hegemonia no movimento estudantil e influência significativa nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Depois do golpe de abril, a Direção Nacional da AP rearticulou-se em 1965, numa Reunião Nacional, em Niterói, quando se formulou uma Resolução Política na qual se confirmava a opção socialista de 1963, complementando-a com a definição da luta armada de libertação nacional.

Desde então, no contexto de intenso debate político e teórico, a AP inclinar-se-ia progressivamente para o marxismo-leninismo. Em meados de 1968, a I Reunião Ampliada da Direção Nacional adotou o Esquema de Seis Pontos, marcando nitidamente sua opção pela variante maoísta no campo do marxismo. A II Reunião Ampliada, realizada em junho de 1969, designaria uma Comissão Executiva Provisória com o objetivo de preparar a eleição de um Comitê Central, e aprovaria texto sobre a Reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil. Em outubro de 1969 um novo texto, aprovado pela direção, "Preparar Ativamente a Guerra Popular", ratificou a adesão à luta armada a partir do campo. No período entre 1964-1968 a AP manteve presença marcante no movimento estudantil, disputando com as Dissidências do PCB a hegemonia, além de desenvolver trabalho de agitação revolucionária em áreas do campo e em fábricas. Entre 1968 e 1970, com o intuito de melhorar a qualidade destes trabalhos, a AP lançaria o processo de "Proletarização através da Integração na Produção", que implicou a transferência de dezenas de quadros universitários e profissionais de classe média para o campo e para as fábricas.

A III Reunião Ampliada da Direção Nacional, em março de 1971, resolveu converter formalmente a AP em organização marxista-leninista, elegeu um comitê central e aprovou um Programa Básico, que também transcrevemos neste volume. Ao mesmo tempo, lançou uma conclamação à unificação de todos os marxistas-leninistas num único partido. Semanas depois, o Birô Político (BP) eleito pelo novo Comitê Central, decidiria pela unificação com o PC do B, convocando uma reunião extraordinária do CC para confirmar a decisão. A reunião realizar-se-ia em meados de 1971 e, embora enfrentando oposição de setores importantes da organização, alguns dos quais localizados no próprio CC e mesmo no BP, confirmaria a unificação, expulsando os dirigentes mais identificados com a oposição.

O processo de unificação com o PC do B terminaria assumindo a forma de simples incorporação, mas já em 1973. A oposição manteve a organização, conservando o nome e o programa definidos em 1971.

DOCUMENTO-BASE (fevereiro, 1963)

...

O SOCIALISMO

1 — Historicamente o socialismo deu os primeiros passos com a Revolução Russa de 1917. Ao Estado liberal opõe o Estado planificado. Se esse era dominado pela burguesia, teoricamente, nas experiências marxistas, fica sob o poder de uma ditadura do proletariado que, na prática, se exerce através do partido comunista, que se declara “vanguarda do proletariado”. Da posse privada dos meios de produção passa-se à posse coletiva. Ao jogo livre ou pseudo-livre dos mercados, opõe, pela planificação, a economia da necessidade em substituição da economia do lucro. O Estado planifica o investimento, o emprego da mão-de-obra, estabelece prioridades para os setores básicos, como indústria pesada, energia etc. Esta revolução, primeiro passo do socialismo na história, foi realizada dentro da inspiração de uma ideologia, o marxismo-leninismo.

Depois da Revolução Russa e da criação das Repúblicas Populares, os fenômenos mais importantes foram a Revolução Chinesa

e, na América Latina, a Revolução Cubana. De 1917 até os nossos dias o sistema socialista atingiu cerca de 1/3 da humanidade que, ao que tudo indica, mesmo no caso de superar a motivação marxista, continuará a desenvolver-se. Os exemplos desse desenvolvimento mostram a complexidade do *mundo socialista em gestação*, que não se confunde com o bloco político-militar soviético e que poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas.

Acrescente-se que as revoluções se deram geralmente nos países semifeudais e não nos industrializados, onde continuou a desenvolver-se o capitalismo. A Revolução Chinesa, ao contrário da Revolução Russa, tinha na vanguarda a força camponesa. A Revolução Cubana teve um princípio empírico e não ideológico. O caráter marxista-leninista da revolução seria firmado *a posteriori*, apenas em 1961, diante da conjuntura internacional.

Além disso, a Iugoslávia separou-se do bloco político-militar soviético sem abdicar da fundamentação marxista. O processo de desestalinização, depois de 1956, levaria países como a União Soviética, Polônia e Albânia a diferente evolução interna. E hoje a tensão União Soviética/China acentua as diversas concepções da passagem do mundo ao socialismo.

O socialismo, nas experiências até agora realizadas, leva à ruptura do sistema capitalista, através da implantação de uma economia planificada na qual se dá prioridade ao trabalho. É um esforço para, rompendo com os quadros da livre competição e da posse individualista dos meios de produção por um *controle e posse social dos mesmos* (em vários setores, níveis sociais, do cooperativo ao estatal), criar uma *democracia econômica real*. A socialização dos meios de produção aparece como um esforço de libertação do homem dominado por outro homem.

Historicamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e controle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC, dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vezes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando novo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência acríica e massificada.

O problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Este poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural etc. Falta uma participação real, plural.

Este processo não é inerente ao socialismo, mas é a característica de uma fase, fruto da necessidade de implantação em clima de isolamento e autodefesa, mas que também provém de uma orientação ideológica, que não dando à consciência a possibilidade de transcender a História, a vê como consciência-reflexo, e a submete às leis massificadas do poder político de controle restrito.

De tudo isto decorrem muitas outras alienações, no plano do pensamento, das artes e da possibilidade de uma livre opção do homem diante de seu destino final.

Esta crítica não pode ser vista de um modo estático. A evolução da experiência socialista em países como a Polônia, a Tcheco-Eslóvaquia, a Iugoslávia e a União Soviética mostram a quebra da ortodoxia rígida. Define-se uma política de bem-estar, permite-se um certo pluralismo político, há a preocupação com a diversificação da produção industrial dos bens de consumo, discute-se abertamente o "realismo socialista" nas artes, o dogmatismo, o culto da personalidade, e prepara-se aos poucos o campo para o desenvolvimento da crítica como exercício dialético do próprio sistema.

2. Conseqüências político-ideológicas

O processo de socialização que caracteriza a evolução da humanidade, só recentemente, isto é, a partir de 1917, consegue expressar-se em experiências socialistas. Estas experiências, apesar de deficiências características do período de implantação, de alguns erros de orientação política e sectarismo, vêm progressivamente se aprimorando e criando melhores condições para a realização humana.

O socialismo é a conseqüência imediata da negação do capitalismo, negação que, dialeticamente, se coloca não como pura negatividade, mas como concretização de um novo modo de existir. De fato, o sistema socialista cria condições econômicas e sociais que rompem inúmeras relações de dominação, aumentando as possibilidades de comunicação das consciências e de domínio da natureza. É um estágio importante na luta contra o processo de dominação e na busca da conciliação das consciências.

A realidade brasileira e a de todos os países subdesenvolvidos evidencia estruturas de exploração tais que marginalizam grande parte da população mundial numa situação de atraso total relativamente ao processo de socialização.

Diante disso, a integração do mundo subdesenvolvido no processo histórico, fez-se adotar o processo permanente de eliminação das relações de dominação e integrar a corrente socialista que está transformando o mundo na atualidade.

Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Leva, por exemplo, ao apoio à luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista.

Assumida essa posição, em termos amplos, torna-se necessário especificar algumas opções básicas que serão definidas em função da realidade brasileira. Como opções de problemas básicos, há necessidade de uma reformulação prática da propriedade dos meios de produção, agora colocados não mais na ótica da apropriação privada, mas da apropriação social: não de indivíduos, mas coletiva. Substitui-se a empresa cuja hierarquia de produção é fundada no lucro, pela unidade de produção que opere em função das necessidades sociais. A articulação deste modo de usar e produzir é função de um órgão político, o Estado, pelo qual as necessidades coletivas serão racionalizadas e, através de uma planificação, atendidas.

Para nós, o que caracteriza a dominação do estatismo, que tanto pode se dar em um mundo capitalista, quanto em nome de uma perspectiva socialista, não é tanto o fato de o Estado tudo possuir, mas sim o fato de que este Estado não seja realmente o resultado da convergência das vontades populares. O que nos define face à função do Estado não é o fato de ser maior ou menor proprietário ou interventor, mas sim o fato de ser ou não resultado da participação efetiva das forças sociais, essencialmente das forças do trabalho. A crítica capitalista do estatismo sempre se fez sob o prisma da defesa da propriedade privada em nome da liberdade, mas o estatismo como fenômeno negativo não é a transformação do Estado em proprietário, mas a existência de um Estado em que o interesse da coletividade não seja o único presente. Só nesse sentido pode-se falar em capitalismo do Estado: Estado que tudo possui, mas no qual a minoria decide contra os interesses da maioria. O que interessa é garantir a liberdade de desenvolvimento das pessoas, a possibilidade da sua expressão e da expressão de sua vontade. Porém, liberdade com expressão da pessoa não é poder fazer tudo o que se quer, mas poder fazer tudo que seja expressão de uma necessidade humana fundamental, tratada no nível da razão. A liberdade, sendo pessoal, é essencialmente social, tem como referência uma função social. Portanto, garantir a liberdade é fazer com que o Estado seja a convergência das decisões socialmente assumidas.

A socialização da propriedade é o processo de democratizar a distribuição e o uso dos bens decorrentes do trabalho humano, impedir sua função de dominação e, assim, criar bases para uma real democratização do poder. Essas opções face à propriedade, ao

poder e ao Estado, têm as suas justificativas na ordem técnica, isto é, mudar a ordem de como resolver para todos os homens os seus problemas e atender às suas necessidades, quanto se concilia com a perspectiva de moral social fundamentada na afirmação de que a relação básica para o homem não pode ser a de dominação.

Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência.

No momento revolucionário, deverá dar-se a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participação unificada, num organismo que deve reunir progressivamente as forças populares, acentuando o carácter representativo do poder e abrindo-se ao debate que o tornará expressivo das necessidades e aspirações do povo. Poderá fazer-se sentir a necessidade de um partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário. Desta forma, o problema do partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação do povo em suas direções.

Fundamentalmente, todas as opções de nossa luta socialista hão de colocar-se em termos práticos, isto é, partirão de uma compreensão da realidade, de uma interpretação histórica informada por um método, pela concepção do homem e do mundo.

Como movimento de ação revolucionária, partimos da compreensão das relações estruturais brasileiras, marcadas, no atual estágio, pelo processo de desenvolvimento industrial.

A EVOLUÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

A industrialização do Brasil inicia-se, em termos efetivos, a partir da crise de 1929, com a transferência de recursos do setor agrícola de exportação e a substituição de importações de produtos de consumo.

O processo de industrialização, através de suas diferentes fases, seria acompanhado por uma diversificação da estrutura social, com o surgimento de tensões e perspectivas antagônicas, ou seja, a consolidação das estruturas de classe.

O dado inicial seria a ruptura do setor agrário, diversificando o setor de exportação do setor de subsistência. O primeiro, ajustado

às condições de um mercado monopolista, iria ingressar numa tendência crescente de introdução de relações de tipo capitalista e de associação de áreas já capitalizadas da Economia. Esse fato, ligado às próprias condições de formação de capital para o impulso inicial de industrialização, iria gerar uma ambigüidade na perspectiva e nos interesses dos setores agrícola e industrial da área capitalista. De outro lado, em extensa área mantida fora do desenvolvimento do mercado, manter-se-ia um setor agrícola de subsistência baseado em sistema de produção semifeudal e desvinculado do processo econômico geral.

A industrialização que se inicia com capitais nacionais iria coexistir com o influxo de investimentos estrangeiros com que se caracterizou a nova fase de exploração imperialista. De início situada em um esquema competitivo, a indústria nacional tenderia a uma progressiva assimilação pelo capitalismo internacional. As reações a essa assimilação que existiram e existem por parte de setores limitados da burguesia, marcados pelo capitalismo competitivo, não encontraram sustentação nas perspectivas concretas e nos interesses da burguesia enquanto classe, já que a associação ao capital estrangeiro significou o rumo natural de sua expansão e da segurança de seus lucros.

Diante do crescimento econômico em termos de ruptura entre a área feudal e a área capitalista, a formação do proletariado urbano se faria não somente em termos de uma transferência setorial da mão-de-obra, mas em termos de uma transferência dessa mão-de-obra entre sistemas econômicos diversos.

A coexistência de duas áreas econômicas demarcadas iria determinar que a formação do proletariado urbano correspondesse a um canal de ascensão social para a mão-de-obra da área feudal, daí decorrendo toda uma instabilidade de seu comportamento de classe e dificultando a radicalização das suas perspectivas.

A esse processo de ruptura corresponde, ainda, a dissolução da estabilidade das camadas médias da população. A classe média, antes sustentada pela burocracia do Estado, iria progressivamente integrar-se na economia privada que se instala, condicionando-se a um mercado de trabalho capitalista e marchando para a crescente proletarianização.

Daí a sensibilidade de setores amplos da camada média para uma conscientização e o aparecimento em seu meio de setores progressistas e revolucionários.

As tensões que correspondem à ruptura da estrutura social e econômica ligam-se, de início, ao agravamento das condições de

vida do povo, pelo desenvolvimento da exploração, agravamento que se apresenta em um quadro de progressiva integração da burguesia na área imperialista.

O crescimento da economia em termos de desequilíbrio levaria a classe operária a apresentar-se através de uma pressão distributiva em relação ao produto de desenvolvimento.

Diante da inflação e do desequilíbrio há condições para a formação da consciência de classe do proletariado urbano e para o desenvolvimento de uma perspectiva revolucionária, fato que se expressa na progressiva integração de suas organizações e nos recentes movimentos políticos que empreendeu.

Diante desses dados e da pressão das condições de miséria das populações rurais, ao lado de exigências de racionalização da produção agrária, apresenta-se a tensão no campo como fato suscetível de radicalização imediata e que se mostra o mais assustador para a classe dominante.

O fato de que essas tensões não encontrarão resposta no sistema de relações jurídico-sociais existentes começa a se evidenciar, diante da ineficácia dos próprios ajustamentos e saídas encontradas, nos momentos críticos, pelos grupos no exercício do poder. As crises que se sucedem desde a de agosto de 1954, o agravamento das pressões do capitalismo internacional, o aumento do ritmo inflacionário, são fatos que demonstram aos próprios grupos dominantes a impossibilidade de prosseguir o desenvolvimento em termos de desequilíbrio e produção anárquica.

Para a burguesia, já há algum tempo, coloca-se a necessidade de racionalizar o processo de exploração, dotar de eficiência a máquina estatal, ajustar os setores em crescimento. Ela tem apresentado sucessivamente, através de facções representativas, diferentes "ideologias" de correção do desenvolvimento. Tais esquemas corretivos são representados ora pelo moralismo político, que se propõe à consolidação de uma autoridade do Estado, ora pelos planos de estabilização monetária e de disciplina financeira, ora pelo reformismo, que vê as soluções das tensões através de concepções não-estruturais das chamadas "reformas de base". Fundamentalmente, tais esquemas constituem a tentativa de instauração de um neocapitalismo, que permita o sucesso do desenvolvimento burguês, evitando as tensões suscetíveis de provocar, pela radicalização das massas, alteração na estrutura social e no sistema de exploração vigente.

Essa perspectiva encontra sustentação no esquema imperialista a que se ligam nossos grupos dominantes, através da "Aliança para o Progresso", que se propõe a ajustar as economias latino-america-

nas, ajustando-as à nova fase do capitalismo internacional e amainando os conflitos capazes de gerar a luta revolucionária. É visível porém que os esquemas corretivos propostos, ainda que sustentados pelo capitalismo internacional, não encontrarão resultado diante do fato de que contradições e antagonismos são inerentes ao processo econômico em desenvolvimento.

As forças populares não têm sido capazes de opor a este sua perspectiva. Diante da inexistência de uma vanguarda revolucionária e de um trabalho eficaz de uma organização de massas, na ausência de uma denúncia da estrutura capitalista, sua atuação tem-se limitado a uma participação na política burguesa e a uma agitação colocada antes em função de opções já postas pela classe dominante que a serviço da formação de uma consciência política das massas trabalhadoras, o que não impede, entretanto, seu crescimento.

A estrutura de dependência que condiciona o movimento sindical às instituições do poder, o caráter irresponsável que tem cercado algumas tentativas de organização dos camponeses, as próprias dificuldades na delimitação dos objetivos da luta popular, são elementos de compreensão das razões por que a esquerda brasileira tem sido incapaz de libertar-se do comando da burguesia e afirmar-se como vanguarda.

A consciência crescente que surge entre as massas populares a respeito do sistema de dominação a que estamos submetidos não tem sido canalizada, assim, senão para uma luta de conquistas parciais de libertação econômica, que não colocam em questão a própria estrutura, mas simplesmente se dirigem no sentido de acelerar o desenvolvimento dentro dos quadros do capitalismo.

Algumas áreas tentaram racionalizar essa tendência, postulando a necessidade de uma fase de consolidação do capitalismo como etapa necessária à revolução. Baseada na afirmação da existência de uma burguesia nacional com interesses antagônicos aos do capitalismo internacional, e complementada por uma visão do desenvolvimento alheia à preocupação de uma verificação concreta da realidade, essa tese delimitava nitidamente opostos os interesses da industrialização e da estrutura agrária, encarando o imperialismo em seu modelo inicial, anterior às grandes inversões industriais na América Latina e ao incremento de concentração de capitais. Seria fácil, daí, concluir que a exploração do capitalismo internacional só teria por base a estrutura agrária e como aliado fundamental o setor latifundiário. A gratuidade dessa concepção tem se evidenciado nas análises concretas, que demonstram a tendência do imperialismo a se firmar nas

estruturas econômicas dependentes através do desenvolvimento burguês.

A falência da chamada luta nacionalista e a impossibilidade de levar às massas uma luta que não esteja diretamente vinculada à sua situação de classe indicam claramente a necessidade de uma estratégia revolucionária baseada nas condições concretas da estrutura brasileira.

Definimos nossa luta revolucionária no combate ao capitalismo internacional, inclusive contra o esforço de implantação no Brasil de um sistema econômico-neocapitalista, fato que não leva à visão ingênua da possibilidade de uma revolução imediata, mas que nos faz ordenar o trabalho e as conquistas atuais a uma preparação ativa desse processo.

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder. *Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade.*

Estamos certos de que isto só se dará a partir de um trabalho de organização de massas que possibilite a sustentação dessa luta e de um trabalho de conscientização que permita o avanço revolucionário.

Conscientes de que nesse trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que será possível explorar as contradições do poder atual, propomo-nos a uma conquista de instrumentos que possam gradualmente ser usados como força de pressão radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como tarefa de nossa militância em instrumentos do poder a que seja chamada, mas devemos fundá-la no diálogo permanente com outros setores *antiimperialistas e revolucionários* e na radicalização das próprias contradições do poder atual.

A prioridade do nosso trabalho referir-se-á às organizações operárias e camponesas. Se reconhecemos a essencialidade do fenômeno imperialista e a integração das diversas formas atuais de dominação nos quadros do capitalismo internacional, nem por isso deixamos de nos impor a exigência de um método de conscientização e organização que parta das exigências concretas das massas.

O movimento operário, em seu desenvolvimento, tem possibilitado formas iniciais de mobilização política. A grande massa, no entanto, ainda fora das organizações sindicais, estabelece suas aspirações no nível reivindicatório, em virtude mesmo de não terem acesso a uma visão estrutural que lhes é negada. Impõe-se assim nosso trabalho no sentido de levar a massa às organizações sindicais, fortalecer a sua vanguarda política, criar condições de seu aparecimento onde elas não existam, e sobretudo conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista. O trabalho de agitação a partir de problemas concretos e a atuação através dos movimentos de cultura popular, alfabetização etc., tem demonstrado sua validade como instrumento dessa conscientização. Não devemos ignorar, porém, que a classe dominante se propõe e efetivamente atua em um trabalho de manipulação da opinião pública através da imprensa, rádio, televisão etc. com condições de maior eficácia que a iniciativa dos grupos de vanguarda. Para vencer este obstáculo será necessário, não só denunciar constantemente as afirmações e os valores da classe dominante, mas sobretudo ligar indissoluvelmente o trabalho da conscientização à organização das massas atingidas.

Em relação ao problema do campo, as condições objetivas indicam a necessidade de outro tipo de trabalho. Importa distinguir inicialmente as áreas de trabalho coletivo (sobretudo nos setores de exportação) das áreas feudais. No primeiro caso, a formação de uma consciência e do trabalho de organização encontram melhores condições, embora seja necessário considerar que os problemas de nível de vida são freqüentemente catalisadores mais importantes do espírito de luta. Importa aí canalizar a insatisfação já existente para a denúncia do sistema de exploração, sempre porém associando o trabalho de agitação aos problemas concretos e locais. Nas áreas feudais, as dificuldades são maiores, não só pela dispersão das populações, como também pelo alto grau de conformismo que apresentam os camponeses, dada a permanência secular das condições de exploração. Aí, porém, o problema capaz de suscitar o espírito de luta é mais estrutural, ligado à propriedade da terra. De toda forma, é necessário considerar que o trabalho no campo só encontra raízes nos problemas concretos e locais, sendo lento o processo de formação de consciências e extremamente difícil lançar palavras de ordem políticas.

Outros setores, embora não prioritários, apresentam condições de um trabalho eficaz. O movimento estudantil tem-se fundado gra-

dualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política.

Em todas essas áreas, a tônica será a preparação revolucionária. Esse trabalho será feito tendo em conta a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. Ao mesmo tempo, porém, é necessário afirmar nossa atuação em uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário.

PARTIDO COMUNISTA REVOLUCIONÁRIO — PCR

O Partido Comunista Revolucionário — PCR — originou-se de uma cisão ocorrida no PC do B — Partido Comunista do Brasil, em 1966, conseguindo organizar núcleos e bases na região da Zona da Mata nordestina, de Alagoas à Paraíba.

Aglutinando-se em torno de teses sobre a guerra popular, o que marcou sua singularidade foi a caracterização do Nordeste como área prioritária do ponto de vista da revolução, pois ali se manifestaria “de modo mais agudo a contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro”. O Nordeste, por ser a área mais explorada do país, deveria se tornar a área principal de atuação política dos revolucionários.

O PCR executaria operações de sabotagem nos canaviais e tentaria organizar o movimento dos trabalhadores rurais na Zona da Mata. Sua influência estendeu-se também ao movimento estudantil.

A Carta de 12 Pontos, aqui transcrita, e publicada em 1966, é considerada o documento mais relevante da trajetória do PCR pelos seus próprios militantes. Mas em 1968 o PCR formularia também um Programa e Estatutos próprios.

CARTA DE 12 PONTOS AOS COMUNISTAS UNIVERSITÁRIOS (maio, 1966)

1 — A contradição principal que se manifesta em nossa pátria é aquela entre o imperialismo norte-americano e nosso povo. A natureza agressiva do imperialismo exige uma constante aplicação de

sua política de dominação e exploração. Em virtude desse fato, o imperialismo ianque dirigiu e executou por intermédio dos militares reacionários, os "gorilas", o golpe de 1º de abril de 1964. Estabeleceu uma ditadura militar apoiada internamente na alta burguesia nacional e nos latifundiários. A burguesia nacional, constituída em sua maioria de pequenos e médios industriais e comerciantes, por temor ao proletariado e ao movimento de massas, se alia ao imperialismo ianque, como ocorreu no período que antecedeu ao golpe. Porém, passa a hostilizar o imperialismo e seus agentes internos, quando estes praticam uma política que lhes é prejudicial, como ocorre atualmente. Contudo, ainda mesmo os seus elementos mais progressistas não conseguem formular e levar à prática uma luta conseqüente contra o imperialismo e o latifúndio, que se constituem em obstáculos a sua expansão como classe. A burguesia nacional em nossa pátria, como as burguesias nacionais do mundo subdesenvolvido, é incapaz de dirigir e realizar a luta contra o imperialismo e o latifúndio e capitula diante dessas forças.

2 — A classe operária, os camponeses, os estudantes e intelectuais revolucionários constituem as massas fundamentais para a revolução, isto é, aquelas que exigem de fato a derrubada da ditadura militar, a expulsão do imperialismo norte-americano e a eliminação como classe da alta burguesia nacional e do latifúndio. O dever dos marxistas-leninistas e revolucionários está em despertar as massas fundamentais para a luta contra a ditadura militar, mobilizá-las e guiá-las de forma conseqüente. Isto somente será possível através de um genuíno Partido do Proletariado, produto da luta de classes e identificado com as lutas libertárias de nosso povo. Um partido com a firme determinação de conduzir as lutas do povo brasileiro até o fim quando for extirpado definitivamente do seio da sociedade brasileira a exploração do homem pelo homem.

3 — Sobre o Partido do Proletariado recai a responsabilidade de uma correta análise das classes sociais em nosso país, de definir qual a contradição principal de nossa sociedade e de precisar onde ela se manifesta de maneira mais aguda. A partir daí deve elaborar a estratégia revolucionária, definir claramente quais os amigos e quais os inimigos e também os métodos de luta adequados à estratégia.

4 — Onde se manifesta de modo mais agudo a contradição entre o imperialismo norte-americano e nosso povo? Nossa resposta é o Nordeste. Região com mais de 20 milhões de habitantes tem sido fonte de matérias-primas e produtos agrícolas para o sul do país e para o exterior. Em compensação quase todos os produtos

manufaturados que consome importa do sul do país, onde se encontram de fato os grandes grupos econômicos, notadamente os da alta burguesia nacional e do imperialismo norte-americano. Nessas condições o Nordeste é a região mais explorada do país e o seu desenvolvimento teria como consequência a perda de um mercado e de uma fonte de matérias-primas para os referidos grupos econômicos. Além disso uma classe dominante de latifundiários e usineiros controla a principal atividade econômica do Nordeste, a deficitária indústria do açúcar, cujos prejuízos descarregam sobre a imensa massa de assalariados agrícolas que exploram.

5 — Por isso o Partido da Classe Operária deve elaborar sua estratégia e aplicá-la onde se reflete de modo mais agudo a contradição principal. Aí desenvolver, com profundidade, a Aliança Operário-Camponesa, através do deslocamento para o campo dos elementos mais avançados da classe operária, dos intelectuais e estudantes com ideologia do proletariado para criar as bases de apoio rurais. O cerne da estratégia do proletariado e de seu Partido é o desenvolvimento da guerra popular através da guerra de guerrilhas. A guerra de guerrilhas, através das formas mais primitivas e rudimentares de combate, proporciona às massas organizadas na base de apoio um adequado método de luta, e possibilita que cada elemento de massa se converta num soldado da guerra popular. Além disso, a história de nossas lutas libertárias demonstra cabalmente que a guerra de guerrilhas foi o método de luta que nosso povo sempre utilizou para derrotar os opressores. Dessa forma é o próprio desenvolvimento da guerra, que é a forma superior de expressão da luta de classes, que dará origem a outras bases de apoio rurais, que fará crescer as forças armadas populares e inclusive, também, o próprio Partido do Proletariado. Assim, surgirão bases de apoio em todo o Nordeste como também em todos os pontos do interior de nossa Pátria onde as condições sejam favoráveis. Nas cidades e particularmente nas grandes capitais, não só do Nordeste, como de todo país, organismos do Partido do Proletariado deverão ser criados.

6 — Do ponto de vista tático o campo é mais importante do que a cidade para os revolucionários, porque o aparelho de repressão do inimigo é débil nas áreas rurais e tem dificuldades de nela penetrar. Nessas condições, observando o princípio da superioridade relativa de concentrar contra o inimigo forças duas ou três vezes maiores em todas as ações concretas, é possível através da guerra popular derrotar por partes os “gorilas”. Por isso a guerra popular também é prolongada. Prolongada porque no início da luta o inimigo é taticamente forte e as forças populares são débeis. Somente

é a guerra que pode inverter os papéis tornando o inimigo débil e as forças armadas populares fortes. Essa mudança acarreta o controle de amplas zonas rurais pelas forças armadas populares dando em conseqüência o “cerco da cidade pelo campo”, compreendendo-se “cidade” onde o inimigo é ainda taticamente forte, pois aí localiza-se seus quartéis e bases. Nas atuais circunstâncias, dentro de um ponto de vista regional as grandes cidades e capitais do Nordeste são “cidade”, enquanto que o restante é “campo”. De um ponto de vista nacional, a área industrial de São Paulo, compreendendo as cidades satélites do ABC, Santos e Rio de Janeiro formam o conjunto que podemos chamar “cidade”, sendo o restante do país “campo”.

7 — O caráter prolongado da guerra popular e a aliança operário-camponesa, imprescindível para o seu desenvolvimento, constituem a garantia de que a hegemonia do processo revolucionário permaneça nas mãos do proletariado e seu Partido. Esse é o grande significado político da guerra popular.

8 — Sobre um segundo tipo de aliança, ou mais precisamente a frente única com a burguesia nacional, autenticamente nacional, submetida também ao imperialismo ianque, a condição básica para sua efetivação é a formação das forças armadas populares através do próprio desenvolvimento da guerra popular. Seria erro grave e ilusão de classe supor que a aliança se faça antes do início da insurreição armada, à base de conversações ou trocas de pontos de vista. Nessa questão, o fundamental é o proletariado realizar a frente única quando tiver suas próprias forças armadas, independentes e dirigidas pelo seu Partido, garantia de que a luta contra o imperialismo e o latifúndio irá até o fim, isenta de vacilações ou capitulações próprias da burguesia nacional.

9 — Nesse ponto cabe assinalar a maneira contra-revolucionária de compreender a frente única que os revisionistas modernos aplicam em nosso país. Vista a questão em profundidade, negam ao proletariado e seu Partido a capacidade de derrotar o imperialismo e seus lacaios e colocam nas mãos da burguesia nacional essa tarefa. Por isso, se colocam a reboque da burguesia nacional e adotam a luta eleitoral como principal e única. Quando esta é negada totalmente, passam a aconselhar o proletariado que nada há por fazer, que é necessário esperar etc. É claro que, na situação de ditadura militar vigente em nossa Pátria, os que usam o nome de comunistas marxistas-leninistas para seguir a política da contra-revolução a reboque da burguesia nacional, para infundir o medo no espírito das massas, desarmá-las ideologicamente, prestando assim o melhor dos

serviços ao imperialismo ianque, não passam de vis traidores da Pátria e do povo.

10 — Além do oportunismo de direita, o proletariado e seu Partido devem dar combate, sem tréguas, ao oportunismo de “esquerda”, que isola os revolucionários, levando-os a ações aventureiras. Em realidade, os oportunistas de “esquerda” ao fazer propostas impossíveis de serem concretizadas temem a revolução e tanto quanto os revisionistas também não a desejam. Não conseguem compreender o duplo caráter da burguesia nacional e a questão de isolar os inimigos principais, aniquilando-os sempre por partes. Ao contrário, se isolam e se lançam a ações aventureiras porque desprezam taticamente o inimigo e pretendem derrotá-lo de uma só vez.

11 — Os revolucionários e marxistas-leninistas têm como ponto de honra para suas atividades se apoiarem nos seus próprios esforços. Em nossa Pátria o desenvolvimento de uma autêntica revolução exige que ela surja como exigência das forças internas do país. Revolução não se importa e nem se exporta. O auxílio que os países que já se libertaram do imperialismo ianque possa nos dar deve ter um caráter essencialmente político. O principal, o mais importante, é que a revolução se desenvolva a partir das próprias forças internas. Aliás, a aplicação desse princípio é o requisito básico para que a guerra popular venha se processar.

12 — A maior prova que o marxista-leninista e revolucionário pode dar de internacionalismo proletário é fazer a revolução em seu país. Desenvolver a guerra popular, derrubar a ditadura, expulsar o imperialismo ianque e eliminar a alta burguesia nacional e o latifúndio como classes são objetivos de um verdadeiro internacionalista proletário em nossa Pátria, que conquistando o Poder, estabelecendo um Governo Revolucionário dará uma importante contribuição revolucionária aos povos. De um ponto de vista internacional, a contradição principal do mundo contemporâneo é a mesma que se verifica em nossa Pátria, isto é, aquela que se manifesta entre os povos da Ásia, África e América Latina e o imperialismo ianque. Isto acontece devido à natureza agressiva do imperialismo norte-americano, que se manifesta de diversas formas, desde os “inocentes” acordos culturais, os leoninos acordos econômicos e os *dumplings*, as intervenções diplomáticas, a preparação e execução de golpes de Estado, até a sua forma superior de exteriorização que é a intervenção armada e a guerra. Atualmente, o imperialismo ianque leva à prática a mais cruel guerra de agressão que a humanidade já teve conhecimento no Vietnã, sendo o Sudeste Asiático o centro

de gravidade de sua estratégia contra-revolucionária. Tendo em vista essa sua política, imposta por sua natureza agressiva, o imperialismo "limpa terreno" na Ásia, África e América Latina e substitui através de intervenções armadas e golpes de Estado os governos dos políticos progressistas das respectivas burguesias nacionais por militares títeres do Pentágono e que apóiam as aventuras guerreiras do imperialismo e lhe dão cobertura com recursos materiais de toda espécie e tropas, como faz, por exemplo, a ditadura militar dos "gorilas" chefiados por Castelo Branco ao enviar tropas e recursos materiais para São Domingos. Isto, no entanto, demonstra que o imperialismo é estrategicamente débil, que historicamente está derrotado e que os povos do mundo irão vencê-lo. Nosso povo não será exceção a essa regra e um dia através da guerra popular e prolongada alcançará a vitória final sobre o imperialismo ianque e seus lacaios.

UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS
DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA
NEOCOLONIALISTA*
(junho, 1966)

Passaram-se mais de quatro anos desde a realização da Conferência que reorganizou o Partido Comunista do Brasil. Foi um período repleto de importantes acontecimentos políticos em nosso país e no mundo, de luta em defesa do marxismo-leninismo e de ingentes esforços para construir uma vanguarda revolucionária da classe operária.

No cenário internacional, intensificaram-se as lutas libertadoras dos povos da Ásia, África e América Latina e os imperialistas norte-americanos, enfurecidos, tornaram-se mais agressivos e sanguinários. Opondo tenaz resistência aos invasores ianques, os vietnamitas escrevem verdadeira epopéia para assegurar a independência e a reunificação de sua Pátria. Avançou em nosso continente a luta armada pela emancipação nacional.

O povo brasileiro viveu uma fase de ricos ensinamentos e recolheu valiosas experiências. Alcançou inúmeras conquistas democráticas. Mas, sofreu duro revés com o golpe de 1º de abril, que anulou essas conquistas e instaurou no país uma ditadura militar a serviço dos monopólios estadunidenses. Amadureceu mais ainda

* N.O.: O documento "União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista" foi preparado pelo Comitê Central do PC do B para servir de base às discussões da VI Conferência Nacional, realizada em 1966. As divergências provocadas pelo texto originariam duas organizações: a Ala Vermelha (PC do B-AV) do PC do B e o PCR. Para maiores elementos sobre a história do PC do B consulte pág. 23.

a consciência revolucionária das massas trabalhadoras e da intelectualidade progressista.

Aguçou-se extremamente a luta entre o marxismo-leninismo e o revisionismo contemporâneo. Nesta contenda, a grande doutrina do proletariado revelou sua imensa vitalidade. Seus adversários amargam pesadas derrotas, mostram sua verdadeira face de oportunistas, de cúmplices do imperialismo e inimigos da revolução.

O Partido Comunista do Brasil obteve assinalados êxitos. Consolidou sua organização, aumentou seus efetivos e ampliou o círculo de sua influência. Nem a reação nem os revisionistas conseguiram impedir que o partido se robustecesse e se transformasse em um agrupamento político conhecido dos trabalhadores e das correntes democráticas. Fiel às melhores tradições do movimento operário, o Partido Comunista do Brasil adquiriu características novas e orienta toda a sua atividade objetivando a Revolução. Agora já é possível aquilatar a significação histórica da Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro/62.

Agrava-se a luta entre os povos e o imperialismo norte-americano

Desde o término da Segunda Guerra, nunca o desenvolvimento da situação internacional exerceu tanta influência no curso dos acontecimentos internos dos diferentes países. Por sua vez, os fatos políticos de maior expressão verificados em dado país jamais repercutiram tão intensamente no conjunto da situação mundial. Isto porque se trava nos dias de hoje uma luta que tende a envolver toda a humanidade. É a luta contra o imperialismo norte-americano, que quer impor seu domínio no mundo e os povos que aspiram à liberdade nacional, à democracia e ao socialismo.

...

O desenvolvimento da situação internacional é favorável aos povos e desfavorável aos imperialistas e reacionários. Aprofunda-se a crise geral do capitalismo, desmorona o sistema imperialista. As suas contradições aumentam e as alianças militares dos Estados Unidos começam a se desintegrar. A posição da França é um exemplo. Enquanto isso, amplia-se o movimento de emancipação nacional. Novos países recorrem à ação armada para conquistar sua independência. A China e outras nações socialistas se fortalecem em ritmo acelerado. A causa que os reacionários americanos defendem é injusta, significa a escravidão e espoliação. Os povos pugnam por elevados ideais, como os da libertação nacional, da democracia

e do progresso social. A razão lhes pertence, por isso são invencíveis. A guerra do Vietname demonstra que os bandidos ianques não são tão poderosos como aparentam. Não há força capaz de dobrar a vontade de um povo que defende o direito de ser livre e está decidido a alcançar a vitória. Os povos se levantarão em toda parte para conquistar uma nova vida. Ressoa imensamente o apelo de Mao Tsé-tung: "Povos de todos os países, uni-vos, derrotai os agressores norte-americanos e todos os seus lacaios. Povos de todo mundo, sede corajosos, atrevei-vos a lutar, desafiad as dificuldades, avançai, um após outro, e, assim, o mundo vos pertencerá."

Face à situação internacional, as tarefas do partido são:

— Prestar ativa solidariedade ao povo do Vietname, que suporta o peso principal da agressão norte-americana. Protestar contra o envio de víveres e medicamentos que o governo brasileiro vem fazendo aos títeres de Saigon. Exigir a volta imediata dos soldados brasileiros que se encontram em São Domingos. Ajudar aos que, na América Latina, de armas na mão, lutam contra a reação e o imperialismo.

— Desmascarar a política do imperialismo norte-americano de agressão e de expansão da guerra na Ásia, denunciar suas hipócritas manobras de paz, sua criminoso atividade para estabelecer a reação e o terror em toda parte.

— Apoiar os esforços da China popular para unir todos os povos, a fim de desbaratar os planos de domínio mundial do imperialismo dos Estados Unidos. Revelar o verdadeiro conteúdo da cooperação soviético-americana, que objetiva dividir o mundo em esferas de influências.

— Contribuir para a união dos povos latino-americanos na luta contra os monopolistas ianques. Defender as conquistas da Revolução Cubana em face das ameaças do governo de Johnson. Combater energicamente a organização da chamada Força Interamericana de Paz.

O BRASIL SOB A DITADURA MILITAR

A situação política nacional apresenta um quadro que ressalta o aprofundamento de todas as contradições da sociedade brasileira. Surgiu no país uma nova disposição das forças políticas, tanto no terreno das classes dominantes, quanto no âmbito das correntes populares. O Poder passou para as mãos dos elementos mais reacio-

nários e pró-americanos, que introduziram sérias alterações anti-democráticas na superestrutura política e jurídica da nação. Alastra-se o descontentamento diante da orientação antipopular e antinacional da ditadura e amadurece a idéia de revolução.

A significação do golpe de abril

1 — O povo brasileiro sofreu duro revés com o golpe de 1º de abril e no país ocorreu uma reviravolta política de sentido reacionário. Foi implantada uma ditadura militar. Ascenderam ao governo pessoas diretamente ligadas ao Pentágono e ao Departamento de Estado e que não têm nada em comum com os interesses nacionais. A orientação que preconizam, as soluções que apresentam e as medidas que executam são inspiradas ou ditadas por Washington.

Em pouco mais de dois anos, o governo de Castelo Branco caracterizou-se pelo mais descarado entreguismo, por uma conduta contrária ao desenvolvimento do país e de esfomeamento do povo e ainda pela supressão das liberdades democráticas. Adotou uma política externa de total submissão aos Estados Unidos, enviou tropas a São Domingos, e apoiou a criação da Força Interamericana de Paz. O Brasil passou a ser simples caudatário da Casa Branca e é utilizado como peão pelo Departamento de Estado nas suas manipulações internacionais. A ditadura arrogou-se a faculdade de casar mandatos de parlamentares e governadores e direitos políticos de seus adversários, de decretar o recesso do Parlamento, e das Assembléias Legislativas. Atentou contra o direito dos cidadãos, perseguiu, prendeu e torturou milhares de brasileiros. Indiciou em inquéritos policiais-militares mais de dez mil pessoas. Desencadeou o terrorismo cultural. Qualquer resistência à penetração ianque é considerada crime. Os direitos dos trabalhadores, conquistados com imensos sacrifícios, vêm sendo pouco a pouco suprimidos. Por exigência de investidores ianques, o instituto da estabilidade acha-se ameaçado de desaparecer.

Castelo Branco e sua camarilha puseram em prática uma política econômica e financeira elaborada pelo Fundo Monetário Internacional, liquidando os subsídios para o trigo e o petróleo. Congelaram de fato os salários e vencimentos. Seu proclamado combate à inflação constitui uma fraude. Em 21 meses foram emitidos 1 trilhão e 380 bilhões de cruzeiros, mais do que o montante das emissões de todos os governos da República em conjunto. Enquanto empresas nacionais carecem de crédito, firmas estrangeiras têm obtido financiamentos com toda facilidade. O governo afirma cingidamente que as medidas antipopulares e de restrição ao crédito são adota-

das tendo em vista salvar a economia nacional do caos inflacionário. Na realidade, porém, trata-se de uma orientação para servir exclusivamente aos monopólios norte-americanos e imperialistas e impedir o desenvolvimento do país.

2 — Com a instauração da Ditadura os imperialistas ianques aceleraram o processo de recolonização do Brasil. Acumpliciados com o grupo que está no poder, assenhorearam-se de informações e segredos, atinentes à defesa nacional. Passaram a controlar as Forças Armadas e conseguiram colocar à frente dos Ministérios mais importantes homens de sua inteira confiança. Através da USAID, sob o rótulo da Aliança para o Progresso, criaram uma superadministração norte-americana no país. Funcionários ianques atuam até mesmo no Departamento Federal de Segurança Pública e em repartições que cuidam de problemas sigilosos como o Departamento Nacional de Imposto de Renda. A Embaixada dos Estados Unidos e as Missões militares norte-americanas são centro de corrupção e conspiração, e intervêm desenvoltamente nos negócios internos do Brasil.

Os imperialistas estadunidenses vêm se apossando de meios de publicidade, visando a desorientar a opinião pública e preparar ambiente favorável à política ianque. Além do controle da TV e Rádio Globo, compraram 29 emissoras de rádio em São Paulo e se apresentam para instalar 26 outras estações radiofônicas em vários estados do Brasil. Editam grande número de revistas e manejam importantes jornais. Utilizando os Voluntários da Paz, auscultam o estado de espírito das massas, pesquisam as possibilidades de rebelião no campo e estudam as medidas de repressão a serem tomadas. No Nordeste, patrocinam a fundação de campos de treinamento para jovens do interior. Procuram enquadrar 100 mil camponeses nesses campos em grupos de 5 mil, cada um deles comandado por um coronel do Exército. Pretendem evitar explosões revolucionárias naquela região e adestram soldados para serem utilizados contra o povo ou enviados para o exterior como carne de canhão. Os monopolistas ianques, estimulando a militarização da indústria brasileira, tentam atrair parte da burguesia brasileira para sua política belicista. Ainda recentemente, agentes do Departamento de Defesa dos Estados Unidos discutiram com industriais paulistas a fabricação do avião OV-100, que está sendo usado no Vietname no combate às guerrilhas.

3 — Um dos objetivos do grupo que assaltou o Poder em abril de 1964 foi estabelecer um sistema político que reduzisse ao mínimo

a participação do povo na vida pública e assegurasse a continuidade favorável aos interesses ianques e às forças mais reacionárias internas. Com essa finalidade, Castelo Branco rasgou a Constituição de 46 e fez profundas transformações na superestrutura política do Brasil. O sufrágio universal, direto e secreto, para escolha dos governantes foi abolido. Instituiu-se o princípio de eleições indiretas para Presidente da República e Governadores. Os prefeitos das capitais dos Estados serão nomeados. A alteração da lei orgânica dos partidos outro escopo não teve senão o de limitar as entidades partidárias a um pequeno grupo e impedir a existência de partidos onde se pudesse fazer sentir a influência popular. A remuneração de vereadores foi liquidada, medida demagógica, visando a impedir que pessoas sem recursos participem das Câmaras Municipais. As funções do Supremo Tribunal Federal de Primeira Instância para punir pretensos crimes contra a propriedade (sic). Atribuiu-se à Justiça Militar competência para julgar os chamados delitos políticos. São as Forças Armadas que realizam inquéritos e instauram processos de natureza política. Tudo isto teve em vista institucionalizar um sistema reacionário e de caráter ditatorial. Castelo Branco e seus apaniguados sob inspiração norte-americana pretendem tornar permanente o regime implantado a 1º de abril.

Situação calamitosa do país

4 — Catastróficas têm sido as conseqüências da política do governo de Castelo Branco. Ela prejudica gravemente o povo e a Nação, conduz a economia nacional à crise e coloca o Brasil em uma dependência maior aos Estados Unidos. Ascendeu a quase 5 bilhões de dólares a dívida externa. A indústria brasileira, que em anos anteriores alcançara índice de desenvolvimento de até 10,3%, caiu em 1964 em 5% e no ano passado teve nova queda de 7% em relação ao ano precedente. O declínio das importações que se verificou em 1965 — menos 447 milhões de dólares que o montante das importações oficialmente previstas — representou substancial diminuição na compra de equipamentos industriais no exterior, o que comprova a redução das inversões. No último ano, somente em São Paulo, cinco mil empresas cerraram suas portas. Está em marcha um processo de desnacionalização de importantes ramos da economia nacional. Muitas indústrias passam às mãos dos trustes norte-americanos. E o mais grave é que esses trustes adquirem as empresas de capital nacional, quase sempre com recursos obtidos nos meios bancários brasileiros. No que se refere a comércio exterior, aumenta o controle dos monopólios ianques. Uma única firma norte-

americana, a Anderson Clayton, detém 80% da exportação do café. A agricultura defronta-se também com enormes dificuldades. Está em crise a produção açucareira, em particular no Nordeste. Paradoxalmente, num país de tão extensa área cultivável, como o Brasil, não se produzem gêneros alimentícios em quantidade necessária ao consumo da população. Os lavradores de algodão, arroz e outros produtos agrícolas atravessam situação grave, em virtude das restrições de crédito e dos preços mínimos insuficientes. O comércio interno ressentiu-se da queda do poder aquisitivo do povo. Nos três primeiros meses de 1966, as vendas a varejo decaíram na Guanabara em 40%, em Belo Horizonte 64% e em São Paulo 43%.

5 — A situação das massas tornou-se verdadeiramente insuportável. A carestia de vida chegou a um nível jamais registrado. Enquanto o aumento do salário mínimo não ultrapassou os 100%, a taxa de inflação, que repercutiu nos preços, foi de 220%. A capacidade de compra dos trabalhadores ficou reduzida a menos da metade. Além disto, setores do proletariado tiveram suprimidas vantagens salariais. O desemprego é atualmente um flagelo para a classe operária. No campo, a situação é pior ainda. As massas camponesas vivem em situação de miséria. No Nordeste, 100 mil assalariados agrícolas perderam o emprego. Mesmo em São Paulo, onde a agricultura é mais desenvolvida, os trabalhadores do campo percebem a seca, a insignificância de mil e quinhentos cruzeiros diários. Devido ao êxodo rural, o fenômeno das favelas começa a se alastrar também nas cidades do interior desse Estado. O aumento considerável das anuidades e taxas escolares e do preço dos livros didáticos vem tornando o ensino um privilégio de ricos. Pesadas majorações recaíram sobre as refeições nos restaurantes universitários. O funcionalismo público, sem o adequado reajustamento de seus vencimentos, vive num regime de restrições sempre maiores. A elevação dos aluguéis, constantemente decretada pelo governo, fez mais agudo ainda o problema de moradias.

Nunca os brasileiros atravessaram situação tão calamitosa.

Cresce a resistência popular ao governo

6 — O povo não se mantém passivo diante da política antinacional e antipopular da ditadura. O descontentamento das massas, que se revelou desde os primeiros dias do golpe, generalizou-se e manifesta-se abertamente. O governo é odiado pelos patriotas e democratas. Ações vigorosas de diversas camadas sociais têm lugar em todo o país e contribuem para desmascarar e isolar a ditadura. Os

estudantes realizam, corajosamente, demonstrações públicas a favor da liberdade. Promovem passeatas e por mais de uma vez entraram em choque com as forças da repressão. Não aceitam a dissolução arbitrária da UNE e dos Diretórios Acadêmicos. Fazem intensa campanha contra a Lei Suplicy e se negam a estabelecer qualquer diálogo com o governo. Os intelectuais condenam o terrorismo cultural, protestam contra as perseguições a professores e cientistas, exigem um clima de liberdade. Expressam na literatura, no teatro, na música, no humorismo, sua repulsa aos homens de 1º de abril. Os trabalhadores repudiam os governantes, opõem-se às tentativas de liquidação dos seus direitos. Organizam campanha em defesa da estabilidade. Os portuários de Santos utilizam formas adequadas de luta, reivindicam o retorno das vantagens de que foram esbulhados. Em vários pontos do país, camponeses têm resistido às ações dos grileiros que tentam expulsá-los de suas posses. Donas-de-casa saem às ruas para reclamar contra a carestia de vida.

7 — Correntes democráticas demonstram sua inconformidade com o atual estado de coisas e verberam as violências e as ilegalidades da ditadura. Dissolvendo os Partidos Políticos, reduzindo a quase nada as possibilidades de concorrência a postos eletivos, cassando mandatos e direitos políticos, o grupo governante acabou sendo combatido por importantes alas dos antigos partidos como PTB, PSD, PDC e o Janismo. Aquelas correntes, participando das eleições diretas para escolha de governadores, verificadas antes da vigência do ato do governo que estabeleceu eleições indiretas, contribuíram para derrotar os candidatos que representam as forças do golpe do 1º de abril. Reprovam os Atos Institucionais e reclamam a anistia para os perseguidos políticos e o restabelecimento das liberdades democráticas. Estão empenhados na campanha por eleições diretas.

8 — Avolumam-se os protestos contra o entreguismo do Governo. Nunca foi tão acentuado o sentimento anti-norte-americano no Brasil. Crescem as manifestações de repúdio à desnacionalização da indústria brasileira e ao saque criminoso de nossas riquezas minerais perpetrados pelos trustes estadunidenses. Geral é o clamor face à política econômica e financeira do Governo, que só beneficia os norte-americanos. Ganha vigor a campanha que desmascara a tentativa de açambarcamento da imprensa, do rádio e televisão por grupos financeiros dos Estados Unidos. Durante várias semanas, a Câmara dos Deputados não pôde aprovar o famigerado Acordo Atômico com o governo de Johnson porque grande número de depu-

tados a ele se opôs. A fundamentada denúncia do Partido Comunista do Brasil sobre a ameaça de recolonização do país alcançou repercussão entre as correntes democráticas.

Acentuam-se as divergências com Castelo Branco

9 — Dois anos após a quartelada de abril, as forças que levaram a termo o golpe encontram-se divididas. A maior parte está em oposição à ditadura, que perdeu, inclusive, apoio de ponderáveis setores das Forças Armadas. O grupo de Castelo Branco é sustentado pelo imperialismo ianque e por generais e políticos ultra-reacionários. Diante da impopularidade do Governo, de seu exclusivismo, do fracasso total de sua política e da resistência sempre maior dos militares no poder, elementos que tiveram destacada atuação no golpe declararam-se em divergência com os governantes. Carlos Lacerda aponta o governo como entreguista. Ademar de Barros chegou a pedir a renúncia de Castelo Branco, a liquidação dos Atos Institucionais e a realização de eleições diretas. Magalhães Pinto impugna a política econômico-financeira. Mourão Filho apresenta-se em oposição e considera as eleições indiretas uma burla. Na área militar, aumenta o número de descontentes.

10 — Com a aproximação das datas em que serão escolhidos o Presidente da República e os Governadores de 11 Estados, acentuam-se as discordâncias com Castelo Branco. Vai se decidir qual o grupo que empolgará o Poder. Os imperialistas norte-americanos tudo fazem para assegurar as posições que conseguiram com o golpe de 1º de abril. Desejam manter na direção do país homens de sua estrita confiança. Toda a atividade de Castelo Branco, na questão sucessória, visa garantir a continuidade de sua camarilha. Depara-se, contudo, com sérias dificuldades. Viu-se forçado a aceitar a candidatura de Costa e Silva. Mas continua negaceando. Embora Costa e Silva seja um dos generais mais retrógrados e ligados ao Pentágono, sofre pressão de grupos militares, também reacionários, que fazem entretanto restrições à política econômico-financeira e mesmo a certos aspectos da política exterior. A sucessão presidencial, apesar da aprovação pela Arena da candidatura Costa e Silva, não pode ser considerada resolvida. Na substituição dos governadores, a interferência de Castelo Branco é das mais cínicas e arbitrárias. Fazendo ameaças de toda natureza, impõe como candidatos pessoas de sua grei, com o objetivo de fortalecer-se em todo país. Agindo deste modo, entra em conflito com importantes correntes políticas e com militares que aspiram a cargos executivos estaduais.

11 — Estas divergências que se vêm acentuando, particularmente em torno da sucessão presidencial, e da substituição de governadores, podem evoluir e ocasionar choques mais sérios. Em virtude da predominância de um sistema discricionário, a atividade política das diferentes forças em pugna se orienta principalmente no sentido da conspiração. Castelo Branco e elementos da oposição, sigilosamente, fazem articulações de toda ordem para impor suas soluções. A conjuntura nacional é extremamente instável. Podem advir golpes militares, novas medidas de perseguição a patriotas e adversários do governo, e conflitos de maior profundidade, mesmo armados.

12 — A situação brasileira apresenta assim perspectiva de agravamento das principais contradições entre o povo e o governo, entre a esmagadora maioria da nação e o imperialismo norte-americano, tendendo a adquirir caráter mais agudo. Qualquer das saídas presentemente tentadas pelas classes dominantes não amainará as divergências entre os grupos políticos em choque e muito menos o descontentamento e a luta popular. Os imperialistas ianques, aliados à reação interna, se esforçarão para consolidar o que obtiveram a 1º de abril e intensificarão sua atividade neocolonialista no Brasil. Tudo isto demonstra que o país marcha para sérios conflitos políticos, convulsões sociais e lutas de maior envergadura. As contradições fundamentais que se agravam são irreconciliáveis e só podem ser superadas pela revolução.

A LUTA DO POVO BRASILEIRO PELA DEMOCRACIA E PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Os acontecimentos verificados a partir de abril de 1964 vieram comprovar mais uma vez que os problemas básicos do povo brasileiro demandam soluções radicais. O país somente sairá da profunda crise em que se debate, liquidando os principais entraves que se antepõem ao seu progresso, à sua completa independência, e ao bem-estar de sua população. O desenvolvimento do Brasil exige que se ponha termo à espoliação do imperialismo norte-americano e que se acabe com o iníquo sistema do latifúndio. Exige também a substituição das atuais instituições por outras que estejam em consonância com os interesses nacionais.

Aprofunda-se a crise brasileira

1 — A crise de estrutura que o Brasil atravessa já vem de longe. Os políticos mais progressistas das classes dominantes têm,

a seu modo, procurado solucioná-la. Nos últimos decênios, várias iniciativas foram adotadas, visando superar o atraso e o subdesenvolvimento. Teorias, as mais diversas, têm sido apresentadas para resolver as dificuldades. Mas a crise persiste e agrava-se cada vez mais. Isto porque nem o latifúndio nem a dominação imperialista foram atingidos.

Com a ditadura, o jugo do imperialismo ianque tornou-se mais opressivo. Não tem limites a espoliação estrangeira. Ficou ainda mais difícil o acesso à terra. Milhões de camponeses não possuem nem sequer uma pequena gleba enquanto os latifúndios se ampliam sob a forma mais atrasada, a da pecuária extensiva.

A permanência de fatores adversos à independência e ao desenvolvimento do Brasil faz mais dramáticas as condições de vida da imensa maioria da população. Em 3.554 municípios existentes, 1.379 não contam com um único médico. O quadro nosológico do país revela que 43 milhões de brasileiros são doentes.

Somente nas capitais e grandes cidades, onde existe alguma assistência médica e melhores condições de higiene do que no interior, 1.020 crianças de um a quatro anos morrem diariamente, vítimas da subalimentação. Quase três mil cidades, com população de dez a 20 mil habitantes, não têm rede de abastecimento de água. Anualmente, 600 mil jovens atingem os 14 anos de idade no mais completo analfabetismo. De 100 alunos que ingressam na 1ª série primária, apenas 16 chegam à 4ª série. No Hemisfério, unicamente o Haiti e a Nicarágua encontram-se, a esse respeito, em pior situação. Em fins de maio deste ano, o II Congresso Nacional de Problemas de Alimentação chegou à conclusão de que “o consumo de alimentos não atinge a exigência de calorías a serem absorvidas e que se observa alta incidência de doenças carenciais na população brasileira”.

Acentua-se o desenvolvimento desigual do país, não só entre as regiões Norte e Nordeste, de um lado, e a região Centro-Sul, de outro, mas também entre o litoral e o interior. Na faixa litorânea, onde se situam as principais cidades, sempre é possível registrar sinais de progresso. No entanto, as vastas regiões interioranas estão completamente abandonadas. Sua população não conta mesmo com os precários recursos de que dispõem as classes menos favorecidas das grandes cidades. Tornam-se cada vez mais definidos os contornos de dois Brasis: um que desfruta de certas vantagens da civilização moderna e outro que vive num atraso secular.

2 — A revolução é o único meio para resolver a profunda crise que avassala o país. Somente ela pode dar uma estrutura econômica à Nação, acabar com o odioso monopólio da terra e com a espo-

liação estrangeira, propiciar liberdade, cultura e bem-estar ao povo, por fim às desigualdades entre as diferentes regiões do país. Somente ela pode impedir que o Brasil seja utilizado como instrumento dos imperialistas norte-americanos em seus planos de domínio do mundo. A revolução fará surgir um autêntico governo do povo, um regime democrático e progressista.

3 — Em seu programa, aprovado na Conferência de fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil indicou o caminho da revolução nacional e democrática, agrária e antiimperialista, mostrou o caráter reacionário e antinacional do atual regime e a impossibilidade de resolver, dentro de seus limites, os problemas fundamentais do País. Definiu as tarefas dessa revolução e apontou a maneira de enfrentá-las. A vida encarregou-se de comprovar a justeza do Programa do Partido. Por isso os comunistas, em multifacética atividade, jamais devem perder de vista o seu Programa. Precisam nortear-se por ele, que é a meta a atingir nesta primeira etapa de revolução.

União pela independência, o progresso e a liberdade

4 — Na luta pelo seu programa, o Partido busca, no processo político em curso, as formas e meios de aproximar-se de seus objetivos. Na hora presente o povo brasileiro tem diante de si importante e urgente tarefa: unir-se e lutar para livrar o país da ameaça de recolonização, da grave crise em que se debate, e do sistema político ultra-reacionário imposto pela ditadura. Perigo sem precedente para sobre o Brasil, sujeito a viver longo tempo sob o regime ditatorial, a ter seu desenvolvimento interrompido e a perder suas características de nação independente. Em tal circunstância, nenhum problema pode sobrepor-se ao objetivo de salvar o país desse perigo.

Está colocada na ordem do dia a necessidade de organizar a mais ampla união patriótica que, sob o lema de independência, progresso e liberdade, possa aglutinar em um impetuoso movimento nacional as forças populares e as correntes democráticas. É a União para aniquilar a ditadura e postular transformações progressistas. Qualquer que seja a filiação partidária, a tendência filosófica ou religiosa, a classe ou camada social a que pertençam, os verdadeiros patriotas têm o dever irrecusável de se unir para a ação comum contra os inimigos da democracia e da soberania nacional. Estão em jogo os próprios destinos da pátria.

5 — Atualmente existem aspirações comuns aos mais amplos setores da população e que servem de base para unificar o povo brasileiro. Estas aspirações, hoje sentimento irreprimível, vinham-se delineando há muitos anos. Traduziam-se na exigência da fundação de indústrias de base, ampliação do mercado interno, realização de uma reforma agrária, liquidação do atraso das regiões Norte e Nordeste, enfim, de desenvolvimento da Nação. Expressavam-se também nos reclamos de uma política externa independente e de respeito à soberania do país e nos protestos contra a espoliação estrangeira. Manifestavam-se de igual forma na demanda da Reforma Universitária e da preparação de técnicos e cientistas, na afirmação de uma arte brasileira, em suma, nos anseios de uma cultura genuinamente nacional. Revelavam-se, finalmente, no ardente desejo de liberdade, franco debate das idéias, extensão do voto ao analfabeto, constituição de um governo democrático, em síntese, na reivindicação de uma autêntica democracia.

Nas novas condições políticas, são mais intensos ainda os anseios de progresso e renovação. Cresce, sem cessar, a resistência ao grupo militar no poder. A luta contra Castelo Branco une as mais variadas forças políticas e sociais. Derrubar a Ditadura e todo o sistema político por ela criado passou a ser um reclamo geral. As questões que melhor exprimem esses anseios e que afloram com bastante vigor no próprio curso dos acontecimentos podem, em linhas gerais, ser assim formuladas:

— Oposição decidida à recolonização do Brasil pelos Estados Unidos. Defesa da Soberania Nacional. Política externa independente. Combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos.

— Desenvolvimento independente da economia nacional. Providências que impeçam a desnacionalização da indústria brasileira. Ajuda às regiões mais atrasadas. Reforma agrária que beneficie as massas camponesas. Preservação e ampliação dos direitos da classe operária. Elevação dos salários dos trabalhadores e contenção da alta do custo de vida. Bem-estar do povo.

— Defesa da cultura nacional. Combate ao analfabetismo. Reforma Universitária e liberdade de Cátedra. Medidas contra a penetração norte-americana na imprensa, no rádio e na televisão. Proteção ao livro brasileiro.

— Garantia das liberdades democráticas. Voto universal, direto e secreto, inclusive para os analfabetos. Direito de reunião e de organização. Livre manifestação do pensamento. Anulação de todos os atos da ditadura em perseguição aos patriotas.

— Governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas. Convocação de uma Assembléia Constituinte, livremente eleita.

6 — Uma plataforma deste tipo pode servir de denominador comum à união dos patriotas pela independência, o progresso e a liberdade. Por sua amplitude, por seus objetivos democráticos e de defesa dos interesses nacionais, está chamada a desempenhar importante papel na mobilização do povo e na aglutinação de todas as forças suscetíveis de serem unidas.

Outras correntes políticas têm apresentado programas visando a unir os brasileiros contra a ditadura. São manifestações de desejo de unidade que correspondem à vontade das massas. Estão maduras as condições para forjar, na luta, uma ampla união patriótica. Numerosas são as ações pela liberdade e a emancipação nacional. Grande é a insatisfação com o atual estado de coisas. Tudo isto pode ser canalizado para um mesmo leito. A concretização de um movimento como a união patriótica pela independência, o progresso e a liberdade faria surgir uma poderosa força, capaz de enfrentar com pleno êxito os inimigos mortais do povo brasileiro, assestar golpes nos imperialistas norte-americanos, seus lacaios e descortinar uma nova situação política no país.

Esta nova situação não advirá sob o Governo de Castelo Branco ou de um Costa e Silva qualquer. Necessariamente, terá que ser implantado um governo novo, de tipo completamente diverso do atual. É possível que se instaure, como resultado da vitória pelo movimento da independência, o progresso e a liberdade, um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas. Um governo desta natureza teria como uma de suas principais atribuições a convocação de uma Assembléia Constituinte. Só nestas condições tal Assembléia poderia corresponder às aspirações nacionais. Dentro do sistema vigente, sob a égide dos generais reacionários, a Constituinte não passaria de uma farsa.

A união dos patriotas, hoje um sentimento que começa a tomar vulto, pode concretizar-se e rapidamente tomar forma organizada. Iniciativas objetivando estruturá-la em diferentes esferas de atividade terão grande significado para criar esse poderoso instrumento de luta do povo.

7 — O Partido Comunista do Brasil empenhará todas as suas energias para que se concretize essa frente única de patriotas. O fato de o imperialismo ianque atuar no sentido da recolonização de nossa pátria determina modificações tanto no campo das forças re-

volucionárias como no da contra-revolução. Nesta conjuntura, o problema da frente única adquire importância primordial. Torna-se um imperativo reunir o máximo de forças para combater o imperialismo norte-americano e seus lacaios. Assim agindo, os comunistas estão coerentes com os seus princípios. Partem de questões que sensibilizam diretamente vastas camadas do povo e galvanizam grandes massas. O Partido considera que a solução da grande crise brasileira está no triunfo total da revolução nacional e democrática. Não tem dúvida porém de apoiar o movimento de união patriótica com objetivos mais limitados. Quanto maior for o contingente da população mobilizado para a luta contra a ameaça neocolonialista e a ditadura, tanto mais próximo o povo estará de sacudir o jugo da opressão estrangeira.

Se os comunistas não trabalharem para formar essa frente única, não conseguirem aliar-se com as diversas correntes e elementos dispostos a contribuir para a derrota dos exploradores estadunidenses, não encontrarem a melhor maneira de atuar com estas correntes e elementos, impossível será alcançar a vitória.

No esforço para forjar a frente única, os comunistas devem desenvolver intensa atividade, particularmente entre a classe operária e as grandes massas camponesas, tendo sempre em vista formar a aliança destas duas classes sociais. O Partido estará, assim, concorrendo para assegurar a hegemonia do proletariado na revolução.

Desenvolver ação política de massas

8 — Um poderoso movimento de massas, apoiado na unidade popular e patriótica, de imediato, tornaria mais difícil à ditadura realizar sua política entreguista e liberticida, faria aumentar as divergências no campo da reação, criaria condições favoráveis à elevação do nível das lutas. Não se pode esperar que a ditadura caia por si mesma. Tampouco se modificará a situação nacional se predomina a passividade e se se aguarda, contemplativamente, um levante popular espontâneo e geral.

O alvo principal do ataque das correntes populares e patrióticas é o Governo de Castelo Branco que representa os interesses dos imperialistas norte-americanos e de tudo que há de mais obscurantista no país. É o agente mais destacado dos monopólios ianques, em torno do qual se junta a fina flor do entreguismo. Suas tentativas hipócritas de aparecer como defensor da legalidade precisam ser incessantemente desmascaradas.

Desenvolver o movimento político de massas tem que ser a preocupação dos verdadeiros patriotas. Sem a participação ativa

do povo, não se conseguirá modificar a atual situação, o país permanecerá sob a ditadura e continuará a sofrer as conseqüências de uma política de traição nacional. Por maior que seja o descontentamento, se as massas não forem mobilizadas para a luta não se derrotará o grupo que se apossou do poder.

É indispensável, portanto, que as massas intervenham nos acontecimentos políticos e lhes imprimam um rumo em consonância com os reais interesses da Nação, levantando as reivindicações populares, opondo firme resistência à entrega do país ao estrangeiro, erguendo as bandeiras democráticas e utilizando as contradições entre os reacionários — o movimento patriótico se fortalecerá e conquistará novas posições.

A ação de massas deve estender-se por todo o país e abarcar as mais diversas camadas da população. Nas cidades, os operários, os estudantes, a intelectualidade e as donas-de-casa podem organizar demonstrações contra a ditadura e a dominação ianque. É no campo, porém, onde existem as melhores condições para desenvolver as lutas do povo brasileiro.

O trabalho de massas no campo

9 — Os movimentos de renovação social e política que ocorrem em distintos períodos de nossa História, e que se propagam nas cidades, não lograram êxito, nem tiveram maior conseqüência, exatamente porque não contaram com o respaldo do campesinato. Na presente situação, o movimento democrático e antiimperialista se ressentiu da falta de maior atuação das massas camponesas. No entanto, os camponeses são os mais interessados na reforma agrária e em outras transformações de caráter progressista.

No campo vivem milhões e milhões de brasileiros, abandonados, sem nenhum direito, sem assistência de qualquer espécie, submetidos à impiedosa opressão e terrivelmente explorados. Qualquer luta por suas reivindicações é respondida com a violência mais brutal. Sob a ditadura, agravaram-se as condições de vida das populações do interior. Os assalariados agrícolas são numerosa massa de trabalhadores que percebem ínfimos salários e labutam em regime desumano. Não têm serviço permanente e passam longos períodos sem emprego. Os posseiros encontram-se constantemente ameaçados de expulsão da terra que ocupam. Os parceiros, os camponeses pobres e mesmo os camponeses médios curtem privações e são vítimas da ganância dos intermediários. Até agricultores que têm bastante terra não possuem recursos financeiros para explorá-las, nem

possibilidades de melhorar a sua situação. Intensificam-se as perseguições aos camponeses. Milhares de lutadores que dirigiam movimentos em prol da reforma agrária foram obrigados a abandonar os lugares onde moravam. A criação do IBRA somente acarretou ônus para os pequenos proprietários e o cadastramento rural outro propósito não teve senão o de gravar impostos.

A massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos democráticos e nacionais. Possui tradições de luta e espírito de combatividade. Nos últimos anos, manifestou com veemência sua aspiração à posse da terra. Apesar de viver apartada dos centros mais adiantados, de ser secularmente oprimida, constitui inesgotável reserva de energias revolucionárias. Posta em movimento, sob uma direção conseqüente, mudará o rumo dos acontecimentos e transformará a fisionomia política, econômica e social de todo o país.

Por esta razão, é dever precípuo dos democratas e patriotas das cidades ajudar os camponeses a tomar consciência do papel que estão chamados a desempenhar, auxiliá-los por todos os meios a engajar-se na luta. Em especial, operários e estudantes, assim como professores, médicos, agrônomos e técnicos agrícolas que tenham condições de se deslocar para o interior, precisam dedicar-se à honrosa tarefa de vincular-se estreitamente aos camponeses, conhecer suas aspirações, prestar-lhes solidariedade, organizá-los e orientá-los. No seio da própria massa camponesa encontram-se homens e mulheres capazes de se converter rapidamente em líderes combativos dos movimentos pela terra, e por outras reivindicações democráticas.

Formas de luta

10 — Concentrando sua atividade contra a ditadura, as massas recorrem a várias formas de luta. Apesar do regime atrabiliário que impera no país, ainda há condições de utilizar formas abertas de atuação. Desfiles, comícios, greves, marchas contra a carestia, assembleias sindicais, paralisações parciais de trabalho têm sido usados pelos estudantes, trabalhadores e donas-de-casa. O emprego destes meios de luta estão relacionados com a situação política e as condições concretas de cada lugar. Às vezes há ambiente mais favorável em um Estado do que em outro para desencadear ações populares. As massas podem ir forçando o uso dos direitos democráticos.

É preciso utilizar também as formas de luta clandestina, tais como distribuição de volantes, pinturas murais, comícios-relâmpago, demonstrações contra os espoliadores norte-americanos e resistência às violências policiais. É necessário organizar a proteção das mani-

festações populares diante da brutalidade da reação. Particularmente no campo, onde a mais simples ação é reprimida com ferocidade, a formação de grupos de autodefesa destaca-se como imperativo da luta e da preservação da vida dos camponeses.

Merecem especial atenção os tipos de luta capazes de mobilizar as massas, contribuir para fortalecer o movimento contra a ditadura e ajudar a acumulação de forças. É preciso evitar os atos aventureiristas que isolem os revolucionários e permitem à reação golpear-los.

11 — A vitória das correntes democráticas, porém, não será conseguida unicamente através daquelas formas de luta. Os esforços do povo para alcançar pacificamente seus fins têm encontrado a mais ferrenha resistência das forças retrógradas internas e do imperialismo ianque. Toda tentativa de modificação progressista, como a alteração do estatuto de propriedade da terra, e a adoção de medidas para refrear, em benefício de interesses nacionais, a exploração dos monopólios alienígenas é repelida violentamente. Nem mesmo as medidas de menor alcance são toleradas. As Forças Armadas têm sido o principal instrumento de repressão e os elementos patrióticos e democratas, que sempre surgem em seu seio, são periodicamente expurgados.

Em 1954, Getúlio Vargas foi levado ao suicídio porque pretendia promulgar leis restritivas ao capital estrangeiro. Sete anos depois, Jânio Quadros viu-se obrigado a renunciar porque procurava levar à prática uma política externa que contrariava, em certo sentido, as diretrizes de Washington. Em 1964, João Goulart era apeado do governo por ter aprovado dispositivos legais que limitavam os privilégios das empresas imperialistas e por se mostrar partidário de alterações na estrutura agrária do país. Também as perseguições furiosas que constantemente atingem os comunistas e as massas populares, estão relacionadas com as suas lutas pelas reivindicações nacionais e democráticas.

Até agora a missão de conter o movimento popular tem estado a cargo das forças reacionárias internas. Mas os imperialistas norteamericanos estão prontos a invadir o território brasileiro, caso aquelas forças mostrem-se impotentes. Em artigos publicados em vários jornais, Carlos Lacerda afirmou que o ex-embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, lhe declarara, imediatamente após o golpe de abril, que "sua maior satisfação, seu alívio, foi ver as Forças Armadas do Brasil conseguir fazer em tão pouco tempo, e sem sangue, o necessário para que os Estados Unidos não tivessem que intervir militarmente no Brasil".

A experiência política do povo brasileiro mostra que para alcançar a independência, o progresso e a liberdade, é necessário esmagar os reacionários mancomunados com os monopólios ianques. Isto só é possível por meio da revolução. Eis porque, simultaneamente com a ação política e a atividade para organizar a união dos patriotas, é imprescindível preparar-se para a luta de massas.

12 — A idéia de que é indispensável empunhar armas para libertar o país do atraso e da opressão vem ganhando força. Depois da insurreição nacional-libertadora de 1935, o Partido Comunista do Brasil, em 1950 e em 1964, indicou a via para o povo alcançar a vitória. Em 1961, o movimento das Ligas Camponesas, dirigido por Francisco Julião, proclamou a necessidade de recorrer à violência. Nos anos mais recentes, aquela idéia estendeu-se mais ainda. Correntes políticas, como a chefiada por Leonel Brizola, passaram a defender um caminho revolucionário. O golpe de abril visou, entre outras coisas, a sufocar o sentimento em favor da luta armada que se apoderava das massas. Nada conseguiu. Ao tentar destruir pela força o movimento democrático e antiimperialista, a ditadura, contra a sua vontade, pôs em evidência a importância dessa luta. Muitos que antes acreditavam ser possível resolver os problemas fundamentais do Brasil por meios pacíficos, convenceram-se de que é inevitável recorrer às armas para resolver esses problemas. Boa parte dos que alimentavam ilusões numa pretensa tradição democrática do Exército persuadiu-se do caráter reacionário das Forças Armadas

13 — A luta revolucionária em nosso país assumirá a forma de guerra popular. Esta constatação dimana tanto da experiência internacional como do estudo da realidade brasileira. Quando o imperialismo norte-americano interfere a ferro e fogo em toda parte, e as forças reacionárias desenvolvem o aparelho de coerção, somente uma luta que englobe o povo em seu conjunto poderá ter pleno êxito.

A guerra popular é o caminho para a emancipação dos povos oprimidos nas novas condições do mundo. É a maneira atual de enfrentar e derrotar os opressores. Não é o caminho clássico da greve geral política e da insurreição nas cidades, tal como ocorreu na antiga Rússia, mas o da luta armada que, paulatinamente, vai-se estendendo até abarcar a maioria do povo. No curso da guerra popular, as greves gerais e os levantes nos grandes centros poderão surgir. Não constituirão, no entanto, a sua característica determinante. As Forças Armadas populares, inicialmente débeis, crescem

e tornam-se fortes e superiores às do adversário. Por mais dificuldades que defrontem, por mais derrotas parciais que sofram, sua tendência será a de se ampliar, fortalecer e vencer o inimigo. Sendo parte integrante do povo, têm nele a fonte de sua invencibilidade.

A concepção de guerra popular pressupõe intenso trabalho político e de organização entre as massas. Implica a necessidade de organizar as forças armadas do povo, a partir de pequenos núcleos de combatentes, no amplo emprego da tática de guerrilhas e na criação de bases de apoio no campo. Envolve a compreensão de que os camponeses pobres e os assalariados agrícolas constituem o grosso das forças armadas populares, que o cenário principal do choque armado é o interior do país e que a luta será dura e prolongada.

É para a guerra popular que o povo brasileiro terá que se preparar. Em toda parte, em especial no campo, é preciso discutir os problemas da luta armada, e guardadas as normas de trabalho conspirativo, tomar medidas visando sua preparação prática. O povo brasileiro, unindo suas forças em ampla frente única, desenvolvendo intensa atuação política e recorrendo às mais variadas formas de luta, estará em condições de conquistar a vitória.

No plano político-nacional, as tarefas do partido são:

— Concentrar esforços na luta contra o governo de Castelo Branco e sua política antinacional e antipopular. Desmascarar e combater o sistema político-ditatorial instaurado no país.

— Trabalhar com perseverança para forjar a união dos patriotas pela independência, o progresso e a liberdade.

— Levantar bem alto a bandeira da independência nacional. Lutar contra a penetração imperialista ianque no Brasil. Exigir o afastamento de todo pessoal norte-americano da USAID infiltrado nas repartições públicas. Anulação dos acordos com os Estados Unidos que violam a soberania nacional, bem como os convênios e os ajustes que permitem a interferência norte-americana nos assuntos internos do Brasil. Expulsão dos Voluntários da Paz e dos espíões ianques. Combater a intromissão norte-americana na imprensa, no rádio e na televisão.

— Exigir a cessação das perseguições de caráter político. Liberdade para os presos políticos e invalidação de todos os inquéritos policiais militares. Liquidação do terrorismo cultural. Liberdade de imprensa com a volta à circulação dos jornais suspensos pela ditadura. Respeito aos direitos democráticos. Eleições diretas e livre organização partidária.

— Organizar e desenvolver a luta pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores das cidades e do campo. Defender as conquistas da classe operária ameaçadas pela ditadura. Pugnar por eleições livres nos sindicatos e pelo direito de associação para os camponeses. Organizar os trabalhadores nas empresas e em concentrações de assalariados agrícolas.

— Apoiar as reivindicações estudantis e defender a autonomia de suas organizações tradicionais.

— Difundir a idéia da revolução. Fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular.

DERROTAR O REVISIONISMO E FAZER AVANÇAR A REVOLUÇÃO

Para derrotar os inimigos mortais do povo brasileiro e conduzi-lo à vitória, é preciso não dar tréguas ao revisionismo contemporâneo e a todas as tendências hostis ao marxismo-leninismo. A luta ideológica ocupa atualmente lugar destacado na atividade dos comunistas. O combate às idéias estranhas ao interesse do proletariado e a defesa intransigente da doutrina de Marx, Engels e Lênin são tarefas das mais importantes do movimento operário mundial. Os revisionistas devem ser desmascarados, isolados, combatidos. Sem alcançar este objetivo é impossível vencer o imperialismo norte-americano e levar adiante a revolução.

...

No plano ideológico, as tarefas do Partido são:

— Combater e desmascarar o revisionismo contemporâneo. Denunciar como falsas as teses da unidade com os partidos revisionistas e a posição intermediária na contenda ideológica. Prosseguir na luta contra a linha e a atividade revisionista do PC brasileiro.

— Refutar as concepções que negam a necessidade do Partido ou defendem sua substituição pela frente única revolucionária. Apon-tar o trotsquismo e suas variantes como elementos a serviço da reação e do imperialismo.

— Intensificar o estudo do marxismo-leninismo e da realidade brasileira e superar as concepções dogmáticas. Estudar os materiais que combatem o revisionismo contemporâneo, particularmente os do PC da China. Discutir os principais documentos do PC do Brasil.

— Educar o Partido no espírito do internacionalismo proletário.

FORJAR A VANGUARDA MARXISTA-LENINISTA DA CLASSE OPERÁRIA

As tarefas históricas que se colocam diante do povo brasileiro não podem ser cumpridas cabalmente sem a existência de uma vanguarda marxista-leninista da classe operária. Nunca, como em nossos dias, foi maior a sua importância. Para dirigir a revolução, é necessária uma força combativa, com clareza de objetivos, unidade de pensamento e de ação, capaz de todos os sacrifícios, profundamente vinculada às massas e decidida a enfrentar o imperialismo norte-americano e a reação interna. Esta força só pode ser o Partido do Proletariado. Forjar uma organização partidária que se oriente pela doutrina marxista-leninista é, pois, uma questão decisiva.

Processo difícil a construção do Partido

1 — Árdua tem sido a luta, desde a fundação do Partido, em 1922, para construir uma vanguarda marxista-leninista da classe operária. Os que se empenham hoje em levar adiante esta tarefa, têm que considerar o caminho percorrido pelo PC do Brasil em seus 44 anos de vida. O processo de construção do Partido vem sendo difícil e penoso, marcado por avanços e recuos, êxitos e derrotas. O nome do Partido Comunista do Brasil está ligado aos acontecimentos mais destacados da história política brasileira nas últimas quatro décadas. Centenas de comunistas deram suas vidas para libertar o país de seus opressores. Dezenas de milhares de militantes foram presos e torturados, sobretudo nos períodos negros do Estado Novo, do governo reacionário de Dutra e agora, da ditadura de Castelo Branco. O Partido esteve à frente da luta contra a reação e o fascismo, de 1935 a 1945; das jornadas patrióticas pela criação da indústria siderúrgica, do movimento pelo envio da Força Expedicionária Brasileira à Europa para lutar contra o nazismo, da luta pela democratização do país, das ações populares, em 1946, pela expulsão dos soldados norte-americanos que ocupavam as bases do Brasil, da memorável campanha em defesa do petróleo e das riquezas nacionais, do movimento pela paz e contra a ida de tropas brasileiras para a Coréia. Pertence ao Partido a primazia de ter erguido a voz em favor da reforma agrária e pela extinção do latifúndio. A ele se deve fundamentalmente o surgimento no país de uma elevada consciência antiimperialista que

hoje se expressa na repulsa à espoliação do Brasil pelos monopólios ianques. O Partido sempre foi um defensor dos interesses da classe operária. Participou ativamente das campanhas pela ampliação dos direitos trabalhistas e pela liberdade sindical. Não tem sido em vão a luta para formar uma vanguarda marxista-leninista da classe operária. O Partido Comunista do Brasil, em sua nova fase, é fruto desse esforço de milhares de militantes revolucionários proletários.

2 — Grande é o merecimento dos que fundaram o Partido há 44 anos atrás. Davam o primeiro passo para a formação da vanguarda marxista-leninista. Mas o Partido, nos primeiros dez anos, ainda que se empenhasse na divulgação do marxismo e procurasse se ligar aos operários, esteve dominado por concepções sectárias que dificultaram sua formação. A partir de 1934, o PC do Brasil começou a voltar-se mais para as massas e chegou a dirigir, em 1935, o movimento da Aliança Nacional Libertadora e a insurreição de novembro desse ano. Após a derrota do levante de 35, a direção do Partido não soube manter, nas novas condições, a bandeira revolucionária e resvalou para posições oportunistas. Em 1940, o Partido foi duramente golpeado pela reação e praticamente dispersado. O trabalho de reorganização do Partido, de 1941 a 43, coube à Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) que realizou a Conferência Nacional da Mantiqueira, em agosto de 1943, onde foi eleito um novo Comitê Central. Após a II Guerra, o Partido conquistou pela primeira vez a legalidade, cresceu rapidamente, atingindo cerca de 200 mil membros. Sua linha política, que continha muitos aspectos oportunistas, não permitiu que o Partido pudesse opor-se eficazmente à reação desencadeada em 1947. O Manifesto de Agosto de 1950, apesar de defender algumas teses “esquerdistas”, foi uma tentativa de retomar a bandeira revolucionária, abandonada após os fracassos de 1935. No IV Congresso, em 1954, o Partido aprovou um programa mais condizente com a situação objetiva e com os interesses fundamentais da Nação. Apon-tou o imperialismo norte-americano como o principal inimigo do povo brasileiro e levantou a bandeira revolucionária. No entanto, em 1956, sob o influxo do XX Congresso do PCUS, irrompeu no Partido um surto revisionista que determinou imensos prejuízos à organização partidária. Seus mais destacados porta-vozes foram derrotados, mas, posteriormente, o revisionismo, com o apoio de Prestes, acabou em 1957 por empolgar a direção do Partido. Uma nova linha, de caráter direitista, foi traçada em março de 1958. O V Congresso do PC do Brasil, em 1960, ratificou e sistematizou a linha oportunista, alijou da direção a grande maioria dos elementos que se

opunham à transformação do Partido em uma organização de tipo reformista. Durante a preparação e durante os debates do V Congresso, começou a formar-se um núcleo revolucionário que iniciou a crítica à linha de direita e fez séria resistência ao abandono dos princípios do marxismo-leninismo. Este núcleo tomou a iniciativa de romper com os revisionistas e reorganizar o Partido Comunista do Brasil.

Tendências que dificultaram a formação da vanguarda

3 — Inúmeros foram os obstáculos que dificultaram a criação de uma autêntica vanguarda revolucionária da classe operária. Em alguns períodos, preponderaram, em maior ou menor escala, as idéias estranhas ao proletariado. A influência da pequena burguesia e, ultimamente, da burguesia nacional, se fez sentir de maneira acentuada nas fileiras comunistas e se refletiu nas posições políticas, nos métodos e na atividade do Partido.

Já nos fins da década de 20 e princípios da de 30, a chamada política de proletarização, que tão grandes males trouxe ao Partido, foi manifestação pequeno-burguesa, de cunho profundamente sectário. Em 1935, ainda que tivesse enveredado por um caminho revolucionário, o PC do Brasil foi influenciado diretamente pelo tenentismo, que o conduziu a concentrar a preparação da luta armada nos quartéis e a precipitar o movimento insurrecional. Nos anos que se seguiram à derrota de 35, idéias burguesas começaram a penetrar nas fileiras comunistas. A atividade do Partido tinha como centro a campanha em prol da siderurgia. Estas mesmas idéias determinaram o surgimento, de 1941 a 45, de manifestações liquidacionistas. Silo Meireles, Fernando Lacerda, Agildo Barata e outros consideravam que a existência do Partido entravava o esforço de guerra do governo e que os comunistas deviam cingir-se ao apoio à política externa de Vargas. Depois da II Guerra Mundial, embora o Partido vivesse na legalidade com sua verdadeira fisionomia, e desfraldasse a bandeira da reforma agrária e da luta contra o imperialismo, sua orientação no essencial era marcada por tendências burguesas. Atuava estritamente nos quadros da legalidade existente e já defendia certas teses em favor do desenvolvimento pacífico. Quando a burguesia nacional começou a ter maior participação no Poder, a formular suas soluções para os problemas brasileiros e quando, após 1950, o nacionalismo surgiu com mais força como corrente burguesa, as idéias do capitalismo em desenvolvimento passaram a exercer maior pressão sobre as fileiras comunistas. Estas idéias, de 1955 em diante, tiveram maior penetração dentro do

Partido. Isto explica por que as concepções revisionistas do XX Congresso do PCUS encontraram tão grande receptividade em muitos escalões partidários e, especialmente, no Comitê Central. A partir de 1957, predominou no Partido a ideologia burguesa. E não só a ideologia. Nele ocuparam postos de destaque elementos capitalistas, homens de elevadas rendas ou militantes que percebiam altos salários e vencimentos. Esta ideologia exprimiu-se quer no terreno teórico, quer no político, quer no de organização.

O revisionismo substituiu o marxismo-leninismo. Abandonou-se a idéia da revolução para dar lugar à das reformas dentro dos marcos do regime vigente. A luta de classes foi convertida em colaboração com a burguesia. A conquista da hegemonia do proletariado na revolução já não era o objetivo dos comunistas. No campo político, o Partido só fazia o que convinha aos interesses da burguesia nacional em sua luta para conseguir novas posições de poder. A atividade eleitoral do Partido em nada se diferenciava da de certos partidos das classes dominantes. Os comunistas ajudaram a colocar o movimento sindical em função dos interesses de determinados setores burgueses. No que respeita à construção partidária, foram desprezados os princípios leninistas e adotados os métodos do liberalismo mais podre, próprio dos partidos social-democratas. De organização revolucionária, o Partido transformou-se pouco a pouco em um aglomerado amorfo, sem disciplina, adaptado às necessidades da luta eleitoral e de um movimento de massas de conteúdo reformista.

4 — A predominância no Partido, em longos períodos de sua existência, de concepções estranhas ao proletariado, resultou, principalmente, da insuficiente assimilação do marxismo-leninismo. As sucessivas direções partidárias, em sua quase totalidade, eram formadas de elementos de origem pequeno-burguesa. Estes elementos, embora revelassem combatividade, e mesmo espírito revolucionário, em sua maioria não conseguiram livrar-se das concepções não-proletárias de que eram portadores. Os dirigentes de procedência operária, com raras exceções, não tinham nível de consciência de classe capaz de imprimir uma orientação conseqüente. No entanto, com maior ou menor intensidade, sempre houve no Partido a luta ideológica contra as influências burguesas. Justamente porque se processou esse choque de opiniões e porque na década de 50 se realizou estudo intensivo do marxismo, foi possível o aparecimento de uma corrente marxista-leninista que é representada pelo Partido Comunista do Brasil, em sua nova fase. O aguçamento da luta de classes, no plano nacional e internacional, não só favoreceu o amadurecimento ideológico de muitos militantes como também contribuiu para

a estruturação de uma corrente revolucionária no movimento operário brasileiro.

O Partido Comunista do Brasil em sua nova fase

...

9 — O rompimento com o revisionismo e a ulterior reorganização do Partido Comunista do Brasil significaram passo decisivo para construir a verdadeira vanguarda proletária, marxista-leninista. Os comunistas avançaram na compreensão dos entraves que dificultam a formação do Partido da classe operária, o que assinala maior amadurecimento ideológico. Isto no entanto não se conseguiu facilmente. Foi todo um processo de conhecimento. A luta contra o surto revisionista, originado do XX Congresso do PCUS, possibilitou vislumbrar aqueles entraves. Por seu turno também não foi de golpe que os marxistas-leninistas compreenderam o quanto era falsa, a partir de 1956, a linha geral do PCUS. Inicialmente, a maioria das teses do XX Congresso foram recebidas como contribuições criadoras do marxismo-leninismo. No combate à linha elaborada no Brasil, resultante da orientação daquele Congresso, e particularmente no curso do V Congresso do Partido Comunista do Brasil, uma parte dos comunistas foi entendendo o verdadeiro conteúdo revisionista das mudanças ocorridas no PCUS. Tampouco foi de repente que surgiu a idéia da reorganização do Partido. Mesmo quando a luta ideológica chegou a ser bastante aguda, em 1960, não se pensou na ruptura orgânica. No processo da transformação do Partido numa organização social-democrata, os marxistas-leninistas foram compreendendo a necessidade de reestruturar o PC do Brasil, como o meio indispensável para assegurar a continuidade da vanguarda da classe operária.

Com a sua reorganização, em fevereiro de 1962, o Partido ingressava em nova fase de sua vida. Como tudo que nasce, apresentava naturais deficiências. Pequeno era o número de seus filiados, poucos os quadros, imensas as dificuldades materiais. Nem todos os que vieram ao Partido naquela época confiavam em seu êxito, nem viam com clareza seus verdadeiros objetivos. Juntamente com revolucionários conscientes, encontravam-se também elementos com concepções estranhas ao proletariado, que confundiam a luta pela revolução com a aventura ou pessoas que não tinham ainda assimilado o estilo e o método próprios de um partido da classe operária. A direção do Partido apresentava falhas, tanto do ponto de vista político-ideológico como prático. Isto não podia deixar de repercutir na atividade e no desenvolvimento do Partido.

10 — O Partido Comunista do Brasil em sua nova fase, apesar das inúmeras dificuldades, firmou-se como corrente política no cenário nacional e tornou-se conhecido internacionalmente. Interpretou de modo relativamente acertado a situação brasileira no período Goulart e previu o curso dos acontecimentos políticos após o golpe. Sua influência aumentou entre o povo e ganhou autoridade entre as correntes de esquerda. Elaborou um programa revolucionário marxista-leninista que corresponde à realidade brasileira e cujo conteúdo expressa as aspirações da grande maioria da Nação. A justeza desse Programa vem sendo confirmada pela vida. O Partido desenvolveu a propaganda das idéias revolucionárias. Seu órgão central, A Classe Operária, durante o tempo que circulou, foi uma grande trincheira de luta contra o revisionismo e na defesa dos interesses das massas. Difundiu os materiais dos partidos marxistas-leninistas que desmascaravam o revisionismo contemporâneo. O Partido tomou posição definida na luta que se trava no movimento comunista mundial, colocando-se contra os oportunistas. No início de sua reorganização, estava apenas estruturado em alguns Estados. Agora, estendeu-se pelo país e aumentou seus efetivos. Depois do golpe de 1º de abril, foi capaz de defender sua organização. Novos quadros vêm-se revelando e se destacando. Passou a dar maior relevo ao trabalho no campo, frente que se vai tornando das mais importantes na atividade partidária. Existem, portanto, as bases para a construção de um grande e poderoso Partido.

Os quatro anos decorridos desde a última Conferência comprovam ser possível construir essa organização. Foram anos de dura e constante luta para rearticular o Partido nas circunstâncias em que a organização tradicional havia sido empolgada pelos revisionistas, que se acirravam nos ataques e calúnias contra os revolucionários; de luta para estruturar o Partido no período do auge do reformismo, quando os êxitos aparentes dos revisionistas pareciam confirmar a linha oportunista; de luta para manter e fortalecer o Partido nas condições de ditadura militar que persegue os revolucionários. Nem as acusações de fracionismo e as baixas intrigas dos revisionistas, nem as prolongadas vitórias do PC brasileiro durante o governo Goulart, nem as odiosas arbitrariedades dos militares e golpistas conseguiram impedir que o Partido se reorganizasse, consolidasse suas posições e se tornasse mais forte. O Partido Comunista do Brasil passou galhardamente por estas difíceis provas porque corresponde a uma exigência histórica — reflete as necessidades objetivas do movimento revolucionário e expressa as aspirações mais profundas do povo brasileiro.

11 — Ao lado dos êxitos obtidos, o Partido apresenta debilidades. Com o golpe de abril, seu órgão central de imprensa deixou de circular e suas frentes legais de trabalho foram interdidas. Durante certo tempo suas organizações estagnaram. Entre as deficiências do Partido, algumas devem ser examinadas. O coletivo partidário é ainda numericamente pequeno para o volume de tarefas que tem a realizar. O Partido, em seu conjunto, não desenvolve atividade suficiente entre as massas e sua participação na vida política é fraca. Ainda está voltado para si mesmo. Não aproveita bastante as possibilidades legais para atuar de maneira mais audaciosa. Embora muitos militantes e quadros denotem combatividade e elevado espírito de abnegação, há camaradas que não revelam impulso revolucionário. Mesmo no que tange a uma obrigação tão elementar como o pagamento das mensalidades, nem todos os militantes a cumprem. A atividade no terreno da propaganda apresenta falhas. O Boletim de Informações, de “A Classe Operária”, se bem que sua circulação já atinja alguns milhares de exemplares, é graficamente pobre. Os documentos básicos do Partido não alcançam a difusão necessária. São pouco utilizados como instrumentos de educação de militantes e de trabalho entre as massas. Ainda que em alguns Estados se tenha conseguido formar núcleos mais ou menos estáveis de direção, do ponto de vista organizativo, o problema crucial é a falta de sólidas direções intermediárias. Há certa melhora na construção do Partido entre camponeses e nas cidades do interior, mas a atividade no campo ainda é pequena.

12 — Manifestações sectárias têm constituído obstáculo à atividade do Partido. Expressam-se na resistência em lutar pelas reivindicações elementares das massas sob a alegação de que se trata de reformismo; no desinteresse pelas questões políticas do momento, pretextando que elas não têm importância para a revolução; em não aproveitar as contradições entre as classes dominantes, argüindo que isto conduz à perda da independência da classe operária; na recusa a atuar nas organizações de massa, com a desculpa de que não existem condições para tal atividade. Em geral, os portadores das manifestações sectárias argumentam, falsamente, que as ações cotidianas pelas pequenas reivindicações do povo não têm sentido revolucionário. No que se refere à frente única, persiste a incompreensão sobre a necessidade do trabalho junto às correntes populares e democráticas e a personalidades políticas. Se é errôneo subordinar-se aos aliados, quando estes pretendem impor ao Partido opiniões incorretas, também é prejudicial manter atitude exclusi-

vista. Lutando sempre pela aglutinação das forças democráticas e antiimperialistas, a conduta do Partido, face aos aliados, é de união e luta. O sectarismo constitui um freio no movimento revolucionário. Se não for combatido e eliminado, levará o Partido ao isolamento.

13 — Critérios incorretos sobre o centralismo democrático estorvam o funcionamento e o trabalho de construção do Partido. No país há uma ditadura que se desmanda nas perseguições aos comunistas e tudo faz para liquidar a vanguarda da classe operária. Nessas condições, não é possível aplicar o centralismo democrático da mesma forma que em situação de relativa legalidade. No entanto, em nome do princípio da direção coletiva e do combate ao mandonismo, existem opiniões de que tudo deve ser discutido por todos e conhecido de todos. Teses errôneas do XX Congresso do PCUS, no terreno de organização, também penetraram no Partido. Negam, na prática, o papel dos dirigentes e estabelecem uma contradição artificial entre as direções e as bases: opõem os quadros novos aos antigos, contrariando o princípio da justa coordenação do impulso revolucionário dos jovens com a experiência dos velhos. Essas teses deformam o centralismo democrático, minam a férrea disciplina partidária e levam a um liberalismo inadmissível. Todavia, ao refutarem as manifestações errôneas no terreno de organização, oriundas do XX Congresso do PCUS, é necessário estar vigilante contra repetição de erros que se revelaram no passado.

Voltar o Partido para as massas

14 — Os comunistas precisam ainda desenvolver um grande trabalho para se colocar à altura de sua missão. Neste sentido, é necessário romper com o sectarismo e a passividade e assimilar a linha política. É a maneira de superar as deficiências e avançar no processo de construção do Partido.

Voltar-se para as massas é questão decisiva. A revolução é obra de milhões de homens do povo e não de pequenos grupos de revolucionários. Mesmo quando a luta armada se inicia com pequenos destacamentos de combatentes, ela tem que contar com o apoio das massas e conquistar a adesão de correntes populares. A revolução não é uma dádiva do Partido, ou de quem quer que seja, ao povo. Em face da brutalidade do imperialismo norte-americano e da reação interna, do poderio que detêm em suas mãos, a vitória da revolução só será alcançada através da guerra po-

pular. Impõem-se a mobilização de contingentes cada vez maiores do povo e a elevação permanente de sua consciência patriótica.

Os comunistas devem ser a vanguarda das massas. A eles incumbe incentivar sua combatividade, dirigir suas lutas e encaminhá-las no sentido da revolução. Tudo que diz respeito às massas interessa ao Partido. Desde as lutas pelas menores reivindicações até as grandes ações revolucionárias. Conviver com as massas, falar sua linguagem, debater seus problemas, aprender com ela é, nos dias de hoje, tarefa de primordial importância. Os comunistas devem atuar persistentemente nas fábricas e fazendas, nas escolas e nos locais de residência, nos sindicatos e em associações populares.

O PC do Brasil precisa aproximar-se, em particular, da grande massa pobre e sofredora, uma vez que é o partido dos explorados e oprimidos. Os operários e os camponeses são os mais interessados na revolução. Para os camponeses a revolução é uma necessidade ainda mais premente do que para outras camadas sociais. Atraí-los para a luta significa apressar a derrota da reação e do imperialismo. Se o Partido não ganhar os camponeses, jamais poderá dirigir o movimento democrático e antiimperialista e levá-lo à vitória.

Enorme é a receptividade das idéias revolucionárias. Os documentos e a orientação do Partido são bem aceitos nos mais diversos setores da população. Há, por conseguinte, condições para um intenso trabalho entre as massas e junto às correntes democráticas. Os comunistas precisam ter espírito ofensivo, não se deter ante as dificuldades e confiar nas massas. Deste modo, alcançarão êxitos, incluir-se-ão mais ainda na vida do país e se transformarão em verdadeiros dirigentes do povo.

Fortalecer o Partido

15 — As imensas tarefas que se apresentam para os comunistas estão a exigir um Partido numeroso e qualitativamente forte. Em um país tão extenso e populoso como o Brasil, é essencial que a vanguarda revolucionária tenha militantes e quadros distribuídos nas cidades e nas imensas regiões do interior. Quanto mais militantes houver com capacidade de dirigir massas, e que sejam combatentes abnegados, tanto melhor o partido exercerá seu papel de vanguarda. Daí a exigência de um recrutamento intensivo e planejado. É preciso trazer para as fileiras comunistas os elementos mais combativos da classe operária e do campesinato. Orientar o recrutamento para a população pobre, sem subestimar, no entanto, outros setores do povo. As pessoas simples, em geral, são

fiéis à causa revolucionária e perseverantes na luta. Ao Partido precisam vir os que se mostrem dispostos a lutar decididamente pelo seu Programa. Cada organização de base tem no recrutamento uma tarefa cotidiana.

16 — A atividade de finanças ocupa lugar de relevo na vida partidária. As mais importantes realizações dependem, muitas vezes, de recursos financeiros. Uma das condições para ser membro do Partido é o pagamento regular das mensalidades. Representa um dos vínculos que prende o militante à sua organização, e é fator de educação dos comunistas. O Partido do proletariado mantém-se com as contribuições de seus militantes e amigos, razão por que é inconcebível o desinteresse do revolucionário pelo trabalho de finanças. A arrecadação de recursos materiais entre os simpatizantes e as massas constitui uma forma de ação política. Nessa frente, surgem possibilidades de criar extensos círculos de contribuintes que ajudam a alargar a influência do Partido em distintas camadas da população.

17 — O crescimento do Partido está diretamente ligado com a formação de grande número de quadros. A experiência mostra que onde há camaradas com certo tirocínio político e organizativo, o Partido multiplica suas forças e melhora sua atividade. Nos Estados e Municípios cujas direções não contam com quadros qualificados, a organização partidária se desenvolve lentamente. Faz-se imprescindível promover novos militantes, que, embora não tenham suficiente amadurecimento, revelam impulso revolucionário, dedicação e capacidade de trabalho. Tais militantes precisam ser ajudados por meio de cursos, ativos e palestras, a fim de que possam elevar seu nível teórico e político. Os cursos de capacitação têm grande importância. Mas o estudo individual é fator de primeira ordem para a formação de quadros. Na atividade prática, enfrentando os problemas da luta diária, os comunistas poderão mais facilmente assimilar o marxismo-leninismo. Aprenderão através da estreita união entre a teoria e a prática.

18 — Uma das condições para fortalecer e consolidar o Partido é a existência de um Comitê Central coeso e estável, respeitado, com suficiente experiência e que possua conhecimentos teóricos. Lênin afirmava que “sem chefes provados, instruídos por uma longa prática, que se entendam muito bem e conheçam muito bem o papel que lhes cabe, nenhuma classe pode lutar firmemente na sociedade contemporânea”. É de dirigentes desse tipo que o prole-

tariado e o Partido Comunista do Brasil necessitam. O conjunto de camaradas que vêm dirigindo o Partido, apesar de certas debilidades, demonstrou firmeza na luta contra os revisionistas, trabalhou pela reorganização do Partido, elaborou uma justa linha revolucionária e mostrou fidelidade ao marxismo-leninismo. O Comitê Central eleito na Conferência de 62, no fundamental, cumpriu sua tarefa. No entanto, a formação de um núcleo dirigente de tipo leninista é um processo longo, parte integrante da construção do Partido. Não surge por decreto ou nomeação. É preciso prosseguir na luta para forjar uma direção leninista, que saiba guiar o Partido, mesmo nas situações mais difíceis e complexas, sem vacilar nem se desviar do rumo revolucionário. Os membros do Comitê Central, na medida em que as condições o permitam, devem trabalhar mais em contato com as organizações partidárias e ouvir o maior número de militantes. Têm obrigação de estudar as questões que lhe são afetas, aprender o marxismo-leninismo e dar soluções adequadas aos problemas concretos. Com seu devotamento, modéstia e espírito de sacrifício poderão granjear maior autoridade e prestígio diante do Partido e das massas. Cada dirigente deve esforçar-se para se situar no nível de suas responsabilidades. Por sua vez, os militantes, em seu conjunto, precisam congregarem-se em torno do Comitê Central e contribuir com suas observações, sugestões e críticas para um melhor trabalho de direção. É obrigação dos membros do Partido defender a direção, uma vez que contra os dirigentes se concentram o ódio e o ataque dos reacionários e revisionistas.

Melhorar os métodos e reforçar a vigilância

19 — Aperfeiçoar a maneira de agir é trabalho permanente dos comunistas. O Partido é um organismo que reúne pessoas avançadas que não se prendem a fórmulas e esquemas estáticos e buscam na vida mesma, guiados pelo marxismo-leninismo, solução para os problemas do povo e da revolução. Por isso, deve ser uma organização avessa ao burocratismo, à rotina e à passividade, sempre vigilante e pronto a intervir nos acontecimentos. O espírito de iniciativa deve presidir a atividade das organizações partidárias e dos militantes, que precisam ter capacidade de orientar-se por si mesmos em qualquer emergência. Não se justifica a espera de assistentes ou de indicação de órgãos superiores para reunir e atuar. Onde está um comunista está o Partido. Dentro de sua jurisdição, cada organização goza plena autonomia para aplicar a linha do Partido. A direção coletiva é um princípio norteador da atuação

do Partido. As decisões sobre problemas importantes só devem ser tomadas depois que tenham sido debatidas pela organização ou órgão dirigente. Isto não significa que os comunistas só se envolvam em discussões estéreis e intermináveis. Simultaneamente, com o robustecimento do princípio da direção coletiva, é preciso desenvolver a responsabilidade individual. Adotada uma resolução, o dirigente ou o militante designado para pô-la em prática é responsável pelo êxito ou fracasso da tarefa. Não pode transferir sua responsabilidade a outros. Visando a fortalecer a direção coletiva e a responsabilidade individual é imprescindível exercer um controle sistemático na execução das tarefas e na conduta dos dirigentes e militantes, controle que não atrofia, nem desestimula, a iniciativa das organizações e dos comunistas. Assim é possível verificar as falhas, avaliar a justeza das diretivas, conhecer os quadros e melhor ajudá-los.

A crítica e autocrítica constituem método provado para fortalecer o Partido e melhorar sua atividade. Em toda atuação partidária há sempre certa margem de erro. Justamente na análise crítica da execução das tarefas é que se pode descobrir o que existe de incorreto tanto nas diretrizes traçadas como na sua aplicação. Quando se procede deste modo, o erro se transforma em fator de educação e de importante elemento para conseguir êxitos ulteriores. Por sua parte, a autocrítica, isto é, o reconhecimento franco dos erros e a verificação das causas que os determinaram, serve como instrumento de educação dos comunistas. À base do exame permanente das falhas no trabalho, formar-se-ão os quadros e dirigentes. Através da crítica e da autocrítica, se conseguirá fortalecer cada vez mais a unidade de pensamento e de ação do Partido.

20 — Nas condições de clandestinidade em que se encontram os comunistas, impõe-se o reforçamento da vigilância revolucionária. O inimigo de classe emprega os mais diferentes meios para golpear o Partido. Procura infiltrar-se nas organizações partidárias para obter informações e tentar desagregá-las. É preciso estar alerta diante do trabalho de sapa da reação, e obedecer rigorosamente as normas de trabalho conspirativo. Cada militante deve saber apenas o que é necessário. É grave falta revelar a outros camaradas assuntos que dizem respeito exclusivamente ao membro do Partido ou à sua organização partidária. As ilusões de classe têm que ser firmemente combatidas. O Partido precisa educar-se no sentido da elevação de sua vigilância revolucionária. A observação desta norma pressupõe uma ligação mais estreita com as massas — principal garantia para a segurança do trabalho dos comunistas. A situação atual exige que os militantes apliquem adequadamente a tática da

combinação do trabalho legal com o ilegal. Isto quer dizer que o Partido, ao mesmo tempo, deve garantir sua existência na clandestinidade, mas precisa aproveitar todas as possibilidades legais, por mais insignificantes que sejam, para ligar-se às massas. Apesar das perseguições da ditadura, o Partido pode, adotando esta tática, desenvolver ampla atividade, fortalecer-se, estender sua influência e conduzir os trabalhadores à luta. Os métodos e o estilo de trabalho dos comunistas devem, enfim, corresponder aos de um partido que se propõe lutar decididamente pelos objetivos revolucionários. A reorganização do Partido representou uma ruptura profunda com a ideologia e a política revisionista. Deve representar também um rompimento total com os métodos superados de atuação e de direção. É preciso reorganizar todo o trabalho em bases novas, com o fim de educar e preparar as massas para a revolução. Somente assim o Partido poderá cumprir o seu papel.

No que se refere à construção partidária, as tarefas do Partido são:

— Estreitar a ligação do Partido com as massas. Cada militante deve conviver com as pessoas de seu local de trabalho, estudo, residência, a fim de conhecer seus anseios e reivindicações. Ajudar concretamente às massas a lutar pela solução de seus problemas.

— Intensificar o recrutamento de novos militantes. Trazer para o Partido os melhores lutadores da classe operária, do campesinato e dos estudantes.

— Concentrar esforços na construção do Partido no campo. Planificar o envio de quadros para as regiões rurais mais importantes a fim de que se dediquem exclusivamente ao trabalho camponês.

— Consolidar os Comitês Regionais existentes e melhorar os métodos de direção. Cuidar da formação de quadros. Organizar cursos de diferentes níveis, promover palestras e conferências.

— Desenvolver o trabalho de agitação e propaganda. Difundir mais organizada e amplamente os materiais do Partido. Melhorar a apresentação dos documentos e publicações partidárias.

— Ampliar o trabalho de finanças. Regularizar o pagamento das mensalidades dos militantes. Aumentar a rede de amigos e simpatizantes.

— Reforçar a vigilância revolucionária. Obedecer estritamente as regras do trabalho conspirativo. Criar o aparelho ilegal capaz de garantir o funcionamento normal do Partido.

— Estreitar as relações fraternais com os partidos e grupos marxistas-leninistas de todos os países.

A VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil exorta os comunistas a se empenharem abnegadamente no cumprimento das tarefas assinaladas no presente documento, roteiro seguro para fazer avançar a luta do povo. Chama a todos os militantes para estudá-lo e debatê-lo, uma vez que expõe, de forma sistemática, a linha do Partido, generaliza experiências e orienta o trabalho de organização partidária.

Os participantes da VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil vêm com otimismo a perspectiva que se descortina para os brasileiros. As forças reacionárias e o imperialismo norte-americano estão minados por insolúveis contradições. Por mais que se exacerbem nas violências, não poderão fugir à derrota final. A revolução não é um problema remoto. Mais dia, menos dia, o povo há de empunhar armas para sacudir o jugo estrangeiro e edificar uma pátria verdadeiramente livre.

O Partido Comunista do Brasil ocupará com honra seu lugar de vanguarda na luta pela libertação nacional e social do povo brasileiro.

ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA- POLÍTICA OPERÁRIA — ORM-POLOP

A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP) resultou da fusão de setores da Juventude do Partido Socialista — seção Guanabara — com um grupo de intelectuais partidários do pensamento de Rosa Luxemburgo, em São Paulo, e com setores da Juventude Trabalhista, seção de Minas Gerais. Realizou quatro congressos até sua transformação em Partido Operário Comunista — POC —, em 1968: o primeiro, de fundação, em 1961; o segundo, um ano depois, também em São Paulo; o terceiro, ainda em São Paulo, realizar-se-ia em marco de 1964, e, finalmente, o quarto realizou-se em meados de 1967.

A ORM-POLOP destacou-se com suas propostas sobre o caráter socialista da revolução brasileira. A série Aonde Vamos? — quatro textos publicados entre abril de 1966 e julho de 1967 — e o Programa Socialista para o Brasil, publicado em setembro de 1967, e aqui transcrito, converteram-se em documentos básicos para os partidários da revolução socialista no Brasil. A organização desempenhou papel importante na propaganda das idéias socialistas entre as várias tendências da esquerda brasileira, principalmente entre as Dissidências do PCB.

A sigla POLOP deriva do nome de sua publicação mais importante — Política Operária. Começou a circular em fins de 1960, em forma de boletim mensal. Em 1961 tornou-se jornal, depois revista trimestral e, a partir de dezembro de 1963, jornal semanal. Depois do golpe de 1964, voltaria a circular na clandestinidade, mensalmente, até a formação do POC, quando passou a ser órgão deste Partido.

A ORM-POLOP chegou a ter núcleos regionais em Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Teve bases estudantis e trabalho político entre operários e escalões inferiores das Forças Armadas. Mas, em seu IV Con-

gresso, perderia boa parte de seus efetivos para importantes cisões, verificadas em Minas Gerais e São Paulo, que se integrariam mais tarde no processo de formação da VPR e dos COLINA, respectivamente.

PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL (setembro, 1967)

A LUTA DE CLASSES EM ESCALA INTERNACIONAL

1. *A situação mundial*

Vivemos na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo, expressão política da contradição social entre o capital e o trabalho. Iniciada em 1917 com a vitória dos soviets na Rússia, a chama revolucionária propagou-se, em menos de meio século, sobre a Europa Oriental e a Ásia, atingindo as Américas com a instauração de Cuba socialista. Hoje, um terço da humanidade está libertada da exploração capitalista ou pré-capitalista. Um, entre três seres humanos, vive e trabalha sob sociedades onde se edifica o socialismo.

O movimento revolucionário continua se expandindo. Nos pântanos do Vietname, nas selvas do Congo, nas montanhas da Venezuela, a revolução ganha as forças mais diversas.

O mundo capitalista luta pela sobrevivência. No Vietname, o imperialismo vem mostrando até que ponto pode ir para defender seus privilégios contra a vontade inquebrantável dos combatentes da libertação. Para impedir o crescimento do campo adversário, o imperialismo torna-se cada vez mais agressivo. E aproveita as vacilações e divisões entre as forças socialistas para melhor desempenhar o seu papel de polícia da velha ordem exploradora nos quatro cantos do mundo.

2. *O imperialismo*

Duas guerras mundiais abalaram profundamente os alicerces do capitalismo mundial. As contradições interimperialistas, que levaram as grandes potências a redividir o mundo, não só destruíram — por duas vezes consecutivas — a economia européia, que teve

que ser reerguida sob sacrifícios e no meio de agudas lutas de classe, não só diminuíram e restringiram o mercado capitalista mundial, como serviram de parteiras do novo mundo socialista, que hoje ameaça o próprio capitalismo mundial.

O capitalismo europeu, que se desenvolveu vendendo seus produtos fabris em troca de matérias-primas e alimentos, atingiu, no fim do século passado, a fase do imperialismo, na qual a exportação de mercadorias é suplantada pela exportação de capitais para os países economicamente atrasados. O capital financeiro das metrópoles imperialistas conseguiu, desse modo, aumentar seus lucros juntando a exploração de seus próprios operários à acumulação da mais-valia produzida pelos trabalhadores dos países coloniais e semi-coloniais.

Na sua primeira fase, a de ascensão, o imperialismo tomou forma de domínio colonial. A posse das colônias assegurou aos grupos imperialistas não só o monopólio da exploração em vastas regiões do mundo, como também um superlucro, em virtude da restrição da competição internacional. A sucessiva libertação das colônias forçou o imperialismo europeu a mudanças no seu domínio, que se manifestam principalmente na liquidação dos monopólios coloniais e nas associações com o imperialismo mais forte — o norte-americano — para a exploração capitalista do mundo subdesenvolvido em geral.

Esta não é a única mudança qualitativa que a estrutura imperialista sofreu. Se até a Segunda Guerra Mundial as contradições interimperialistas representavam o elemento primordial das relações internacionais, elas agora passaram a segundo plano.

Hoje não se conta mais com a possibilidade de uma guerra entre as potências imperialistas. O que domina as relações interimperialistas é o sentido de autodefesa em face da revolução mundial.

Isto não quer dizer que o conflito interimperialista tenha desaparecido, mas simplesmente que a guerra não é mais tida como meio de solução em vista de uma ameaça maior. A luta do capitalismo francês visa exatamente manter ainda certa autonomia dentro dos quadros da integração imperialista sob hegemonia ianque. Na prática da associação imperialista as divergências vão sendo resolvidas à custa das potências mais fracas e o capital norte-americano vai penetrando cada vez mais em toda a economia mundial capitalista.

Com o desenvolvimento do pós-guerra, o sistema imperialista entrou na fase da *cooperação antagônica*. Trata-se de uma coope-

ração visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de centralização de capital, e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos. Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagonônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial.

3. *O mundo socialista*

Responsável, em grande parte, por essas mudanças qualitativas do imperialismo, é o surgimento do campo socialista. Nascido com a revolução de Outubro de 1917 na Rússia, abrange hoje regiões tão distantes como as Democracias Populares européias, a China e Cuba. Apesar das diferenças de condições existentes nos diversos países socialistas, todos eles têm em comum a abolição da velha sociedade exploradora e o seu desenvolvimento em direção a uma sociedade socialista. Essa sociedade socialista integral, ou comunista, só pode vencer em escala mundial. Isto supõe a derrota e a eliminação definitiva, não só do imperialismo, como de qualquer sociedade baseada na exploração do homem pelo homem.

O campo socialista, dessa forma, para desenvolver todas as suas potencialidades precisa expandir-se pelo globo.

Em primeiro lugar, porque a economia socialista, isto é, o aproveitamento planejado das riquezas, tendo em vista as necessidades da sociedade humana nos países que fizeram a sua revolução, choca-se, a cada momento, com a existência de um mercado capitalista que limita o seu desenvolvimento. O comércio com o campo capitalista não pode substituir a planificação da produção mundial e a eliminação do desnível econômico existente — as premissas da consolidação da sociedade comunista.

Em segundo lugar, a existência de um mundo capitalista que o ameaça obriga a economia socialista a desviar imensos recursos para sua defesa, além de fortalecer o aparelho estatal.

Também o mundo socialista passa por contradições internas. As duras condições em que se levou a cabo a revolução soviética, submetida ao isolamento e ao assédio imperialista, produziram um controle burocrático sobre o primeiro Estado Operário, que afetou, em seguida, as relações entre os partidos comunistas e entre os países socialistas. O internacionalismo proletário, visando a unidade da revolução mundial, foi substituído pela submissão dos partidos dos países capitalistas aos partidos já no poder. O próprio fato das revoluções se darem primeiro nos “elos mais fracos da cadeia

imperialista” — hoje no mundo subdesenvolvido — nos mostra que o socialismo ainda está em sua infância, necessitando partir das economias mais atrasadas. Isso não pode deixar de refletir sobre os sistemas sociais e políticos desenvolvidos.

Muito mais que as divergências e, mesmo, que as conciliações das direções reformistas, pesará a longo prazo o denominador comum do socialismo e da luta contra um mundo imperialista hostil e inconciliável. O papel hoje dos marxistas-leninistas nos debates internos é o de travá-los na perspectiva da unificação do campo socialista em termos dos princípios revolucionários.

4. *O mundo subdesenvolvido*

Os países subdesenvolvidos representam um grupo especial na constelação das forças internacionais. Não são uma força independente nem homogênea. Trata-se de parte do mercado capitalista mundial, exatamente aquele que é o objeto principal da exploração imperialista.

Constituído em grande parte de países recém-saídos do domínio colonial, seus povos possuem geralmente um forte sentimento antiimperialista, que as novas classes dominantes são obrigadas, freqüentemente, a respeitar e que se faz sentir em sua política externa. Esse nacionalismo, aproveitado com freqüência pelas burguesias nativas, serve como pressão sobre as potências imperialistas para melhorarem os termos de suas relações econômicas. Estando materialmente interessadas na exploração capitalista, sua luta não visa a destruição do sistema imperialista, mas sim a obtenção de melhores vantagens dentro dos quadros do sistema. Trata-se também de uma forma de “cooperação antagônica” dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. É desse modo que se assegurou a continuidade da exploração imperialista após a retirada dos exércitos coloniais.

Atualmente a expansão bélica do imperialismo e o aguçamento das contradições internacionais estreitaram de muito a área de manobras para esse nacionalismo. As revoluções antiimperialistas transformaram-se rapidamente — graças à própria situação internacional — numa luta entre os dois sistemas antagônicos. O que vemos é que, mesmo nos países onde não está suficientemente amadurecida a contradição entre o capital e o trabalho, a internacionalização da luta se converte num choque entre os dois sistemas sociais. A contradição fundamental penetra em todo o mundo. Por isso, o mundo subdesenvolvido torna-se uma das frentes mais avançadas da revolução mundial. Assim como forneceu, com China e Cuba, as revo-

luções socialistas mais recentes, também a luta revolucionária aí travada abala o fundamento econômico do imperialismo.

5. *Coexistência pacífica e luta de classes*

A divisão do mundo em campos hostis e antagônicos empenhados numa luta decisiva que determinará o destino da humanidade é o elemento primordial das relações internacionais.

É evidente que esta época de transformação não se desenrola pacificamente. Nenhuma classe da história abandonou sem luta o seu domínio. Todas as revoluções vitoriosas até agora tiveram de se impor numa luta tenaz e armada contra o inimigo interno e externo. A luta, em escala mundial, só poderá tomar, eventualmente, rumos pacíficos numa fase final quando o poderio do campo socialista e proletário for tão superior que qualquer tentativa de resistência das classes exploradoras seja mero suicídio. Mas cada nova revolução em qualquer lugar do mundo mobiliza os recursos bélicos do imperialismo.

Por enquanto, a burguesia internacional não cogita de capitular. Pelo contrário, ela se lança com toda violência em defesa de seus privilégios, reforçando o “revanchismo” alemão, constituindo suas polícias internacionais na América Latina, organizando provocações contra Cuba, usando seu poderio procurando esmagar a revolução do povo vietnamita, fazendo ameaças à China Popular.

A argumentação da “coexistência pacífica” entre os estados capitalistas e os estados operários, usada pela diplomacia dos países socialistas, pretende denunciar os preparativos bélicos imperialistas para quem a guerra é uma saída para a crise de mercado, além de ser a única possibilidade de resistir à libertação dos povos.

A “coexistência pacífica”, porém, não pode ser aplicada nas relações entre países dominados e dominadores, nem nas relações entre classes de um mesmo país.

A única garantia contra uma guerra mundial é a luta de classes em escala mundial — dentro de cada país — contra o imperialismo, é o surgimento de novas revoluções socialistas, é o progresso da revolução mundial.

6. *O socialismo e a era atômica*

O medo de uma nova guerra que hoje domina boa parte do mundo atinge proporções inéditas com o surgimento de novas armas, de um potencial destrutivo inimaginado no passado, especialmente das armas nucleares.

O aproveitamento da cisão e da fusão do átomo, todavia, representa somente um dos aspectos de um processo que está se tornando conhecido sob o nome de a "segunda revolução industrial" e do qual faz parte a automação, o desenvolvimento da eletrônica e das matérias sintéticas.

O início dessa segunda revolução industrial assegurou ao capitalismo norte-americano e europeu prolongada fase de prosperidade, que teve como consequência um relaxamento das lutas de classe dos países industriais. O desenrolar da revolução industrial, todavia, ameaça rebentar toda a base econômica dos países capitalistas. A longo prazo, a economia burguesa não está em condições de digerir esse imenso incremento das forças produtivas sem sofrer sérios abalos. A automação tornou-se, já hoje nos países capitalistas, mais um fator de medo e insegurança do que de progresso e bem-estar. A capacidade produtiva cresce a um ritmo incomensuravelmente maior do que a capacidade aquisitiva das massas, revelando o aguçamento da contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

O medo e a insegurança, a angústia dos filósofos e literatos burgueses reina hoje em todo o mundo capitalista. A burguesia sente que seu domínio está chegando ao fim. E, como todas as classes superadas, tende a identificar o fim do seu reino com o fim do mundo que não mais compreende. Do mesmo modo como no império romano dos Césares ou na França dos Luíses, a classe dominante procura hoje, desesperadamente, prolongar o seu sistema, independentemente das consequências a longo prazo. Nunca, como agora, a sociedade burguesa foi tão corrupta, tão imediatista, tão decomposta. Ela coloca tudo a serviço de uma só tarefa — a da sobrevivência — do cinema até a unificação das igrejas, do controle da natalidade até o entorpecimento da juventude. Mas o que marca, justamente, a sua sentença de morte é a incapacidade de se beneficiar do progresso da revolução industrial — o espírito que ela invocou e que não pode controlar.

Será a sociedade socialista que se beneficiará com as conquistas da automação, da energia nuclear e da eletrônica. Serão estas descobertas científicas e técnicas que fornecerão as bases para o desenvolvimento rápido de um mundo em grande parte subdesenvolvido, quando estiver eliminada a exploração do homem pelo homem.

Para a velha sociedade capitalista, o aproveitamento da energia nuclear para fins destrutivos ainda é o traço mais marcante. O domínio das novas descobertas técnicas e científicas para a elimi-

nação do atraso, da miséria e do subdesenvolvimento do seu meio será obra das gerações socialistas.

7. A revolução cubana e a América Latina

A história da América Latina, hoje, divide-se em duas fases: antes e depois da revolução cubana.

Região capitalista subdesenvolvida, ela foi considerada na política mundial do pós-guerra domínio incontestado do imperialismo norte-americano. Desde a promulgação da doutrina Monroe até a fundação da OEA, os Estados Unidos ampliaram sua penetração política e econômica nos países latino-americanos, em aliança com as oligarquias nativas.

Esse domínio atingiu o auge depois da segunda guerra com a virtual eliminação da concorrência européia, quando os próprios países latino-americanos não mais podiam jogar em sua política externa com os choques interimperialistas.

A revolução cubana quebrou o monopólio do domínio americano mas não se limitou a isso. Libertou, pela primeira vez na história, um país latino-americano de todo e qualquer domínio imperialista. Finalmente, mostrou às massas exploradas que a única forma de libertação absoluta do jugo imperialista consiste na derrubada da própria classe dominante, na revolução socialista.

Com isso, toda a luta de classes no continente foi colocada num nível mais alto. Um retorno não é possível. Não o é para os imperialistas, que defendem seu domínio à base de intervenções militares como em São Domingos. Também não é, para a nova geração de revolucionários, possível ignorar as mudanças que a experiência cubana trouxe. A revolução socialista em Cuba assustou a burguesia e superou de vez as lideranças pequeno-burguesas. A revolução cubana naturalizou o marxismo-leninismo no continente.

O que os países da América Latina têm em comum hoje é, antes de tudo, uma similaridade de condições de luta que cria uma solidariedade ativa entre as massas do continente. A luta antiimperialista dirige-se contra uma determinada potência — os EUA. Cada derrota que o imperialismo ianque sofre nesse terreno tem repercussão internacional porque ele é o sustentáculo do imperialismo mundial, que é golpeado. O que os países latino-americanos têm em comum é um passado similar criado pelo domínio colonial ibérico, que deixou uma herança de problemas sociais parecidos, principalmente no campo.

Mas a história mais recente criou diferenciações sensíveis à base dessa herança comum. Hoje, temos países no continente que continuam a viver praticamente da monocultura de produtos tropicais, como principalmente na América Central. Temos, igualmente, países que passaram por fases de industrialização, possuindo um proletariado desenvolvido e com tradição de luta, como na Argentina, Chile e Brasil. Em todos esses países, portanto, cabe aos revolucionários aplicar, de modo criador, a experiência do socialismo científico nas condições concretas criadas e elaborar uma estratégia e uma tática apropriadas para alcançar um objetivo comum: a revolução socialista.

AS LUTAS DE CLASSES NO BRASIL

1. *O desenvolvimento capitalista*

O Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado. O desenvolvimento econômico que experimentou nas últimas décadas dotou-o de um parque industrial moderno que, juntamente com o comércio e os transportes, participa com cerca de 50% da produção global, contra apenas 26% da produção agropastoril. No campo acelerou-se a penetração das relações capitalistas. O modo de produção capitalista, que marca a economia brasileira, é a base em que se sustenta a dominação: burguesia industrial, comercial, agrária e financeira.

O desenvolvimento capitalista no Brasil trouxe consigo o crescimento da classe operária e o amadurecimento da contradição entre o capital e o trabalho. A burguesia só pode evoluir à custa da exploração crescente das massas trabalhadoras. A moderna indústria de base implantada no país exigiu a desvalorização do salário real dos trabalhadores através do mecanismo da inflação. Em 1952, um operário comum recebia um salário correspondente a apenas 84% do que recebia um seu camarada em 1914. E, mesmo no período da euforia desenvolvimentista — entre 1955 e 1959 — enquanto a produtividade do trabalho aumentou em 37%, o lucro bruto dos empresários cresceu de 76%, a elevação do salário real ficou por volta de 15%.

Os entraves que o capitalismo no Brasil encontra hoje pela frente foram produzidos pelas condições históricas em que se formou o sistema. A herança colonial e agrária, que a burguesia não pode destruir radicalmente, e a dominação imperialista sobre o país apressam a crise do capitalismo no Brasil.

2. A questão agrária

A exploração latifundiária, como a herdamos da economia colonial, constitui um dos grandes obstáculos à expansão capitalista. De acordo com o recenseamento de 1960, 2,2% dos estabelecimentos agrícolas abarcavam 59,02% das terras ocupadas no país. E tais números ainda não dão a verdadeira proporção de monopólio da terra, já que muitos estabelecimentos pertencem ao mesmo proprietário.

Tal concentração da propriedade da terra pressiona a grande massa rural a oferecer seus braços por baixíssimas remunerações, às vezes por um prato de comida. Esse baixo preço da mão-de-obra, por sua vez, é que retarda o avanço técnico no campo. Porque o baixo preço da mão-de-obra não estimula a substituição de homens por máquinas. Calcula-se que as remunerações no campo não cheguem a um terço (1/3) dos salários médios na indústria e, mesmo o êxodo rural, trazendo os retirantes atraídos por melhores salários, não faz aliviar a pressão demográfica: por um lado a indústria cresce insuficientemente para o crescimento da população; de outro, a monopolização precoce da economia introduz máquinas e técnicas que, na economia capitalista, votam os homens ao desemprego. Assim, o latifúndio se beneficia do monopólio da terra e da estagnação econômica, para explorar mais avidamente o trabalhador do campo. Além disso, a extensão dos latifúndios não estimula o aproveitamento intensivo da terra com técnicas mais desenvolvidas. Por outro lado, o latifúndio tem sua outra face no minifúndio, nos camponeses pobres que mal sobrevivem com seu trabalho: 89,39% dos estabelecimentos ocupam 20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de menos de 20 ha, ou seja, de estabelecimentos em geral insuficientes para a manutenção de uma família camponesa.

O desenvolvimento capitalista pressupõe a subordinação dos meios de produção à marcha da acumulação do capital com a conseqüente expansão do mercado. Pressupõe a utilização do solo por empresas capitalistas que substituem os grandes proprietários que especulam com o valor da terra. O domínio latifundiário no Brasil — que se manifesta no baixo aproveitamento da terra — amortece o crescimento capitalista no país. As longas faixas de terra que são entregues a uma pecuária extensiva ou puramente ao abandono à espera de valorização, são a marca do capitalismo impotente e sem vitalidade.

Mas o capital industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso

completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as conseqüências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial vem pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar a produção. Isso quer dizer que o latifúndio não é um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. Ou através da rede bancária, ou através de inversões diretas feitas pelos fazendeiros ou, ainda, pela mediação do Estado, as indústrias cresceram alimentadas pela exploração latifundiária. Mas se o confisco cambial forneceu recursos à acumulação de capitais para a indústria, esse mecanismo foi, por sua vez, necessário ao latifúndio, por lhe dar a segurança da compra dos excedentes, amparando-lhe nos momentos difíceis.

A aliança que se fez entre a burguesia e o latifúndio fez-se acompanhar da identidade de interesses entre os trabalhadores da cidade e do campo, criando as condições sociais para a aliança entre operários e camponeses. Não há dúvida de que a desigualdade entre as condições existentes nas várias porções do território nacional imporá soluções específicas para cada região. Mas a base econômica da produção agrícola brasileira — latifúndio do café, do açúcar, do algodão, do cacau etc. — pelo grau de capitalização realizado já oferece as condições para a sua transformação em grandes unidades coletivas. Onde o desenvolvimento das forças produtivas for insuficiente para tal avanço, a posse da terra pelos camponeses, acompanhada de formas cooperativas, realizará a destruição do latifúndio.

Mas há uma medida que pode se impor em todas as porções do território nacional independentemente das diversidades anotadas. Trata-se da nacionalização do solo, isto é, a passagem para as mãos do Estado da renda da terra. A nacionalização da terra não impede ainda a existência de pequenas propriedades privadas sobre ele, mas impede o arrendamento privado da terra e a utilização da terra para fins especulativos. É por isso que onde não houver condições já para a coletivização, a nacionalização do solo garantirá a destruição das formas mais atrasadas da exploração agrícola.

3. *A integração imperialista no Brasil*

Ao contrário do latifúndio, a dominação imperialista não representa simplesmente um traço da herança colonial. É verdade que o imperialismo iniciou sua exploração no Brasil aproveitando a estrutura colonial desta economia. Até hoje a Anderson Clayton, a American Coffee etc., vivem do controle da exportação dos nossos produtos agrícolas. Mas a exploração imperialista, propriamente dita, caracteriza-se pela exportação de capitais.

Não se trata mais da simples relação colonial da exportação de produtos agrícolas em troca de manufaturados. Entre 1953 e 1954 a importação de produtos acabados caiu de 50%. Mas justamente nesse período aumentou de muito o domínio imperialista sobre a economia brasileira.

O capitalismo chegou à sua fase imperialista, nos países mais adiantados do sistema, quando o processo de acumulação de capitais, fazendo-se a um ritmo bem maior que a capacidade de absorção interna, só se resolveu pela aplicação externa.

O imperialismo é, assim, "estágio superior" do capitalismo. Ele representa um momento em que a concentração dos capitais sobrepassa as fronteiras nacionais.

Também o capitalismo no Brasil conhece hoje um alto grau de monopolização. Mas o monopólio no Brasil foi imposto precocemente de fora; não foi o produto do crescimento econômico interno. Nossa burguesia surgiu tarde no cenário internacional, quando as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais. Para acompanhar o crescimento dos países mais capitalizados, para auferir lucros no mesmo nível, nossa burguesia não encontrou outro remédio senão associar-se aos capitais imperialistas. Daí que os períodos de maior crescimento industrial no Brasil sejam os períodos de maior penetração do capital imperialista. Em 1960 era de 90% o controle estrangeiro sobre a indústria automobilística, 82% sobre a eletricidade, 70% sobre a farmacêutica, 70% sobre a de máquinas etc., e tudo indica que os números tenham crescido de lá para cá.

As empresas estrangeiras vieram explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores. Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o "nacionalismo" só é usado como arma de pressão para obter

rem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado.

O fato do Brasil integrar-se no sistema imperialista, na qualidade de periferia do sistema, traz como uma das conseqüências a sangria de capitais executada sob a forma de remessa de lucros. No período de 1947 a 1960 as entradas, de 2 bilhões e 369 milhões de dólares, ainda ficaram abaixo das saídas, em cerca de 1 bilhão e 100 mil dólares.

Por outro lado, a monopolização sofrida pela economia nacional acentua todas as contradições do capitalismo. A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo. Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos. E é ainda essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do “exército industrial de reserva”, que deprime os salários ao mais baixo nível.

Outra conseqüência da monopolização da economia é o aparecimento dos preços de monopólio. Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que domina os grandes ramos da economia — desde a industrialização de alimentos até os remédios — manipula à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários.

Por tudo isso Lênin já chamara o imperialismo de “ante-sala da revolução social”. Porque, em primeiro lugar, ao integrar definitivamente todo o mundo ao domínio do capital, ao revolucionar todas as áreas do globo e subordiná-las à necessidade do lucro, amadurecem as condições internacionais para a revolução socialista. E, em segundo lugar, porque aguça as contradições inerentes ao sistema capitalista: a contradição entre o crescimento da produção e do consumo, a contradição entre o caráter privado da apropriação e o caráter social da produção.

Integrando a burguesia brasileira na economia imperialista, o desenvolvimento capitalista nacional criou as condições para que a luta antiimperialista hoje no Brasil só possa ser também uma luta anticapitalista. E criou também o proletariado concentrado e numeroso a quem cabe comandar esta luta.

4. O caráter da revolução

A crise política que explodiu no país a partir de 1961 refletiu a estagnação a que chegou a economia brasileira. O produto nacional que na década de 50 alcançou a taxa média de crescimento anual de 5,2% apontou claros sinais de declínio a partir de 62, tendo crescido em apenas 1,6% em 63, 3,1% em 64, e 3,9% em 65. Justamente após ter elevado extraordinariamente a capacidade produtiva da economia nacional, os índices de produção começaram a estagnar, não acompanhando mesmo o crescimento demográfico. Os capitalistas diminuíram suas inversões, o crédito refluíu, operários foram dispensados, fábricas fechadas, toda a vida nacional sentiu os reflexos da crise econômica. Nos anos 66 e 67, justamente como efeito da intensificação da exploração sobre a classe operária e da concentração e centralização de capitais, a produção apresentou uma relativa recuperação, embora bem diminuta, com taxas de 4,4% e 4,5%.

Trata-se assim de uma crise capitalista. A primeira em nossa história que é produzida no interior do próprio sistema. Ao contrário da crise de 29, por exemplo, que foi um reflexo da depressão na economia norte-americana, esta última desencadeou-se em pleno momento de apogeu na indústria ianque.

Esta crise revela as contradições entre as possibilidades de desenvolvimento econômico criadas e o modo de produção que as subordina. Vemos que o modo de produção no Brasil traz como consequência natural a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras. A contradição fundamental da sociedade brasileira é aquela que põe em choque burguesia e proletariado. E acontece que, no processo de desenvolvimento capitalista no país, a solução da contradição determinada por esse desenvolvimento nos moldes do capitalismo internacional se confunde com a própria solução da contradição fundamental.

O processo revolucionário que subverterá as estruturas do país, organizando-as de acordo com as necessidades históricas, é o de uma revolução socialista.

Em primeiro lugar, porque a burguesia industrial brasileira surge mesclada já com o latifúndio e o imperialismo. O modo de produção no Brasil já é fundamentalmente capitalista — em processo de integração com o sistema imperialista sob hegemonia ianque e, por outro lado, integrando a produção latifundiária a seus fins. Pois decerto, como já vimos, o domínio latifundiário não é o elemento mais adequado ao desenvolvimento capitalista. Mas o desen-

volvimento tardio do sistema no Brasil se fez harmonizando-se com a herança colonial. Já que, de resto, o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro. A própria divisão de trabalho e concentração das forças produtivas constituídas pelo latifúndio fornecem as premissas para que a intervenção revolucionária no campo nos leve além do regime capitalista.

Assim também o imperialismo, que não penetra no Brasil contra os interesses do capitalismo interno; ao contrário, o capital nacional só se desenvolve integrando-se com o capital imperialista. Os choques entre eles — que também configuram uma relação de “cooperação antagônica” — não se sobrepõem ao interesse maior de explorar a mais-valia nacional. Daí que também as medidas antiimperialistas radicais só possam destruir as bases do próprio regime no país. Quando o imperialismo tomou conta das regiões mais atrasadas do globo e as integrou no mundo capitalista na qualidade de regiões dependentes, ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas.

A burguesia vai se tornando conservadora na medida mesma do crescimento do proletariado. E, além disso, a burguesia industrial — certamente o setor mais dinâmico do sistema — já não é, pelo menos a partir de 1930, uma classe marginalizada do poder político. Desde então ela vem aproveitando o aparelho do Estado em benefício de seu crescimento: atraindo capitais de fora para lhe suplementar a carência interna, carreando financiamentos governamentais, inflacionando ou deflacionando à custa dos salários reais, apelando para o Estado nos setores econômicos em que não se julga pôente para enfrentar. A burguesia já é uma classe no poder. Assim, também pelas suas forças motrizes — os trabalhadores da cidade e do campo — a revolução brasileira só poderá ser socialista.

POR UM BRASIL SOCIALISTA

1. O socialismo no Brasil

A superação definitiva do estado de miséria e opressão a que está relegada a gritante maioria do povo brasileiro só pode conduzir à construção do socialismo no Brasil.

Por *Brasil Socialista* entendemos uma ordem social reinante no país na qual os meios de produção pertençam à coletividade inteira; na qual a produção seja planificada de acordo com os interesses do

povo trabalhador e não deixada à mercê de interesses privados, na qual a produção se oriente pelas necessidades dos trabalhadores e não pela ganância e caça ao lucro; na qual as máquinas e a terra estejam a serviço do homem, e não vice-versa. Entendemos um Brasil no qual não haja exploradores e, portanto, explorados; no qual todos os homens desfrutem igual e livremente do progresso e das riquezas comuns; no qual seja garantida a sua existência como membros úteis de uma sociedade e a sua subsistência, quando não estiverem em condições de preencher esse papel.

O Brasil dispõe hoje de todas as premissas materiais para seguir esse caminho. Dispõe de um parque industrial cuja potencialidade não está sendo aproveitada, dispõe de terras ricas para serem cultivadas racionalmente e possui trabalhadores à procura de trabalho. Tirados esses meios de produção da mão dos capitalistas, latifundiários e especuladores que só visam lucros e dividendos, os recursos do povo brasileiro estão em condições de assegurar uma riqueza e um bem-estar comum inimagináveis na nossa sociedade baseada na exploração. Povos e países, então menos desenvolvidos que o Brasil de hoje — Rússia de 17, China de 50, Cuba de 59 —, já deram o passo decisivo nesse caminho, libertando-se da exploração capitalista e imperialista.

2. Socialismo e revolução são inseparáveis

O socialismo não é um mero desejo, nem tampouco uma elaboração artificial pela qual se pretende reformar o mundo. O socialismo é resultado da evolução histórica da humanidade, colocado na ordem do dia, quando a velha sociedade exploradora se torna um empecilho ao progresso geral — quando os homens tomam consciência desse fenômeno. Isto quer dizer que o socialismo é o resultado de lutas de classes e de revoluções, que representam os momentos críticos dessas lutas. Esse fenômeno universal se dá também, evidentemente, no Brasil.

A evolução geral da sociedade brasileira fez com que se cristalizassem, de modo crescente, dois pólos — tanto na vida econômica como política: o capital e o trabalho, ou a burguesia (nacional ou estrangeira) e o proletariado. Com a expansão do modo de produção capitalista na cidade e no campo, o poder real da sociedade brasileira está sendo exercido mais e mais pela classe capitalista — a burguesia. Ela domina o Estado, reforma-o e o moderniza conforme suas necessidades particulares e o coloca assim, de modo mais eficiente, a serviço do regime de exploração do trabalhador.

Nesse sentido, nós vivemos sob uma ditadura de fato, da burguesia, antes como depois de 64.

Essa ditadura de classe foi velada durante muito tempo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até o golpe de abril de 64, realizavam-se eleições e respeitavam-se outras normas — a “harmonia dos três poderes”, soberania do poder civil, relativa liberdade de organização e manifestações visavam dar ao regime um aspecto democrático. No fundo, o monopólio exercido pela burguesia pelo seu poder econômico e representativo por intermédio de rádios, TV, jornais etc., e a ajuda do voto de cabresto fornecido pelos latifundiários, permitiu sempre às classes dominantes eleger seu congresso, dócil aos seus interesses e hostil às aspirações das massas trabalhadoras. Além disso, tirado o direito de voto a analfabetos e soldados, retirando o direito de disputar as eleições aos comunistas, a democracia burguesa foi sempre uma democracia para a burguesia e uma ditadura real para os trabalhadores.

Quando as contradições de classe tornaram-se agudas e as classes dominantes tiveram que se descartar mesmo das normas democráticas vigentes apelaram para o poder militar. Para manter seus privilégios, ameaçados pelo movimento popular que crescia, as classes dominantes preferiram a ditadura aberta.

O outro pólo da sociedade brasileira é representado pelo proletariado. Ele cresce no mesmo tempo em que se desenvolve o capitalismo, pois trata-se justamente da classe que cria com as suas mãos as riquezas da sociedade capitalista. Trata-se da classe que não tem a propriedade dos meios de produção, que não possui mais que sua força de trabalho, que não ganha mais do que o suficiente para viver e trabalhar no dia seguinte. Ao contrário de todas as outras classes da sociedade brasileira, o proletariado não encontra nas reformas da atual sociedade perspectivas para a sua libertação. Em qualquer sociedade capitalista, reformada ou não, ele será sempre um explorado. Para se libertar da exploração a classe proletária não pode deixar de lutar pela abolição de qualquer exploração, isto é, de toda a propriedade privada da produção. Não pode deixar de lutar pela emancipação de todas as classes oprimidas. Esta posição objetiva da classe operária industrial torna-a receptiva a uma concepção materialista e dialética da luta de classes, ao marxismo-leninismo, torna-a líder natural de todo o movimento dos trabalhadores da cidade e do campo que desalojará as classes dominantes no processo revolucionário.

Revolução significa que o poder passa de uma classe para outra. Quando o proletariado toma o poder, trata-se de uma revo-

lução socialista, pois o proletariado no poder não pode fazer outra coisa do que instaurar o regime socialista.

3. *O caminho passa pela ditadura do proletariado*

O proletariado no poder significa, pois, concretamente, tomar o Estado das mãos da burguesia. Mas poderá simplesmente o proletariado contentar-se em tomar conta dos Ministérios, do Exército, da Polícia, de todo esse aparelho estatal burguês podre e corrupto, formado com o fim de garantir o poder das classes exploradoras? Não poderá. O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burguês-latifundiário que serviu à ditadura dessas classes.

Mas o proletariado não pode desistir, de todo, do Estado. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras que fomentarão a contra-revolução interna e que, principalmente, recorrerão à reação externa. Para vencê-las, para superar a herança do velho regime, para mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo, será necessário, durante certo tempo, a formação de um Estado Operário que exercerá a *Ditadura do Proletariado*.

Ela será a ditadura contra as velhas classes exploradoras e suas tentativas de restauração. Mas ao mesmo tempo será a ditadura da imensa maioria do povo brasileiro que, pela primeira vez, decidirá o próprio destino. Essa ditadura será por isso, para as massas trabalhadoras, mais democrática que qualquer "democracia" que conhecemos em nossa história.

Somente sob esse regime será possível realizar as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias para livrar o povo dos males do subdesenvolvimento, da miséria, do sofrimento e da ignorância, aos quais o mundo capitalista e imperialista o condenou. Somente sob uma Democracia Socialista será possível levantar rapidamente o nível cultural das grandes massas, para que possam desfrutar das conquistas científicas e técnicas do nosso século.

Mas a revolução socialista não poderá se concluir no Brasil independentemente da revolução mundial. Para que os trabalhadores possam desfrutar livremente de seu trabalho será preciso apagar de vez a ameaça do imperialismo e a exploração capitalista sobre os outros povos.

O capitalismo unificou os interesses dos proletários de todo o mundo, e sobre a base dessa solidariedade internacional contra os mesmos exploradores levanta a unidade revolucionária dos trabalhadores de todos os países.

Na medida em que estiver assegurado o caminho socialista, na medida em que desaparecer o perigo da reação interna e externa, a revolução socialista renunciará ao seu Estado. Na medida em que desaparecerem as contradições de classe com a construção socialista interna e mundial, a Ditadura do Proletariado será superada e o Estado dos trabalhadores brasileiros definhará. A República Socialista do Brasil integrar-se-á numa sociedade comunista universal.

POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES

1. *A revolução dos trabalhadores*

O proletariado chega à consciência socialista a partir das lutas econômicas e políticas que trava contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda aponta os objetivos que elevam o nível de luta e formam uma consciência de classe. No caminho da revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura. Nessa luta, travada hoje, o proletariado acumula suas forças para as transformações revolucionárias que será chamado a dirigir.

Ao combater a ditadura de um ponto de vista de classe — combatendo os sustentáculos econômicos de poder e opressão — amadurecemos as condições sociais para a revolução dos trabalhadores.

O golpe militar que, em abril de 64, se abateu sobre quase todas as conquistas até então obtidas, não foi um acidente na política brasileira. Foi a decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário no país. Incapaz de oferecer uma saída popular para a crise econômica que se abateu sobre a produção nacional, a burguesia teve que apelar para um “regime forte”, para um regime que possibilitasse uma solução à custa dos trabalhadores. Reerguer a taxa de lucro à base da exploração dos trabalhadores foi a palavra de ordem das classes dominantes que deu o sentido ao golpe de abril. A concentração das riquezas, a racionalização das empresas, o aceleramento do domínio dos grandes monopólios — com a conseqüente intervenção do imperialismo em maior escala — acompanham o processo capitalista no país. Para essa política econômica de defesa do lucro e corte geral dos salários foi preciso um regime político mais opressor e repressivo. Por isso a ditadura aberta não é um fenômeno passageiro na vida brasileira; ela é o resultado de uma política burguesa, quando a burguesia não pode

mais exercer a ditadura de maneira velada. Por isso, também, a única saída revolucionária contra essa ditadura é a revolução dos trabalhadores.

2. A frente dos trabalhadores da cidade e do campo

Assim como a opressão sistemática sobre o movimento popular tem uma base social — a necessidade burguesa de aplicar uma política impopular — a conquista das liberdades públicas para os trabalhadores só pode ser conseguida destruindo-se o poder dos grandes capitalistas (nacionais e estrangeiros) e latifundiários. Os sindicatos permanecem sob controle ministerial, o direito de greve praticamente suspenso, as reivindicações salariais controladas, as eleições reduzem-se a uma grotesca farsa de partidos organizados pelos próprios padrões da ditadura, todas as garantias públicas suspensas — por que? — para que os monopólios engordem com os salários que deixam de pagar aos operários, para que o latifúndio permaneça espoliando os trabalhadores do campo, para que o povo não disponha dos meios de se revoltar contra tal política.

Combater a ditadura através de uma luta de classe significa combater a soma de poderes concentrada nas mãos dos grandes capitalistas e latifundiários. Poderes que eles exercem através do controle da economia, através dos governantes e dos magistrados que eles colocam nas câmaras, nos tribunais e nos governos, através da propaganda, da polícia e do exército. Só a destruição desse poder elimina a opressão sobre o povo, o recurso da violência sobre as manifestações de massas, a ameaça do fascismo como golpe extremo das classes dominantes.

Para isso é preciso mobilizar as classes cujos interesses estejam na aniquilação dos grandes exploradores. As classes trabalhadoras da cidade e do campo são as grandes massas que nada têm a perder com o extermínio da ordem vigente. É em torno da classe operária industrial — seu setor mais concentrado e organizado — que as massas exploradas deverão levar a luta contra a ditadura e os seus sustentáculos sociais, formando a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo.

As bases para a formação desse proletariado revolucionário devem ser os próprios locais de trabalho. O movimento sindical de cúpula serve aos designios do reformismo e da burguesia. Uma pequena fração burocratizada fala pela classe e amortece os conflitos de classe. Os pelegos falam pela classe enquanto ela não fala por si mesma, enquanto a voz dos operários nas fábricas não intervém na luta política. Organizar os operários em *Comitês de Empresa* é,

assim, mobilizar a classe independentemente das instituições ministeriais que a burguesia procura revesti-la e controlá-la. O nível de luta dos Comitês de Empresa refletirá naturalmente o nível atingido pela classe em cada local; mas não há dúvida de que a sua constituição contribuirá para fazer avançar essa mobilização. Livres e ligados diretamente à classe tais comitês são o instrumento básico para sustentarmos a luta econômica e política da classe operária. Também na organização sindical se fará sentir essa política de base; travaremos a luta sindical na perspectiva de libertação dos sindicatos do controle do Estado burguês.

A grande massa dos aliados da classe operária é constituída pelos trabalhadores do campo. Radicalizados pela miséria extrema a que são levados no atual regime, mas impotentes ante o poder e as armas das classes possuidoras, essas massas rurais — assalariados puros, parceiros, meeiros, pequenos camponeses etc. — dependem de uma vanguarda armada que leve ao campo a perspectiva e a experiência da organização do proletariado urbano. Quando essa vanguarda mostra o caminho concreto da destruição dos seus opressores, abre também, para os trabalhadores do campo, a aliança com os operários industriais.

Da pequena burguesia surgem também contingentes que se juntarão à luta proletária. Vacilante pela sua própria posição na sociedade, a pequena burguesia, enquanto classe, procurará sempre um caminho próprio — inviável a longo prazo — entre o imperialismo e o socialismo. Cabe à vanguarda comunista ao mesmo tempo atrair as camadas proletarizadas da pequena burguesia e combater as concepções próprias que ela traz de sua classe. O movimento estudantil, que tem uma grande tradição de luta na América Latina, pode servir grandemente à revolução dos trabalhadores na medida em que faz da sua luta pela liberdade de organização uma luta intransigente contra o regime, sem conciliação e integrado na frente dos trabalhadores.

Os soldados, cabos e marinheiros, originados das camadas pobres da população, podem ser ganhos para a Frente dos Trabalhadores. A ascensão política do povo brasileiro, nos anos anteriores ao golpe, mostrou como esses setores podem ser ganhos para a luta de classes, juntando-se aos operários e cindindo horizontalmente o aparelho de repressão das classes dominantes. Exatamente por trabalharem sob a disciplina dos guardiães armados do regime, a propaganda revolucionária entre soldados e marinheiros tem a grande importância de minar as bases dos instrumentos materiais da opressão política.

Mobilizar o proletariado no caminho da *Revolução dos Trabalhadores* é, pois, o traço que distingue a vanguarda operária revolucionária do reformismo pequeno-burguês. Conseqüentes com seus objetivos puramente liberais — a “redemocratização” —, os reformistas baseiam sua estratégia em “amplos movimentos de opinião pública”, em “pressões de massa” e em divisões verticais do exército com setores progressistas contra setores entreguistas. A esquerda revolucionária, verificando que a única garantia para a conquista das liberdades para os trabalhadores está na destruição mesma das bases sociais do golpe, baseia sua luta na revolução dos trabalhadores contra o regime. Nesse processo a classe operária deve liderar as amplas lutas dos camponeses, dos assalariados em geral, dos soldados e marinheiros, que fazem parte do potencial revolucionário do país.

3. O governo revolucionário dos trabalhadores

A revolução dos trabalhadores coloca o problema do poder revolucionário. O tipo de governo visado, que surge da própria insurreição, representa em nossa propaganda, desde hoje, a alternativa que oferecemos à ditadura militar das classes dominantes.

Embora as circunstâncias que temos em frente não permitam previsões de detalhes sobre a formação do governo de transição de caráter revolucionário que pode preceder e levar à ditadura do proletariado, o conteúdo de classe de tais governos provisórios deve ser definido desde já, para distingui-los claramente de todas as tentativas de atrair o apoio dos trabalhadores para governos reformistas e populistas, destinados justamente a evitar a revolução socialista.

O proletariado consciente e sua vanguarda revolucionária só poderão apoiar e integrar governos provisórios quando estes se apóiam na força material da classe operária e dos seus aliados no campo, aos quais juntar-se-á parte da pequena burguesia assalariada e proletarizada. Tal governo será resultado de uma Frente dos Trabalhadores da cidade e do campo.

Esse governo, que só se imporá e só subsistirá pela força material e das armas dessa coligação revolucionária de classes, surgida em torno do proletariado industrial, será um *Governo Revolucionário dos Trabalhadores* e será composto pelas forças políticas dispostas a travar a luta contra o imperialismo e a reação interna com métodos revolucionários. Para isso, não poderá deixar de atacar as

bases sociais da reação e do imperialismo na cidade e no campo e estabelecer uma democracia revolucionária dos trabalhadores garantindo-lhes os direitos políticos que a democracia burguesa nunca concedeu às classes exploradas no Brasil.

Tendo por missão demolir os pilares da reação, o Governo dos Trabalhadores deverá tomar as seguintes medidas básicas:

— destruição final das atuais forças armadas organizadas para a repressão contra as classes populares; organização de milícias dos trabalhadores;

— encampação dos monopólios imperialistas e nacionais; planificação dos setores básicos da economia;

— nacionalização da terra e liquidação do latifúndio; organização de cooperativas, fazendas coletivas e entrega da terra aos camponeses, de acordo com as condições locais;

— completa liberdade de organização e manifestação para as classes trabalhadoras;

— política externa antiimperialista e de solidariedade ativa aos movimentos revolucionários, principalmente da América Latina;

— retirar dos grandes capitalistas o controle da grande imprensa;

— convocação de um congresso eleito pelos trabalhadores da cidade e do campo, como base política do novo regime;

— medidas drásticas de combate à carestia e de elevação do nível de vida do povo, como confisco dos estoques dos especuladores, controle operário dos preços, elevação geral dos salários e congelamento dos preços.

Semelhante governo será de transição pelo seu caráter e sua origem. Será resultado de frentes e alianças surgidas na luta de forças e lideranças radicais da cidade e do campo. Será de transição igualmente pelo fato de o proletariado não poder conservar o poder político, sem destruir simultaneamente as bases econômicas e sociais do domínio das velhas classes exploradoras, sem instalar sua ditadura. Na medida em que essa consciência toma conta das massas trabalhadoras — e a prática do governo de transição tem de acelerar esse processo — as massas trabalhadoras seguirão a facção mais radical e mais conseqüente do governo revolucionário, que as liderará e as levará a instalar a Ditadura do Proletariado, a forma de governo da revolução socialista, a única alternativa ao domínio imperialista.

AS TAREFAS DA VANGUARDA

1. *A formação do partido revolucionário da classe operária*

A constituição de um Partido Revolucionário que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente, independentemente de toda influência burguesa, permanece a grande tarefa da vanguarda revolucionária do país, a premissa da revolução socialista. Para que o proletariado possa levantar sua bandeira e liderar todas as massas exploradas da nossa sociedade, é preciso que ele vença decisivamente as ideologias burguesas e pequeno-burguesas do reformismo e do populismo em suas próprias fileiras que o enfraquecem na luta de classes.

Para que a luta contra a ditadura seja travada conseqüentemente e sem compromissos, no caminho da revolução dos trabalhadores, para que o processo revolucionário seja levado até o objetivo da sociedade socialista, é indispensável a hegemonia do proletariado. É indispensável que o marxismo, a teoria do socialismo científico, penetre na classe operária, que se funda com o movimento operário existente e que guie a sua luta. O partido revolucionário que lidera a classe operária é o resultado dessa fusão da teoria marxista com o movimento operário vivo.

A classe, espontaneamente, não chega à teoria comunista, não adquire consciência que a torna uma classe para si. Espontaneamente a classe desenvolve uma resistência contra a exploração capitalista, há a disposição para a luta, mas é o partido quem dá a essa ação um sentido revolucionário, levando-a além dos limites estreitos da atuação sindical e populista. Caberá a esse partido liderar e lançar o exército do proletariado industrial na luta de classes latente que se desenrola no país, para que a importância que o proletariado brasileiro já tem na vida econômica se faça sentir devidamente no cenário político. Caberá a esse partido realizar na prática a Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, materializar a aliança entre o proletariado independente e as demais classes exploradas. Caberá ao partido coordenar todas as demais classes exploradas. Caberá ao partido coordenar todas as formas de luta contra a ditadura e o imperialismo, na cidade e no campo, legais, clandestinas e armadas, para o assalto final das massas trabalhadoras contra a sociedade burguesa-latifundiária.

2. Partido e classes

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de luta defendidas atualmente pela *Política Operária* nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda. A Política Operária acelerará essa formação, na medida em que elabora e se empenha pelo programa proletário da revolução socialista, na medida em que propaga na luta diária o caminho revolucionário dos trabalhadores, na medida em que dirige seus esforços para a organização do proletariado como classe independente, na medida em que indica o combate revolucionário ao poder burguês.

Como partido revolucionário da classe operária e, hoje, como organização revolucionária proletária, temos de travar a luta e fazer as demais correntes conseqüentes travar a luta em três frentes principais.

Temos de desencadear a resistência mais elementar contra a exploração capitalista, a *luta econômica*. Embora se trate ainda de uma forma burguesa de luta da classe operária, isto é, da tentativa de aliviar o proletariado ou de parte dele, dos piores excessos do sistema, representa um passo indispensável e inicial para a movimentação e organização da classe, uma escola para futuras batalhas contra o sistema capitalista em si. Cada campanha salarial, cada greve, cada operação tartaruga é uma luta parcial que servirá ao movimento revolucionário para transformar a solidariedade de classe do proletariado em consciência de classe, isto é, para fazê-lo compreender o conjunto da luta de classes e o seu próprio papel.

Isso só é possível mediante uma estreita relação da luta econômica diária com a *luta política*, isto é, a luta do proletariado, ou da sua parte mais consciente, contra a sociedade existente e contra suas instituições. A luta política proletária é um constante confronto de classe. A nossa sociedade é burguesa-latifundiária; a nossa classe dominante, a burguesia, aliada ao imperialismo. O sentido da luta política nas nossas condições só pode ser, portanto, de opor o proletariado e seus aliados à burguesia e seus aliados; só será uma luta conseqüente se for travada em torno dos objetivos políticos do proletariado: a destruição do domínio de classe da burguesia e a elevação do proletariado como classe dominante.

Mas essa luta política só será travada conseqüentemente por um proletariado que tenha se libertado da tutela ideológica da bur-

guesia e que tenha assimilado, em diversos níveis, a teoria do socialismo científico, como foi elaborada e desenvolvida pelo marxismo-leninismo. E isso exige a constante *luta ideológica*, baseada na teoria do socialismo científico, não só contra o impacto da ideologia burguesa, exercido diariamente sobre as massas trabalhadoras por intermédio dos modernos meios de comunicação — como rádio, imprensa, televisão — à disposição da burguesia, como também contra os próprios ideólogos burgueses e pequeno-burgueses, que se aproximam da classe operária. O reformismo e o revisionismo do nosso movimento operário, em grande parte, são resultados do domínio ideológico pequeno-burguês do passado, e o processo de proletarianização de grandes camadas da classe média faz que numerosos quadros políticos cheguem ao proletariado como porta-vozes da ideologia pequeno-burguesa dos mais diversos matizes.

Somente a constante *luta ideológica*, fundamentada na teoria do marxismo-leninismo, pode, de um lado, transformar esses elementos em revolucionários e, de outro, repelir as ideologias pequeno-burguesas que, na prática, visam amarrar novamente o proletariado à política burguesa.

3. *A frente de esquerda revolucionária*

É o partido revolucionário, baseado na experiência internacional do marxismo-leninismo, que saiba unir teoria e prática e aplicá-las às condições concretas do país, que preenche essas funções. Mas o partido não nasce pronto; ele se forja na luta e pela luta, e é durante essa luta que devemos estabelecer a unidade das forças que levantaram a bandeira do marxismo-leninismo.

O estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno de princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária. Ao mesmo tempo, essa unidade cria condições mais favoráveis para que a linha proletária e revolucionária se apresente com maior impacto na vida nacional: como alternativa ao reformismo dominante. A plataforma que apresentamos para a formação de uma Frente de Esquerda Revolucionária resumiu os pontos de princípios que distinguem hoje os revolucionários proletários no país:

- reconhecimento do caráter socialista da revolução no Brasil;
- reconhecimento da hegemonia do proletariado e da formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo como premissa da revolução;

— luta por um partido revolucionário que lidere a classe operária, à base da teoria do marxismo-leninismo;

— reconhecimento da luta armada e, especificamente, da luta de guerrilhas;

— organização da classe operária nos lugares de trabalho, e desenvolvimento de uma agitação revolucionária na classe.

A GUERRA REVOLUCIONÁRIA

A revolução no Brasil será proletária ou deixará de ser revolução, e isso implica a necessidade da insurreição operária como ato de tomada do poder. O papel que o proletariado tem nesse processo, sua mobilização e liderança na luta e coordenação com seus aliados no campo, por sua vez, dá uma importância primordial à organização política do proletariado — o partido — como instrumento da tomada do poder. A luta de classes, todavia, não adia os problemas até que o partido de classe esteja criado e a nossa tarefa como vanguarda é enfrentar todas as situações com os recursos que temos à mão, em cada fase da luta.

Atualmente uma das formas básicas da luta de classe no continente é a guerra de guerrilha travada no campo, que aproveita o potencial revolucionário local como catalisador de um movimento em escala nacional.

Trata-se de uma luta prolongada, mas a internacionalização da luta no Brasil, com a notória aliança entre o imperialismo ianque e as burguesias nativas da América Latina para enfrentar a revolução aberta ou latente, dará um caráter prolongado à fase armada da revolução brasileira. A guerrilha tem sua importância nessas condições, por permitir a manutenção da luta por longo tempo, mesmo nas fases de descenso do movimento de massa. Iniciando-se com poucas e isoladas forças, com que conta a vanguarda operária, irá crescendo à medida que for alcançando as primeiras vitórias contra o exército da reação e que vai delineando os objetivos de luta para os trabalhadores do país inteiro.

A guerrilha, como forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária, mina e desgasta todo o aparelho de repressão, tanto do ponto de vista militar, quanto econômico e político. A guerrilha preenche este papel quando desencadeada em uma fase e em condições em que a sua ação acelera o surgimento de uma situação revolucionária, isto é, uma situação em que a luta de classes atinge o auge, colocando na ordem do dia a tomada do poder pelas classes

oprimidas. Para isto, tem que apelar às classes revolucionárias do país, ao proletariado e seus aliados, para a luta comum a ser travada em todas as frentes contra o sistema explorador. Realizando, desde o início, em miniatura, a frente dos trabalhadores da cidade e do campo, a guerrilha potencializará a voz da vanguarda clandestina em todo o país, preparando o reagrupamento das forças das classes revolucionárias para a luta final.

A primeira tarefa política do foco guerrilheiro há de ser, desta maneira, a de colocar claramente no cenário político do país uma nova liderança, uma alternativa revolucionária ao poder das classes dominantes. O fato consumado do foco de guerrilha elevará o nível da luta, apressará a unificação das forças da esquerda revolucionária e a constituição do partido revolucionário da classe operária. Da instalação do foco até a insurreição do proletariado da cidade, haverá um caminho prolongado, mas será um caminho só, com um objetivo traçado: a Revolução dos trabalhadores brasileiros no caminho do socialismo. Será essa a nossa contribuição decisiva para a construção de uma nova sociedade no mundo, liberta para sempre da exploração do homem pelo homem. Ao mobilizar os operários sob a bandeira da luta de classes ouvir-se-á, também, dos rincões deste país, o brado de guerra:

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL — ALA VERMELHA — PC do B-AV

A Ala Vermelha do PC do B formou-se em 1966 com base num movimento de oposição aos rumos que o PC do B vinha tomando e ao texto básico que o Comitê Central preparara para a discussão da VI Conferência. A oposição articulou-se em torno de militantes vindos de estágios e treinamentos na China, encontrando grande ressonância entre os estudantes do PC do B no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, além de contatos operários.

As divergências radicalizaram-se quando a oposição publicou o texto: “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’”, que vai transcrito a seguir. Pouco depois da VI Conferência, a oposição foi expulsa, não aceitando, porém, a decisão, e se constituindo, por sua vez, em Partido, com o nome de Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PC do B-AV).

A Ala Vermelha participaria das lutas sociais entre 1967 e 1969, realizando também ações de expropriação de fundos. Seus projetos políticos foram então sintetizados em dois textos: “Construir um partido de novo tipo em função da luta armada” e “Criação das forças armadas populares”, publicados em 1969. Entretanto, em fins deste mesmo ano, a Ala Vermelha já apresentaria uma primeira auto-crítica da prática até então desenvolvida — são Os 16 Pontos (que transcrevemos também neste volume), de novembro de 1969. Por se opor a esta evolução, um grupo de militantes de São Paulo se cindiria, formando, desde 1969, o Movimento Revolucionário Tiradentes — MRT.

Quando das eleições de 1970, a Ala Vermelha defenderia o voto nulo e marcaria presença com a ocupação da rádio de Santo André, de onde emitiria proclamações revolucionárias. Nesta mesma época a direção da organização aprovaria, embora sem conse-

guir efetivar, seqüestro de diplomata estrangeiro com o objetivo de libertar militantes presos. O cerco da polícia política vinha, de fato, se apertando, provocando grandes perdas: em começos de 1969, em fins de 1970, em 1971 (janeiro e maio), contribuindo para acelerar a consciência do isolamento político e da necessidade de empreender reformulações. Uma nova orientação começaria a despontar pela definição do Plano de Finanças, em 1970, e pela discussão sobre o papel das associações comunitárias em sua relação com o movimento da classe operária, sobre a composição social da organização etc. Fortalecia-se no interior da Ala Vermelha, em fins de 1971, uma tendência que, através do Esboço de Balanço Crítico e da Carta Política, formulados já no ano seguinte, lançaria o PC do B-AV em uma nova qualidade de trabalho político nas fábricas e nos bairros populares.

...

CRÍTICA AO OPORTUNISMO E AO SUBJETIVISMO
DA "UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR
O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA E DA
AMEAÇA NEOCOLONIALISTA"
(dezembro, 1967)

Algumas considerações sobre o programa, a estratégia e a tática da revolução brasileira

A apreensão das necessidades de um programa, bem como das leis da estratégia e da tática da revolução, constitui-se num processo que, partindo da análise da contradição principal, encontra as condições e as formas do relacionamento dialético entre os dois aspectos, do lado das transformações necessárias à substituição do velho pelo novo. O processo de conhecimento que permite a elaboração do programa, da estratégia e da tática se baseia, fundamentalmente, na análise dos aspectos da contradição principal e no conhecimento das contradições fundamentais da sociedade.

Alguns elementos teóricos desse processo foram expostos anteriormente na introdução do capítulo III deste documento. A aplicação de suas conclusões e a compreensão de suas necessidades indicará, sem dúvida, as premissas teóricas das quais carece a revolução brasileira.

Ao não utilizar o método marxista-leninista, os redatores do Doc. da VI Conferência elaboraram seu programa, sua estratégia e sua tática de uma forma que não apenas carece de coerência interna, como também resulta inteiramente desligada da realidade. Isto é, por não aplicarem o materialismo dialético, conceberam uma tática que não depende nem se relaciona com sua estratégia e seu programa, além de não ser adequada às condições em que se desenvolve o processo revolucionário brasileiro.

Para evitar desvios desse gênero, a aplicação de um método correto de análise da contradição principal e do desenvolvimento do programa, da estratégia e da tática da revolução é imprescindível. A proposição que nós fazemos é a de, aplicando o materialismo dialético, apreender alguns aspectos fundamentais de um programa, de uma estratégia e de uma tática para a revolução brasileira. Não nos propomos aqui a esgotar tal assunto, pois, para isto, falta-nos, como a todo o movimento revolucionário brasileiro, um aprofundamento teórico maior das questões do marxismo-leninismo aplicadas a nossa realidade concreta, bem como um conhecimento mais profundo e exaustivo dos dados concretos da realidade do país.

Sobre o programa e a estratégia

A contradição principal da sociedade brasileira, como já vimos, é a contradição entre o neocolonialismo e seu suporte social interno, de um lado, e a grande maioria da nação, do outro. Dessa forma, podemos determinar quais aquelas classes e camadas sociais da sociedade brasileira que estão no campo da revolução e quais são os elementos componentes do campo contra-revolucionário.

O campo da contra-revolução é integrado por aquelas forças que compõem o aspecto principal da contradição principal, uma vez que, atualmente, o fator dominante no desenvolvimento da sociedade brasileira e que a caracteriza é a contra-revolução. Portanto, podemos definir como sendo inimigos da revolução o neocolonialismo e seu suporte social interno. O suporte social interno do neocolonialismo é composto daquelas classes e camadas sociais que representam integralmente a dominação e exploração do neocolonialismo, ou a ela se associam. Estas classes e camadas sociais são: os latifundiários, a burguesia exportadora-importadora, a burguesia financeira e a burguesia integrada. Na medida em que se confundem com os interesses da dominação neocolonialista, estas classes representam a contra-revolução interna, porque, além de se associarem à dominação neocolonialista, exercem também sua exploração e

opressão que as levam a defenderem a manutenção das estruturas sociais atrasadas.

Estas são as forças, classes e camadas sociais que se colocam objetivamente no campo da contra-revolução.

As classes e camadas sociais que constituem as forças da revolução são aquelas que compõem o aspecto secundário da contradição principal, isto é, são aquelas submetidas à dominação, exploração e opressão das forças da contra-revolução. Portanto, fazem parte do campo da revolução: o proletariado, o campesinato (principalmente o campesinato pobre), a pequena burguesia, o semi-proletariado. A burguesia não integrada (nacional), pelo fato de também estar submetida à opressão neocolonialista, se constitui numa força revolucionária na atual etapa. Estas são as classes e camadas sociais que, objetivamente, se colocam no campo da revolução, embora nem todas estejam ganhas subjetivamente para ela.

A revolução é o processo de resolução da contradição principal, através da luta entre seus dois aspectos e, conseqüentemente, a superação do aspecto principal pelo aspecto secundário, isto é, a mudança do aspecto principal da contradição principal. Para que o aspecto secundário possa sobrepujar o aspecto principal, através de uma luta, é necessário que as classes que fazem parte do aspecto secundário se unam e lutem por objetivos comuns, a fim de destruir a dominação, opressão e exploração das classes e camadas que compõem o aspecto principal. Esses objetivos se consubstanciam na tomada do poder e na constituição de um novo poder que exerça a ditadura dessas classes e camadas, hoje exploradas, sobre aquelas que atualmente ocupam o poder e exercem a exploração.

Para alcançar esses objetivos é imprescindível que haja, na união das classes e camadas sociais que estão no campo da revolução, a hegemonia do proletariado. Somente sob a direção e liderança do proletariado é que as forças revolucionárias poderão unir-se e conquistar seus objetivos, bem como serem ganhas subjetivamente aquelas classes e camadas que ainda não o estão.

A classe operária é a única que não dispõe de nenhuma propriedade privada dos meios de produção e que, conseqüentemente, não exerce nenhuma exploração. Além de participar da produção social, seu objetivo é destruir a propriedade privada dos meios de produção, visando a constituir uma sociedade livre da exploração de classe. Portanto, é a classe mais revolucionária da sociedade e, por estas características, é a única que tem condições de levar a revolução até o fim. Todas as outras classes que fazem parte do campo da revolução exercem ou se interessam pelo exercício da exploração e têm, em

maior ou menor escala, privilégios a defender. Por essas características, qualquer uma delas que dispusesse da hegemonia do poder na revolução utilizá-lo-ia para exercer a exploração sobre as outras e terminaria por permitir novamente a penetração do neocolonialismo. Desta maneira, transformar-se-ia num novo suporte social do neocolonialismo. Nas condições do mundo atual, sem a hegemonia do proletariado, em qualquer revolução, mesmo que as forças revolucionárias atinjam o poder, mais cedo ou mais tarde o país voltará à condição de semicolonias.

O proletariado, pela revolução, visa a atingir o socialismo e o comunismo, a fim de construir uma sociedade livre da exploração de classe e a eliminação das classes. No entanto, tendo em vista a situação atual, quando a contradição de nossa sociedade coloca outras classes e camadas sociais ao lado da revolução e dita a necessidade de uni-las para derrotar o inimigo comum, o proletariado, a fim de garantir a união dessas classes e camadas sociais, necessita limitar seus objetivos programáticos, desde que seja assegurada sua hegemonia na revolução. Essa limitação dos objetivos programáticos do proletariado caracteriza a etapa da revolução.

Na sua atual etapa, a revolução brasileira objetiva destruir os meios de dominação, opressão e exploração do neocolonialismo e seu suporte social interno.

Essa dominação, opressão e exploração caracterizam a sociedade brasileira como sendo uma sociedade neocolonizada, agrária e de acentuadas relações de produção capitalistas. Portanto, como a revolução brasileira objetiva eliminar a dominação de classe do neocolonialismo, dos latifundiários, da burguesia importadora-exportadora, da burguesia financeira e da burguesia integrada, caracteriza-se como uma revolução antineocolonialista, democrática, agrária e de transformações socialistas.

Por esta razão, a atual etapa da revolução brasileira objetiva instituir um regime democrático, sob a hegemonia do proletariado, e realizar transformações na estrutura da sociedade, correspondentes às necessidades da grande maioria da nação, ou seja, do povo brasileiro, o que a caracteriza como uma etapa de democracia popular.

A fim de cumprir as tarefas da etapa de democracia popular da revolução brasileira, é necessária a constituição de um novo poder político que exerça a ditadura sobre aquelas classes e camadas sociais contra-revolucionárias. Este novo poder será exercido pelas classes e camadas sociais que estão no campo da revolução, sob a hegemonia do proletariado. Devido à sua composição social e às transformações sociais que objetiva introduzir na sociedade,

o novo poder será um Governo Popular Revolucionário. Este poder, pela necessidade de ser exercido sob a hegemonia do proletariado, constituiu-se como uma forma de ditadura do proletariado. Ou seja, o Governo Popular Revolucionário é a forma que a ditadura do proletariado assume na atual etapa da revolução.

A fim de destruir a dominação de classe do neocolonialismo e do seu suporte social interno, o Governo Popular Revolucionário tem como tarefa principal destroçar os instrumentos de dominação e opressão daquelas classes, bem como expropriar seus meios de exploração, libertar as forças produtivas e construir as bases econômicas e sociais da nova sociedade.

Com relação às tarefas a serem executadas por um Governo Popular Revolucionário, destacaremos a seguir apenas aquelas medidas essenciais. Um programa detalhado e aprofundado dessas medidas será consequência do próprio aprofundamento do trabalho teórico e do conhecimento minucioso da nossa realidade, imprescindível à revolução brasileira.

As tarefas essenciais do Governo Popular Revolucionário são:

— Expropriação e estatização dos capitais, bens e propriedades do neocolonialismo no Brasil. Nisto consiste o conteúdo anti-neocolonialista da revolução brasileira.

— Expropriação de toda a propriedade latifundiária e reforma agrária radical, constando da distribuição da terra aos camponeses que nela trabalham, propiciando-lhes os meios para desenvolver a produção, bem como a instituição de cooperativas do tipo inferior e superior nas condições em que haja condições para tal. Nisto consiste o conteúdo agrário da revolução brasileira.

— Expropriação e estatização dos capitais, bens e propriedades da burguesia financeira, da burguesia importadora-exportadora e da burguesia integrada.

Na expropriação e estatização dos capitais e bens do neocolonialismo, da burguesia financeira, da burguesia importadora-exportadora e da burguesia integrada e na instituição de cooperativas de tipo superior no campo, consiste o caráter de acentuadas transformações socialistas da revolução brasileira.

Como condições necessárias para essas transformações, o Governo Popular Revolucionário deverá:

— Aniquilar o aparelho militar da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo Exército Popular Revolucionário.

— Destroçar o aparelho estatal e burocrático da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo aparelho de Estado das forças revolucionárias.

Tomando tais medidas essenciais, o Governo Popular Revolucionário, que é um governo de coalizão das forças revolucionárias sob a hegemonia do proletariado, estará cumprindo as tarefas da primeira etapa da revolução brasileira. Dessa forma, constituir-se-á um *governo de transição para a ditadura do proletariado e para a etapa socialista*.

Do ponto de vista da estratégia da revolução, é necessário ter conhecimento da situação global da sociedade brasileira. De tal conhecimento emanam as características fundamentais dessa situação, que correspondem a uma sistematização dos aspectos mais importantes indicados pela análise de nossa sociedade. São as seguintes as características fundamentais da situação atual da sociedade brasileira:

1 — A sociedade brasileira está submetida à dominação, opressão e exploração do neocolonialismo e do seu suporte social interno, que as exercem através da contra-revolução armada no poder, sob a forma de ditadura militar neocolonialista. As classes que compõem a base social da dominação neocolonialista tendem a se amalgamar em torno da ditadura, na medida em que se sintam ameaçadas pela revolução.

2 — O principal instrumento de dominação da contra-revolução armada no poder é o exército burguês transformado em força de ocupação interna e tendo como reserva imediata as polícias militar e civil, assessoradas e orientadas pelos especialistas do Pentágono, da CIA e do Ponto IV. Procuram transformar em reservas do exército as populações civis, através da exigência da prestação de serviços dos civis às Forças Armadas (ex.: Militarização da Medicina). Para se manter, a ditadura necessita de uma força militar indivisível e poderosa. Na impossibilidade de conseguir a monolítica unidade de todo o exército, a ditadura manipula seus comandos a fim de garantir-lhes a coesão. Por ser uma tropa de ocupação interna do neocolonialismo, este aparelho militar conta com a experiência internacional da contra-revolução armada. Assim, exerce uma repressão preventiva contra qualquer movimento de massa ou armado que assuma ou possa assumir um caráter revolucionário.

3 — A contra-revolução armada no poder concentra a maior parte de seu poderio repressivo nos grandes centros urbanos, onde também se concentram seus maiores interesses. Dessa forma é relativamente fraca nas zonas rurais. No entanto procura neutra-

lizar sua debilidade nas zonas rurais deslocando preventivamente contingentes das Forças Armadas para regiões onde acredita poderem surgir ações revolucionárias. Ocupam militarmente essas regiões e tentam ganhar as populações locais e corromper seus líderes.

4 — O desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira atual se dá nas condições de existência de importantes regiões atrasadas. *Embora haja uma predominância de relações capitalistas, o Brasil se caracteriza como um país predominantemente agrário.* No entanto isto se dá ao lado da existência de fatores fundamentais para a compreensão da situação atual da sociedade brasileira:

a) a maioria da população do país vive no campo, isto é, fora dos centros *urbanos*, onde se concentra a produção capitalista;

b) pelo fato de a economia nacional se fundamentar na exportação de produtos primários e de a maioria da população ativa viver no campo, a sociedade brasileira se caracteriza como predominantemente agrária;

c) as populações que vivem no campo estão submetidas às formas mais agudas de exploração e opressão, mesmo nas regiões em que existem relações de produção capitalistas. Portanto tais populações se constituem nas massas mais miseráveis do país e sentem mais diretamente a necessidade social da revolução.

5 — O proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e o semiproletariado colocam-se objetivamente no campo da revolução, devido à opressão e exploração a que estão submetidos pelo neocolonialismo e seu suporte social interno. Pelo fato de a burguesia nacional estar submetida a pressões da dominação neocolonialista, na etapa atual, ela também se coloca objetivamente no campo da revolução. Contudo, atualmente, todas essas classes e camadas não estão ainda ganhas subjetivamente para o processo revolucionário. Embora as condições objetivas estejam plenamente amadurecidas, existe em relação a elas um atraso das condições subjetivas. Esse desnível ocorre fundamentalmente porque, no Brasil, não existe um conhecimento profundo da teoria do marxismo-leninismo que possibilitasse a combinação de suas verdades universais com a prática concreta da revolução brasileira. Disto resulta a existência de múltiplas concepções sobre o processo revolucionário de inúmeras organizações e partidos de esquerda. A falta de unidade política dificulta o desenvolvimento das condições subjetivas. Por outro lado, a contra-revolução intensifica sua propaganda ideológica visando a confundir as massas, o que concorre ainda mais para dificultar o desenvolvimento das condições subjetivas.

6 — O proletariado, durante um longo processo, *ainda não logrou construir a sua verdadeira vanguarda de classe*, em virtude da predominância do oportunismo que sempre grassou em suas fileiras. Portanto, *construir o Partido Revolucionário do Proletariado ainda é uma tarefa a ser cumprida*. Esta circunstância impossibilitou também a construção de uma força armada sob a direção do Partido do Proletariado.

No desnível das condições subjetivas em relação às objetivas e na ausência de um verdadeiro Partido do Proletariado e de uma força armada sob sua direção consiste a debilidade do campo da revolução.

Para atingir os objetivos programáticos da revolução, tendo o conhecimento da situação global da sociedade brasileira, é necessário, com base nesse conhecimento, indicar a direção estratégica do processo revolucionário.

Para derrotar o neocolonialismo e seu suporte social interno, o golpe principal das forças revolucionárias, sob a direção do proletariado, deve ser dirigido contra o instrumento de dominação e opressão das forças contra-revolucionárias, isto é, contra a ditadura militar neocolonialista. A principal tarefa estratégica da revolução é, pois, a destruição da ditadura militar neocolonialista e sua substituição por um Governo Popular Revolucionário.

O cumprimento dessa tarefa implica a destruição do principal instrumento de sustentação da ditadura, ou seja, suas forças armadas. Em virtude da distribuição desigual do poderio do inimigo, as forças da revolução devem atingi-lo a partir de seus pontos mais débeis. Como já vimos, o inimigo concentra seu poderio nos grandes centros urbanos e é relativamente débil nas zonas rurais. Por esta razão, as forças revolucionárias deverão, a partir das zonas rurais, executar o cerco dos grandes centros urbanos. O cerco das cidades pelo campo é também indicado pelo fato de a maioria da população do país viver nas zonas rurais e porque esta população está submetida às formas mais violentas de opressão e às mais atrasadas de exploração, o que lhes proporciona um sentimento imediato da necessidade da revolução.

A fim de fazer frente ao poderio da contra-revolução é necessário que, no processo revolucionário, unam-se todas as forças suscetíveis de serem unidas. A união somente poderá ser concretizada na medida em que aquelas classes e camadas sociais que estão objetivamente no campo da revolução forem também ganhas subjetivamente para o processo revolucionário.

Tendo apreendido os traços mais gerais de uma orientação estratégica para o processo revolucionário brasileiro, cabe encontrar as formas e meios de aplicar essa orientação geral à realidade concreta da sociedade brasileira.

Sobre a tática da Revolução Brasileira

Para levar a efeito a tarefa principal indicada pela estratégia, ou seja, a destruição da ditadura militar neocolonialista através do aniquilamento de suas Forças Armadas, *é necessário encontrar a forma de luta adequada*. Como já vimos, as Forças Armadas exercem o papel de força de ocupação interna e realizam a repressão preventiva. Como realizam a ocupação militar interna do país, estão capacitadas para reprimir qualquer movimento de massas de caráter pacífico ou armado, pois já empregam na prática a luta armada contra-revolucionária. Assim, para que as forças revolucionárias obtenham êxito, torna-se necessário o emprego da luta armada como sua principal forma de ação. Na situação atual, como o fator dominante da sociedade brasileira é a contra-revolução armada, as forças revolucionárias necessariamente devem empregar as mesmas formas de luta empregadas pelas forças contra-revolucionárias.

A experiência da revolução em todo o mundo indica que existem apenas dois caminhos através dos quais a luta armada pode se desenvolver: a guerra insurrecional e a guerra popular.

A guerra insurrecional tem como base principal a luta nos grandes centros urbanos e realiza-se através de um processo conspirativo de acumulação de forças até que as forças da revolução sejam superiores às do inimigo. Desenvolve-se através de vigorosos movimentos de massas, que se tornam cada vez mais amplos, e utiliza o trabalho conspirativo de desintegração do exército do inimigo, ao lado de aprofundar o desmoronamento do poder constituído. São condições básicas para a guerra insurrecional a existência de um exército inimigo desprovido de coesão interna, a necessidade de que o poder constituído esteja num processo de decomposição e desmoralização e a existência de um proletariado em armas que se constitua no contingente principal da revolução, tendo o campesinato como reserva imediata. Nestas condições, a greve geral política e os levantes revolucionários nos grandes centros urbanos podem ser combinados com êxito. No entanto o Brasil não oferece, atualmente, essas condições. A ditadura militar neocolonialista não está em decomposição, os comandos do exército estão coesos e o contingente principal da revolução é o campe-

sinato. Além disso, a concentração do poderio militar do inimigo nos grandes centros urbanos impede o surgimento de um auge do movimento de massas nas cidades. Para derrotar o exército contra-revolucionário é necessário outro exército. Como é impossível cindir o exército do inimigo, as forças revolucionárias precisam construir seu exército e tal tarefa se torna irrealizável nas condições de trabalho clandestino e conspirativo.

Por outro lado, a guerra popular corresponde às necessidades impostas pelas condições da sociedade brasileira. Como as forças revolucionárias são taticamente débeis em relação às forças contra-revolucionárias, torna-se necessário atingir o inimigo onde ele é mais vulnerável. O inimigo é mais vulnerável nas zonas rurais e, por isto, estas se constituem no palco principal de luta no processo revolucionário. Partindo do campo, a luta armada se desenvolve em choque aberto com o inimigo e, nesse processo, ao mesmo tempo em que ganha as grandes massas para a revolução, constrói paulatinamente o Exército Popular Revolucionário. Além disso, só através da guerra popular é que, nas atuais condições, é possível construir um partido temperado na luta, um exército poderoso, a aliança operário-camponesa e uma frente única revolucionária, que congregue as grandes massas do povo.

Utilizando como principal forma de luta a luta armada as forças revolucionárias poderão efetuar o cerco dos grandes centros urbanos a partir das zonas rurais. Aproveitando as condições favoráveis que as zonas rurais oferecem e congregando no Exército Popular as grandes massas exploradas do campo, a guerra popular permitirá a libertação paulatina de vastas regiões, que se constituirão em bases de apoio estratégicas, de onde partirão os golpes decisivos contra as grandes concentrações do poderio inimigo. O que torna possível o desenvolvimento desse processo são as características já analisadas da sociedade brasileira. Estas características exigem, para que o processo revolucionário tenha êxito, a correta combinação entre a luta armada no campo e nas cidades. A luta nas cidades vai desde a utilização de formas legais até as ações armadas de guerrilhas urbanas. Neste processo se desenvolve o movimento de massas e sua combinação com a luta armada no campo permitirá a desintegração das forças do inimigo. Dessa forma, quando o Exército Popular, a partir de suas bases de apoio, desfechar o ataque contra os centros urbanos, as forças revolucionárias nas cidades desencadearão a insurreição urbana para o aniquilamento total do inimigo. Neste processo, a fim de ganhar subjetivamente as classes e camadas sociais que estão objetivamente no

campo da revolução, o proletariado, dispondo de um partido temperado na luta e de uma força armada sob sua direção, e tendo forjado, na luta, a aliança operário-camponesa, terá as condições necessárias para a criação de uma frente única revolucionária sob sua hegemonia.

A Guerra Popular

A Guerra Popular é a forma que a luta armada assume quando, a partir de pequenas ações armadas, se desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo.

O desencadeamento da luta armada pode ocorrer de várias formas: no auge do movimento de massas, como resultado de um levante armado camponês, através de uma cisão no exército inimigo ou através da formação de um foco revolucionário.

A concepção do desencadeamento da luta armada a partir de um auge do movimento de massas pressupõe organizar e armar as massas durante um longo processo conspirativo, ao lado da existência de um amplo movimento de massas. Nas condições brasileiras este processo é inviável porque a contra-revolução opõe ao movimento de massas a repressão armada antes que a luta de massas possa ser apoiada pela existência de uma força armada revolucionária.

O desencadeamento da luta armada a partir de um levante armado de camponeses é impossível nas atuais condições, pois para tal é necessário que exista um trabalho de agitação política de massas e uma força armada regular a fim de garantir os objetivos do levante e a continuidade dessa luta. Como o trabalho de agitação política de massas está impossibilitado de se desenvolver, devido a repressão preventiva contra-revolucionária, torna-se impotente para construir essa força armada.

A cisão no exército inimigo tem como objetivo contar com uma força armada regular constituída para eclodir a luta armada revolucionária. Tal cisão pressupõe ou uma decomposição do poder inimigo ou a realização de um trabalho revolucionário nos comandos das Forças Armadas. Atualmente, não existem condições para concretizar uma cisão no exército contra-revolucionário, pois a ditadura, através da manipulação de seus comandos, garante-lhe a coesão.

Desta forma resta-nos avaliar qual o método que permitiria o desencadeamento e o desenvolvimento da luta armada. A eclosão da luta armada necessita da existência de uma força armada regular no campo, clandestina, que possa iniciar o choque aberto com o inimigo. Para garantir a sobrevivência desse contingente e permitir

a continuidade de sua ação, é necessário contar com amplo apoio das massas locais e do país. Esse método de eclosão da luta armada se constitui no Foco Revolucionário.

O Foco Revolucionário consiste portanto na existência de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um contingente guerrilheiro realiza as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente guerrilheiro e do apoio das massas camponesas entre as quais se realiza a propaganda armada, criam-se as condições necessárias para a transformação da região numa zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do Exército Popular Revolucionário e da primeira base de apoio revolucionário. A fim de desenvolver esse processo, o contingente guerrilheiro não só deve executar ações armadas, como ganhar o apoio das massas locais e manter contatos com o exterior da zona de guerrilhas, para que todas as outras atividades revolucionárias em curso no país possam ser combinadas com suas ações e em função de suas necessidades.

A criação do foco revolucionário pode ocorrer de diversas maneiras: através da formação do contingente guerrilheiro com elementos da região e baseado num trabalho de agitação local; através da implantação clandestina do contingente guerrilheiro e a posterior realização do trabalho de massas na região, a fim de criar, a partir da guerrilha, uma rede de apoio e a organização política; a implantação clandestina do contingente guerrilheiro realizada por uma organização partidária marxista-leninista, que realizaria um trabalho político na região, para criar não apenas uma rede de apoio concomitantemente com a implantação da guerrilha, como também as condições de sua sustentação.

As mesmas razões que impossibilitam o desenvolvimento do movimento de massas no campo, ou seja, a repressão preventiva da contra-revolução, impedem o trabalho de agitação que possibilitaria a formação de um contingente guerrilheiro constituído de elementos da região. Por outro lado, a constituição de um contingente para, a partir dele, realizar o trabalho de massas local e criar a organização partidária é também inviável. A inexistência anterior da organização partidária implica que os elementos que irão fazer parte do contingente não tenham completa homogeneidade política e ideológica, provocando uma falta de unidade capaz de levar o contingente à desintegração. Isto colocaria em risco a necessária clandestinidade no período de preparação anterior à reali-

zação de ações abertas. Além disso, a falta de apoio das massas locais no início do processo contribuiria para dificultar o seu desenvolvimento.

Para burlar a vigilância da contra-revolução armada, torna-se necessário que a implantação do contingente seja realizada na mais absoluta clandestinidade. É necessário também que esta implantação se realize paralelamente à formação da rede de apoio na região, como resultado de um trabalho político clandestino. Esse trabalho, devido à sua natureza, só poderá ser realizado por uma organização partidária marxista-leninista. A existência dessa organização garantirá ainda a homogeneidade política e ideológica do contingente guerrilheiro e os contatos com o exterior da região do foco. Por outro lado, é necessário que no contingente esteja a maioria dos quadros mais responsáveis da organização partidária para que se garanta, desde o início do processo, uma direção político-militar conjunta e presente no palco principal da luta revolucionária. Como a luta armada é o fator determinante no processo revolucionário, a participação dos principais quadros da organização partidária nessa luta permitirá a subordinação de todas as outras tarefas à tarefa principal.

Para impedir o isolamento do foco revolucionário, para dispersar as forças do inimigo e para mobilizar as amplas massas é absolutamente necessário que se combinem as ações de guerrilha, desde seu surgimento, com outras ações e formas de luta no campo e na cidade. É necessário desenvolver o movimento de massas e desencadear a guerrilha urbana. O desenvolvimento do movimento de massas se torna possível se este tem como apoio a luta armada no campo, o seu desenvolvimento e ampliação se darão paralelamente à ampliação e desenvolvimento da luta armada.

A necessidade do Partido do Proletariado

A ação do contingente guerrilheiro na zona de guerrilhas combinada com outras ações e formas de luta revolucionárias possibilitará o surgimento de novas guerrilhas e a ampliação da região conflagrada, dando início à construção do Exército Popular Revolucionário. Para que o desenvolvimento da luta armada e a construção do Exército Popular Revolucionário se dêem sob a hegemonia do proletariado é necessário que, paralelamente a este processo, se forje a verdadeira vanguarda do proletariado. Assegurar a hegemonia do proletariado no desenvolvimento da luta armada e na construção do Exército Popular Revolucionário é a condição

essencial para garantir a hegemonia do proletariado na Revolução e para o êxito desta.

Em um processo que já percorreu mais de quatro décadas, o proletariado não logrou forjar sua verdadeira vanguarda de classe. Isto se deve a que, desde o surgimento do Partido, ele esteve marcado pela presença do oportunismo pequeno-burguês em suas fileiras. O Partido só se pode constituir na verdadeira vanguarda do proletariado e se depurar de todas as gamas do oportunismo em suas fileiras se o seu surgimento se dá na luta, para luta e dirigindo a luta revolucionária. Somente através da luta revolucionária o Partido se constrói e se tempera como a verdadeira vanguarda do proletariado. Nas condições atuais do Brasil, onde nenhuma forma de luta revolucionária tem condições de desenvolvimento sem a luta armada, a cristalização de uma vanguarda do proletariado *só se pode dar* estreitamente vinculada com a existência concreta da luta armada. No Brasil, o Partido, como destacamento de vanguarda do proletariado, *só pode surgir* no seio da luta armada, para a luta armada e dirigindo a luta armada.

Partindo da necessidade do Partido do proletariado para dirigir o processo revolucionário e da necessidade da existência de uma organização partidária marxista-leninista para preparar e desencadear a luta armada, podem ser determinadas as tarefas mais urgentes com relação à luta armada e à *construção do Partido*. No momento atual, a tarefa mais urgente do processo revolucionário brasileiro não consiste na construção de um forte Partido em todo o país, para somente depois preparar e desencadear a luta armada. Não se trata, pois, de destacar os melhores quadros para esse trabalho de construção do Partido.

No presente momento, a tarefa mais urgente da revolução brasileira consiste em destacar os melhores e mais responsáveis quadros da organização partidária para preparar e desencadear a luta armada. A partir da eclosão da luta armada e com base em seu desenvolvimento, a tarefa da organização partidária será a de intensificar e estreitar suas relações com as massas e assumindo nesse processo o papel de vanguarda do proletariado. É a partir daí que a tarefa de construção do Partido de vanguarda do proletariado se torna possível e adquire seu verdadeiro sentido. Mas a organização partidária, ao preparar e desencadear a luta armada, não pode abandonar o trabalho de preparação das condições necessárias para que, após o desencadeamento da luta armada, possa desenvolver a tarefa de se transformar na vanguarda do proletariado e da revolução. Dessa forma, paralelamente ao trabalho de

preparação e desencadeamento da luta armada, a organização partidária deve desenvolver o trabalho de massas, assentando as bases para seu desenvolvimento posterior ao desencadeamento da luta armada, dando uma nova qualidade ao movimento de massas.

A Frente Única Revolucionária

A fim de que o processo de luta armada assuma a forma de guerra popular, é necessário garantir a participação neste processo de todas as classes e camadas sociais que estão objetivamente no campo da revolução. Torna-se necessário ganhá-las subjetivamente para a revolução e organizá-las para que possam intervir no processo. O instrumento de que se utiliza o proletariado para realizar essas tarefas é a Frente Única Revolucionária. Dessa forma, a Frente Única Revolucionária é um instrumento de mobilização das massas para apoiar a luta armada. É através dela que se dará o desenvolvimento e a ampliação do movimento de massas e sua combinação com a luta armada.

Para que a Frente Única Revolucionária possa formar-se com êxito, é imprescindível a hegemonia do proletariado. Sem a hegemonia do proletariado não seria possível manter a coesão da Frente Única Revolucionária e os choques de interesses entre as classes e camadas que a compõem a levaria à desintegração. A hegemonia do proletariado é garantida pela sua força emanada da existência de um Partido temperado na luta e de uma força armada sob sua direção. Sem esses dois fatores e, conseqüentemente, sem a hegemonia do proletariado, a Frente Única Revolucionária estaria sujeita à desintegração pelas ações das forças contra-revolucionárias. É necessário, neste particular, nos voltarmos para a experiência chinesa: “Se não tivéssemos atualmente um Partido Comunista e um Exército Vermelho bem temperados, surgiriam enormes dificuldades. Por quê? Porque os colaboracionistas e traidores são numerosos na China e por certo se esforçarão de todas as formas no sentido de solapar a frente única e de provocar cisões e discórdias por meio de ameaças, engodos, alianças e hábeis manobras (...) A ruptura da frente única dificilmente poderia ser evitada se na composição do governo antijaponês não existissem dois fatores tão vitais como o Partido Comunista e o Exército Vermelho.” (“A tática da luta contra o imperialismo japonês” — Mao Tsé-tung. Obras Escolhidas, vol. I, Editorial Vitória, pág. 161.)

Torna-se então evidente que a espinha dorsal da frente única revolucionária é a existência do Partido de vanguarda do proletariado e de uma força armada sob sua direção. Além disso, a

base de massas que o proletariado necessita para realizar a frente única revolucionária só pode ser fornecida por sua aliança com o campesinato. Por sua vez, a aliança operário-camponesa só pode ser concretizada com base na existência da força armada do proletariado. Como já vimos, tanto o Partido de vanguarda do proletariado, como as forças armadas sob sua direção, só se forjarão com a existência concreta da luta armada. Conseqüentemente, a Frente Única Revolucionária só será formada no processo de desenvolvimento da luta armada.

Conclusões

Já constatamos que a tarefa mais urgente da revolução brasileira é a preparação e eclosão da luta armada e que atualmente, no Brasil, a única forma de fazê-lo é pela criação de um foco revolucionário através da formação clandestina de um contingente guerrilheiro. Partindo dessas conclusões, podemos afirmar que no momento a tarefa principal que nos indica a tática da revolução brasileira para a preparação da luta armada é a da criação do foco revolucionário.

Paralelamente a esta tarefa e sempre subordinada a ela, é necessário desenvolver o trabalho de massas, preparando as condições para que, no momento da eclosão da luta armada, as grandes massas do povo possam apoiá-la. Além disso, e estreitamente vinculada à criação do foco, é necessário desenvolver a tarefa da preparação do trabalho militar nos grandes centros e em várias zonas rurais diversas daquela em que se localiza o foco. Este trabalho militar, que se combinará com as ações realizadas na zona de guerrilhas, tem a finalidade de confundir e dispersar as forças do inimigo.

Realizadas estas tarefas paralelas à criação do foco não se permitirá seu isolamento, garantindo-lhe apoio militar e de massa.

COMANDOS DE LIBERTAÇÃO NACIONAL — COLINA

Em meados de 1967, a ORM-POLOP sofreria perdas políticas consideráveis com as cisões dos regionais de Minas Gerais e São Paulo, além de militantes e bases no Rio de Janeiro.

A cisão de Minas Gerais realizaria, em abril de 1968, uma conferência (da qual participariam delegados do Rio de Janeiro), constituindo-se como organização política e definindo-se pelo caráter socialista da revolução e pela guerra de guerrilhas. O texto reproduzido a seguir foi redigido para esta conferência e teve papel-chave na conformação do perfil da nova organização.

A organização que surgia, porém, não adotou nenhum nome porque tinha como objetivo participar de um processo maior de fusão de vários grupos e tendências. No decorrer de 1968 realizava-se efetivamente a fusão com militantes que se haviam separado da ORM-POLOP no Rio de Janeiro. Ainda neste ano, a Organização (como era então chamada por seus militantes) realizaria ações de expropriação de fundos e de propaganda armada quando das greves operárias de Contagem. Foi então que surgiu o nome COLINA — Comandos de Libertação Nacional, no início apenas para efeitos propagandísticos, mais tarde impondo-se e identificando a organização.

Em janeiro de 1969, os COLINA sofreriam um sério golpe da repressão ao perder quase todo o grupo de fogo que operava em Minas Gerais. Embora escapasse da destruição, a Organização foi obrigada a retirar do estado boa parte de seus quadros de direção o que afetaria sensivelmente, daí em diante, sua capacidade operacional.

Entretanto, o projeto dos COLINA não perderia a atração. Em 1969, vários grupos integraram-se-iam aos COLINA: uma fração da Dissidência do Rio Grande do Sul que não aceitara a fusão no POC; a Dissidência da Dissidência (DDD), que agrupava militantes

descontentes com a orientação tomada pela DI-GB; o Núcleo Marxista-Leninista da AP, do Rio de Janeiro, além de militantes na Bahia, Pernambuco e Goiás. Fortalecidos por essas adesões, os COLINA se integrariam com a VPR, formando a VAR-PALMARES, em congresso realizado em julho de 1969.

Em 1968, a então chamada Organização manteria dois órgãos de divulgação: *O Piquete*, jornal distribuído nas fábricas e *América Latina*, revista teórica (saíram dois números) que circulou com traduções de artigos de R. Debray e Che Guevara, além de textos sobre o movimento estudantil, movimento operário e conjuntura política.

A Organização, também em 1968, manteve atuação no movimento estudantil de Belo Horizonte (onde disputou a hegemonia com a AP) e durante as greves operárias de Contagem, em abril e outubro daquele ano.

CONCEPÇÃO DA LUTA REVOLUCIONÁRIA (abril, 1968)

“... um marxista tem que tomar em conta a vida viva e não pode continuar aferrando-se à teoria de ontem...” (Lênin)

A guerrilha como resposta a uma situação política concreta

A defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxistas-leninistas travam contra os reformistas. O reformismo representa um dos aspectos da política das classes dominantes, constituindo-se numa das armas de que se utiliza a burguesia para manter a luta dentro dos seus quadros ideológicos. A luta armada é a única forma de se alijar do poder os representantes de uma classe social. Todo revolucionário conhece de cor essas afirmações teóricas. Mas isto não basta. É preciso dizer em que *condições históricas concretas* a luta armada assume o *aspecto fundamental entre as outras formas de luta*. É preciso saber, além disso, que exatamente por corresponder a uma necessidade das

massas numa situação concreta, específica, a luta armada não poderá se desenvolver de qualquer maneira, sob uma forma qualquer. Deverá se desenvolver também de uma forma específica, que corresponda a uma determinada relação de forças, à maneira como essas forças se distribuem no campo da revolução e da contra-revolução. É preciso conhecer o poder das classes dominantes: a estabilidade do regime de que são beneficiárias (a situação econômica, a situação política), a *forma do exercício do poder*, e seu grau de coesão, os seus pontos débeis, suas tendências a curto e longo prazo etc. É preciso também conhecer o caráter das forças revolucionárias: o nível de consciência política do proletariado e das demais classes exploradas, o seu grau de organização, a evolução política de todo o povo, o grau de combatividade das diversas classes sociais, suas tendências a curto e a longo prazo etc.

O revolucionário é aquele que, conhecendo esta realidade concreta da luta de classes, procura impulsionar esse processo a um grau superior. É aquele que, na militância diária junto às forças revolucionárias, se transforma na sua vanguarda, por indicar-lhes o caminho correto, novas formas de combate nas batalhas de classe, novas formas de organizar o povo para que este possa continuar sua luta política pelo poder político, para que continue lutando pelos objetivos do programa revolucionário em todas as circunstâncias e apesar da repressão. Enfim, o revolucionário é aquele que corresponde às aspirações do seu próprio povo em sua luta para libertar-se da exploração e da opressão, em cada minuto das vinte e quatro horas do dia. É exatamente por isso que o marxismo é “a análise concreta das condições concretas”, como dizia Lênin, isto é, a análise do *que fazer* hoje e neste instante.

Isto significaria que o revolucionário é aquele que espera que o proletariado e as demais classes exploradas gritem por “guerrilha, guerrilha” *para iniciar o trabalho de preparação e desencadeamento desta forma de luta?* Por estranha e caricata que possa parecer esta imagem, corresponde ao “pensamento político” de muitos que pretendem o título de revolucionário. Mas há outras formas mais sutis, mais “radicais” de espontaneísmo político. *Há aqueles que consideram revolucionário o indivíduo que se propõe “radicalizar” a luta política das massas, até que elas se encontrem “preparadas” para o processo insurrecional.* São os que afirmam sempre que “ainda não há condições subjetivas suficientes”, que a luta armada deve ser o transbordamento de uma radicalização política do movimento de massas, *que os que propõem a luta armada agora, sob a forma de guerra de guerrilhas, segundo a teoria do foco, são aventureiros e se isolam da luta de classes etc. etc.*

No entanto, os revolucionários da Organização se preparam, no estudo e no aprofundamento de uma linha política, para aprovar e levar à prática um programa que afirma: “A tarefa fundamental e imediata dos revolucionários brasileiros é a de organizar, preparar e desencadear a guerra de guerrilhas que, sob o comando de uma vanguarda político-militar, embrião do exército revolucionário...” (item 19)

Isto significaria que as massas exploradas do Brasil encontram-se preparadas para o assalto final ao poder, para dar o golpe de misericórdia nas classes dominantes, através do desmantelamento final do seu aparelho burocrático militar? Significaria que o proletariado já se encontra organizado para assumir a hegemonia no processo de instalação de um novo poder? Não. Não significa isto. Então, que idéia absurda é esta, que subjetivismo é este de falar em luta armada *agora* no Brasil? Os “revolucionários” acima citados se assustarão ao afirmarmos que a guerra de guerrilhas consta como tarefa fundamental do nosso programa porque

Hoje no Brasil estão maduras as condições para o desencadeamento da luta armada

Isto porque — ao contrário dos espontaneístas — *acreditamos que a luta armada não se acha na ordem do dia apenas na etapa final da tomada do poder*. Pelo contrário, esta etapa final é o coroamento, é a ruptura provocada pela acumulação de forças pelo proletariado e demais classes exploradas durante *todo o processo* da luta revolucionária. Esta acumulação de forças corresponde à construção de um novo poder. A etapa final de sua instalação é a viragem provocada pela mudança quantitativa ao se transformar em mudança qualitativa. Portanto, é a instalação de um poder *preexistente* que se construiu na luta de libertação nacional. Todo e qualquer movimento de massas, por mais radical que seja, que não tenha como conseqüência um novo impulso na construção deste poder alternativo é praticamente inócuo e só não corresponde a um retrocesso na luta revolucionária porque contribuiu para criar na vanguarda a consciência da necessidade de encontrar uma estratégia que canalize todo o movimento de massas para a construção deste poder. A afirmação contida no subtítulo não assusta aos verdadeiros revolucionários. Pelo contrário, é a sua resposta à indagação que a situação concreta da luta de classes no Brasil lhes faz, ou seja, de como travar uma luta política conseqüente — que impulsione a construção de um poder — de defesa do pro-

grama mínimo da revolução e de ofensiva contra seus inimigos. A resposta dos revolucionários está contida no seu *Programa*. Em termos mais claros: *a luta armada sob forma de guerrilhas, embrião do exército popular e vanguarda política, não é uma insurreição de todo o povo brasileiro para a tomada do poder, não é fundamentalmente uma luta militar para o combate ao exército opressor*. Seria ridículo pensarmos que o foco guerrilheiro se esgota na luta de um punhado de combatentes bem treinados militarmente e que se desloca para uma região inacessível a fim de derrotar as forças de repressão. A guerra de guerrilhas é a *única forma* de continuar a luta *política* de nosso povo sem retrocessos históricos, de maneira conseqüente. Com os atuais resultados da luta de classes, é a *única forma (como vanguarda política)* de manter vigente o programa da Revolução e de organizar em torno dele a maioria da população. É a única forma de canalizar, como um impulso na construção do novo poder (o exército popular), todo o potencial revolucionário contido no movimento de massas. Por isso é que afirmamos que *a tarefa fundamental dos revolucionários brasileiros é a de organizar, preparar e desencadear a luta armada*.

A luta armada é a única forma de dar conseqüência à luta do povo brasileiro

Não seria dogmatismo e sectarismo fazer uma afirmação dessa natureza? Não seria apressado e aventureiro tirar as conseqüências práticas desta afirmação *agora*, sem uma preparação anterior das massas? Para respondermos estas perguntas devemos situar as respostas no contexto de suas premissas históricas. Em seguida voltaremos ao problema do poder e do movimento de massas.

A evolução política do Brasil nas últimas décadas está marcada por três fenômenos cujas conseqüências político-sociais são de compreensão indispensável ao problema que nos propomos analisar:

1 — A crise da economia agrário-exportadora.

2 — A industrialização que se processou nas três últimas décadas.

3 — A crise industrial iniciada na última década e que se prolongou até a atual.

A crise de nossa economia baseada na monocultura de exportação do café teve os seus prenúncios no fim do século passado e acumulou suas contradições nas três primeiras décadas deste. O início do fim da predominância do setor agrário exportador em nossa economia foi apressado pela crise mundial do capitalismo em 1929, quando decresceram violentamente a demanda e os preços

do café no mercado mundial. Esta crise teve como uma de suas conseqüências *a revolução de 30, com o fim da hegemonia absoluta dos latifundiários do café no poder político*. A burguesia industrial nascente do surto de industrialização que marcou a segunda década deste século passou também a se utilizar do aparelho do Estado para proteger seus interesses. Esses interesses não eram, inicialmente, contraditórios com a política de proteção à monocultura do café, continuada por Vargas após o movimento de 30. Pelo contrário, esta política favoreceu os interesses da industrialização e foi a base da aliança de classes burguesia-latifúndio que, sem embargo dos atropelos na política cambial, creditícia e de favoritismo dos diversos governos que sucederam ao Estado Novo e das tentativas de autodeterminação de parcela da chamada burguesia nacional, durante o governo de Jango, consolidou-se frente ao acirramento da luta de classes após a redemocratização de 45, encontrando sua expressão mais acabada no golpe de 64.

A industrialização se fez, portanto, sob a liderança da burguesia industrial, que se apoiou, primeiro economicamente e depois politicamente, na economia agrário-exportadora e na classe dos proprietários de terra. O segundo surto de industrialização, que culminou com a implantação de uma indústria de base durante e após a Segunda Grande Guerra, se processou em circunstâncias *em que se esgotavam as possibilidades da política de substituição de importações e em que a necessidade de tecnologia e de capital forçaram a burguesia a intensificar sua associação com os investidores e emprestadores estrangeiros, marcando mais uma etapa na formação do capitalismo de base industrial no Brasil*. Esta etapa da penetração do *neocolonialismo no país* corresponde à superexploração da força de trabalho, cujas conseqüências políticas ressaltaremos posteriormente.

A formação de uma *economia capitalista de base industrial* encontra seus limites nos próprios caminhos que trilhou para se consolidar. Ao integrar o latifúndio e o capital estrangeiro ao seu horizonte histórico, o capitalismo brasileiro associou ao seu o destino do subdesenvolvimento. Em termos mais claros, o subdesenvolvimento brasileiro não pode ser superado dentro dos quadros do capitalismo pois os entraves ao desenvolvimento industrial são *o monopólio latifundiário da terra e o capital estrangeiro com os quais o capitalismo brasileiro está comprometido econômica, política e ideologicamente*.

A crise industrial tem sua origem na inelasticidade do mercado interno, na transferência de renda do setor industrial para

o agrário devido ao aumento de preços dos produtos alimentícios (setor de abastecimento interno com baixa produtividade é resultado direto da estrutura agrária), e pela sangria de divisas provocada pela remessa dos lucros que o capital estrangeiro intensificara a partir dos anos 50. Tudo isto, associado a uma espiral inflacionária que — sem os fatores do desenvolvimento das décadas de 30 e 40 — se transformou num processo estéril, leva a economia brasileira a uma verdadeira *crise industrial cuja recuperação conjuntural parcial necessitou de uma política antipopular e entreguista*. Esta política foi assegurada pelo golpe militar de abril de 64 que, exatamente pelos interesses de classe que expressa, é incapaz de romper com os entraves ao desenvolvimento sócio-econômico. Os fatores fundamentais da crise continuam agindo e à estagnação econômica — pelas tensões sociais que gera — deve corresponder um regime ditatorial que assegure o poder das classes dominantes.

Dadas as condições objetivas do impasse político que a esquerda brasileira enfrenta hoje, cabe-nos analisar as condições subjetivas que lhes correspondem.

O proletariado brasileiro em formação — anteriormente aos fenômenos analisados — esteve inicialmente sob influência política anarquista e ficou marginalizado da luta política real até a industrialização pós-30. Os novos contingentes operários incorporados ao processo de desenvolvimento industrial tiveram sua origem social no meio rural e trouxeram ao operariado crescente o envolvimento ideológico daquele meio, o que favoreceu seu enquadramento político, que a burguesia tratou de assegurar com a legislação trabalhista de 34-43. O partido comunista, fundado em 1922, não foi capaz de compreender os complexos fenômenos de formação das classes sociais no Brasil e elaborar, a partir daí, uma política que orientasse o proletariado com objetivos próprios e definidos. *Com uma orientação inicialmente sectária e isolacionista (30-35), seguida de outra reboquista e capitulacionista (45-64) — sem falar no insurrecionalismo inconseqüente do Manifesto de 50 —* o PC foi incapaz de definir uma política revolucionária para o proletariado. Incapaz de aproveitar os espaços de democracia burguesa para conduzi-lo à elevação de seu grau de consciência política e de organização, até que este passasse a constituir uma alternativa real ao poder das classes dominantes, o PC pouco ou nada se diferenciava dos partidos do centro (PTB), tanto que nada ocorreu quando de sua colocação na ilegalidade em 1947.

Deixado às suas manifestações políticas espontâneas, o proletariado novamente se viu envolvido pelo populismo paternalista de

Vargas ou pelo populismo carismático de Jânio. Não foi capaz de romper os quadros da política burguesa, antes constituindo-se em massa de manobra desta classe, assim como o foi também o próprio PC.

Quando da renúncia de Jânio, em 1961, o setor “nacionalista” da burguesia — pequena e média burguesia *não absorvida* ainda pelo capital monopolista norte-americano — teve uma oportunidade de governo e passou a se utilizar do aparelho sindical controlado pelo Ministério do Trabalho, jogando com o proletariado como instrumento de pressão política. Já durante a Segunda Grande Guerra, o PC, sofrendo influência do VII Congresso da IIIª Internacional, *cuja orientação era inaplicável à realidade latino-americana se apresentava como arauto da colaboração de classes, expressando muito mais os interesses da pequena burguesia do que do proletariado*. Esta influência pequeno-burguesa do PC leva o proletariado a apoiar — e o aparelho sindical facilita ao mesmo tempo que enquadra este apoio nos quadros organizatórios burgueses — a política nacionalista e pelas “reformas de base” no governo de Jango. É evidente que estes objetivos políticos representavam um certo avanço na consciência política do proletariado mas não lhe ofereciam nenhuma oportunidade de se organizar de maneira independente. A “confiança” depositada pelo PC na burguesia impediu-lhe vislumbrar suas vinculações de classe e perceber a impossibilidade de romper os entraves que se encontravam na origem da crise dentro dos quadros da política burguesa. Desorganizada — ou semi-organizada nos limites das instituições burguesas, o que é a mesma coisa — e acéfala, a classe operária não tinha uma alternativa *de fato* a oferecer. Sem consciência de classe e, conseqüentemente, sem uma organização independente que correspondesse a essa consciência e se constituísse em um *poder real* — mesmo embrionário —, o proletariado via-se limitado numa luta por melhorias salariais (que a inflação galopante o obrigava) e numa luta antiimperialista e anti-latifundiária (que setores da burguesia brasileira lideravam). A crise e suas conseqüências amadureceram primeiro a consciência política das classes dominantes do que a de toda a esquerda. A radicalização das massas apressou a compreensão, pela burguesia, de que a “revolução nacional e democrática”, como estava sendo conduzida, teria resultados diferentes daqueles contidos no seu horizonte de classe. A “revolução” sem conteúdo proletário — que só uma organização revolucionária das massas lhe poderia dar — reduziu-se a algumas poucas agitações frustradas, após o golpe de 64. Ao contrário, este teve *todo um conteúdo* de classe. Necessitando de um

regime forte para aplicar sua política deflacionária, antioperária e antipopular, a burguesia enquadrou-se perfeitamente nos marcos ideológicos anticomunistas, cuja bandeira o imperialismo e os proprietários de terra desfraldaram frente à ascensão do movimento de massas. O movimento camponês fizera já suas tentativas de organização e mostrara sua combatividade, tanto nas invasões de terra como nos movimentos grevistas dos assalariados rurais, à espera de uma perspectiva política que a esquerda foi incapaz de oferecer-lhe.

Após quatro anos de completo fracasso, hoje a esquerda começa a investigar a crise com um enfoque correto: *o enfoque do problema do poder*. É a compreensão disso que nos permite encarar a luta armada de forma concreta. Ou seja, no Brasil como na América Latina inteira, a luta de libertação nacional só poderá ser conduzida pelo proletariado. A crise só poderá ser superada pelas transformações antiimperialistas e antilatifundiárias que a burguesia não tem condições de levar adiante. *Não se trata de conduzir a revolução burguesa ao seu término histórico mas de impulsionar essas transformações já na perspectiva do socialismo*. Por outro lado, para impedir esse inevitável processo histórico, para permitir a manutenção da superexploração que sua *integração ao neocolonialismo* acarreta, para assegurar-se um mínimo de lucro dentro dos limites da estagnação econômica, as classes dominantes precisam do poder militar. Por isso a ditadura tem uma causalidade histórica perfeitamente definível: representa não apenas *o fim de uma era histórica mas também o fim de uma era política*. É isto que precisamos entender com profundidade. É uma unidade dialética: ao mesmo tempo que passa ao proletariado a liderança da luta de libertação nacional, se lhe retira totalmente a oportunidade de organizar-se para corresponder a esta tarefa. O fim de uma era política significa o fim da utilização dos *métodos políticos* anteriores.¹ *Uma classe só se organiza se tem liberdade para fazê-lo, ou seja, se tem condições de mobilização em torno de seus objetivos políticos*. Os objetivos políticos, ou melhor dizendo, os *objetivos programáticos do proletariado*, estão dados: são os que correspondem à interpretação das tarefas imediatas que a Revolução deverá cumprir e à consciência política (ainda em termos reformistas) que a luta antiimperialista e antilatifundiária das classes exploradas lhe deu dessas tarefas. Falta-lhe ainda a compreensão da necessidade de *poder* para exe-

¹ Estamos nos referindo aos *métodos políticos* capazes de criar um *poder alternativo real*, o que não impede a utilização de métodos legais de luta (complementares), como veremos adiante.

cutá-las. Esta compreensão não advém, para essas classes, de ensinamentos marxistas, mas do processo da própria luta e da organização durante a luta. Isto é, não se ganha aí apenas a compreensão da necessidade do *poder*, mas o próprio poder. Ora, esta luta não mais pode ser travada dentro dos marcos do regime. A volta a objetivos mais atrasados — ou melhor, a luta restrita *apenas* aos objetivos anteriores — que aqueles atingidos pela própria luta, significa o capitulacionismo e um retrocesso histórico. E, portanto, a utilização de métodos que correspondem ao estágio mais atrasado, métodos contidos nos quadros da ditadura, implica um retrocesso histórico. Mais claramente: a ditadura militar implantada em 1964, pelo seu significado histórico, implica em que a luta armada é a única forma conseqüente de dar continuidade à luta política do povo brasileiro, no nível que ela atingiu hoje no Brasil. Não porque chegamos à etapa final da luta e devemos partir, agora, para a insurreição — golpe final ao poder destruído, a fim de instalar um novo *poder*, que ainda não existe. E sim porque devemos construí-lo. A etapa que a luta atingiu, ao mesmo tempo que o exige, indica o único método capaz de criá-lo, pois extravasa os limites da política burguesa e coloca a *necessidade* de uma *organização independente, fora dos marcos do regime*. Ora, o nível de luta permitido pela ditadura (*insistimos em que a ditadura, pela sua significação histórica concreta, tende a adquirir um caráter permanente*) está muito aquém disso. Isto não quer dizer que as formas legais de luta não devam ser utilizadas, mas que assumem, *agora*, o aspecto secundário. Se compreendemos corretamente este problema, se raciocinamos dialeticamente a partir dessas questões, chegaremos à seguinte conclusão: *O Foco Guerrilheiro é a única forma que poderá assumir, agora, a luta armada revolucionária do povo brasileiro.*

O que significa isto? A partir de uma análise tão geral pode-se tirar esta conclusão? Se concluimos que a única solução é a luta armada, significa que ela tenha que assumir, necessariamente, a forma de foco guerrilheiro, hoje, no Brasil? Exatamente isto! Se raciocinamos dialeticamente a partir da análise anterior, chegaremos inevitavelmente à conclusão de que — para ser uma resposta a uma situação concreta como a nossa — a luta armada, no Brasil, deverá assumir a forma de foco guerrilheiro como força móvel estratégica, embrião do exército popular e vanguarda política. Vejamos por que:

1º) A guerrilha como força móvel estratégica

a) Para corresponder ao estágio atingido pelo processo revolucionário brasileiro (a luta antiimperialista e antilatifundiária) e

correspondente a uma necessidade básica de qualquer movimento revolucionário — o atendimento a uma reivindicação social concreta — é que o guerrilheiro “é antes de tudo um revolucionário agrário”.¹

b) Para entendermos o que significa ser um “revolucionário agrário” na América Latina, devemos entender o problema da *reforma agrária na totalidade das relações de produção*, as vinculações de classe dos *latifundiários com a burguesia brasileira e o imperialismo* e suas conseqüências políticas. Em termos práticos, podemos resumir que, hoje, lutar pela reforma agrária é lutar contra todo o aparelho de repressão e inclusive contra *uma mais que provável ocupação direta do imperialismo*, pois a luta pela reforma agrária, como um movimento social, questiona as relações de produção *como um todo*, assim como questiona *toda* a sua sustentação política: *o Estado burguês-latifundiário*. A reforma agrária só pode ser *defendida* hoje — enquanto movimento social, frisamos — pela luta armada (e mais especificamente pela guerra de guerrilhas, como veremos a seguir).

c) O estágio da penetração imperialista no Brasil — o neocolonialismo — implica, como vimos, a superexploração, na estagnação, nas crises cujas tensões sociais só são controláveis pela força dos Estados satélites ou pela força direta. Qualquer manifestação antiimperialista, por mínima que seja (uma passeata estudantil contra o Acordo MEC-USAID, por exemplo) deve ser violentamente reprimida, e o é. O proletariado e as classes médias urbanas não têm condições de se organizarem e de se educarem de maneira conseqüente (no sentido de que não constroem o poder alternativo), de se fortalecerem, sob um regime ditatorial, na luta de libertação nacional. A necessidade do neocolonialismo de dominar pela força cria seus instrumentos. Todos os movimentos de massa são infiltrados pelos agentes do SNI, do CENIMAR, dos DOPS, da CIA etc., e reprimidos violentamente apenas comecem a esboçar certo grau de organização ou a mostrar certa combatividade. A margem de

¹ “Quando analisarmos mais a fundo a tática da guerra de guerrilhas, veremos que o guerrilheiro deve ter um conhecimento cabal do terreno em que pisa, suas veredas de acesso e de fuga, das possibilidades de manobrar com rapidez, dos locais onde possa se esconder *e, naturalmente, contar com o apoio do povo*. Tudo isto indica que o guerrilheiro exercerá sua ação em *lugares agrestes e pouco povoados* e, nestas paragens, a luta do povo por suas reivindicações se situa preferentemente, e até exclusivamente, na espera da mudança social dos proprietários de terra, o que significa que o guerrilheiro é antes de tudo um revolucionário agrário.” — Guevara, *Guerra de guerrilhas*.

maior legalidade de que desfruta o movimento estudantil deve-se à sua incapacidade de oferecer uma alternativa concreta ao poder das classes dominantes. Com isso não queremos dizer que ele seja inútil, pelo contrário. Mas que as manifestações de pavor da ditadura frente às manifestações estudantis (como as últimas, as mais significativas depois do golpe, e que chegaram a extravasar o âmbito escolar) mostram a preocupação frente a uma determinada *conjuntura política* de que um determinado grupo é beneficiário. Mostram a podridão do regime, mas não que exista qualquer perspectiva de modificação da correlação de forças imperialismo X povo. Se cair este governo, o será por um golpe e não por um avanço da Revolução. As forças revolucionárias não têm nenhuma alternativa de poder a oferecer. Se parecemos repisar coisas óbvias é porque queremos ter certeza de poder afirmar que a luta de libertação nacional de *todo o povo brasileiro* encontra seu ponto de inserção para uma nova era política, para a utilização de novos métodos pela sua vanguarda, *na luta dos parceiros, pequenos proprietários, sitiantes e posseiros, pela terra*. E mais ainda, que esta luta só poderá ser organizada de forma conseqüente, só poderá subsistir, só poderá se transformar nesse ponto de inserção e se estender como uma mancha de óleo se esta organização passar *pela guerra de guerrilhas como força móvel estratégica*.

Exemplifiquemos esses dois pontos. Em primeiro lugar, se abandonamos as cidades como fundamental, onde domina a estratégia político-militar imperialista (onde se acomodam os reformistas e as seitas de "esquerda"), onde se concentra o aparelho de repressão policial-militar, para buscar o elo fraco da cadeia (o campo), vamos ao encontro dos *camponeses pobres* que habitam os *lugares mais agrestes, mais próximos às regiões inacessíveis à mobilização de grandes efetivos de tropas, regiões de difícil transporte de material militar e de difícil comunicação*. E por que escolhemos estas regiões e não outras *cuja politização é maior, cuja massa de trabalhadores rurais tem mais experiência de luta e se encontra mais concentrada?* Porque, além de ser um reformador social, um organizador político (trata-se de continuar a luta política, a educação política das massas), ou melhor, para ser tudo isso, o guerrilheiro deverá sobreviver, deverá ter extrema mobilidade, deverá ter uma *zona de refúgio* que as regiões de maior concentração de trabalhadores (*as regiões de produção açucareira, algumas regiões de produção de arroz, café, cacau e algodão*) *não lhe podem proporcionar*. Esses trabalhadores não serão abandonados pela guerrilha. Serão atingidos quando esta contar com uma *base mínima de operações*, quando contar com pro-

visões, recrutas e informações, ou seja, quando tiver *segurança* para se estender às regiões mais perigosas.

Para entendermos cabalmente este primeiro ponto, devemos passar a desenvolver o segundo. Por que a guerrilha deve se processar segundo uma concepção de *força móvel estratégica*? A ênfase absoluta nos aspectos de maior concentração e politização dos trabalhadores é parte de uma estratégia global que nega a concepção (ou a exclui implicitamente, na prática) de guerrilha como força móvel estratégica. É a concepção que defendem, no Brasil, os companheiros da Ação Popular. Para um enfoque mais correto faremos uma análise dessa estratégia e situaremos com mais detalhes esse aspecto particular. Segundo essa estratégia, trata-se de fazer, antes do desencadeamento da luta armada, um *trabalho de massa* que se constituirá numa base de apoio de massa da guerrilha. Esse trabalho será feito na região onde existam melhores condições para isto, evidentemente. E para um trabalho de massa, as regiões aparentemente mais propícias são as de maior concentração e politização dos trabalhadores. Esse trabalho geraria o apoio dos trabalhadores ao Partido de Vanguarda. No caso dos citados companheiros, geraria o próprio Partido. E em que consiste esse trabalho de massa e essa formação de uma (ou mais) base de apoio? Consiste no trabalho de propaganda e mobilização dos camponeses. “Deve-se fazer propaganda entre as massas do programa e da política revolucionária do... partido, mostrando assim uma saída para as massas, conseguindo que as massas populares conheçam... o partido, saibam que ele está a serviço do povo e se opõe à dominação do inimigo e luta pelos interesses das massas”, conforme um documento chinês. A mobilização das massas significa a própria *prática* do programa do “partido”. “Esta mobilização deve-se iniciar pelas exigências mais urgentes das massas populares. Na China o problema mais urgente e que exigia pronta solução era o da terra; para satisfazer às exigências das massas camponesas, às vezes se confiscavam as terras dos latifundiários, às vezes era diminuído o preço do pagamento da renda da terra e os juros etc...” Enfim, “é dirigir as massas em suas lutas concretas”, é “encaminhar ou dirigir as lutas econômicas para convertê-las em lutas políticas e desenvolvê-las até a luta armada”.

Isto é o espontaneísmo no plano da luta armada, e que corresponde ao economismo no plano da luta política. É a pretensão de “radicalizar a luta política das massas até que elas se encontrem ‘preparadas’ para o processo insurrecional” ao qual nos referimos no início. A formação das bases de tipo chinês viria daí, seria uma

base estratégica “não somente... o ponto de partida de nossos ataques, como também... os lugares de nosso estabelecimento quando nos retiramos”. Esta concepção não revela apenas a tentativa de transplantação mecânica da experiência chinesa como a incompreensão mesma daquela experiência. Vejamos:

a) *quanto ao trabalho de massa* — Quando o Partido Comunista Chinês *começou* a se preocupar com o problema camponês (seis anos após sua fundação), já na Província do Hunan se organizavam centenas de milhares de camponeses nas Associações Camponesas, com uma mínima (e às vezes nenhuma) orientação do Partido. Os camponeses já confiscavam terras, instituíam impostos e diminuíam a renda dos latifundiários quando Mao Tsé-tung escreveu o famoso “Informe sobre o Movimento Camponês de Hunan”, em 1927, a fim de chamar a atenção do Partido para a importância do trabalho no campo. Este trabalho se tornou possível graças a uma série de circunstâncias específicas para as quais Mao Tsé-tung *cançou* de chamar a atenção: um país dividido pela luta intestina entre os senhores de guerra, depois da Revolução de 1911, quando cada região era dominada por seus exércitos. Não havia nenhuma *centralização do poder* nem *polarização de interesses*. Numa época em que o Kuomintang dominava a região, os membros do Partido Comunista faziam a militância dupla, ou seja, podiam ser também membros do KMT e organizar livremente os camponeses. Além disso, a marcada predominância da população camponesa sobre a urbana e a alta densidade demográfica no campo permitiam ao militante revolucionário se confundir com a população “como o peixe na água”, realizando um amplo trabalho político, mais ou menos às claras. No Brasil não podemos contar com essas condições. Em época de democracia burguesa (governo de Jango) se realizou um amplo trabalho camponês em regiões como as citadas. A falta de uma perspectiva política levou ao fracasso essa tentativa. Hoje, a “nova legalidade imperialista” não mais permite tanta “liberdade”. Os serviços de informação americanos se diversificam em plano Michigan, Peace Corps, missões presbiterianas etc. Se um posseiro luta por sua terra, contra ele é mobilizada não a polícia comum, mas a *política*, e seu “crime” — se dá alguns tiros para defender-se — é considerado crime contra a segurança nacional (o episódio Saluzinho é bastante significativo). Apesar de ainda existir, em algumas regiões, o poder local dos latifundiários e seus capangas (o que serve apenas para dificultar ainda mais o trabalho político) ou dos coronéis, quando se trata de “questões de segurança nacional” (segurança interna contra a “subversão”) a centralização é

absoluta e se faz devido à polarização dos interesses das classes dominantes contra a revolução, seu principal inimigo. A não ser que se queira chamar a atenção da polícia e, posteriormente, do exército, para a região, o trabalho político deverá se limitar à “nova legalidade”, ou seja, a um trabalho que acrescenta muito pouco ao nível de consciência e de organização das massas como um todo. E corre-se permanentemente o risco da infiltração, delação e repressão. A propaganda da luta armada, ou antes, um pouco mais de radicalização política, de mobilização dos camponeses para a *ação*, significa atrair a polícia, significa provocar a repressão contra as massas que não têm condições de se defenderem. Então teríamos duas alternativas: a organização da autodefesa ou a fuga para regiões mais inacessíveis. No primeiro caso seria entregar as massas e os quadros à prisão e à morte. No segundo caso seria entregar apenas as massas, que, não tendo condições de se deslocar — com mulheres, crianças etc. — seriam violentamente reprimidas. E não é muito honroso levar os camponeses ao suicídio apenas para que aprendam que a única solução é a luta armada. A luta destes trabalhadores deve ser organizada, deve ser radicalizada, inclusive com a propaganda da luta armada, desde que exista a *proteção* da frente guerrilheira, fustigando, desmoralizando, desmobilizando o inimigo. A propaganda da luta armada na China e no Vietname *já se apoiava* ou no Exército Popular ou numa base de apoio firme e segura que se constituía num chamamento para combater. A organização e o início da atividade guerrilheira, no Brasil, devem ser feitos de maneira clandestina, independente da população civil, como destacamento avançado, como *força móvel estratégica*. Primeiro, para evitar o envolvimento aberto das massas antes de se ter condições de estas estarem na ofensiva, na segurança de uma zona protegida pelo exército revolucionário. Segundo, para permitir ao foco guerrilheiro as condições de sua *sobrevivência física*.¹ Um dos problemas mais graves que enfrenta o foco no seu início é a possibilidade de cerco e aniquilamento. Em princípio não há regiões inacessíveis, pelo simples fato de que foi acessível ao guerrilheiro. Mesmo em regiões montanhosas, cheias de mata etc., o grupo guerrilheiro não pode se estabelecer de maneira fixa, integrado com a população local. Até que consiga dominar uma região, conhecendo-a profundamente

¹ “É fundamental para a guerrilha a mobilidade, o que lhe permite estar em poucos minutos longe do teatro específico de ação e, se for necessário, em poucas horas distante da região de operações. Esta mobilidade permite-lhe mudar constantemente de frente e evitar qualquer tipo de cerco.” — Guevara, op. cit.

em suas vias de acesso, em suas possibilidades de defesa frente à capacidade operacional do inimigo, em suas possibilidades de fornecimento de alimentos, estabelecendo uma fonte de recrutamento, de informações, de material, não se pode pensar em estabelecer uma *base guerrilheira*. O trabalho político nesse início são os próprios combates: as emboscadas que se preparam às colunas inimigas, a desmoralização do exército, a justiça contra os inimigos do povo, demonstrando que se pode vencer as forças da repressão, que a Revolução é uma *possibilidade real*. Outras condições de sobrevivência física, de condições militares, de tática guerrilheira que determinam a continuidade do trabalho político (e, às vezes, se constituem no próprio trabalho político) são a flexibilidade, a surpresa, os ataques fulminantes etc.¹ Essas condições só são dadas se o foco *se destaca* da população, se é uma *força móvel estratégica*. É aqui que constatamos a íntima relação do político com o militar e que compreendemos o que significa uma *linha político-militar*. Para a sobrevivência do programa da Revolução, para se continuar defendendo a necessidade de uma transformação, de uma mudança do *poder* para as mãos do povo, para se fazer a propaganda da luta armada é preciso combater, é preciso fazer a luta armada, é preciso sobreviver militarmente, é preciso demonstrar o potencial deste *poder* popular, ao mesmo tempo em que se pratica este poder, em que se inicia a sua construção.² E isto só podemos fazer através da guerrilha como *força móvel estratégica*.

b) *quanto às bases de apoio* — Já tratamos disso no item a. Podemos acrescentar — para frisar bem — que as bases de apoio só são possíveis se duas condições existirem: 1ª — o poder policial-militar do inimigo na região é deficiente, e 2ª — o poder das forças revolucionárias já é eficiente. Dentro deste esquema podemos compreender melhor a experiência chinesa: extensão e profundidade territorial ligadas à inexistência de tropas aerotransportadas, presença de fronteiras comuns com um país amigo, densidade populacional e população já experiente na guerra civil, o que permite insuficiência numérica das forças inimigas (caso da guerra antijaponesa) em re-

¹ “Outra característica fundamental do soldado guerrilheiro é sua flexibilidade para adaptar-se a todas as circunstâncias e converter a seu favor todos os incidentes da ação. Diante da rigidez dos métodos clássicos de combater, o guerrilheiro cria sua tática própria em cada momento de luta e surpreende, constantemente, o inimigo.” — Guevara, op. cit.

² “O camponês pobre acredita antes de mais nada em alguém que tenha poder, comunicado pelo poder de fazer o que diz.” Regis Debray, *Revolução na Revolução?*

lação às forças populares. No Brasil só poderemos ter bases de apoio de massa à Revolução, as chamadas regiões libertadas, se já contamos com o exército guerrilheiro que se constitui no embrião de um novo poder, ao mesmo tempo em que destrói e desorganiza o poder inimigo. E isto só podemos fazer através da guerrilha como força móvel estratégica.

Enfim, queremos chamar a atenção para o fato de que a impossibilidade, ou melhor, a incorreção do “trabalho de massa” (segundo a concepção chinesa) anterior, na região de operações, não implica que não devamos fazer nenhum trabalho político ou preparação política dessa região. É o que discutiremos posteriormente.

2º) A guerrilha como embrião do Exército Popular

“É preciso ficar bem definido que a guerra de guerrilhas é uma fase da guerra e que, por si só, não tem oportunidade de conseguir o triunfo final. É uma das fases primárias da guerra e irá se desenvolvendo até que o exército guerrilheiro, em seu crescimento constante, adquira as características de um exército regular. Neste momento estará pronto para aplicar golpes definitivos no inimigo e alcançar a vitória. O triunfo final será sempre o resultado da ação de um exército regular, embora suas origens estejam no exército guerrilheiro.” (Che)

A guerrilha é o embrião de um novo poder, assim como o primeiro soviete de operários e soldados, na Rússia, foi o embrião do poder soviético. É isto que não compreenderam certos setores da esquerda brasileira. Em cada país, em cada circunstância histórica definida, o exercício do poder das classes dominantes apresenta uma falha, uma brecha, um ponto mais fraco que permite aos revolucionários introduzir uma cunha e — acumulando forças, organizando as massas — forçar a ruptura desse poder ao mesmo tempo em que essa acumulação de forças, essa organização se constitua numa alternativa política, numa alternativa de *poder*. É na análise dialética da realidade que descobrimos esse ponto débil, esse botão certo. É explorando essa debilidade que o movimento de massas encontra condições para se organizar revolucionariamente, para dar impulso na construção desse novo poder.

O ponto fraco do poder burguês-latifundiário no Brasil não são as cidades. Na Rússia, o proletariado organizado nas cidades, a revolta dos soldados e marinheiros, o exército fatigado nas frentes de guerra contra a Alemanha permitiram uma correlação de forças francamente favorável à revolução a *partir das cidades*. No Brasil o elo fraco é o campo. Nas cidades concentra-se o poder policial-militar inimigo sem nenhuma solução de continuidade que permita a

introdução de uma cunha, o movimento de massas organizado etc. O poder revolucionário no Brasil deverá ser construído a partir do campo e o foco guerrilheiro é o seu embrião. São seus combates que permitirão organizar a massa camponesa na perspectiva de integração e apoio ao exército popular. Este será o poder alternativo que assegurará a luta de Libertação Nacional e que sustentará o Governo Popular Revolucionário, ao mesmo tempo em que assegurará a hegemonia da aliança operário-camponesa na revolução. As únicas forças que não vacilam diante da guerra popular, que têm condições de sustentá-la são os operários e os camponeses, pois o comportamento político, os *métodos de luta* têm um conteúdo de classe. As únicas classes verdadeiramente combativas (só têm a perder as algemas que as oprimem), capazes de dar conteúdo à luta armada revolucionária, são os operários e os camponeses. As outras classes sociais que participarão da luta de Libertação Nacional serão *dirigidas* pela aliança operário-camponesa, cujo poder está contido no exército popular. Esta possibilidade de um *poder real* alternativo que viabiliza a revolução, que a transforma numa realidade, é que ganha as camadas vacilantes, transformando a luta numa guerra de todo o povo.

Os operários e soldados organizados em sovietes, defendendo um programa revolucionário, medidas que todo o povo esperava, que correspondiam às suas aspirações numa perspectiva que interessava a todas as camadas sociais não comprometidas com a monarquia, a nobreza e a burguesia (que traía os interesses da revolução) se constituíram numa alternativa real. Quando Lênin lançou a palavra de ordem "Todo o Poder aos Sovietes", a base desse poder já existia, o Partido Bolchevique passava a conquistar a liderança das massas e seu programa ganhava a consciência do povo russo, não só como uma possibilidade concreta, mas também como uma necessidade urgente.

No Brasil o programa revolucionário (o programa mínimo, fruto da análise das necessidades objetivas do nosso povo) ganhará as massas como uma necessidade urgente quando se constituir numa prática das únicas forças que poderão assegurar sua plena realização. Os operários, os camponeses, os estudantes, as classes médias acreditarão na possibilidade imediata de libertação quando estiverem organizados em torno de um poder alternativo: o exército popular.

Um exército só se destrói com outro exército. Não são os guerrilheiros que sobem a serra que derrotarão o exército inimigo, mas o exército popular cujo embrião são esses guerrilheiros. Não se

trata também de uma questão mecânica: forma-se o exército — derrota-se o inimigo. É através do fustigamento, dos ataques fulminantes, da surpresa, dos pequenos combates, dos ataques noturnos, do desgaste e desmoralização das forças inimigas, no rompimento inteligente dos cercos e no cerco, por sua vez, das tropas títeres, que se destrói o substrato de um poder e se constrói um novo, um exército guerrilheiro que — na guerra de guerrilhas, na guerra de movimentos e na guerra de posições — se transforma num exército regular. É por isso que, embora numericamente e em “potencial de fogo” seja inferior, o exército popular é mais poderoso e, apoiado no povo, destrói o aparelho de repressão, constituindo-se na alternativa única, urgente, intransferível para a maioria da população.

Mas não é apenas por ser um *poder* que o exército em construção consegue ganhar a confiança e o apoio da maioria da população. Nem apenas por significar — na medida em que assume a direção do país — um governo democrático para a maioria do povo. Mas principalmente porque será um governo que defenderá seus interesses. Parecemos estar dizendo truísmo. Mas é preciso compreender como o povo toma conhecimento dessa realidade no próprio desenrolar na guerra de guerrilhas, como esta ganha apoio irrestrito na luta de Libertação Nacional e esta, por sua vez, assume o caráter de guerra popular. Aqueles que pensam que a Revolução Cubana ganhou o apoio resolutivo da grande maioria do povo apenas porque era uma luta contra a ditadura de Batista, enganam-se redondamente. Para os cubanos a Revolução significava não apenas um regime de liberdade, pelo qual também lutavam, mas uma nova forma de vida, a construção de uma nova sociedade liberta da exploração, dirigida por homens que só tinham compromissos com a luta do povo. E isto era uma realidade candente e não apenas um programa no papel. Quando Guevara afirma que o guerrilheiro é o reformador social, não quer dizer que ele seja um revolucionário que fará uma transformação na sociedade *depois* da tomada do poder, mas que ele a transforma na própria luta pelo poder, justificando-a e transformando-a numa luta popular. Na construção do exército popular “já então, a guerrilha tem como organização uma estrutura nova. É a cabeça de um grande movimento com todas as características de um governo em miniatura”.

A guerrilha não é apenas o embrião do exército, mas do próprio governo, da própria sociedade nova. No processo de seu desenvolvimento transforma as próprias relações sociais, executa a reforma agrária, organiza transportes, constrói estradas para o escoamento da produção da região, monta hospitais, escolas, estabelece

uma auditoria de justiça revolucionária, promulga leis. Ao mesmo tempo em que fortalece seu poder, o exército guerrilheiro fortalece seu prestígio junto às massas (não só na frente interna da guerrilha, nas regiões sob seu controle, mas também na frente externa, pela propaganda escrita, pelo rádio e principalmente pelo entusiasmo dos camponeses que espalham o germe revolucionário às outras regiões). Pelas tarefas que cumpre, contidas em seu programa, o exército revolucionário tem condições de aspirar a sua transformação no *poder dominante*, a fim de realizá-las em toda a sociedade. Pelo trabalho de massas que se torna possível, as forças revolucionárias se transformam numa mancha de óleo, num impulso centrípeto incontrolável. Nesse processo se desorganiza o poder do Estado burguês-latifundiário, se lhe retira toda a base social, se lhe cai a máscara, aparecendo sua verdadeira natureza de classe, de sócio menor e instrumento do imperialismo. O programa da revolução e seu instrumento, seu assegurador — o exército popular — aparecem assim como uma necessidade imediata mais do que uma possibilidade. O poder se toma quando uma alternativa social já existe.

3º) A guerrilha como vanguarda política

A revolução deve ser dirigida de onde se desenrola a luta fundamental. Como vimos, a radicalização da luta de classes desencadeou a violência reacionária, inaugurando uma nova era política — a etapa da luta armada como continuação da luta política — a etapa da construção do poder revolucionário. A luta armada de Libertação Nacional se insere, como uma cunha, na política burguesa, no ponto mais fraco do exercício de poder das classes dominantes e encontra sua expressão social completa na luta dos camponeses pela reforma agrária. Este é o fulcro, o ponto de partida: por questionar o poder latifundiário questiona o próprio imperialismo que nele se sustenta. Para dirigir todos os golpes do movimento de massa, no campo e na cidade, segundo um endereço certo — o impulso na construção de um novo poder — a guerrilha tem que se transformar em *vanguarda política*. Em sua direção devem estar os dirigentes da revolução, de todas as tarefas de mobilização e organização do proletariado e demais classes exploradas. Isto não significa que os mínimos detalhes de organização e condução de um movimento por liberdades democráticas nas cidades, por exemplo, tenham que ser dirigidos do campo. Mas que este movimento esteja *subordinado ao objetivo estratégico fundamental*: a construção do exército popular de libertação. É preciso que todos os golpes das forças revolucionárias sejam dados em cima da cunha, impul-

sionando-a em direção à desagregação das forças inimigas, em direção à sua destruição. A guerrilha como vanguarda política é a direção do trabalho político que significa a luta armada. Seus dirigentes devem orientar estrategicamente o movimento de massas nas cidades e em outras regiões do campo, que virá ao encontro desse outro movimento de massas que é a guerra de guerrilhas. Os revolucionários devem se dirigir a todos os setores da população, e nas cidades, principalmente à classe operária, a fim de mobilizá-los e organizá-los em combinação com o desenvolvimento da guerra de guerrilhas, fortalecendo o poder popular. Se não se tem esta estratégia global da luta armada revolucionária, corre-se o risco de fragmentar, dividir e minar as forças populares.

É preciso preparar e organizar as massas para a greve geral e a insurreição nas cidades, que darão o golpe de misericórdia no regime. Todo o movimento de massas será impulsionado pelo pequeno motor dirigente que é o exército guerrilheiro. "Precisamente porque é uma luta de massas, e a mais radical de todas, a guerrilha tem necessidade de reunir em torno dela, *politicamente*, o maior número de classes exploradas para triunfar militarmente. Não se triunfa sem a participação ativa e organizada dessas classes..."¹ Ao mesmo tempo que a guerra de guerrilhas constitui a condição da organização *política* das massas, delas necessita para sobreviver do ponto de vista *militar*. Exatamente por ser o destacamento mais avançado da luta de massas, seu núcleo organizador, seu dirigente político, é que o exército popular é o embrião do Partido Marxista-Leninista.

No Brasil as massas não tiveram condições (de liderança etc.) de se organizar na luta política de maneira independente: não geraram um partido revolucionário. Um partido de vanguarda é gerado na luta, na defesa do programa revolucionário que interessa às massas. Em condições como a nossa, quando o programa não pode ser defendido a não ser com armas nas mãos, onde só se pode tomar a ofensiva com a luta armada, as lutas que gerarão o Partido passam pela via militar: será o Exército Popular que levantará bem alto o programa da Revolução, o programa de Libertação Nacional e conseguirá organizar em torno dele a luta das massas, educando-as e ganhando sua confiança, constituindo-se em sua vanguarda. Por isso dizemos que o *Exército Popular é o embrião do Partido Marxista-Leninista*.

¹ Debray, *Revolução na Revolução?*

A preparação da primeira frente guerrilheira no Brasil

Não podemos nos contentar com o empirismo das organizações “fidelistas” surgidas logo após a Revolução Cubana em toda a América Latina, copiando mecanicamente aquela experiência, sem nenhuma reflexão séria, sem nenhuma análise concreta das condições da luta armada no Brasil. Não podemos atacar um quartel, em seguida nos prepararmos fora do país e desembarcarmos com aviso prévio para logo nos refugiarmos numa região que conhecemos apenas dos livros de geografia dos cursos médios. Nem podemos — como aquelas organizações citadas — juntar um monte de quadros entusiasmados mas mal preparados, sem conhecermos as condições históricas da luta armada em nosso país, com um conhecimento superficial das condições sócio-econômicas, políticas e geográficas das diversas regiões do Brasil, sem uma análise das condições políticas, do momento de entrar em ação, sem uma concepção estratégica global, montar a primeira frente guerrilheira. Devemos aproveitar as lições da Revolução Cubana e de toda a luta revolucionária na América Latina, principalmente as experiências das organizações que a tentaram após a vitória da Revolução Cubana e cujos fracassos (sem contarmos as vitórias) não foram em vão. Serviram para o amadurecimento da nova geração de revolucionários que devem estudá-las sob a luz do marxismo-leninismo. Todos esses problemas nos fazem refletir sobre algumas questões de fundamental importância:

1) Não basta — apesar de isto ser *fundamental* — entender a guerra de guerrilhas como uma estratégia global de luta revolucionária no Brasil. Esta análise das condições históricas da luta armada no Brasil — que tentamos fazer neste documento — e das suas condições de desenvolvimento dentro de uma concepção global, deve ser complementada por uma “*análise política rigorosa*” das condições de seu surgimento concreto, de sua passagem à ação. Um foco guerrilheiro não pode surgir em qualquer ocasião. O mais importante — como tentamos demonstrar — é que ele tenha oportunidade de se inserir em uma contradição determinada, ser a expressão de uma reivindicação social na *região que vai atingir fisicamente*. Todavia, além disso, para ter a oportunidade de se converter mais rapidamente em um processo nacional, deve surgir numa *situação política propícia*. No Brasil, após o golpe de 64 e pela crise que ele expressa, estão formadas, há quatro anos, as pré-condições (naquela ocasião estavam formadas as próprias condições) desta situação política. A promulgação dos Atos Institucionais, as eleições indi-

retas para a presidência, a última crise estudantil, poderiam constituir essas condições.

O governo não foi eleito pelo “sufrágio universal” mas governa segundo uma constituição que garante alguns direitos individuais; há alguns sindicatos sem intervenção *direta* (os pelegos e os reformistas são uma forma de intervenção indireta); o movimento estudantil tem suas organizações de base na legalidade; há uma imprensa que faz certa oposição; existem partidos políticos, Congresso e Assembléias Legislativas em funcionamento. É claro que tudo isto desmoralizado perante o povo. Mas, contudo, todo esse funcionamento “normal” das instituições, foram condições desfavoráveis ao surgimento da guerrilha. Mas devemos ressaltar dois aspectos: primeiro, esta situação é instável pela base mesma dessa “legalidade”, que é de crise, como vimos. As tensões geradas se acumulam. Uma crise política, nessas circunstâncias e a insatisfação social crescente, formarão mais de uma dessas situações políticas “conjunturais” antes que estejamos preparados para aproveitá-las. Segundo, porque — com as condições objetivas e subjetivas já formadas, conforme vimos — não se improvisa um foco guerrilheiro da noite para o dia. Sua preparação e montagem — não sua passagem à ação — devem ser iniciadas já, apenas tenhamos as outras questões resolvidas.

2) A escolha e a preparação da zona de operações devem ser feitas também de maneira rigorosa, *científica*. “É preciso abandonar os métodos artesanais de trabalho”, dizia Lênin. Deve ser escolhida uma região que tenha contradições sociais acirradas (devem ser estudadas as regiões onde existam posseiros, parceiros, pequenos proprietários com contradições violentas com os latifundiários, grileiros e especuladores) e onde existam as condições antes analisadas para a sobrevivência da guerrilha (difícil mobilização de efetivos e material militar, difícil comunicação etc.). As regiões que reúnem tais requisitos não têm, muitas vezes, as contradições expressas no plano político. Mas esta não é uma condição *sine qua non*. O fundamental, hoje, é que se assegure à guerrilha, *desde o seu início*, as condições de sobrevivência física. O trabalho político, a própria luta o fará. Apesar disso, a questão é dialética: a guerrilha só sobrevive se tiver o apoio do povo. Por isso é preciso, na ocasião da implantação do foco, ter-se idéias claras e mesmo os instrumentos *de como vincular-se às massas*. O que significa isso? Significa que devemos conhecer o desenvolvimento das contradições, suas origens e suas tendências, seus diversos momentos, a fim de que o foco guerrilheiro possa se constituir numa *alternativa local*, numa saída. Isto não é possível conhecendo a região apenas pelos livros. É pre-

ciso fazer uma minuciosa pesquisa, assim que for escolhido o local, com os primeiros dados. Um trabalho político rigorosamente clandestino de contatos deverá ser feito, tomando as mais rígidas medidas de segurança, a fim de evitar a infiltração, delação e repressão. Nas condições brasileiras, é isto o que chamamos de “foco politicamente implantado” (juntamente com a base guerrilheira, de que trataremos a seguir). Em certas ocasiões e regiões o foco terá mais facilidade de implantação política inicial. São certas regiões e ocasiões de conflito social aberto (regiões de invasão de terras, de expulsão de posseiros, ocasiões de colheita de certos produtos, quando se faz o pagamento da renda-produto etc.). A escolha correta dependerá de uma análise séria e profunda. O que não podemos fazer é um trabalho político aberto, um “trabalho de massas” anterior, segundo o modelo chinês. Isto seria atrair a repressão à massa, levar à prisão os quadros mais combativos e inutilizar a região como zona de operações.

A base guerrilheira, nas condições do Brasil, é a rede comprovadamente eficaz de informações, de comunicações, de abastecimento de víveres, roupas, armas, munições, finanças e recrutas, não apenas entre as diversas zonas da região, mas entre a região e as cidades. Apesar de tudo isso ser um árduo trabalho e às vezes longo, são coisas imprescindíveis ao foco guerrilheiro nas atuais circunstâncias. São as bases de apoio *logístico*, que só um trabalho político anterior, clandestino, juntamente com o envio de quadros que tenham cobertura legal para a região, pode assegurar.

3) Além da organização nas cidades ser um desdobramento das próprias necessidades logísticas do foco guerrilheiro, há outras funções muito importantes que serão desempenhadas pelas cidades. Primeiramente a necessidade de assegurar o *apoio político* (mesmo indireto) do movimento de massas (operário, estudantil, de funcionários públicos etc.) ao foco. Portanto, *militantes revolucionários devem estar organizados para tal tarefa* nos principais setores de massa (fábricas, bancos, faculdades, repartições públicas mais importantes das cidades econômica e politicamente significativas), além do trabalho de imprensa e divulgação, de propaganda de guerrilha. Segundo, a necessidade de manter presos às cidades grandes efetivos das forças de repressão, através de atos de sabotagem e da ação da guerrilha urbana. Todas essas atividades devem estar estreitamente subordinadas à guerrilha e à sua estratégia geral. Nenhuma dessas atividades tem sentido em si mesmas mas devem existir em apoio ao foco guerrilheiro, desde que ele apareça como uma alternativa revolucionária. Para o cumprimento dessas atividades devem

ser preparados quadros especializados, prontos à ação no momento oportuno. Além da função de manter tropas e material mobilizados (não podendo se concentrar no combate ao fogo), essas atividades visam também à expropriação, ao levantamento de fundos para a Revolução e a destruição de fontes de energia, vias centrais de comunicação, vias de transporte e de abastecimento do inimigo. Nesta última atividade, os grupos urbanos terão o auxílio da guerrilha irregular: destruição de pontes, estradas, ferrovias, demais vias de comunicação ao longo das rotas de avanço das tropas de repressão à guerrilha. Para esta tarefa poderão ser recrutados quadros que não se desligarão da produção, quadros que exerçam atividades normais nas regiões circunvizinhas à zona de operações.

O terrorismo, como execução (nas cidades e nos campos) de esbirros da reação, deverá obedecer a um rígido critério político. Primeiro deve ser considerada a significação, para as massas, de determinada execução. Se o elemento é um torturador contumaz, um traidor que prejudicou francamente o povo, um indivíduo que representa interesses bem definidos e para os quais se quer chamar a atenção das massas em determinada situação etc. Segundo, deve ser vista a possibilidade ou não de se perpetrar a execução sem uma perda exagerada, pouco compensadora, de quadros revolucionários. Um esbirro é facilmente substituível. Um quadro capaz, combativo, bem treinado, é muito menos. Guevara chama muito claramente a atenção para este aspecto.

4) A preparação dos primeiros combatentes deve ser a melhor possível, do ponto de vista político e do ponto de vista militar. Não podemos, no Brasil de hoje, ser muito exigentes quanto à origem de classe dos guerrilheiros iniciais. Guevara afirma que os quadros da guerrilha deveriam ser, de preferência, da região. Este é um ideal com o qual não se pode contar objetivamente, no início. Tenderá a sê-lo no processo, mas, inicialmente, os revolucionários de origem pequeno-burguesa terão que compensar as deficiências físicas, de hábitos etc., com uma preparação política maior, com melhor nível ideológico e com melhor treinamento físico. É preciso que o combatente saiba, de antemão, não apenas a causalidade histórica da luta armada, sua necessidade pelas necessidades do povo etc. Isto é extremamente necessário: a escola de recrutas de que nos fala Guevara dedica grande parte do tempo na formação política dos quadros. No Vietname a preparação política é mais importante que a preparação militar. Mas o guerrilheiro deve conhecer profundamente as condições de desenvolvimento político-militar do foco guerrilheiro, suas táticas etc. Isto não apenas lhe dá melhores con-

dições teóricas sobre o trabalho que irá travar, sobre como travá-lo, mas também faz com que compreenda que nenhum romantismo poderá subsistir na adversidade da vida guerrilheira, onde o trabalho de desmatar, arar, plantar, colher, transportar por léguas e léguas é a vida de todo dia, que a aristocracia guerrilheira do combatente é mais um sonho que realidade. A preparação militar é especial — a compreensão política do segredo militar, da natureza dos combates, da disciplina militar, dos prisioneiros etc. — ao mesmo tempo que geral — o manejo das armas, de explosivos, de tática guerrilheira, treinamento físico etc. Mas sobretudo convicção ideológica de que determinados fins devem ser alcançados por determinados meios. Compreensão profunda do significado da linha política. Saber apenas que a luta armada é a única solução e que, na América Latina, a luta armada só pode efetivar-se através da guerrilha, é tropicalismo e não formação política. Os combatentes devem saber que um dos que voltam não é um caso individual que se esgota como tal. É uma parte da guerrilha que abriu uma brecha à repressão.

Finalmente, confiança no povo, *compromisso com o seu destino*. Esta pode ser uma colocação fora do tempo e de lugar, mas não o é. O intelectual se compromete com a verdade, com a história, com o materialismo dialético, coisas muito abstratas para sustentá-lo ideologicamente nas adversidades da vida guerrilheira. Se não se compromete com o povo deixa sempre um pé atrás, sempre há tempo para voltar. E muitos vão ficando para trás, alegando divergências (que são secundárias). Fazem da política revolucionária diletantismo intelectual ou instrumento de auto-afirmação. Sorte temos que hoje em dia este tipo de oportunismo vai tendo seu caminho se estreitando. Os reveses da luta revolucionária têm sido maiores, ao mesmo tempo que se aproxima o momento do critério da verdade. Os revolucionários que ficam em fase de refluxo poderão comprometer a luta revolucionária, mas o farão em menor grau que tais indivíduos.

De resto, esse compromisso se faz de maneira cabal *no processo de proletarização da prática guerrilheira*. Sua luta pela sobrevivência material, o trabalho árduo, a vida coletiva, o contato concreto com a necessidade de transformação revolucionária, assim como sua própria transformação revolucionária é que darão, definitivamente, ao mesmo tempo que a necessidade, a certeza da vitória.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO — PCBR

O Partido Comunista Brasileiro Revolucionário — PCBR — resultou da luta interna no interior do PCB, intensificada desde maio de 1965, quando o Comitê Central do PCB, pela primeira vez reunido depois do golpe de 1964, confirmaria a linha política de 1960, atribuindo a desvios esquerdistas a responsabilidade pela derrota.

A Corrente Revolucionária seria uma das tendências no processo de luta interna, estendendo-se sua influência aos regionais da Guanabara, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Espírito Santo, Pernambuco, Minas Gerais, entre outros. Em setembro de 1967, a Conferência Regional do Estado do Rio de Janeiro, preparatória do VI Congresso, convocado para dezembro do mesmo ano, resolveu desligar-se do PCB por concluir que o Comitê Central inviabilizaria, mesmo em minoria, a vitória da Corrente. E conclamou a oposição a unir-se na construção de um novo Partido. Com este objetivo marcou uma reunião, para 1º de outubro de 1967, entre as várias seções da Corrente.

Apesar das divergências quanto ao encaminhamento da luta armada e à organização do Partido, formou-se uma Comissão destinada a preparar a constituição do novo Partido, o que se efetivaria na I Conferência Nacional, em abril de 1968, que fundou o PCBR e aprovou sua Linha Política, transcrita a seguir. Entretanto, os regionais de São Paulo, Rio Grande do Sul e a maior parte do da Guanabara não formariam no novo Partido.

O PCBR participou das lutas estudantis de 1968 e desenvolveu algum trabalho em áreas rurais e nas fábricas. Em outubro de 1968 publicou a Linha Militar e, em julho de 1970, uma série de textos, conhecidos como Documento de Julho.

Mas a ação da polícia política, promovendo sucessivas levas de prisões (começos de 1970, de 1971), diminuiria em muito o poder de atuação do PCBR. As seguidas reestruturações de pouco valeriam — em 1973 o PCBR seria obrigado a recompor sua direção no exterior.

LINHA POLÍTICA (abril, 1968)

O caráter da revolução brasileira

A estrutura econômica do Brasil atual é essencialmente capitalista. O desenvolvimento do capitalismo conduziu, nas últimas décadas, à criação de uma indústria integrada de bens de consumo e meios de produção, ao crescimento do mercado interno e a um processo de urbanização relativamente acelerado. Formou-se uma burguesia que passou a ocupar, ao lado dos latifundiários, posições decisivas no aparelho de Estado; e um proletariado jovem e numeroso, sujeito às duras condições de vida e trabalho que caracterizam o capitalismo nos países atrasados. Entretanto, o Brasil não pode ser considerado uma economia capitalista plenamente desenvolvida. O crescimento econômico tem sido entravado e deformado, desde o início, pela dominação imperialista e pelo monopólio latifundiário.

O domínio imperialista nas relações de intercâmbio com o exterior, os investimentos diretos mediante a implantação de empresas estrangeiras, o endividamento progressivo através de empréstimos e financiamentos transformam num mito a independência econômica do país. O desenvolvimento capitalista no Brasil não é um desenvolvimento independente, mas profundamente vinculado e subordinado ao sistema de dominação imperialista. O controle estrangeiro de posições-chave do sistema industrial, comercial, financeiro conduz à transferência para o exterior de parcela importante da renda nacional e ao empobrecimento relativo do país. A dominação imperialista é, portanto, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O desenvolvimento do capitalismo na agropecuária levou aos investimentos de capital e ao predomínio do trabalho assalariado ou ao arrendamento capitalista em culturas importantes, sobretudo na região Centro-Sul. Todavia, em vastas zonas do interior do Brasil, impera o latifúndio pré-capitalista, caracterizado pelas relações de trabalho semifeudais e semi-escravistas, pela ausência de investimentos e de tecnologia moderna, pela baixíssima produtividade. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira não se realiza mediante a supressão radical do latifúndio e das relações pré-capitalistas, mas com a conservação da grande propriedade latifundiária e sua penetração gradual pelas formas capitalistas de produção. O latifúndio mantém incultas enormes áreas, entrava a aplicação de capitais e de técnica na agropecuária, freia a expansão do mercado interno e constitui, por isso, um sério empecilho ao crescimento das forças produtivas, tanto na agricultura como na indústria.

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. Nas condições brasileiras, o capitalismo foi incapaz de criar uma economia nacional independente e superar radicalmente o atraso latifundiário. Em tais circunstâncias, a burguesia brasileira não exerceu e nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas.

Manifestam-se, sem dúvida, contradições entre setores da burguesia e o imperialismo na competição do mercado nacional e pelas fontes de matérias-primas. Tais contradições não podem traduzir-se, porém, numa luta conseqüente pela libertação nacional devido ao fato de que o próprio crescimento do capitalismo brasileiro se realiza através de uma dependência crescente ao sistema imperialista. Em vista da escassez de capitais e de tecnologia moderna, a burguesia e o Estado a seu serviço apelaram e continuam a apelar para os investimentos estrangeiros, que passaram a controlar os setores básicos da economia. As contradições entre a burguesia e o imperialismo não têm caráter antagônico e podem ser resolvidas, ou pelo menos atenuadas, através de concessões mútuas dentro do processo de integração da economia brasileira no sistema imperialista. Em setores da burguesia média, não associados às empresas estrangeiras, existe certo potencial de oposição à dominação imperialista, fato que cumpre às forças revolucionárias levar em conta,

em sua ação concreta. Mas o potencial de oposição desta parte da burguesia não vai além de reivindicações reformistas.

As contradições entre a burguesia e o latifúndio manifestam-se no fato de que o monopólio da terra entrava a livre aplicação de capitais na agricultura, além de restringir o mercado consumidor. Entretanto, a burguesia não busca superar tais contradições por meio de uma reforma agrária radical. Em vez de suprimir o latifúndio, o capitalismo conserva-o e sobrepõe-se a ele, introduzindo gradualmente na agropecuária os investimentos de capital, o trabalho assalariado e a técnica moderna, ao mesmo tempo que procura realizar no sistema agrário reformas parciais de conteúdo burguês.

A burguesia brasileira tornou-se classe dominante numa época em que o proletariado busca desempenhar um papel independente e o Socialismo torna-se fator decisivo no desenvolvimento social. Como classe exploradora, proprietária dos meios de produção, seus interesses se opõem frontalmente aos das grandes massas trabalhadoras. Isso faz com que tenda a solucionar suas contradições com o imperialismo e o latifúndio através de compromissos, e não por via revolucionária. A burguesia teme que a luta antiimperialista e antilatifundiária ultrapasse os limites de uma ação reformista e se converta numa revolução popular, na qual o proletariado e os camponeses tenderiam a desempenhar um papel autônomo e a pugnar por seus próprios interesses ameaçando os privilégios capitalistas.

Os interesses de classe da burguesia levaram-na, assim, a estabelecer um compromisso com a velha classe dos latifundiários e a formarem ambas uma aliança que domina o poder do Estado, em estreita vinculação e dependência para com o imperialismo. Quer sob a máscara de regimes democrático-representativos, quer sob a forma de ditaduras militares como a atual, o poder no Brasil tem sido exercido, há dezenas de anos, por essa aliança das classes dominantes. O desenvolvimento capitalista não é capaz, portanto, de libertar o Brasil do imperialismo e do latifúndio, da opressão e do atraso; e a burguesia — portadora das relações de produção capitalistas — não é uma força revolucionária. Nestas condições, a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa, que tenha por objetivo a formação de um Estado nacional burguês e a expansão do capitalismo.

O desenvolvimento econômico e social do Brasil só poderá ser impulsionado por uma revolução popular, capaz de derrubar o Poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país do domínio imperialista, eliminar o latifúndio e realizar uma reforma radical na estrutura agrária, abrindo deste modo o caminho

para o Socialismo. De vez que o imperialismo e o latifúndio constituem, do ponto de vista imediato, os principais obstáculos ao progresso do país, a revolução caracteriza-se, inicialmente, como uma revolução popular antiimperialista e antilatifundiária. Em virtude, porém, de fatores que lhe são inerentes, a Revolução Popular, para triunfar de um modo conseqüente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas. Em primeiro lugar, só poderá ser conseqüente se nela o papel dirigente for desempenhado pelo proletariado, apoiado nos camponeses e em outras forças populares. Em segundo lugar, devido à estreita vinculação entre a burguesia brasileira, o capital imperialista e a propriedade latifundiária, não é possível adotar medidas radicais contra o imperialismo e o latifúndio, sem fortalecer, decisivamente e com um novo caráter, o setor estatal da economia, e coletivizar uma grande faixa da agropecuária. Em tais condições, a Revolução Popular, coerente com sua natureza essencial e para eliminar o perigo de frustração de suas conquistas, terá que seguir o caminho socialista de desenvolvimento e converter-se em Revolução Socialista.

A fim de realizar essas tarefas históricas, a revolução brasileira deverá mobilizar o imenso potencial revolucionário representado pelos operários industriais, que estão chamados a desempenhar o papel dirigente, como a classe mais interessada na transformação radical da sociedade; pelos assalariados agrícolas, que sofrem uma brutal exploração nos latifúndios; pelas massas camponesas sem terra ou com pouca terra, composta de meeiros, arrendatários, sítiantes, agregados, posseiros etc., cujas reivindicações só podem ser atendidas efetivamente por uma reforma agrária radical; pelos estudantes e intelectuais, cujas aspirações de liberdade e progresso se chocam com a realidade de opressão e de atraso do país; pelas camadas médias da população — empregados no comércio e nos bancos, servidores públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, artesãos etc., que, apesar de sua instabilidade característica, são em sua maioria oprimidos pelo atual regime.

O objetivo fundamental da revolução brasileira é destruir o aparelho burocrático-militar do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o por um Governo Popular Revolucionário em cuja composição predominem forças básicas da Revolução. Cabe à classe operária assumir a direção do poder estatal revolucionário, para que este seja capaz de executar conseqüentemente o programa de transformações radicais na estrutura econômico-social do país, preparando a transição ao Socialismo. Ao novo poder estatal cumprirá realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

1 — dissolução das forças armadas e de todo o aparelho de repressão do Estado burguês-latifundiário, substituindo-o pelo Exército Popular e pelas Milícias Populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;

2 — nacionalização das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista, no terreno econômico e político, com a anulação de todos os tratados lesivos aos interesses nacionais;

3 — reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, impulse o desenvolvimento da agricultura e eleve o nível de vida dos assalariados rurais e camponeses, através das seguintes medidas: distribuição, em caráter individual e gratuito, de terras dos latifúndios atrasados e, em geral, das terras incultas adequadas à produção, entre os camponeses sem terra ou com pouca terra; formação de fazendas coletivas nos latifúndios que constituem unidades econômicas e atingem alta produtividade; criação de cooperativas;

4 — reconstrução econômica do país, mediante o controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, e a planificação do desenvolvimento econômico, tendo em vista sobretudo impulsionar a produção industrial e agrícola, ampliar o setor público e elevar o padrão de vida do povo trabalhador;

5 — reforma radical e ampliação do sistema educacional, no sentido de estender a educação e a cultura a grandes massas do povo;

6 — garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, assegurando-lhes real participação nos órgãos do poder e o seu controle;

7 — política exterior independente, baseada na igualdade de direitos entre os países, na defesa da soberania nacional, e no apoio às lutas de libertação dos povos. Solidariedade irrestrita às revoluções populares na América Latina.

Uma vez concretizadas essas tarefas, em seus aspectos essenciais, estarão criadas as condições para a passagem às transformações socialistas. O setor estatal da economia, consideravelmente ampliado com a nacionalização das empresas imperialistas e associadas ao imperialismo e com a formação de fazendas coletivas na agricultura, tornar-se-á, sob o regime revolucionário, uma poderosa alavanca para a transição ao Socialismo. Controlando as posições-chave do sistema econômico, deverá o Governo Popular iniciar a planificação da economia nacional, em benefício das grandes massas do povo brasileiro.

A premissa política fundamental para a transição ao Socialismo reside na direção do proletariado, solidamente apoiada na aliança operário-camponesa. Desempenhando o papel dirigente no poder revolucionário, a classe operária levará à prática as tarefas da revolução popular e passará em seguida, sem interrupção, às transformações de caráter socialista. O Governo Popular Revolucionário será, portanto, um governo de transição, dirigido pela vanguarda da classe operária, e que criará as bases para a passagem à Ditadura do Proletariado e à edificação do Socialismo.

A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia ocupa, neste processo, um lugar fundamental. É o aguçamento da luta de classes, provocado objetivamente pelo desenvolvimento do capitalismo, que permite ao proletariado tomar consciência de sua função hegemônica na Revolução Brasileira. Cabe, portanto, às forças revolucionárias impulsionar as lutas da classe operária e combater qualquer tendência reformista ao seu amainamento. A unidade e a organização do proletariado são condições decisivas para que possa cumprir seu papel dirigente.

O avanço do movimento revolucionário exige igualmente a mobilização das grandes massas trabalhadoras do campo. Neste terreno, a preocupação fundamental do Partido deve estar voltada para a organização e as lutas dos assalariados agrícolas que, por sua condição proletária, constituem a base mais firme da revolução popular no meio rural. A luta contra o latifúndio abrirá também, ao campo revolucionário, os pequenos e médios lavradores, mas a revolução deverá se apoiar, fundamentalmente, nos setores mais radicais e combativos, representados pelos camponeses pobres. A luta contra o latifúndio e pela reforma agrária radical não deve ser confundida com a luta pela supressão dos camponeses ricos, cuja neutralização, ao menos em parte, é possível no processo de luta pela vitória da revolução popular.

As camadas médias da população, por sua própria situação intermediária na sociedade, não se comportam de forma homogênea em face do processo revolucionário. Os setores mais abastados inclinam-se para as posições reacionárias da grande burguesia e servem, como base de massa, ao imperialismo e à reação. Contudo, as camadas inferiores da pequena burguesia — setores que recebem salários, ordenados ou vencimentos fixos, trabalhadores por conta própria, pequenos proprietários etc. —, vêem-se constantemente ameaçados de proletarização e tendem a adotar posições revolucionárias. Sua participação na revolução popular exige que a classe operária lhes abra a perspectiva de soluções radicais e, simultanea-

mente, trave uma luta adequada contra as oscilações que refletem sua posição.

2 — *A revolução brasileira e a situação mundial*

A luta revolucionária do povo brasileiro insere-se numa época histórica caracterizada, sobretudo, pela passagem do capitalismo ao socialismo, em escala mundial, e pelo movimento de libertação dos povos oprimidos contra o imperialismo. As contradições mais importantes do mundo contemporâneo — entre o sistema socialista e o sistema imperialista, entre o proletariado e a burguesia nos países capitalistas, entre os diversos países imperialistas — estão profundamente entrelaçadas e influem umas sobre as outras, gerando o agravamento sem precedentes da crise geral do capitalismo.

Com a formação e a consolidação do sistema socialista, após a Segunda Guerra Mundial, modificou-se radicalmente a correlação de forças entre o capitalismo e o socialismo. O impetuoso progresso dos países socialistas, no terreno econômico e militar, exerce uma influência considerável na situação internacional. O sistema é um poderoso obstáculo à expansão do capitalismo e uma base de apoio decisiva dos povos que lutam por sua libertação. Isso não significa, no entanto, que o capitalismo mundial será destruído através da simples competição econômica e técnica com os países socialistas. A superioridade do regime socialista, demonstrada nos altos índices de desenvolvimento, serve de inspiração aos trabalhadores e aos povos do mundo capitalista. Mas o exemplo do socialismo não pode substituir a luta revolucionária, sem a qual o sistema imperialista não desaparecerá.

O centro das contradições no mundo contemporâneo encontra-se, atualmente, nos países da Ásia, África e América Latina, oprimidos e explorados pelo imperialismo. Estes países constituem o elo mais fraco da cadeia imperialista, e neles se acha o maior potencial revolucionário do mundo capitalista, como o têm demonstrado as guerras populares de libertação que alcançaram a vitória na China, Coréia, Vietname, Cuba, Argélia, e continuam sendo travadas em muitas outras regiões. Abalando os alicerces do sistema capitalista, a revolução antiimperialista e popular que se realiza no chamado mundo subdesenvolvido é parte integrante da revolução socialista mundial. A derrota final do imperialismo e a vitória do socialismo em todo o mundo dependem, em grande parte, do resultado da luta revolucionária dos povos oprimidos, que constituem a grande maioria da humanidade. A Revolução antiimperialista dos povos oprimidos alcançará a vitória, fundamentalmente, como fruto da luta

de forças internas revolucionárias em cada país; e terá condições tanto mais favoráveis de vencer quanto maior for a ajuda internacionalista dos países socialistas e do proletariado dos países capitalistas desenvolvidos.

Em face do avanço do Socialismo e dos Movimentos de Libertação Nacional, o capitalismo monopolista luta por sua sobrevivência e intensifica a espoliação dos povos, ao mesmo tempo que redobra sua agressividade. Sob a hegemonia dos Estados Unidos, que se tornaram a maior potência imperialista, realiza-se a integração econômica do sistema capitalista mundial, com o objetivo de acelerar a concentração do capital e das forças produtivas, bem como a ampliação dos mercados. Na medida em que aumenta o grau de concentração monopolista, aguçam-se, porém, as contradições internas do sistema, impondo a necessidade de maior expansão imperialista. Esta se realiza mediante a exploração crescente dos países atrasados, sob a forma de colonialismo ou de neocolonialismo, e por meio da militarização permanente da economia, utilizada a fim de manter e elevar o nível da produção.

Assim, o poderio do sistema socialista e os êxitos da luta de libertação dos povos, de um lado, debilitam o sistema imperialista e isolam cada vez mais o imperialismo norte-americano; mas, por outro lado, provocam o aumento da agressividade dos círculos militares dos Estados Unidos, que ampliam sua ação guerreira no Vietname, intervêm pela força em outros países e tentam afogar em sangue as lutas populares no mundo inteiro.

Através de ações militares abertas ou de golpes de Estado e práticas neocolonialistas, empenha-se o imperialismo norte-americano em deter o movimento de libertação nacional e impedir a expansão da área socialista. Deste modo, conseguiu alterar em seu favor, temporariamente, a correlação de forças em algumas regiões do chamado mundo subdesenvolvido. A situação na América Latina é característica nesse sentido, com a generalização de ditaduras militares e governos autoritários com fachada democrático-representativa, ao mesmo tempo que na África e na Ásia se sucedem golpes de força sob a inspiração imperialista. A escalada no Vietname e o cerco da China Popular, lances calculados da estratégia global dos Estados Unidos, criam o perigo iminente de alastramento da guerra e de sua conversão em uma guerra mundial. Surgiu, assim, uma nova fase de agravamento sensível da situação internacional, de aumento da tensão e de agudos conflitos.

No movimento comunista internacional acentuaram-se graves divergências internas, desenvolvendo-se a luta para livrá-lo das con-

cepções oportunistas, reformistas, predominantes em suas fileiras nos últimos anos. Estas concepções materializaram-se, entre outras, em teses como a do “caminho pacífico” da revolução, a da “vitória da revolução através de reformas de estrutura” e da “possibilidade de conquistar-se um mundo sem armas e sem guerras mesmo existindo o imperialismo” etc., teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PCUS e que afetaram profundamente o movimento comunista.

Os fatos desmentiram a ilusão de que os imperialistas se tornam menos belicistas e mais inclinados ao acordo na medida em que o socialismo se fortalece. Sofreu um rude golpe a concepção oportunista de uma coexistência pacífica idílica, conquistada apenas através de negociações e concessões aos imperialistas, ou exclusivamente por meio da competição econômica entre o capitalismo e o socialismo. Uma nova guerra mundial não é inevitável, mas só é possível impedi-la através da luta antiimperialista de todos os povos do mundo. A política agressiva do imperialismo só poderá ser derrotada na medida em que for enfrentada com energia pelos países socialistas, apoiados em sua crescente força econômica e militar, na medida em que o sistema imperialista for desagregado pelas revoluções de libertação nacional dos povos oprimidos e em que se aprofundar a luta do proletariado dos próprios países imperialistas contra o domínio do capital monopolista. O imperialismo norte-americano não pode prosseguir em sua política neocolonialista sem sofrer continuado desgaste, como se verifica pela vitoriosa resistência do povo vietnamita, pela crescente oposição que enfrenta nos países árabes, africanos e latino-americanos e pelo movimento de massas contra a guerra e o imperialismo que se avoluma mesmo nos Estados Unidos, sobretudo entre a população negra. A luta pela paz funde-se, portanto, em última instância, com a luta contra o imperialismo.

A política leninista de coexistência entre os Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo e para desmascarar a política agressiva do imperialismo. Entretanto, esta política só é correta quando implica uma aguda luta de classes no plano internacional, abrangendo os terrenos econômico, político e ideológico e não pode ser reduzida a uma simples competição econômica ou à relação de amizade e cooperação entre países socialistas e capitalistas. A coexistência não pode, muito menos, ser aplicada às relações entre países opressores e os países oprimidos, ou entre as classes exploradas e as classes exploradoras. Seria uma capitulação vergonhosa ante o imperialismo exigir, em nome da

defesa da paz ou da coexistência pacífica, que os povos oprimidos cessem ou atenuem sua luta revolucionária, a pretexto de que as guerras locais podem provocar uma guerra mundial. Para os povos oprimidos, a forma principal de defender a paz é travar a luta armada revolucionária contra o imperialismo, como faz atualmente o heróico povo do Vietname.

Paralelamente às ações agressivas em escala mundial, os Estados Unidos intensificam sua intervenção na América Latina, que vive uma fase de graves conflitos e tensões entre os povos e os governos burgueses-latifundiários. O acontecimento de maior relevância no Continente consiste em que os povos de vários países iniciam uma nova etapa no movimento de libertação nacional e comecem a seguir o caminho da luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas. Este fato atesta o fracasso das tentativas do governo de Washington, no sentido de obter uma retaguarda tranqüila na América Latina, mediante as pseudo-reformas da Aliança para o Progresso. O grandioso exemplo de Cuba Socialista, onde prossegue vitoriosa a construção da nova sociedade, inspira os povos latino-americanos à luta revolucionária. Com a intervenção armada na República Dominicana, as gestões no sentido da criação de uma força interamericana permanente e a participação direta de seus militares na luta antiguerrilheira, os Estados Unidos demonstram que não hesitarão em atacar qualquer povo da América Latina que se levante contra os governos fantoches. A perspectiva que se abre aos povos latino-americanos situados na retaguarda do país imperialista mais forte e agressivo, é, portanto, a de uma luta armada dura e prolongada, pontilhada de reveses parciais e imensos sacrifícios e não a de um caminho pacífico.

A necessidade de opor à estratégia do imperialismo norte-americano na América Latina uma estratégia comum dos povos levou os movimentos revolucionários do continente à criação da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade) como organismo de frente única dessas forças. Essa estratégia é possível em face da existência de problemas fundamentais comuns nos vários países da América Latina: o domínio do imperialismo e dos governos burgueses-latifundiários; a existência de estruturas industriais capitalistas ao lado de estruturas agrárias atrasadas; a presença de um proletariado jovem e de uma grande população camponesa; o subdesenvolvimento; o baixo nível de vida e o atraso cultural; regimes políticos reacionários que excluem o povo do poder. Tais são os problemas que unem os povos latino-americanos numa luta comum. No entanto, é necessário levar em conta, obrigatoriamente,

as condições peculiares de cada país, ao elaborar-se a respectiva política revolucionária. As conclusões básicas da I Conferência da OLAS inspiram todas as forças revolucionárias do Continente. A revolução brasileira é parte integrante da revolução latino-americana e deve conjugar-se à luta que os povos irmãos da América travam contra o inimigo comum.

3 — *O caminho revolucionário no Brasil*

A tomada do poder pelas forças revolucionárias e a destruição do aparelho de Estado burguês-latifundiário só podem ser realizadas através da luta armada. Em vista do emprego sistemático da violência pela minoria dominante e da agressividade do imperialismo yanque na América Latina, a vitória da revolução popular não pode ser conquistada por meio de uma revolução pacífica, da via eleitoral ou do jogo político convencional. Sempre que o povo brasileiro utiliza as liberdades constitucionais em sua luta e ameaça os privilégios das classes dominantes, ocorre um golpe militar que implanta uma ditadura reacionária, suprime os direitos democráticos e impede a manifestação da vontade popular por meios legais ou pacíficos. A “democracia representativa” não passa, pois, de uma farsa, que serve para mascarar o regime reacionário e o jugo imperialista.

O caminho da Revolução Brasileira é, portanto, a luta armada. No curso do processo revolucionário, é preciso coordenar várias formas de lutas de massas, pacíficas e não-pacíficas, legais e ilegais. As formas de ação legais ou pacíficas devem ser utilizadas para desenvolver o movimento popular, mas com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa. A violência reacionária só pode ser vencida com a violência revolucionária. Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo.

A guerra revolucionária no Brasil será uma guerra do povo e para ela é necessário mobilizar amplas massas populares. As condições concretas do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar a desenvolver a luta armada popular e criar o núcleo inicial do exército revolucionário. Somos um país de grande extensão territorial, com regiões montanhosas e selvas tropicais, que oferecem terreno propício à guerra irregular; no interior do país vive uma população de trabalhadores rurais e camponeses sujeitos a brutal exploração e constituindo uma base social, potencialmente, revolucionária; de outro lado, o desenvolvi-

mento desigual do capitalismo levou a que se constituíssem no centro-sul do país e na faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas, que também representam um importante potencial revolucionário, bem como os meios de transporte e comunicação, e o aparelho de repressão policial-militar do Estado. A realidade indica que a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Ao mesmo tempo, é possível desencadear nas cidades diversas formas de luta armada, desde ações de autodefesa de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas.

Em condições como as do Brasil não é possível esperar o surgimento de uma situação revolucionária em todo o país para, somente então, desfechar a insurreição armada. Num país extenso e desigualmente desenvolvido, onde é profundo o contraste entre as zonas urbanas e rurais, onde as diversidades regionais são marcantes, o processo revolucionário há de seguir também um caminho desigual. A guerra revolucionária deve ser iniciada nas regiões onde há condições favoráveis, estendendo-se em seguida a outras zonas do país. As guerrilhas atuarão como detonadores do movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas da reação, galvanizando a consciência popular, acirrando todas as contradições do regime reacionário. Através de uma luta difícil e prolongada, chegará o momento em que a guerra popular abrangerá novas e extensas regiões, envolverá as populações das cidades e se alastrará por todo o país, destruindo os fundamentos do poder burguês-latifundiário.

A tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário no Brasil consiste, portanto, em organizar, iniciar, desenvolver e culminar a luta armada, a partir da guerra de guerrilhas. A essa tarefa devem ser consagrados os esforços e os recursos principais das forças revolucionárias e do Partido. O primeiro passo é a criação, sob a direção do Partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado.

Colocar a luta armada, sob a forma de guerra de guerrilhas, como tarefa principal, não exclui — mas, pelo contrário, acentua — a necessidade de impulsionar o movimento de massas nas cidades e no campo. Em nosso país, devido à existência de uma indústria relativamente desenvolvida, as grandes concentrações operárias podem e devem constituir as bases fundamentais do movimento revolucionário nas cidades. De outro lado a luta armada no campo só poderá ter êxito se contar com o apoio das massas de camponeses e trabalhadores agrícolas. Ao mesmo tempo que preparam e desencadeiam a ação guerrilheira, cabe, portanto, às forças revolucioná-

rias a missão de desenvolver as lutas das massas trabalhadoras da cidade e do campo por seus interesses vitais, contra a ditadura e por transformações radicais da sociedade. A luta de guerrilhas deverá entrelaçar-se com as greves econômicas e políticas da classe operária, com ações camponesas pela terra, com manifestações de rua dos estudantes, dos trabalhadores e de todo o povo. Com a radicalização da luta, chegará o momento em que as massas urbanas sentirão a necessidade de recorrer também à violência para responder à violência da reação. A conjugação das ações de massas e da luta armada nas cidades com a luta armada e as ações de massas no campo, é, portanto, indispensável para dividir e paralisar as forças repressivas, aprofundar a crise do regime reacionário e provocar a sua derrocada. Dentro dessa concepção — e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco —, a luta armada não constitui um processo independente que se baste a si mesmo.

A mobilização do povo contra a ditadura e o imperialismo exige a unidade das forças populares. A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários, industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas etc. Esta frente única será realizada através das ações de massas e da luta armada, e não por meio de conchavos de cúpula. Por seu conteúdo social, deverá representar a grande maioria da nação, excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. Mas só poderá ser conseqüente se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda. Estas forças devem unir-se para constituir o centro propulsor da frente única não permitindo que o movimento popular seja desviado dos objetivos revolucionários pelas vacilações da pequena burguesia. Neste sentido, a responsabilidade principal recai sobre o Partido marxista-leninista. Ao participar da frente única das forças populares, cabe-lhe preservar a independência de classe do proletariado nos terrenos ideológico, político e organizativo. Somente assim a classe operária poderá assumir o papel dirigente no movimento revolucionário, neutralizar as oscilações dos setores inconstantes e conduzir firmemente a revolução a seus objetivos preparando a transição ao socialismo.

A fim de pôr as massas em movimento e lançá-las contra o regime ditatorial, é necessário combinar acertadamente a luta pelas reivindicações imediatas com a luta pelo poder político. Os revolucionários não devem apenas agitar o programa da revolução, mas colocar-se à frente do povo e lutar por suas exigências mais sen-

tidas em cada momento: lutar em defesa das liberdades democráticas, pela revogação dos atos da ditadura, pela libertação dos presos políticos, contra a opressão e o terror policial, pelos interesses vitais dos operários, contra a política de arrocho salarial, por aumento de salários e liberdade sindical; pelas aspirações dos trabalhadores agrícolas e camponeses, por uma verdadeira reforma agrária; pela solução dos problemas dos estudantes e de todas as camadas populares; pela resistência ao crescente domínio econômico e político do imperialismo norte-americano. Ao travarem essas lutas, porém, não devem ficar ao nível das reivindicações imediatas, mas elevar o grau de consciência política das massas, denunciando a dominação imperialista e a minoria burguesa e latifundiária como causa da miséria, da opressão e do atraso do país, conduzindo o povo às batalhas revolucionárias contra a ditadura.

A acumulação de forças e mobilização das massas exigem a combinação das formas legais e ilegais de luta e organização. Obviamente, os revolucionários não podem limitar-se aos marcos das leis impostas pelo regime reacionário. Devem dotar as organizações revolucionárias de uma sólida estrutura clandestina, preparando-se para uma luta árdua e prolongada, assim como lançar mão de todas as formas de ação que impulsionem o avanço da revolução, ainda que contrariem a "legalidade" dominante. Entretanto, a necessidade de ligação com as massas impõe a utilização de todos os meios legais de luta, de propaganda e de organização, que forem viáveis nas condições da ditadura. Cumpre participar dos sindicatos e de outras organizações de massas, mesmo que se achem sob controle reacionário; realizar movimentos reivindicatórios e campanhas políticas, com apoio nas possibilidades legais existentes; aproveitar ao máximo os meios de divulgação legais.

O critério fundamental de organização das forças populares deve ser o da organização pela base, isto é, a criação de organizações de massas nas empresas, fazendas, escolas, nos locais de trabalho e residência. As organizações de cúpula são necessárias para a coordenação dos movimentos coletivos, mas o centro de gravidade de todo o trabalho deve estar nos organismos de base, diretamente vinculado com o povo. Nesse terreno, a atenção principal dos revolucionários deve voltar-se para o funcionamento de organizações operárias nas empresas e de organizações camponesas nas fazendas e povoados.

Sendo a ditadura militar a expressão do poder burguês-latifundiário, a luta pela sua derrubada está indissolúvelmente ligada ao objetivo principal das forças revolucionárias — a formação de

um governo popular que leve a termo a revolução e abra o caminho socialista de desenvolvimento. Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um Governo Popular Revolucionário e não a chamada “redemocratização” ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como a existente antes do golpe de abril. A luta pelas liberdades democráticas é de grande importância na situação atual, não significa um fim em si, mas um meio para aglutinar forças contra a ditadura, criar condições mais favoráveis à ação das massas e obter a vitória dos objetivos revolucionários.

No curso da luta, devemos estar preparados para a possibilidade de substituição da ditadura por outro governo que se revista de uma fachada democrático-representativa, mas exclua o povo do poder político e defenda os privilégios da reação e do imperialismo. Em vista do crescente desgaste do governo ditatorial, as classes dominantes podem antecipar-se à ação revolucionária das massas, substituindo-o por outro governo reacionário com uma roupagem constitucional. Transferências de poder deste tipo, puramente formais, têm ocorrido no Brasil e na América Latina. Em face de tal eventualidade, cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo anti-popular do novo regime, prosseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o Estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista.

Condição essencial para que as forças revolucionárias travem uma luta conseqüente contra a ditadura é sua independência diante da posição latifundiária-burguesa, representada pelo MDB e pela “Frente Ampla”. Para as classes dominantes e o imperialismo, essa pusilânime oposição é útil, porque ajuda a manter a fachada democrática do regime militar, com um duplo objetivo: externamente, confere certa respeitabilidade democrático-representativa à ditadura. Internamente, contribui para represar sob formas legais a oposição, canalizando-a para o jogo político convencional — que a legislação reacionária torna inofensivo — e alimenta a falsa expectativa de uma mudança por via eleitoral. Oscilando entre o adesismo velado à ditadura e as declarações formais de fidelidade à democracia, esta oposição latifundiária-burguesa jamais poderá conduzir a uma luta conseqüente contra o regime militar, porque se acha vinculada aos mesmos privilégios de classe e teme, antes e acima de tudo, a revolução popular. As contradições secundárias entre ela e o Go-

verno ditatorial devem ser aproveitadas pelas forças revolucionárias, sempre tendo em vista acelerar a luta de massas contra a ditadura militar entreguista. Mas, ainda neste caso, deve ser evitada qualquer confusão entre a oposição popular e a oposição latifundiária-burguesa, cujo caráter conciliador é necessário desmascarar implacavelmente, impedindo suas tentativas de assumir a direção do movimento de massas.

O Partido de Vanguarda Marxista-Leninista

A classe operária brasileira só poderá desempenhar o papel dirigente no processo da revolução se tiver à sua frente um Partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista, e capaz de dirigir o movimento revolucionário de acordo com os interesses fundamentais do proletariado. Nessas condições, o que se coloca na ordem do dia é a reconstrução do Partido da classe operária em todos os terrenos: ideológico, político e orgânico.

A reconstrução do Partido não deve ser compreendida como um fim em si mesmo, nem como uma tarefa administrativa. Há de ser reconstruído no próprio fogo da prática revolucionária e sua organização deve ser posta em função da luta. Ao contrário do partido oportunista, que se caracteriza por uma estrutura desligada da ação revolucionária, o que deve caracterizar o Partido é o fato de que sua organização serve à revolução, sendo esta a finalidade primordial, a própria razão de ser do Partido.

O caminho a seguir para a reconstrução do Partido é determinado pelas tarefas políticas colocadas ante a classe operária. A reconstrução do Partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do Partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que esta seja considerada a tarefa principal do Partido para a tomada do poder. É indispensável, por isso, combater as tendências liquidacionistas que se manifestam, com efeitos nocivos, em alguns setores dos comunistas brasileiros.

Ao emprendermos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que a tarefa política principal — a luta armada — só poderá ter êxito se for entrelaçada com o movimento de massas na cidade e no campo. A ação do Partido no seio da classe operária, dos camponeses e das camadas médias urbanas é de grande importância, não só para a ajuda direta às frentes guerrilheiras como para

desencadear lutas de massas — que abalem a estabilidade do regime e preparem a sua derrocada. Daí a necessidade da estruturação partidária nas fábricas e nas minas, nos transportes e vias de comunicação, nas fazendas, nos bancos, nas escolas e nos quartéis, nos bairros operários e populares.

Os graves erros cometidos pela direção do chamado PCB colocam na ordem do dia o reexame das concepções ideológicas em que se baseava sua atuação política. Como conseqüência do próprio desenvolvimento econômico capitalista, o nacionalismo e o reformismo burguês ganharam forças no Brasil e muitas de suas idéias penetraram na classe operária, não ficando imunes a elas os comunistas.

Com elas se relacionam, ainda hoje, as tendências burocrático-conservadoras que se exprimem na subestimação do caminho armado, na resistência à preparação do Partido para o cumprimento da tarefa básica da nova linha revolucionária e na manutenção das formas tradicionais de organização e de luta. A reconstrução ideológica do Partido exige seu pleno retorno aos princípios do marxismo-leninismo, deformados ou abandonados sob a influência da ideologia burguesa. Este retorno a uma política de princípios não deve, porém, ser confundido com a aplicação dogmática das teses gerais do marxismo à situação brasileira. Impõe-se a pesquisa séria e constante da realidade nacional, o estudo das condições peculiares do país e a generalização de nossa própria prática, bem como o exame crítico das experiências do movimento comunista internacional, particularmente da luta revolucionária dos países subdesenvolvidos.

O combate simultâneo a tendências oportunistas e revisionistas e às tendências dogmáticas e sectárias deve ser encarado como tarefa permanente. Nas condições atuais, é necessário colocar em primeiro lugar a luta contra o revisionismo e o oportunismo que se revelam, sobretudo, no abandono dos princípios revolucionários do marxismo e na adaptação às concepções reformistas da burguesia, na teoria do chamado “caminho pacífico”, na transformação do movimento operário e popular em caudatário do nacionalismo burguês e na conversão do Partido Comunista em partido social-democrata. Ao mesmo tempo, cumpre prosseguir a luta contra o dogmatismo, que se manifesta na incapacidade de levar à prática os princípios marxistas de acordo com as condições particulares do país, como também contra o sectarismo — que se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular antiimperialista.

A reconstrução orgânica do Partido objetiva torná-lo uma organização de vanguarda apta a dirigir a classe operária e o povo, a formar a consciência socialista nas massas, e a comandar o processo revolucionário. Com este fim, é indispensável eliminar a influência do reformismo — que desviou o Partido do seu leito natural, isto é, as massas trabalhadoras e populares, transformando-o numa organização amorfa e inconsciente, minada pelo liberalismo e adequada apenas à ação política de cúpula e à participação nas eleições.

Para construirmos uma organização marxista-leninista combativa e revolucionária, precisamos, em primeiro lugar, criar bases atuantes nas empresas industriais e de transportes, nas fazendas e bairros operários, seguindo uma política de concentração nos setores fundamentais do proletariado e da massa camponesa. As organizações partidárias devem dominar as regras da vida clandestina — mas, ao mesmo tempo, combinar o trabalho ilegal com o trabalho legal, evitando que o cumprimento rigoroso das normas indispensáveis de segurança fechem o Partido dentro de si mesmo e o separem das massas. Sem afrouxar a vigilância contra a penetração de agentes do inimigo em nossas fileiras, é necessário recrutar para o Partido os melhores lutadores da classe operária e do povo, os mais conscientes, firmes e abnegados, cujas qualidades se revelem na própria luta.

A estruturação do Partido revolucionário da classe operária requer a aplicação acertada do princípio do centralismo democrático. É necessário assegurar o exercício da democracia interna e garantir, dentro das normas partidárias, o direito de divergir e a luta de opiniões, educando os militantes, ao mesmo tempo, no respeito às exigências da disciplina revolucionária consciente sem a qual o Partido não terá condições de atuar unido nem de resistir aos golpes do inimigo. Tem importância primordial, igualmente, a observância do princípio da direção coletiva, a qual exige o combate aos métodos mandonistas, caudilhescos e burocráticos. As condições de ilegalidade impõem, de outro lado, o máximo de estímulo à iniciativa das direções intermediárias e das bases, seguindo uma política de descentralização que não deve afetar, no entanto, a unidade de orientação e o respeito às decisões dos órgãos centrais.

Ao iniciarmos a reconstrução do Partido, devemos ter em conta que as forças de esquerda revolucionária, no Brasil, estão hoje dispersas em várias organizações. Verifica-se, atualmente, um reagrupamento dessas forças sob o influxo das idéias revolucionárias e

dos problemas concretos colocados pela própria ação. Em várias organizações surgem elementos e grupos que evoluem para o marxismo-leninismo, buscando na teoria e na prática o caminho da revolução brasileira. Partindo da compreensão de que é necessária a unidade da esquerda revolucionária, consideramos que o primeiro passo para alcançá-la é a ação conjunta. Através da ação comum, do diálogo franco e da luta de opiniões, será possível atingir a unidade ideológica, política e orgânica, nas fileiras do Partido, de todos os elementos que aceitam os princípios do marxismo-leninismo e defendam os interesses do proletariado.

Cabe-nos, finalmente, situar o Partido diante da polêmica que se trava no movimento comunista internacional. Esta polêmica expressa, no essencial, a luta entre os princípios marxistas-leninistas e posições oportunistas e revisionistas. Nosso Partido considera necessária ao desenvolvimento do movimento comunista internacional e por isso não se omite em face delas, assumindo uma posição revolucionária clara e definida que se expressa em sua linha política. Nesse sentido, condenamos a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PCUS, como o Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao Partido Comunista da China. Consideramos como profundamente nociva a atitude que consiste em decalcar as teses formuladas em outros partidos e tentar aplicá-las à situação nacional. A experiência internacional só pode ser útil à nossa luta quando analisada com espírito crítico.

Nosso papel consiste em elaborar, de modo autônomo, a orientação revolucionária adequada às condições brasileiras, tomando como base os princípios marxistas-leninistas, a realidade contemporânea do mundo e as particularidades específicas de nosso país. Parte integrante do movimento comunista mundial, temos igualmente o dever de pugnar pela unidade dos partidos irmãos; mas esta unidade só pode ser efetiva se tiver como fundamento os princípios do marxismo-leninismo e a luta revolucionária contra o imperialismo.

Tais são os elementos básicos para a estruturação do partido de vanguarda da classe operária. A reconstrução ideológica, política e orgânica do Partido não se fará desligada da prática, mas no processo de aplicação da orientação marxista-leninista, na luta pela derrubada da ditadura, pela conquista de um Governo Popular Revolucionário, pela libertação nacional e pelo Socialismo.

PARTIDO OPERÁRIO COMUNISTA — POC

O Partido Operário Comunista — POC — formou-se em abril de 1968, resultante da fusão entre a ORM-POLOP e a Dissidência do PCB do Rio Grande do Sul, abrangendo núcleos de militantes no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e, com menor expressão, no Paraná, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco.

Entre 1968 e 1970 o novo partido concentrou-se num trabalho de aproximação e agitação na classe operária. A experiência deste trabalho e as discussões preparatórias do II Congresso do POC suscitariam divergências quanto à validade e à oportunidade da prática das ações armadas, além de questionamentos quanto ao Programa Socialista para o Brasil, aprovado no I Congresso como texto básico do Partido.

As resoluções aprovadas pela Conferência de São Paulo, em março de 1970, tornaram-se, porém, inaceitáveis para as direções que provinham da ORM-POLOP que se separariam do POC formando a Organização de Combate Marxista-Leninista, à qual justaporiam a sigla PO — de Polop — por reivindicarem o legado teórico da ORM-POLOP.

Debilidado com a cisão, o POC seria destroçado pela repressão no decorrer de 1971. Um grupo de militantes, no exterior, continuaria atuando sob a sigla POC-Combate, estreitando relações com a Quarta Internacional, particularmente com as organizações filiadas da América Latina.

O POC publicou sem regularidade os jornais “União Operária” e “Universidade Crítica” para operários e estudantes. Enquanto se manteve coeso circulou sob sua responsabilidade o jornal “Política Operária”. A partir da cisão, porém, o jornal ficou sob controle da OCML-PO.

O texto a seguir foi produto de uma resolução do Comitê Nacional, em junho de 1968, e procurava refletir sobre as carências da atuação do POC como estrutura partidária.

POR UMA PRÁTICA PARTIDÁRIA (junho, 1968)

1 — O que nos confere uma posição única nas esquerdas é o papel que atribuímos à classe operária no processo revolucionário do país. É verdade que todas as correntes que assumem profissões de fé marxistas-leninistas pagam também um tributo teórico ao proletariado. Além disso, a insistência com que divulgamos nossas teses e posições fizeram com que diversos setores da esquerda que antes se limitavam a raciocinar em termos de “povo” e “massa” se dediquem ou procurem dedicar-se praticamente a algum tipo de “trabalho operário”. Entretanto, o que essas tentativas em diversos níveis, de setores do PCB, da Corrente, dissidências, AP, e dissidências de AP têm em comum é que não pretendem, ou não conseguem enquadrar essas atividades numa estratégia e tática revolucionárias, numa linha política proletária. Em grau maior ou menor, ainda estão sujeitas a concepções populistas pequeno-burguesas que dominaram as esquerdas no passado.

2 — Nunca demos ouvidos àqueles (a maioria) que, em nome de uma prática qualquer, investiam contra o esclarecimento das posições teóricas, ou contra as próprias posições teóricas, o famoso “não basta ter razão...” que, lançado em nome de uma prática duvidosa, mal escondia o oportunismo dos que escolhiam um caminho irracional (do ponto de vista marxista) ou acabavam não tendo prática nenhuma. Sabemos que uma premissa mínima para uma atividade revolucionária é “ter razão” e isto só pode ser obtido através da aplicação consciente do marxismo-leninismo. Mas sabemos também que isto só representa uma face da moeda. A linha proletária não se limita à elaboração de posições revolucionárias, dela faz parte inseparável a colocação em prática das premissas teóricas. E neste aspecto estamos atrasados.

3 — Tal atraso tornou-se óbvio durante os últimos meses e, principalmente, durante os dias críticos que vão da greve de Minas

até o primeiro de maio. Tornou-se óbvio: a) pela atuação inadequada do partido, local e nacionalmente, durante a greve de Minas, quando não soubemos levar nossas palavras de ordem aos setores decisivos que estavam empenhados na luta; nem depois, quando se tratava de fazer o balanço para os grevistas derrotados, com o objetivo de dar continuidade à luta por outros meios; b) nas comemorações do primeiro de maio que revelaram claramente nossas limitações na divulgação das posições de combate, e, muitas vezes, da existência mesma do Partido, onde havia condições para isso.

4 — Estes fatores impõem-nos a obrigação de uma revisão crítica de nossas atividades. Precisamos fazê-lo em dois níveis: a) ver a forma pela qual extraímos as conseqüências práticas de nossas posições teóricas; b) a forma pela qual estamos desenvolvendo a atividade *partidária* no seio do proletariado. O primeiro ponto diz respeito, principalmente, à preparação de nossos quadros, individual e coletivamente, para ter o papel de revolucionários junto à classe operária — faz parte da formação de quadros. O segundo se refere a nossa capacidade de atuação como partido e de tornar sensível essa atuação, pelo menos localmente, para que ela se irradie pelo país.

5 — No que diz respeito à preparação de nossos quadros, não superamos, ainda, em grande parte, as dificuldades sentidas e constatadas no passado e que se ligam à primeira fase de qualquer organização revolucionária que é obrigada a penetrar no proletariado de fora para dentro. Procuramos sistematizar estes problemas em “Alguns aspectos práticos do trabalho no movimento operário”. Entretanto, hoje, se já registramos progressos regionais e se conseguimos elevar o nível das atividades, os problemas fundamentais continuam atuais para o Partido. No passado procuramos superar essas dificuldades com medidas quase administrativas. Todas as células deviam fazer trabalho operário. Entretanto, as células não estavam, nem foram preparadas para tal tipo de atividade. Além de criar uma ficção que, entre outras coisas, prejudicou as atividades estudantis, esse método de trabalho não produziu os resultados esperados. Tivemos que aprender que os quadros deviam ser *preparados* e *orientados*, não só para a atividade operária em geral, porém para cada tarefa e problema *concreto* dessa atividade. Por outro lado, a experiência recente nos mostrou, como vimos em Minas, que os quadros procedentes da classe operária também não estavam preparados para enfrentar situações de luta e tomar as iniciativas necessárias. Há um certo espontaneísmo entre

nós, que consiste em acreditar que um operário, quando se integra na militância, por ser operário, “resolva os problemas de sua classe”. Mas essa atitude não passa de outra “herança” de nossos tempos de estudantes. É evidente que o operário tem que aprender tanto quanto qualquer outro revolucionário novo. Esse é o aprendizado comum que anula as diferenças de origem e cria o militante comunista. Mas este fenômeno só se dá pela e na atividade partidária.

6 — Do ponto de vista da atividade partidária, isto é, da nossa capacidade de desempenhar o papel de partido, o problema acima mencionado é completado por outro, o número insuficiente de quadros operários. Os problemas principais que enfrentamos no caminho da atuação partidária nos parecem ser, em resumo, os seguintes:

- recrutamento e formação de quadros da classe operária;
- desenvolver meios de atuação sobre a classe operária, que ultrapassem nossas possibilidades reais de contatos diretos;
- dar exemplo de atividade revolucionária que represente uma alternativa prática aos diversos matizes da política pequeno-burguesa existente e que nos permita liderar setores, organizações e alianças dentro da esquerda para influir em seu reagrupamento.

7 — Já foi dito e esclarecido que o recrutamento de operários não pode observar os mesmos padrões do estudantil e outros. Entretanto, o que menos nos preocupou até agora foi a formação política do quadro operário. Esta não pode ser encarada como formação política abstrata e deve ter em vista as necessidades da luta. A situação de hoje exige a formação de *lideranças operárias* no interior da classe. Somente haverá uma transformação qualitativa do proletariado brasileiro quando se criarem lideranças em seu seio, a nível da fábrica, do bairro, do setor industrial, da cidade, do estado, chegando até lideranças nacionais. Isto significa que tanto o recrutamento como a formação de quadros operários devem ser encarados, antes de tudo, do ponto de vista da necessidade destas lideranças em todos os níveis. Ou seja, devemos procurar operários que tenham qualidades de liderança e oferecer-lhes os recursos e os conhecimentos para exercê-la. Mas este tipo de recrutamento só pode dar resultado quando não é visto como atividade isolada ou independente da atuação política no seio da classe. O recrutamento deve resultar da intervenção do Partido na luta operária. Uma organização que pretenda limitar sua atividade ao recrutamento individual não passará da fase amadora, nem obterá os resultados esperados.

8 — Este aspecto da questão está intimamente vinculado à nossa atividade como Partido. A função do Partido é liderar a classe ou setores da classe. Para nós isso significa que devemos desencadear — como já dissemos — uma atividade que se irradie para além de nossa força numérica. Nossa debilidade numérica, em outras palavras, não deve impedir o exercício desta atividade partidária. Há muito tempo somos guiados por essa preocupação. E ela determina nossa tática, nossas palavras de ordem, como “comitê de empresa”, “greve geral” etc., que têm como objetivo a organização da classe com os meios disponíveis, objetivando o desencadeamento de suas lutas parciais e a preparação para lutas mais decisivas em toda a parte, mesmo onde nós não a alcancemos diretamente. Mas não podemos nos limitar a essas medidas gerais. Nossa situação, tanto quanto a do próprio proletariado, exige a concentração de esforços, a tentativa de utilização concentrada dos recursos, de maneira econômica. Isso requer que concentremos nossas forças em setores do proletariado que sejam decisivos para o comportamento do conjunto da classe, localmente, regionalmente, nacionalmente. Esses setores podem ser certas indústrias — metalúrgicas, de transportes, têxteis — mas, também podem ser determinados bairros onde o proletariado tradicionalmente atua em conjunto. A escolha destes pontos-chave dependerá, naturalmente, das condições locais, mas um critério deve ser aplicado: é sempre preferível escolher um lugar de atuação onde já tenhamos, pelo menos, contatos internos. E, uma vez escolhido o local: a) os recursos exigidos e disponíveis devem ser concentrados em torno desta tarefa; b) os quadros devem ser preparados para cada tarefa, sabendo o que se deve fazer e quais são os resultados previstos. Os planos de ação devem ser debatidos com os operários do interior da fábrica, sempre que esta situação favorável possa ocorrer. É esta atuação combinada de quadros “internos” com os “externos” que produz os melhores resultados, mais rápidos e que oferecem maior margem de segurança. É possível que essas propostas não sejam totalmente novas para grande parte dos militantes. Entretanto, a novidade consistirá em extrair as conseqüências, reorientar nossas atividades neste sentido e dar continuidade a elas. Então, criaremos também as premissas para um recrutamento operário em níveis mais elevados.

9 — Esta reorientação das atividades militantes está intimamente ligada à nossa situação na esquerda. A prática mostrou e continua mostrando que todas as alianças feitas com outras organizações tornaram-se precárias para nós quando estendidas à ati-

vidade prática no seio da classe operária. Isso ocorre pelo simples fato de que não pudemos, ainda, oferecer uma alternativa prática, clara e definida ao nível da militância revolucionária no seio do proletariado. Não devemos ter ilusões a respeito. Somente vamos poder oferecer essa alternativa, em toda a sua amplitude, na medida em que criemos raízes no movimento operário, na medida em que aprendamos a influir diretamente no comportamento de pelo menos alguns setores da classe operária — na medida em que nos transformemos em força material no seio do proletariado. Sem querer negar a utilidade e a necessidade de alianças, devemos ter clareza que elas somente têm caráter positivo quando não nos desviem de nosso caminho. Devemos ter em mente que, em alianças e frentes, nossa posição será determinada não só pela justeza de nossa linha, mas igualmente pela força que representemos. Transformarmo-nos em força material no seio da classe — fazer justiça ao nome do Partido — é a tarefa principal para o futuro próximo. Isto faz parte da concentração de esforços.

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES — PRT

O Partido Revolucionário dos Trabalhadores — PRT — formou-se, em fins de 1968, por iniciativa de setores da Ação Popular — AP — descontentes com os rumos que a organização vinha tomando desde 1967-1968. A luta política radicalizou-se em torno de duas tendências: de um lado, os partidários do Esquema de Seis Pontos, do processo de integração na produção, da filiação ao maoísmo; de outro lado, em oposição, os que se aglutinavam em torno do documento Duas Posições, adeptos do trabalho político junto à classe operária e do legado teórico do leninismo. O segundo grupo, considerando-se sem condições de travar a luta política no interior da AP, desligar-se-ia em 1968.

O I Congresso do PRT, em janeiro de 1969, que agrupou também ex-militantes do PCB, da POLOP e do PC do B que se encontravam dispersos, aprovou o Projeto de Programa aqui transcrito, optando pela perspectiva socialista da revolução brasileira, pela ênfase no trabalho político junto à classe operária e pela avaliação crítica das ações armadas em curso no país. O novo partido estendia-se então à Grande São Paulo, Recife, Minas Gerais, Goiás, além de áreas de trabalho no nordeste e alguns contatos no Rio de Janeiro e no sul do país.

Impelido, porém, por razões circunstanciais, à prática das ações armadas, o PRT se veria rapidamente envolvido pelo ciclo ações-repressão-prisões. Duas levas de prisões desestruturariam praticamente o novo partido: em fins de 1969/meados de 1970 e no início de 1971. A detenção de seus principais dirigentes aliada a divergências políticas sobre o estilo de trabalho inviabilizariam a recomposição do PRT.

O Partido publicou dois números da revista "Revolução Proletária". Circularam em 1969 com textos sobre a guerra revolucionária e sobre o Programa elaborado pelo I Congresso.

PROJETO DE PROGRAMA (janeiro, 1969)

A luta dos trabalhadores brasileiros é a mesma luta da classe operária em todo mundo, cujo resultado final será a liquidação de toda a exploração e a construção de uma nova sociedade, em que desaparecerão as diferenças de classes. O objetivo comum do movimento operário em todos os países resulta do caráter e do desenvolvimento da sociedade burguesa contemporânea, em escala internacional.

O que distingue a sociedade burguesa moderna de todas as sociedades anteriores é a produção de mercadorias baseada nas relações capitalistas de produção, em que a maior parte dos meios de produção e circulação de mercadorias pertence a uma classe pouco numerosa, enquanto a imensa maioria da população é obrigada, por sua situação, a vender sua força de trabalho aos capitalistas. O trabalhador assalariado cria a riqueza dos exploradores.

O domínio das relações capitalistas de produção estende-se cada vez mais. O aperfeiçoamento contínuo da técnica, aumentando a importância econômica das grandes empresas, leva à eliminação dos pequenos produtores independentes. Parte deles se transforma no proletariado, classe dos trabalhadores que vendem diretamente sua força de trabalho aos capitalistas. Os demais, como pequenos produtores, perdem sua independência, subordinam-se em toda parte de forma mais ou menos completa em relação ao capital, e vêm diminuir cada vez mais seu papel na vida econômica e social.

O progresso técnico dá ainda aos empregadores a possibilidade de usar cada vez mais o trabalho das mulheres e dos menores. E como ele implica, por outro lado, uma diminuição relativa da necessidade de força de trabalho, a procura de mão-de-obra é necessariamente inferior à oferta, ou seja, o número de empregos é

sempre inferior ao número de trabalhadores que os procuram. Isso contribui para aumentar a dependência do trabalho assalariado em relação ao capital e a intensificar a exploração, com o crescimento do desemprego e os baixos salários.

Essa situação em todos os países capitalistas e o desenvolvimento da produção em escala internacional levam à contradição cada vez maior entre o enorme crescimento das riquezas produzidas na sociedade burguesa e a miséria que atinge grandes massas humanas e continentes inteiros. Com o imenso desenvolvimento técnico de nossos dias, o capital só fornece trabalho a partir de um grau de concentração considerável, cada vez mais diminuem as possibilidades de emprego para os trabalhadores em relação aos recursos empregados em equipamentos e instalações. Por outro lado, o aumento da produtividade com a desvalorização crescente dos produtos das indústrias mais avançadas leva não somente à ruína das empresas menos desenvolvidas, mas ainda implica uma desvalorização nunca vista dos produtos da natureza, o que leva o capitalismo moderno a explorar freneticamente os recursos naturais de todos os países. Ao mesmo tempo, para frear o curso inflexível do desenvolvimento das forças produtivas que leva à desvalorização do capital, os capitalistas deixam dormir uma parte considerável das riquezas ou destroem periodicamente uma massa enorme de capital e forças produtivas já acumuladas, a fim de encontrar novos campos de expansão.

Assim, o aperfeiçoamento da técnica, que significa o aumento da produtividade do trabalho e da riqueza social, traz consigo na sociedade burguesa o crescimento da desigualdade social, da distância entre os proprietários e não-proprietários. Aumentam para as massas trabalhadoras cada vez mais numerosas a insegurança, o desemprego, as provações de todo o tipo.

Mas, na medida em que crescem e se desenvolvem essas contradições, próprias da sociedade burguesa, o descontentamento entre as massas trabalhadoras e exploradas também cresce. O número e a união dos proletários progridem e sua luta contra os exploradores se torna cada vez mais áspera. Ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da técnica, que concentra os meios de produção e circulação e socializa o processo de trabalho nas empresas capitalistas, cria cada vez mais rapidamente as possibilidades materiais de substituir as relações capitalistas de produção pelas relações socialistas, isto é, de realizar a revolução socialista, que se torna o objetivo da vanguarda consciente do movimento da classe operária.

Substituindo a propriedade privada dos meios de produção e de circulação pela propriedade social, e instituindo uma organização racional do processo social de produção, a fim de assegurar o desenvolvimento harmonioso de todos os membros da sociedade, a revolução social do proletariado suprimirá a divisão da sociedade em classes e, assim, emancipará toda a humanidade oprimida, eliminando todas as formas de exploração de uma parte da sociedade por outra.

A ditadura do proletariado, isto é, a conquista do poder político pela classe operária, o que lhe permitirá reprimir toda e qualquer resistência dos exploradores, é a condição necessária dessa revolução social. Tendo por objetivo tornar o proletariado capaz de cumprir sua grande missão histórica, os comunistas organizam a classe operária em partido independente, opostos a todos os partidos burgueses, dirigem as manifestações de sua luta de classe, revelam o irredutível antagonismo entre os interesses dos exploradores e dos explorados, explicam a significação histórica e as condições necessárias da revolução social iminente. Eles mostram também a todas as demais camadas trabalhadoras e exploradas que sua situação na sociedade capitalista é sem esperança, e que a revolução socialista corresponde também a seus interesses, porque ela as libertará do jugo do capital. Os comunistas ao organizarem o partido da classe operária, organizam em torno dele todas as camadas da população trabalhadora e explorada, que adotam o ponto de vista do proletariado.

* * *

O capitalismo mundial chegou, a partir do início do século XX, à etapa imperialista do seu desenvolvimento. O imperialismo, ou época do capital financeiro, é este alto grau de desenvolvimento da economia capitalista em que as associações monopolistas (sindicatos patronais, trustes, cartéis) adquiriram uma importância decisiva, em que o capital bancário, levado a um grau extenso de concentração, fundiu-se com capital industrial, em que a exportação de capitais de um país para outro cresceu em grandes proporções, em que o universo territorialmente dividido entre países mais ricos passou a ser partilhado pelos grupos monopolistas internacionais.

A eliminação da livre concorrência e a transformação do capitalismo em imperialismo estendeu a luta de classes entre a burguesia e o proletariado do interior dos diversos países capitalistas para a escala mundial. O que caracterizava o capitalismo de livre concorrência era a exportação de mercadorias. As burguesias de

diversos países, com o desenvolvimento da produção local e a necessidade de novos mercados, lutavam entre si, apoiando-se nos Estados nacionais que representavam o seu poder, para disputar, no curso de sucessivas guerras, os mercados locais e partilhar o mundo em áreas de influência das diversas potências. Quando a acumulação de enormes excedentes de capital nos países capitalistas avançados passou a impor a exportação de recursos para os países atrasados, aumentou a exploração de vastas áreas com a passagem de colonialismo a imperialismo. Essa exploração não mais se limita ao controle externo dos mercados, mas se estende ao controle imperialista sobre o processo de produção interno dos países dominados. A etapa da livre concorrência burguesa, que tinha permitido a vários países alcançar um desenvolvimento industrial autônomo para lançar-se à competição no mercado internacional, encerrou-se com a penetração em massa dos capitais imperialistas nos países atrasados. Tornou-se cada vez menos possível um desenvolvimento independente dos países atrasados, dentro do capitalismo. Ao contrário, na proporção em que se afirma a dominação de um punhado de potências imperialistas, aumenta o número dos países capitalistas dependentes, isto é, países cuja economia se desenvolve em função de um centro capitalista externo e segundo os interesses do capital internacional. Ao mesmo tempo em que a burguesia desses países associa-se aos grupos monopolistas internacionais, subordinando-se ao imperialismo tanto no terreno econômico como no político e militar, a luta entre burguesia e proletariado extravasa do interior dos diversos países para converter-se em luta entre o capital internacional e as massas exploradas em todo mundo.

O desenvolvimento do imperialismo até suas últimas consequências levou a uma centralização cada vez maior do capital internacional e ao agrupamento das metrópoles imperialistas em um bloco imperialista único. De um lado, o desenvolvimento técnico, com a necessidade de uma concentração cada vez mais gigantesca de recursos para o desenvolvimento da produção na etapa monopolista do capitalismo, aumentou o poderio de uns poucos grupos monopolistas e subordinou a estes não somente o desenvolvimento da economia dos países atrasados mas inclusive o de um conjunto de antigas potências imperialistas. Por outro lado, o desenvolvimento da luta de classes em escala internacional, com a vitória da Revolução Socialista de Outubro e, em seguida, com o surgimento e consolidação do campo socialista, levou as potências imperialistas a se unirem sob a bandeira do anticomunismo. A luta entre os Estados de ditadura da burguesia e os Estados de ditadura do proletariado

levou as burguesias dos diferentes países à aliança para o bloqueio e combate aos Estados proletários, bem como para a repressão internacional dos movimentos revolucionários em curso. O poderio militar da burguesia, que tinha sido na etapa essencialmente colonialista do capitalismo o fato determinante da correlação de forças entre as potências capitalistas que disputavam os mercados, converte-se, na etapa do desenvolvimento do imperialismo, em força essencialmente repressiva das potências imperialistas coligadas contra o avanço da revolução proletária.

Nessas condições o desenvolvimento da hegemonia do imperialismo norte-americano sobre as demais potências imperialistas apresenta características novas. Valendo-se das condições em que se desenvolveu a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos puderam não somente aumentar a distância entre seus índices de acumulação capitalista e desenvolvimento técnico e os das potências européias exauridas pela guerra mas também, graças à superioridade militar que alcançaram, impor a formação de um bloco capitalista unificado política e militarmente sob sua direção.

Com isso, a centralização do poder da burguesia em plano internacional chega a seu auge e o processo da eliminação de fronteiras entre os países capitalistas se acelera num ritmo nunca visto. A agressividade militarista se desenvolve de forma inevitável nessa conjuntura. As guerras imperialistas, agora voltadas diretamente contra as massas trabalhadoras e exploradas e contra os povos pequenos ou economicamente fracos, desenvolvem as formas de destruição mais cruéis e desumanas. Além disso, as contradições que secundariamente se desenvolvem entre os grupos imperialistas podem levar a novas guerras.

O grau excepcionalmente elevado de desenvolvimento do capitalismo mundial; a substituição da livre concorrência pelo capitalismo monopolista, com seus mecanismos de regulamentação social da produção e, em consequência, a elevação dos preços e a opressão crescente da classe operária pelos grupos patronais, em função do desenvolvimento dos monopólios capitalistas; a integração crescente da burguesia em todos os países num sistema capitalista único sob a hegemonia do imperialismo norte-americano; a espoliação frenética dos países dependentes e a miséria das massas exploradas pelo imperialismo; os horrores, as calamidades e a barbárie engendrados pelas agressões imperialistas contra os povos que lutam por sua libertação — são as condições que fizeram da época atual a etapa derradeira do desenvolvimento do capitalismo e levaram a humanidade à era da revolução proletária, socialista. Essa era está

aberta e nela se inscrevem vitórias e exemplos de diversos povos bem como gloriosas lutas atuais.

Assim, as condições objetivas colocam na ordem do dia em nossa época a preparação direta do proletariado para a conquista do poder político, a fim de aplicar as medidas econômicas e sociais que constituem o fundamento da revolução socialista.

O cumprimento dessa tarefa exige do proletariado de todos os países a união mais estreita e a solidariedade mais concreta em torno dos princípios básicos da revolução socialista e do cumprimento das tarefas atuais que a concretizarão. Essa unidade não é possível sem o rompimento com a corrente revisionista contemporânea, que atingiu inúmeros partidos proletários e cujos representantes mais destacados apossaram-se da direção do Partido Comunista da União Soviética. Essa corrente representa uma deformação burguesa do movimento operário, que consiste no essencial na negação da luta do proletariado contra o Estado burguês e da necessidade da ditadura do proletariado; no abandono da violência revolucionária como necessidade inelutável da luta do proletariado e das massas oprimidas contra a burguesia; na conciliação com o imperialismo e com a burguesia nos diversos países, ou seja, na negação da luta internacionalista revolucionária do proletariado pelo socialismo e sua substituição pelo reformismo, pelo nacionalismo burguês e pelo pacifismo. Internacionalmente, cabe ao PC da China um papel destacado na luta contra o revisionismo.

Representando a posição de princípios marxista-leninista, defendendo a ideologia científica do proletariado contra as diferentes deformações revisionistas e reformistas, os comunistas têm por missão essencial em nossos dias a de apontar o caminho revolucionário à classe operária dos diversos países, definir o programa que representa os interesses de classe do proletariado e favorecer as bases de união de todas as massas exploradas, e dirigir a guerra revolucionária das massas oprimidas contra o imperialismo, que assume formas e aspectos diversos nos diferentes países, mas que expressa universalmente o movimento atual da revolução proletária em escala mundial. No Brasil essa missão inclui o combate tenaz às diversas manifestações do revisionismo, como conciliação com a burguesia, através da negação da luta do proletariado pela tomada do poder e do abandono teórico ou prático da violência revolucionária — posições estas que se manifestam na linha tanto do PCB quanto do PC do B, ainda que o linguajar deste último seja aparentemente revolucionário.

As condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil determinam as tarefas específicas do proletariado brasileiro na Revolução Socialista.

O Brasil é um país capitalista atrasado e dependente do imperialismo. Ao surgir de uma agricultura mercantil voltada para o mercado internacional, o capitalismo brasileiro conservou muitos traços da dominação colonial que o reduziam à condição de fornecedor de matérias-primas e produtos alimentares para os países capitalistas industrialmente avançados. O desenvolvimento da indústria, que subordinou as relações agrícola-mercantis e lançou as bases de uma economia capitalista moderna, partiu das relações de dependência e foi fortemente marcado pelas conjunturas de mercado internacional. De um lado, a indústria nascente, mesmo voltada para a substituição de importações, isto é, para o mercado interno, passou a depender de períodos em que os países capitalistas mais avançados não tinham condições ou não encontravam vantagem em suprir o mercado brasileiro de certos produtos industriais. De outro, baseada a acumulação de capitais sobre a agricultura de exportação, a possibilidade de investimentos na indústria passou a depender das conjunturas do mercado mundial de produtos agrícolas. O surto de penetração dos capitais estrangeiros na indústria modificou a relação de dependência, mas não a eliminou. A dominação de tipo colonialista foi superada pela dominação imperialista.

O capitalismo, que passou a desenvolver-se de forma subordinada à dominação imperialista, terminou por impor suas leis e subordinar todos os setores da vida brasileira. A dominação do campo pela cidade, da agricultura pela indústria, já existente em relação ao mercado externo, impôs-se também internamente. Na proporção em que passaram a predominar no mercado interno os interesses urbanos e industriais, passou-se a observar uma tendência geral de modernização que terminou por atingir também a agricultura. As relações capitalistas de produção eliminam ou subordinam o mercantilismo na agricultura. O progresso sob o capitalismo leva a miséria a enormes massas da população camponesa. Ao mesmo tempo, a concentração de capitais na indústria e no comércio urbano leva ao aumento do atraso do campo em relação às cidades. Isso determina em grande parte que a dominação do capitalismo na agricultura brasileira signifique a manutenção das formas mais arcaicas de cultivo ao lado das formas mais avançadas de exploração do trabalho. De outro lado, o capitalismo brasileiro conserva em extensas

áreas da agricultura as formas mercantis mais atrasadas, que lhe permitem expropriar o trabalho de famílias inteiras através das formas monopolistas de comércio e indústria. A indústria que se desenvolve a partir da penetração em massa de capitais imperialistas orienta-se diretamente para as condições de produção da etapa monopolista do capitalismo. Eliminando e/ou absorvendo as pequenas e médias empresas primitivamente nacionais, associando os capitais nacionais que haviam alcançado maior concentração, subordinando a seus interesses os setores mais importantes da economia, o imperialismo moderniza a produção industrial brasileira e assume o controle de todo o processo de desenvolvimento do país. Graças à concentração de seus capitais e à sua enorme superioridade técnica, o imperialismo norte-americano impõe à indústria brasileira as normas de produção ajustadas ao sistema mundial sob seu controle. O objetivo passa a ser a obtenção do lucro máximo numa produção limitada. O capitalismo monopolista na indústria brasileira passa a significar a subutilização de enormes somas de recursos na forma de capacidade instalada ociosa das indústrias, a fim de manter elevada a taxa de lucro; mantém-se um nível técnico de atraso relativo que possibilita a utilização lucrativa de equipamentos já obsoletos na metrópole norte-americana; o avanço da produção e a ampliação dos mercados são conservados dentro de limites compatíveis com uma taxa de lucros elevada. A consequência é que o capitalismo monopolista amplia o exército de reserva da mão-de-obra, levando enormes contingentes da população urbana à marginalidade e à degenerescência física e moral, e limita a vida de grandes massas no campo à subsistência precária nas formas mais atrasadas de agricultura.

O desenvolvimento do capitalismo monopolista é o desenvolvimento do capitalismo financeiro. Uma vez obtido um certo grau de concentração da produção, enormes montantes de capital se dirigem a uma forma de reprodução parasitária, em operações mais destinadas a assegurar o controle da indústria já instalada que a desenvolver a capacidade produtiva da economia. Desenvolve-se o comércio e multiplicam-se as operações de crédito de forma essencialmente especulativa. Ativa-se o comércio de terras como forma de aplicação do capital usurário. O enorme desenvolvimento do capital parasitário em suas diversas formas conduz a uma inflação que se torna a forma constante de exploração de todo o trabalho produtivo pelo capital financeiro. O aumento constante dos preços, as desvalorizações do salário real do proletariado são as bases de um processo desenfreado de acumulação capitalista, que aumenta cada

vez mais a distância entre as riquezas produzidas socialmente e apropriadas pela burguesia monopolista, e a miséria das massas trabalhadoras.

A burguesia monopolista, que se desenvolveu internamente graças à concentração de capitais permitida pela penetração imperialista, ajustou o Estado a seus interesses, depois de um longo processo de instabilidade e de disputa com os grupos e frações burguesas que resistiam ao processo de centralização do capitalismo. O entrelaço entre essas frações da burguesia traduziu-se em diferentes tentativas de corrigir o desenvolvimento capitalista, evitando esta ou aquela de suas conseqüências e garantindo, de contrapeso, a sobrevivência dos grupos que as propunham. Essas tentativas, quer se traduzissem no protecionismo a certos setores da indústria, através dos favores fiscais, aduaneiros etc., quer se manifestassem em diversas formas de reformismos burgueses; quer se apresentassem na ilusão de uma estabilidade financeira e da racionalização da economia em desenvolvimento — reduziam-se todas à tentativa de atenuar as contradições surgidas com o crescimento capitalista. O fracasso das frações da burguesia ainda não absorvidas pelos grupos monopolistas ou liquidadas por eles, em sua tentativa de alojar-se no aparelho do Estado para resistir à eliminação, comprovaria o rumo inevitável do capitalismo no Brasil. Ao mesmo tempo, ficou demonstrada a impossibilidade de evitar as contradições e crises geradas pelo desenvolvimento capitalista, sem uma ruptura global do sistema.

A liquidação definitiva dos setores mais atrasados da burguesia e a tomada do poder do Estado pelo capital monopolista, tal como se deu com o golpe de abril de 1964, assumiria inevitavelmente um caráter repressivo e militarista acentuado. A contradição essencial da situação atual da burguesia no Brasil está em sua incapacidade de garantir seus interesses de classe e de conseguir ao mesmo tempo manter um ritmo de desenvolvimento global. Impossibilitada de se expandir para o exterior pelo caráter dependente que conserva em relação ao imperialismo norte-americano, a burguesia brasileira é forçada a comprimir cada vez mais o nível de vida das grandes massas da população, ao mesmo tempo que tenta aplacar a explosão social iminente, por formas tais como a mendicância internacional oficializada ou as tentativas de controle da natalidade. Incapaz de deter assim a crise do sistema capitalista, a burguesia no poder tenta adiar por maior tempo possível a ruptura de sua dominação. O papel puramente repressivo do Estado burguês revela-se sem disfarces na ditadura militar, destinada a impedir pela

força que os trabalhadores possam dar a solução à crise de desenvolvimento do país.

A contradição fundamental que se apresenta no desenvolvimento brasileiro atual é a que opõe o imperialismo e a burguesia brasileira a ele subordinada às massas exploradas: proletariado urbano e rural, e os setores do campesinato e da pequena burguesia urbana em curso de proletarização.

O caráter dependente do capitalismo brasileiro em relação ao imperialismo é o principal obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas internas. O atraso no campo é a consequência mais aguda do baixo índice de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A agricultura, produção menos rentável para os investimentos diretos, é o setor em que o imperialismo e o capitalismo menos revelam seus aspectos de progresso. Ao mesmo tempo, é no campo onde a exploração mais brutal do capitalismo é ainda agravada pela exploração imperialista. Em consequência, é no campo que se encontra o elo mais fraco da dominação imperialista. É aí que as contradições exigem solução imediata, que o próprio campo não tem condições de oferecer.

A contradição entre burguesia e proletariado nos setores mais avançados da indústria está ligada indissolavelmente à eliminação da dependência em relação ao imperialismo e ao atraso no campo. A classe operária nas cidades se vê afetada pelo agravamento da crise do capitalismo brasileiro, que se reflete diretamente na baixa de salários, na ameaça de desemprego, no aumento da repressão etc. Na luta que desenvolve em defesa de seus interesses imediatos e até mesmo das conquistas que efetivara dentro do regime burguês, a classe operária é levada a defrontar-se com o inimigo de classe. Nessa luta o proletariado percebe que não conseguirá deter o agravamento da exploração sem enfrentar o poder de classe que garante o domínio imperialista, a exploração desenfreada do trabalho, o atraso no campo: o Estado burguês, sob a forma de ditadura da burguesia monopolista.

O proletariado já não pode sequer garantir suas conquistas anteriores sem dar um passo adiante: liquidar o poder do inimigo e estabelecer seu próprio poder. Mas o proletariado não pode libertar-se sem destruir todas as formas de exploração e domínio do imperialismo e da burguesia, não somente as formas que o oprimem enquanto classe operária nas fábricas, mas todas as que pesam sobre as massas exploradas. Isso implica que o proletariado tem que aliar-se a todos os explorados e oprimidos pelo imperialismo e pela burguesia, apoiar e dirigir suas lutas, conduzi-los à

possibilidade de uma sólida aliança das massas exploradas sob o jugo do capitalismo em torno da luta pela destruição do poder da burguesia e da constituição de um poder popular revolucionário que realizará as primeiras tarefas da revolução socialista. Esse poder será a Ditadura do Proletariado sob a forma de Democracia Popular, da qual participarão todas as classes e camadas aliadas do proletariado no curso da luta, sob a direção da classe operária, força hegemônica da revolução.

A força principal na aliança das massas exploradas que concretizará a revolução está constituída pelo proletariado urbano e rural. Classe dos trabalhadores assalariados criada pelo capitalismo, o proletariado é a única força revolucionária conseqüente capaz de eliminar todas as formas de existência e de relações tornadas arcaicas pelo desenvolvimento social. Além disso, é a classe numericamente mais expressiva da população brasileira e aquela que mais tende a se desenvolver. Seu setor mais avançado, a classe operária urbana, ou proletariado industrial, é a força dirigente da revolução e exerce sua direção através de sua vanguarda consciente e organizada, o Partido do Proletariado.

O campesinato trabalhador e explorado é o aliado principal do proletariado na revolução brasileira. Constituído de parceiros, camponeses sem terra, ou pequenos proprietários e arrendatários, o campesinato trabalhador constitui o semiproletariado no Brasil. Explorado da forma mais brutal pela desvalorização de seus produtos e pelas limitações a seu comércio, subordinado em alguns casos ao monopólio burguês do comércio, em outros trabalhando diretamente para a indústria monopolista, o campesinato trabalhador não tem alternativa para sua situação de miséria fora da proletarização completa. Sua aliança com o proletariado representa a sua única salvação.

A pequena burguesia urbana é outro setor de onde procedem várias camadas aliadas do proletariado. Com a introdução generalizada do trabalho assalariado nas cidades, a pequena burguesia, classe dos produtores autônomos, tende cada vez mais ao desaparecimento. Alguns setores, com sua proletarização ou a iminência dela, passam ao campo do proletariado. Ao lado destes, multiplicam-se os intelectuais que, tendo compreendido cientificamente o papel revolucionário e a missão histórica da classe operária, incorporam-se a suas fileiras. Além disso os interesses objetivos de amplas camadas de intelectuais e técnicos, e sobretudo estudantes, na medida em que se identificam com o desenvolvimento e o progresso freados pelo capitalismo de tipo atrasado, levam essas cama-

das a opor-se ao poder da grande burguesia e do imperialismo e a apoiar em certas condições a luta do proletariado. Enquanto permanecem no campo ideológico da pequena burguesia, essas forças são inconseqüentes e podem mesmo assumir um aspecto reacionário, de defesa da pequena produção e da independência do pequeno produtor ou do profissional liberal contra o processo de centralização do capitalismo. Mas uma vez incorporados alguns setores ao campo do proletariado e oferecida uma direção revolucionária firme às lutas progressistas da pequena burguesia (pela democracia, contra a repressão e o obscurantismo, contra o imperialismo) a frente revolucionária se ampliará e se desenvolverá nas cidades. O proletariado, ao mesmo tempo em que deve apoiar com energia as lutas revolucionárias da pequena burguesia, deve também combater com energia as veleidades de direção do processo revolucionário num sentido pequeno-burguês, bem como as influências ideológicas pequeno-burguesas no seio da classe operária.

O programa estratégico da revolução brasileira é a construção do socialismo. Quanto a isso não há antagonismo entre os interesses do proletariado e de seus aliados, já que tanto os camponeses como os setores da pequena burguesia urbana que participam da aliança não têm outra perspectiva, mesmo no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, senão a da rápida proletarianização.

O proletariado não pode construir diretamente o socialismo a partir do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas. A tomada do poder pelo proletariado expressa a decisão de liquidar a exploração de classe e a opressão do Estado burguês sobre os trabalhadores, eliminar a dependência do imperialismo e dar os primeiros passos para superar o atraso a que a economia brasileira está submetida sob o capitalismo. No período inicial, a revolução deverá necessariamente realizar tarefas pré-socialistas. Mas elas não determinam o caráter estratégico da etapa, nem permitem o seu desdobramento em várias etapas distintas. As tarefas, pré-socialistas e antiimperialistas e democráticas da revolução proletária são simultâneas às tarefas socialistas que serão concretizadas de imediato. Isso porque o desenvolvimento mundial da revolução proletária e da contra-revolução sob a hegemonia norte-americana fez com que se encerrasse definitivamente a etapa das revoluções burguesas. As tarefas de progresso não cumpridas pela burguesia no curso do seu movimento ascendente incorporam-se à revolução proletária. No Brasil, concretamente, só a Revolução Socialista poderá libertar da miséria as massas exploradas do campo e asse-

gurar, com a expansão das forças produtivas na indústria, melhores condições de vida para as massas urbanas. Só a Revolução Socialista assegurará o desenvolvimento econômico e a independência nacional até que, com a destruição do imperialismo em escala mundial, e com a construção do comunismo, desaparecerão todas as demarcações e antagonismos entre os povos.

O caminho do proletariado brasileiro na Revolução Socialista é o da Guerra Revolucionária das massas exploradas contra a ditadura da burguesia dirigida pelo imperialismo. A tarefa imediata da vanguarda revolucionária é a preparação, organização e direção dessa guerra, que as massas exploradas travam para a destruição do aparelho político-militar de repressão em que se assenta o poder da burguesia e do imperialismo. Nas condições concretas do Brasil, essa guerra terá como centro a luta travada no campo, em que a força das massas exploradas, organizada inicialmente na forma de guerrilha, desenvolvendo-se até a formação do Exército Popular, terá condições de atacar de imediato o elo mais fraco da dominação burguesa e imperialista. Para que a guerra revolucionária se desenvolva como o caminho da tomada do poder pela classe operária, o Partido do Proletariado dirigirá simultaneamente as massas exploradas em todas as frentes da luta de classes, na cidade e no campo, subordinando todas as táticas parciais ao objetivo estratégico central da luta armada: o desenvolvimento, consolidação e vitória do Exército Popular, dirigido por seu Partido, na sustentação e exercício de sua ditadura.

* * *

O objetivo imediato da Revolução Proletária no Brasil é a constituição do proletariado em classe dominante, com a conquista do poder político e a destruição da opressão da burguesia sobre as massas exploradas. Esse objetivo se traduzirá, com a vitória da guerra revolucionária, na constituição de uma Democracia Popular, isto é, um Estado democrático das massas trabalhadoras, sob a direção da classe operária, organizado segundo os seguintes princípios:

1 — Soberania popular; substituição dos órgãos de poder burgueses pelas organizações populares revolucionárias surgidas no curso da guerra, ou livremente organizadas pelos trabalhadores;

2 — Extinção da polícia e das forças armadas da burguesia e sua substituição pelas milícias populares e pelo Exército Popular;

3 — Igualdade completa entre os cidadãos, de qualquer sexo, religião ou raça.

4 — Ampla liberdade e direitos democráticos dos trabalhadores e das massas populares;

5 — Escola leiga, pública e gratuita, obrigatória até o curso secundário; Universidade popular; generalização do ensino profissional. Estímulos à pesquisa científica e à livre criação artística.

6 — Trabalho digno e remuneração justa para todos os cidadãos válidos; assistência à velhice, aos inválidos, à maternidade e à infância;

7 — Relações fraternais com todos os povos, apoio às lutas de todos os povos contra o imperialismo e solidariedade às lutas da classe operária em todos os países.

A tomada de poder pelo Proletariado assegurará de imediato a realização de todos os objetivos da luta da classe operária e das massas populares, que não foram obtidos no curso da guerra revolucionária; confirmará e ampliará as conquistas democráticas e revolucionárias já alcançadas e dará os primeiros passos para a abolição da dominação burguesa e imperialista e para a construção do Socialismo.

* * *

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar todo o capital da burguesia, concentrar os meios de produção nas mãos do Estado Proletário e acelerar o desenvolvimento das forças produtivas. Na situação concreta do Brasil, onde o desenvolvimento desigual do capitalismo faz coexistirem um setor altamente concentrado de indústrias modernas e um setor arcaico e desorganizado de pequenas empresas, as primeiras medidas econômicas do Estado proletário devem voltar-se para a utilização racional das formas mais modernas de produção, cujo desenvolvimento absorverá gradualmente os recursos dispersos e mal-utilizados dos setores mais atrasados. Os primeiros passos serão portanto os seguintes:

1 — Concentração nas mãos do Estado Proletário de toda a grande indústria, o que será obtido pela reunião às empresas estatais já existentes de outras, que serão obtidas:

a) pelo confisco de todas as empresas em mãos do imperialismo, dos emigrados ou dos culpados de crimes contra o povo;

b) pela desapropriação das demais empresas que se dediquem a atividades essenciais para a economia do país ou que gozem, de direito ou de fato, da situação de monopólio.

As pequenas e médias empresas, cujas formas dispersas e atrasadas de produção não podem constituir a base da construção do

socialismo, serão conservadas inicialmente em sua forma atual, até que, com a substituição do mercado capitalista pela economia planificada, passarão a produzir para o Estado ou para empresas estatais. Esse será o primeiro passo para sua incorporação à grande produção, absorvidas pelas empresas estatais do mesmo ramo, ou fundindo-se com outras através do desenvolvimento da cooperação.

2 — Instituição do monopólio estatal do crédito e demais atividades bancárias. Substituição do mercado de capitais pela planificação centralizada dos investimentos.

3 — Instituição do monopólio estatal do comércio exterior e de câmbio. Concentração nas mãos do Estado das grandes empresas comerciais e dos sistemas de armazenagem e abastecimento. Racionalização do abastecimento, elevação dos níveis de consumo do povo e eliminação dos preços artificiais ou especulativos. Racionalização do comércio exterior, com a concentração nas mãos do Estado dos recursos provenientes das exportações e pela planificação das importações segundo as necessidades do desenvolvimento econômico.

4 — Realização de uma Revolução Agrária que libertará os trabalhadores rurais e desenvolverá as forças produtivas da agricultura de acordo com os métodos mais modernos, a fim de preparar as bases de construção do socialismo no campo. As medidas imediatas serão:

a) Nacionalização de toda terra. Garantia da posse da terra pelos trabalhadores em extensão adequada às modalidades de cultivo;

b) transformação das grandes empresas agrícolas em fazendas estatais, baseadas nos métodos mais avançados de produção;

c) transformação dos latifúndios dedicados à produção parcelária em cooperativas dos trabalhadores, assistidas técnica e economicamente pelo Estado;

d) assistência aos pequenos produtores, estímulo à livre cooperativização;

e) garantia de preços justos para os produtos agrícolas;

f) desenvolvimento dos transportes, comunicações, distribuição de energia e irrigação no campo.

Durante o período inicial, em que a Revolução deverá dedicar-se principalmente a vencer o atraso e a miséria no campo, assumirá especial importância a mobilização do proletariado rural e do campesinato pobre para as tarefas de modernização, de cultivo e criação, para a organização racional do trabalho, e para a organização

política das massas trabalhadoras do campo, sobre quem recairão as tarefas de levar até o fim a Revolução socialista na agricultura.

* * *

O proletariado brasileiro, ao empreender sua luta pelo poder, deverá assegurar sua independência e coesão de classe a fim de exercer o papel dirigente que lhe cabe na luta das massas exploradas e oprimidas contra a burguesia. Ao organizar-se em partido independente e durante o curso da guerra revolucionária que constitui a tarefa central e imediata da Revolução, o proletariado lutará pelas seguintes medidas que o fortalecerão enquanto classe, reforçando a sua autonomia frente à burguesia:

1 — Supressão da tutela do Estado burguês sobre a classe operária, especialmente pelas seguintes conquistas do proletariado:

a) livre e irrestrito direito de greve;

b) livre organização sindical, supressão de toda interferência governamental nos sindicatos; supressão do reconhecimento do Ministério do Trabalho e do Imposto Sindical;

c) supressão da interferência do governo nos acordos salariais; extinção dos dissídios perante a justiça do trabalho e estabelecimento das negociações diretas entre as organizações operárias e patronais;

d) substituição da justiça do trabalho por organismos escolhidos livremente pelos operários;

e) eliminação dos limites impostos pelo governo aos reajustes salariais (lei do arrocho);

2 — Defesa dos direitos e conquistas materiais da classe operária, especialmente:

a) salários compatíveis com as necessidades de uma vida digna e correspondente às riquezas produzidas;

b) estabilidade no emprego; supressão do Fundo de Garantia;

c) salário igual para trabalho igual; abolição das discriminações regionais de salários, bem como dos salários de menor-aprendiz e de estagiário, com a equiparação ao maior salário atualmente pago para o trabalho correspondente;

d) substituição dos estágios de aprendizado nas fábricas por bolsas de estudos em escolas técnicas, pagas pelo empregador, de montante correspondente aos salários iniciais;

e) eliminação de toda discriminação no emprego; proibição aos empregadores de estabelecer limitações de sexo, salvo as que

forem reconhecidas pelas organizações operárias em função da salubridade, periculosidade ou horário de trabalho;

3 — Extensão de todas as conquistas já efetivadas por uma parte da classe operária a todo o proletariado, especialmente pela extensão das conquistas da classe operária ao proletariado rural.

* * *

A fim de reforçar a aliança da classe operária com o camponato trabalhador e explorado e promover o fortalecimento da luta contra a dominação burguesa e imperialista, o Partido do Proletariado, ao mesmo tempo em que dirige a guerra revolucionária das massas exploradas, apoiará todas as lutas dessas massas por seus interesses específicos e contra a burguesia. De imediato, o proletariado apóia as diversas lutas travadas pelo camponato, especialmente:

1 — Pelo direito de posse da terra pelos que nela trabalham; apoio às diversas lutas dos posseiros por sua permanência na terra; apoio às invasões de terra pelos trabalhadores que dela necessitam;

2 — Pelo direito de livre comercialização dos produtos da terra pelos camponeses; supressão dos contratos de venda antecipada da safra, exceto quando garantido o preço justo e compensador;

3 — Pela supressão de qualquer forma de pagamento pela utilização da terra pelos trabalhadores;

4 — Pela abolição de todos os impostos que sufocam o camponato, especialmente o imposto do IBRA, o ICM pago na fonte, o imposto sindical;

5 — Pelos direitos democráticos fundamentais idênticos aos dos trabalhadores urbanos, especialmente o de livre organização.

* * *

A luta da classe operária pelo poder é inseparável da luta de todos os setores da população oprimidos pela ditadura da burguesia e pelo imperialismo. O Partido do Proletariado, ao mesmo tempo em que conduzirá a guerra revolucionária, como único caminho conseqüente para liquidar a opressão que pesa sobre as massas populares, apoiará todas as formas de luta existentes contra a ditadura militar, contra a repressão, pelos direitos democráticos do povo e contra o imperialismo, especialmente:

1 — A luta dos estudantes contra a repressão, contra a ditadura, contra a dominação imperialista do país e pela democratização do ensino;

2 — A luta dos intelectuais contra a censura em todas as suas formas, contra a lei de imprensa e pela liberdade;

3 — As lutas pelas liberdades públicas em todas as suas formas, principalmente pelos direitos de reunião, de manifestação e de livre associação;

4 — As lutas contra a ampliação do domínio imperialista sobre o país, especialmente as que se opõem à ocupação de terras por estrangeiros e ao saque dos minérios e outras reservas naturais do país;

5 — As lutas pela independência nacional e pela autodeterminação dos povos.

Apoiando essas lutas, o Partido do Proletariado se oporá a toda reivindicação reformista que vise a ampliar a tutela do Estado burguês sobre as massas populares, ao mesmo tempo em que demonstrará a necessidade de união de todas as massas oprimidas em torno da luta do proletariado pelo poder.

* * *

Lutando pelas tarefas que cabem especificamente ao proletariado brasileiro na Revolução Socialista, o Partido do Proletariado mostrará permanentemente a ligação existente entre sua luta e a do proletariado e das massas oprimidas de todos os países. Apoiando todas as lutas contra o imperialismo e contra todas as formas de exploração, o proletariado brasileiro deverá reforçar seus laços de união com a classe operária e os povos oprimidos de todo o mundo. No momento atual destacam-se entre todas as tarefas resultantes do dever internacionalista da classe operária brasileira as seguintes:

1 — Apoio e solidariedade à luta do povo vietnamita por sua libertação e contra a agressão imperialista; apoio irrestrito ao governo da República Democrática do Vietname, ao Partido dos Trabalhadores do Vietname, e a Frente Nacional de Libertação do Sul do Vietname, em todas as suas lutas; desenvolvimento de todas as formas de solidariedade do povo brasileiro com o povo vietnamita;

2 — Apoio e solidariedade à Revolução Cubana, ao povo de Cuba e ao Partido Comunista de Cuba, na luta contra o imperialismo, pela construção do socialismo e no cumprimento de suas ta-

refas internacionalistas; desenvolvimento de todas as formas de solidariedade com o povo e a classe operária cubana;

3 — Apoio e solidariedade a todas as lutas revolucionárias contra o imperialismo, especialmente de guerras revolucionárias que se desenvolvem na América Latina, na África e na Ásia;

4 — Apoio e solidariedade à luta dos negros norte-americanos por seus direitos e por sua libertação;

5 — Apoio e solidariedade ao povo e ao Partido Comunista da China na construção do Socialismo, que encontra sua expressão mais alta na Revolução Cultural Proletária.

O apoio destacado a essas lutas, por representarem as formas atuais mais importantes de enfrentamento direto com o imperialismo norte-americano ou os passos mais importantes na construção do Socialismo, não esgota as tarefas internacionalistas do proletariado brasileiro. Todas as lutas da classe operária, todas as lutas dos povos oprimidos, todos os novos passos da revolução nos países socialistas fazem parte integrante da revolução proletária mundial e recebem o apoio do proletariado brasileiro. A forma mais efetiva desse apoio consiste na realização das tarefas que concretizarão a Revolução Socialista no Brasil.

“PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES, UNI-VOS!”

AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL — ALN

A Ação Libertadora Nacional — ALN — surgiu da luta interna no PCB em torno de algumas teses básicas: a luta de libertação nacional, a montagem de uma organização revolucionária nacional, patriótica, de caráter amplo e ampla autonomia tática, e, principalmente, o desencadeamento de ações revolucionárias como base para afirmação da organização, e para a formação do exército popular de libertação nacional. Uma série de textos revelam o amadurecimento destas idéias: “Por que resisti à prisão?” “Ensaio sobre a crise brasileira” e “Carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB”, em 1965 e 1966, todos de autoria de Carlos Marighella. Em fevereiro de 1967, a Conferência Estadual de São Paulo, preparatória do VI Congresso (que se realizaria em dezembro de 1967), as aprovaria por larga maioria. As relações tornar-se-iam tensas entre o regional de São Paulo, que mantinha um perfil próprio no processo de luta política do PCB, e o CC. Os acontecimentos se precipitariam com a expulsão de Marighella sob o argumento de que participara da reunião da Organização Latino-Americana de Solidariedade — OLAS, realizada em Havana, Cuba, em 1967, sem autorização do CC. As bases de São Paulo reagiriam à expulsão desligando-se do PCB e formando, no 2º semestre de 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo — AC-SP.

As novas propostas se espalhariam pelo país com rapidez englobando núcleos dissidentes do PCB e, em menor medida, militantes do PC do B, nos estados do Pará, Guanabara, Minas Gerais, Ceará, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal, além de contatos esparsos em Alagoas, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão etc.

São importantes na trajetória política da ALN os seguintes documentos: “Quem samba fica, quem não samba vai embora”, de

1967; “Questões de organização”, de 1968; “Sobre os princípios e as questões estratégicas”, “O minimanual do guerrilheiro urbano”, “As perspectivas da revolução brasileira”, “Operações e táticas guerrilheiras”, todos de 1969.

Transcrevemos a seguir o documento “O papel da ação revolucionária na organização” por sintetizar com precisão a valorização da ação prática, marca registrada da ALN no contexto da Nova Esquerda.

A ALN tornar-se-ia principalmente conhecida pelas ações revolucionárias de que participou: expropriações do trem pagador em São Paulo e do carro pagador do IPEG, no Rio de Janeiro, em 1967; a tomada da Rádio Nacional, em São Paulo, e o justicamento do major norte-americano Charles Chandler (com a VPR), em 1968; a participação no seqüestro do embaixador norte-americano (com o MR-8), em 1969 e do embaixador alemão em 1970 (com a VPR); o justicamento do empresário Boilessen, da Supergasbrás, que coordenava o financiamento da OBAN pelos capitalistas de São Paulo, a destruição de caminhões pertencentes ao Grupo Frias, por dar cobertura aos atos terroristas da OBAN, e a tomada do sindicato dos têxteis, em São Paulo, em 1970-1971.

Embora espetaculares, estas ações não impediriam o cerco da repressão que em golpes sucessivos — em 1969, 1970 e 1971 — deixaria a ALN, em 1971, à beira da destruição, o que se consumaria a partir de 1973.

A ALN manteve dois jornais: *O Guerrilheiro*, em 1968, e *Venceremos*, que circulou em 1971-1972.

O PAPEL DA AÇÃO REVOLUCIONÁRIA NA ORGANIZAÇÃO (maio, 1969)

A nossa organização é a Ação Libertadora Nacional. O que ela hoje representa não o conseguimos de uma hora para outra, nem sem sacrifícios, mas através de um esforço decidido e abne-

gado. A esse esforço não faltaram a bravura e o desprendimento daqueles que tombaram, mortos no cumprimento do dever revolucionário, dos que foram arrastados às masmorras da reação e barbaramente torturados ou caíram assassinados pela polícia.

A ação revolucionária desencadeada por pequenos grupos de homens armados foi o grande esforço de onde proveio a nossa organização.

Já não resta dúvida, agora, depois de termos passado à ação revolucionária que é somente através dela que pode surgir a organização capaz de tornar a revolução vitoriosa.

Dessa ação revolucionária, do seu papel na organização, trataremos a seguir.

1. *As primeiras ações revolucionárias*

Em 1968 não éramos ainda uma organização nacional. Éramos apenas um grupo revolucionário de São Paulo, não tínhamos praticamente nada. As nossas ramificações no território nacional eram quase inexistentes.

Estávamos a partir da estaca zero, com um núcleo inicial de combatentes, e não tínhamos ainda realizado qualquer ação revolucionária que nos distinguisse dos numerosos grupos e organizações, até então empenhados em discussões improdutivas.

O nosso primeiro passo consistiu em sairmos a campo com um pequeno grupo de homens armados para uma ação expropriatória.

Em virtude da ação revolucionária que travamos, criamos uma potência de fogo própria.

Tudo o que conseguimos foi fruto da ação audaciosa e planejada de pequenos grupos revolucionários, que começaram com uma ou outra arma e foram aumentando o seu poder de fogo.

O que nos fez crescer foi a ação, única e exclusivamente a ação revolucionária. Baseados no princípio de que a ação faz a vanguarda, nós, na realidade, lançamo-nos às ações de guerrilha urbana, mas sem declarar que se tratava disto.

Ante as primeiras ações, o inimigo apanhado de surpresa supôs que enfrentava atividades de marginais. A partir daí, levou um ano em busca de pistas falsas. Quando descobriu o engano, e viu que se defrontava com uma ação revolucionária, era tarde. A guerra revolucionária estava desencadeada.

2. A guerra revolucionária e a nossa transformação numa organização nacional

As manifestações concretas da guerra revolucionária surgiram em 1968, nas grandes cidades brasileiras, através da guerrilha urbana e da guerra psicológica, prenunciadora da guerrilha rural no nosso país.

Com a guerra revolucionária, atacamos desde o início os interesses da ditadura militar e das classes dominantes e voltamo-nos contra o imperialismo norte-americano.

Mais tarde, fizemos ver às classes dominantes e ao imperialismo dos Estados Unidos que, da nossa parte, jogaríamos sobre eles os tributos da guerra revolucionária e suas implicações, tomando-lhes à força recursos e armas para o municionamento da revolução.

A nossa estratégia revolucionária foi-se tornando mais clara no país à medida que aumentavam e se diversificavam as nossas ações na guerra revolucionária desencadeada.

Expropriando o governo e os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, capturando armas e explosivos, prejudicando as iniciativas e a propaganda da ditadura, como no caso de sabotagem por bomba à exposição anti-subversiva do Exército em São Paulo, atacando os bens e a propriedade dos imperialistas norte-americanos, participando em operações conjuntas para a punição dos espíões dos Estados Unidos, pusemos em prática, de fato e não por palavras, um plano concreto de combate ao inimigo.

Quanto à guerra psicológica, o que fizemos foi empregar contra a ditadura a técnica da desinformação e do rebate falso, contribuindo para levar o regime militar brasileiro quase ao desespero. Sobretudo depois que arrolhou a imprensa e os demais meios de comunicação social, vê-se num sobressalto constante para impedir a infiltração de qualquer notícia que pareça inconveniente aos interesses dos militares no poder.

Agindo dessa maneira, conseguimos num ano criar um volume razoável de ações diversificadas e caracterizar a nossa ação revolucionária como uma nítida ação libertadora antiditadura e anti-capitalista.

A partir de então, as nossas forças, que não haviam cessado de crescer, tornaram-se maiores. Deu-se o aumento da nossa área de contatos de apoio político revolucionário. Fomos evoluindo, gradualmente, da condição de um grupo revolucionário até nos tornarmos uma organização com ramificações em todo o país.

A experiência brasileira sobre o papel da ação revolucionária na organização coloca-nos diante de duas conclusões importantes:

1ª) Uma organização revolucionária afirma-se pela ação que desenvolve;

2ª) O que faz a organização e lhe dá nome, é a ação revolucionária.

3. *Síntese do resultado das primeiras ações revolucionárias*

O desencadeamento da ação revolucionária no Brasil, através de pequenos grupos armados, quebrou os tabus existentes.

Os argumentos inflexivelmente sustentados pelos oportunistas para negar as condições revolucionárias e a viabilidade da luta armada caíram por terra.

Um ano após a deflagração revolucionária podemos assinalar os seguintes resultados:

a) O nosso crescimento foi fruto da ação revolucionária;

b) Criamos uma potência de fogo própria;

c) Ganhamos um ano de vantagem sobre a reação, apanhando-a de surpresa com as expropriações e a captura de armas e explosivos, e evitando deixar rastros para não alertar sobre os nossos propósitos;

d) Diversificamos as ações da guerra revolucionária, começando pela guerrilha urbana e a guerra psicológica, em vez de iniciar a luta através da guerrilha rural, o que teria atraído sobre ela a concentração das forças inimigas;

e) Partimos do marco zero, passando da situação em que éramos um grupo, para uma situação em que nos tornamos uma organização nacional, agindo em seu próprio nome e identificando as suas ações.

4. *Clima favorável ao nosso crescimento e ao avanço da guerra revolucionária*

Enquanto realizávamos a guerrilha urbana com pequenos grupos de homens armados, o movimento estudantil ganhava a praça pública, dando combate à ditadura e lançando mão de táticas de luta de rua, que cada vez mais desmoralizavam o inimigo.

Tanto a nossa luta como a dos estudantes convergiam para o mesmo ponto, e os nossos esforços, na prática, apareciam somados. A área urbana foi, assim, motivada no país inteiro e as forças da ditadura tiveram que se empenhar a fundo no combate à guerra revolucionária.

Não tiveram dúvidas, então, em dar fim à controlada situação militar.

Recorrendo à técnica do golpe dentro do golpe, desfecharam um novo golpe fascista a 13 de dezembro de 1968 e decretaram o Ato Institucional nº 5.

As novas medidas de combate à guerra revolucionária estão contidas no referido Ato Institucional nº 5, no relatório do general fascista Jaime Portela, chefe da Casa Militar do governo, e na nova Lei de Segurança Nacional.

Tratam-se de medidas fascistas voltadas abertamente contra os atos revolucionários.

E pela primeira vez a ditadura menciona, nas suas leis, como atos revolucionários, o terrorismo, assaltos a bancos, justificação de espões estrangeiros, ataques a quartéis, desvio e captura de armas e explosivos.

Na tentativa de impedir os atos revolucionários com o auxílio de leis de extrema violência, o inimigo tornou-se mais cruel, desencadeando um terror policial que nada fica a dever aos nazis. A crueldade dos fascistas que detêm o poder favoreceu o clima de guerra revolucionária, arrastando contra os militares brasileiros e a atual ditadura um número cada vez maior de inimigos.

Os gorilas vêem-se, por conseguinte, diante de um aumento considerável de descontentamento popular, defrontando-se com obstáculos cada vez maiores para justificar a política da ditadura.

É dentro deste clima que a nossa organização vai ganhando terreno.

O golpe fascista de dezembro não conseguiu deter a guerra revolucionária, nem paralisar o nosso avanço, a despeito do terror policial, das torturas e assassinatos dos militantes revolucionários.

5. Confronto das experiências do processo de crescimento das organizações revolucionárias

Entre as várias maneiras de crescimento das organizações revolucionárias há duas que se destacam. Uma delas é levada à prática através do proselitismo, preparando quadros políticos incumbidos de fazer proselitismo, discutir documentos e programas.

Esta maneira, já tradicional no Brasil, era própria das organizações que buscavam soluções políticas, acordos e entendimentos com personalidade ou grupos burgueses, visando enfrentar o inimigo dentro dos quadros do regime vigente e sem pretensão de modificá-lo na prática. Na maior parte das vezes, o militante recrutado através do proselitismo abandona as fileiras em que ingressou ao sentir que foi enganado com palavras.

As organizações revolucionárias que se dedicaram ao proselitismo no transcurso de 1968 não conseguiram avançar. A outra maneira do crescimento das organizações revolucionárias rejeita o proselitismo e dá ênfase ao desencadeamento das ações revolucionárias, apelando para a violência extrema e o radicalismo.

Foi esta a maneira que preferimos, por ser a mais convincente, quando se trata de derrubar a ditadura com a força das massas e através da luta armada, repudiando o jogo político das personalidades e grupos burgueses.

Quando utilizamos o método da ação revolucionária, os elementos que vêm às nossas fileiras só o fazem porque desejam lutar e sabem que não encontrarão outra alternativa entre nós senão a luta prática e concreta.

Sendo o nosso caminho o da violência, do radicalismo e do terrorismo (as únicas armas que podem ser antepostas com eficiência à violência inominável da ditadura) os que afluem à nossa organização não virão enganados, e sim, atraídos pela violência que nos caracteriza.

Contribuiu muito para confirmar o acerto da nossa posição a participação dos estudantes na luta antiditadura.

Durante o ano de 1968 o inimigo empregou contra o movimento estudantil e contra as massas uma potência de fogo cada vez maior, provocando um número crescente de baixas entre os combatentes de rua, em geral desarmados.

A experiência mostrou, então, que as nossas táticas de pequenos grupos de homens armados, incluindo expropriações e captura de armas e explosivos, eram as que, apesar das suas limitações, podiam enfrentar a superioridade da potência de fogo do inimigo.

O emprego das ações de pequenos grupos armados não exclui a luta de massas nem as ações de massa. Prova, entretanto, que sem potência de fogo e sem homens armados, nada podemos fazer contra a ditadura.

A rejeição do proselitismo e a concentração do nosso esforço fundamental na ação revolucionária, visando a criação de uma potência de fogo, tiveram um efeito decisivo no nosso crescimento. Vendo que só nos preocupávamos com a ação, muitos revolucionários dispostos a lutar até o fim vieram incorporar-se às nossas fileiras.

6. Críticas e objeções surgidas contra nós em certos meios revolucionários

O nosso aparecimento no cenário revolucionário brasileiro, com uma filosofia marcadamente oposta ao tradicionalismo convencional do país e baseada na prática da violência e da ação armada contra as classes dominantes e o imperialismo norte-americano, foi assinalado por críticas e objeções surgidas em certos meios revolucionários.

Tais objeções giravam em torno das seguintes questões:

a) que não dispúnhamos de qualquer estratégia e que não sabíamos o que fazer;

b) que éramos exclusivistas, isto é, só falávamos em guerrilha e nada mais;

c) que éramos partidários do foco, e como tal íamos fracassar e ser esmagados pela reação, prejudicando a revolução brasileira;

d) que não dávamos importância à luta de libertação nacional, não estando assim, positivados, quais o sentido e o conteúdo da nossa ação;

e) que não tínhamos nenhum trabalho de massa, subestimávamos tal atividade, e estávamos, por isso, isolados do povo;

f) que não constituíamos uma organização de caráter revolucionário;

g) que pretendíamos fazer a luta sozinhos e não dávamos importância à frente única.

Enquanto se desenrolava o ano de 68 e a luta revolucionária se intensificava com a nossa participação concreta, muitos dos que nos criticavam ficavam para trás, pois, ou eram desprovidos de capacidade de ação ou cometiam erros graves, que os levariam à beira do desastre.

O que nos credenciou para rebater ao vivo as críticas infundadas foi a nossa ação revolucionária, toda ela baseada num plano estratégico.

7. O nosso plano estratégico

Sempre tivemos estratégia, e não fosse assim, jamais teríamos evoluído da situação de um grupo reduzido de companheiros para a situação de uma organização com ramificações nacionais, tanto na área urbana como na área rural.

Quando surgimos como grupo, já possuíamos uma estratégia (e uma tática subordinada a essa estratégia) e já tínhamos os nossos princípios de organização.

Tudo isso foi claramente expresso no documento que assinalou o nosso aparecimento e que foi publicado no primeiro número de "O Guerrilheiro", nosso órgão oficial, lançado em circulação em abril de 1968.

O documento a que nos referimos tem o título de "Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo".

A este pronunciamento seguiu-se mais tarde a publicação do trabalho intitulado "Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil".

Este trabalho constitui o plano estratégico global que seguimos até hoje. Aqueles que o lerem agora verão que não nos afastamos dele um milímetro sequer. Dizemos ali que a guerrilha no Brasil é uma estratégia revolucionária e que o seu êxito depende da execução rigorosa de três fases: a do planejamento e preparação da guerrilha; a do lançamento da guerrilha, e por último, a da transformação da guerrilha em guerra de movimento, com a formação e o aparecimento do exército revolucionário de libertação nacional.

Foi trabalhando de acordo com este plano estratégico que chegamos à fase atual já com a guerrilha urbana desencadeada e ultimando a fase preparatória do lançamento da guerrilha rural.

Ao findar o ano de 1968, resumimos as nossas experiências de estratégia e tática revolucionária nos trabalhos cujos títulos enumeramos abaixo: "Operações e táticas guerrilheiras", "Sobre problemas e princípios estratégicos", "Sobre a unidade dos revolucionários", "Questões de organização".

8. *Os princípios estratégicos fundamentais da nossa organização*

Desde que aparecemos, temos tido o cuidado de não ocultar os nossos objetivos políticos e revolucionários. Jamais deixamos de assinalar que o meio fundamental para a conquista do poder é a guerra revolucionária.

Por isso mesmo, na nossa trajetória, a partir do nosso surgimento, temos seguido à risca e continuaremos a seguir os princípios abaixo:

a) Admitimos a possibilidade de conquistar o poder e expulsar o imperialismo através de uma estratégia de guerra de guerrilhas. Na atual fase da crise geral do capitalismo em que não nos defrontamos com uma guerra mundial, é esta a única estratégia a ser aplicada.

b) Admitimos que a guerrilha se incorporou definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia da sua libertação. É através da guerrilha que criaremos o exército revolucionário de

libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas.

Fazendo parte da guerra revolucionária, a guerrilha é o caminho fundamental da luta armada para destruir a oligarquia e levar as massas ao poder.

Os que dizem que só falamos em guerrilha e que, por isso, somos exclusivistas, dificilmente podem esconder atrás de tal conceito uma concepção oportunista sobre a emancipação do povo brasileiro. Na verdade, aceitam a tese da guerrilha apenas para constatar, e somente como um meio para efetuar negociações e acordos políticos em torno de eleições e outras saídas conciliatórias de caráter burguês.

Para nós, ao contrário, a guerrilha tem exatamente a finalidade de não permitir qualquer negociação política de conciliação com a burguesia em detrimento dos interesses de classe dos operários, camponeses e seus aliados e em prejuízo da revolução destinada realmente a expulsar o imperialismo do país e eliminar os obstáculos para o socialismo.

c) O nosso combate ao imperialismo é enfrentado sob formas novas e com características próprias e por não nos preocuparmos em abrir no Brasil qualquer foco guerrilheiro.

O caminho que seguimos é o da estratégia global, que tem como finalidade o desenvolvimento da guerra revolucionária em tríplice aspecto de guerrilha urbana, guerra psicológica e guerrilha rural.

O nosso esforço principal concentra-se a favor da guerrilha rural; não um foco, mas o resultado da implantação da infraestrutura guerrilheira, por onde quer que apareça e se desenvolva a nossa organização revolucionária.

Partindo do fato de que o Brasil é um país continental pela imensidade da sua área, encaramos a guerrilha como guerra de movimento e não como foco.

d) A tarefa estratégica fundamental da guerrilha urbana é — segundo o nosso ponto de vista — libertar o Brasil e expulsar o imperialismo norte-americano. A nossa luta é de libertação nacional e antioligárquica, por isso mesmo anticapitalista.

O inimigo principal do nosso povo é o imperialismo norte-americano. Dado, porém, o entrelaçamento dos imperialistas norte-americanos com os grandes capitalistas e latifundiários brasileiros, não é possível libertar o país sem ao mesmo tempo expulsar do poder esses grandes capitalistas e latifundiários e substituí-los pelo povo armado, instaurando o governo popular-revolucionário.

9. Trabalho de massa e ligação com o povo

Nas atuais condições do Brasil, há entre os revolucionários duas concepções distintas sobre o trabalho de massa e ligação com o povo.

Uma dessas concepções é a das organizações que partem das reivindicações imediatas e através dessa atividade procuram ganhar as massas para a revolução.

A ditadura militar, porém, não admite a luta reivindicatória e emprega contra ela decretos proibitivos e leis de exceção e, sobretudo, uma potência de logo crescente, não vacilando em reprimir à bala manifestações de rua.

As organizações que restringem a sua atividade ao trabalho de massa, através da luta reivindicatória e tendo em vista a sua transformação em luta política, terminam reduzidas à impotência diante da superioridade armada do inimigo.

A outra concepção sobre o trabalho de massa e ligação com o povo é a das organizações cuja preocupação fundamental consiste em partir para a luta armada, visando enfrentar a ditadura através de uma potência de fogo, ainda que pequena, mas manejada pelos revolucionários e pelos movimentos de massa.

Em torno dessa potência de fogo, que surge do nada e vai crescendo pouco a pouco, a massa aglutina-se, constrói a sua unidade e marcha para a tomada do poder.

A essência de tal concepção consiste em proclamar a importância do movimento de massas em função do crescimento da luta armada.

Segundo este ponto de vista, o movimento de massas não tem condições de subsistir se não estiver escudado na sua própria potência de fogo e na potência de fogo de revolucionários.

A nossa organização segue esta concepção revolucionária, e nem por isto pode ser acusada de subestimar o movimento de massas.

Em política é preciso avaliar o acerto ou desacerto das posições segundo os resultados no meio do povo.

As organizações que nada fazem em virtude da impossibilidade de conduzir a luta reivindicatória ficam para trás e são esquecidas.

As organizações — como a nossa — que empregam a violência e a luta armada são as que conseguem fazer alguma coisa e acabam captando a simpatia e a confiança das massas. São estas que têm ligação com o povo.

10. O caráter revolucionário da nossa organização

O caráter revolucionário da nossa organização resulta antes de mais nada do fato de que toda a nossa ação é revolucionária e aspira à tomada do poder pela violência da guerra revolucionária.

Os nossos métodos e formas de organização são subordinados à ação revolucionária e nada aceitamos que possa entrar ou limitar essa ação.

Eliminamos da nossa organização o sistema complexo da direção que abrange escalões intermediários e uma cúpula numerosa, pesada e burocrática.

A nossa função principal não é fazer reuniões, e sim, desencadear a ação, para a qual se exige sempre rigoroso planejamento.

Na nossa organização é obrigatório planificar bem qualquer operação, a fim de nunca nos determos a meio caminho e irmos até as últimas consequências.

Não realizamos nenhuma ação que não seja com a certeza e a decisão de alcançar o êxito previsto.

Não participamos em nenhuma operação por espírito desportivo nem pelo desejo de nos exibirmos.

A nossa organização repousa maciçamente nos seus grupos revolucionários e na sua capacidade de fogo, nos homens que estão aptos no manejo dessa capacidade de fogo e à realização de operações e táticas de luta armada do povo.

Não há entre nós separação entre o político e o militar. Na guerra revolucionária brasileira não temos comissários políticos que assessoram os quadros militares. Todos os membros da organização são obrigatoriamente as duas coisas ao mesmo tempo e preparam-se para isso desde o primeiro momento. Os que não conseguem ser políticos e militares simultaneamente têm poucas condições de sobrevivência na nossa organização, tal é o seu tipo de ação.

Em particular para os que militam na nossa frente de massas ou na nossa frente logística; o problema não muda de figura.

Estas duas frentes têm uma importância considerável na guerra revolucionária, e os seus militantes devem esforçar-se por adquirir conhecimentos políticos e militares, mesmo de natureza muito elementar, sob pena de não poderem acompanhar o ritmo de desenvolvimento da organização e aplicar a sua linha.

Os princípios, métodos e formas de organização que aplicamos não deixam dúvidas quanto ao caráter revolucionário da nossa organização.

11. *Ação revolucionária e frente única*

Não somos a única organização que luta no Brasil. Muitas outras organizações incluem a luta armada nos seus programas.

Não obstante existirem no nosso país tantas organizações pregando a luta armada, a guerra de guerrilhas ou a guerra revolucionária, só foi possível surgir qualquer coisa de concreto quando nos decidimos a empregar a tática de pequenos grupos armados para iniciar a ação revolucionária.

Ao contrário de vários países onde ocorreu ou ocorre a luta armada, no Brasil a luta revolucionária de armas na mão não surgiu da frente única.

Para os revolucionários brasileiros, a frente única é uma necessidade. Mas no nosso caso, dada a disparidade de colocações e proposições das organizações revolucionárias, a frente única era impossível antes do surgimento da primeira ação armada.

Pela nossa parte, cumprimos o nosso dever revolucionário, e lançamo-nos à ação de armas na mão na área urbana, ainda que fôssemos acusados de precipitação e aventura.

Desencadeada a luta, está aberto o caminho revolucionário. Com a potência de fogo que os revolucionários põem em ação no Brasil é possível agora chegarmos à frente única.

A criação e o fortalecimento da potência de fogo revolucionário, bem como a sua atividade permanente, é que permitem a aglutinação das forças que lutam de armas na mão.

Frente única é potência de fogo, é ação revolucionária e nada mais.

A nossa organização, entretanto, não é uma frente única. A sua estrutura, disciplina, métodos, princípios e formas não se confundem com a frente única.

Para estruturar tal frente única estamos dispostos a fazer todos os esforços, porque tentamos aumentar a nossa potência de fogo e aumentar o volume das ações revolucionárias que levamos à prática.

Também temos procurado sistematicamente divulgar os nossos critérios para conseguirmos a frente única, e é com tais propósitos que prosseguimos na luta armada no nosso país.

12. *Falhas do movimento revolucionário brasileiro e perspectivas de luta no nosso país*

A falha capital do movimento revolucionário brasileiro é a dispersão das organizações revolucionárias e a disparidade das suas colocações e objetivos.

Dentro desse quadro trava-se uma luta intensa pela disputa da liderança. Tacitamente cada organização reivindica para si a liderança da revolução, o que dificulta encontrar um denominador comum entre as que se propõem a lutar contra o nosso inimigo.

Este é um fenômeno objetivo da revolução brasileira e das condições particulares em que ela se desenvolve.

É difícil encontrar a verdade, fora do critério concreto da prática. E foi para a prática que tivemos que apelar, a fim de chegarmos a algum resultado. Lançada a luta armada de pequenos grupos revolucionários na área urbana, começou o processo de seleção das organizações com capacidade de ação ou desprovidas de meios para tal.

Ainda há quem prossiga na disputa de liderança mas agora já se luta de armas na mão e é impossível pretender exercer qualquer papel de líder apelando para discussões, como as que geralmente eram propostas, em torno de papéis escritos, programas subjetivos e colocações doutrinárias, desligadas da realidade social brasileira.

No prosseguimento dessa disputa de liderança, circula no Brasil a tese de que aquele que der o primeiro tiro arrastará os demais. Esta tese errônea leva a que na atual fase de luta algumas organizações e grupos freqüentemente incorram em precipitações, marchando para ações superiores às suas forças ou inadequadas para o momento.

Os erros de tal natureza, em geral, são fatais e provocam invariavelmente sérios desastres com prisões, perdas de homens e armas e até destruições de grupos e organizações.

A questão no Brasil não está no mito de quem der o primeiro tiro. Aliás o primeiro tiro já foi dado, pois encontramos em pleno curso da guerra revolucionária. O problema mais importante para nós consiste em que cada um cumpra o seu dever, e o dever de todo revolucionário é fazer a revolução.

Nenhuma organização revolucionária assume a liderança só pelo fato de se intitular líder ou se investir dessa função. Antes que cheguemos a estabelecer a indispensável liderança da revolução brasileira, é preciso aumentar o volume das ações revolucionárias e atingir um ponto capaz de abalar a máquina burocrático-militar do Estado brasileiro. Tal é o objetivo e é impossível alcançá-lo através da atividade de uma só organização.

Outra falha do movimento revolucionário brasileiro é a sua inexperiência.

O movimento revolucionário no nosso país é muito jovem. O seu passado recente remonta ao ano de 1968, quando foi desencadeada a guerrilha urbana. É também um movimento integrado por jovens dos dois sexos. Entre os componentes, além da mulher brasileira, que até então não participava na ação revolucionária, mas que agora se incorporou nela, encontram-se estudantes, operários, camponeses, intelectuais, artistas, homens de profissões liberais. Todos esses componentes do movimento revolucionário do nosso país só a partir de 1968 se defrontam com os complexos e sérios problemas de ordem revolucionária gerados por um tipo de luta a que não estávamos habituados, como seja enfrentar com armas na mão o inimigo, partindo de uma situação em que não tínhamos nada, nem armas, nem recursos.

A inexperiência tem nos levado a alguns erros e fracassos, inclusive na nossa organização, a Ação Libertadora Nacional.

Tanto o erro como o fracasso são, porém, fontes de ensinamentos e ainda que não seja desejável errar, quando isso acontece é preciso saber extrair daí as devidas limitações.

O movimento revolucionário do nosso país ressent-se igualmente da falta de elementos técnicos, de combatentes treinados no conhecimento de armas modernas e o seu manejo. O aperfeiçoamento técnico do combatente não se consegue de uma hora para outra, pede tempo, e é este fator que não nos permite avançar com maior rapidez e transformar com a urgência necessária a qualidade da luta que empreendemos contra o imperialismo norte-americano e a ditadura militar.

A perspectiva no Brasil é de uma luta prolongada, para cujo desfecho não há pressa nem há prazos.

Iniciamos a guerra revolucionária com a guerrilha urbana marchando lenta mas sistematicamente, atacando os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas.

Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar.

A conquista do poder e a instauração do governo popular revolucionário são os nossos grandes objetivos, segundo os entendemos na Ação Libertadora Nacional.

Expulsaremos então os norte-americanos do país. Confiscaremos as empresas de capital privado nacional que colaborem com os norte-americanos. Confiscaremos a propriedade latifundiária e levaremos às últimas conseqüências a revolução agrária, libertando o campesinato. Retiraremos o Brasil da condição de satélite da política dos Estados Unidos, tornando-nos independentes da política dos blocos militares, seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e em luta contra a colonização.

VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA — VPR

A Vanguarda Popular Revolucionária — VPR — surgiu da fusão, em começos de 1968, da cisão de São Paulo da ORM-POLOP com militantes da seção paulista do MNR — Movimento Nacionalista Revolucionário — de inspiração brizolista.

Em 1968, os militantes da VPR participariam das lutas estudantis e da greve operária de Osasco. Ao mesmo tempo desencadeariam ações de repercussão: ataques a bomba ao serviço de informações e propaganda dos Estados Unidos em São Paulo (USIS) e ao Quartel-General do II Exército, em São Paulo, justicamento do major norte-americano Charles Chandler (com a ALN), captura de fuzis e armas no Hospital de Cambuci e no quartel do exército em São Caetano do Sul.

Em julho de 1969 a VPR se uniria aos Comandos de Libertação Nacional-COLINA, formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares — VAR-PALMARES. Entretanto, divergências envolvendo questões referentes à concepção da combinação entre luta armada e lutas sociais, estratégia revolucionária etc., levariam à reconstituição da VPR, em setembro de 1969. Uma série de documentos — assinados por Jamil Rodrigues — forneceria então bases teóricas e políticas à organização: “Teoria e Prática”, “Nossa teoria revolucionária”, “O caráter da revolução”, “Quem são as massas?”, “Luta armada e conjuntura política”, e “A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução”, todos publicados em fins de 1969 e no decorrer de 1970. Transcrevemos este último pela importância decisiva que tem na definição do perfil da VPR, suas concepções de revolução, de organização revolucionária e da conjuntura que então se vivia.

A VPR tornar-se-ia conhecida por uma série de ações de caráter espetacular. Em 1969: expropriação de armas no quartel

do 4º Regimento de Infantaria de São Paulo, quando o capitão Lamarca abandonaria o exército; expropriação da caixinha do ex-governador Ademar de Barros no valor de cerca de US\$ 2,5 milhões. Em 1970: seqüestros do cônsul japonês em São Paulo (março) e dos embaixadores alemão (com a ALN) e suíço (junho e dezembro), trocados pelas vidas de 115 militantes presos; rompimento do cerco ao campo de treinamento guerrilheiro da VPR no Vale da Ribeira.

Mas a manutenção de uma linha ofensiva política e militar seria fatal à organização. O isolamento social, o cerco da polícia política e a infiltração de um agente policial na alta direção da VPR — o Cabo Anselmo — promoveriam a liquidação da mesma, consumada em 1972 com o chamado “massacre” do Recife. A VPR não mais se recuperaria...

A VANGUARDA ARMADA E AS MASSAS NA PRIMEIRA FASE DA REVOLUÇÃO (junho, 1969)

O MOMENTO HISTÓRICO

Nossa organização, como organização armada, contribuiu amplamente na deflagração de um processo de mobilização no seio das esquerdas e das minorias conscientes. No entanto, após quase dois anos de luta, constatamos que só progredimos politicamente, como Organização, dentro da própria esquerda. *E esse progresso se deve mais à nossa capacidade técnica que à nossa habilidade política.*

Em outras palavras, progredimos nas esquerdas ao demonstrar a possibilidade da existência e atuação de uma Organização armada no Brasil, *mas não por termos demonstrado a eficácia política da forma de luta armada.* A eficácia política da Organização armada como instrumento de luta de primeira fase, somente pode ser demonstrada ao resolvermos corretamente o problema da relação entre a vanguarda e as massas, na primeira fase da revo-

lução (Por primeira fase, entendemos a fase em que a vanguarda ainda é numericamente muito pequena e politicamente pouco presente no processo político nacional. O seu desafio ainda é fundamentalmente político *e não militar, mas se faz pelas armas*).

Depois de termos quebrado a barreira entre nós e a esquerda, espera-nos a tarefa mais árdua de romper a barreira que nos isola das massas. Como? A organização armada, necessariamente pequena na fase inicial, tem fraquezas políticas enormes. O Partido que enquadra as massas tem suas evidentes deficiências militares. (Por Partido referimo-nos, nesse documento, não ao instrumento revolucionário que se forjará nos embates da guerra revolucionária, mas ao instrumento tradicional “de tipo bolchevista”, que visa enquadrar as massas e tomar o poder através do crescimento de um “Partido” que já existe hoje, embora pequeno e fraco.) No entanto, o problema da apresentação de nossa luta às massas está aí, com a multiplicação de ações revolucionárias armadas que se tornaram quase diárias na cidade, sem que o povo entenda o que significam, sem outra explicação a não ser as calúnias dos jornais imperialistas. Uma forma de participação, não ideal, mas *ligada às nossas possibilidades atuais* e ao nosso ritmo de desenvolvimento, deve ser encontrada. Este ponto é fundamental: somos uma vanguarda minúscula, e devemos nos concentrar, na fase atual, em *fazer o povo compreender a nossa luta*, através da concentração de todos os nossos esforços no desenvolvimento da luta, e não organizar desde já a participação das massas.

O problema da ligação VANGUARDA-MASSAS não pode ser entendido, como o disse corretamente um companheiro, sem uma definição mais precisa dos nossos objetivos políticos, estratégicos e táticos, e de como as diversas formas de luta que compõem a tática global contribuem para estes objetivos políticos.

O OBJETIVO DA PRIMEIRA FASE

Um companheiro escreveu que “*o que fazer vem antes de como fazer*”. No entanto, o “como fazer” depende muitas vezes do inimigo, ou de circunstâncias objetivas, e nos leva a fazer aquilo que *podemos*. Assim não é possível dissociar o problema do objetivo político (o que fazer) do problema do instrumento destinado a atingir o objetivo (como fazer). Analisaremos sucessivamente o objetivo e o instrumento.

O problema com que nos defrontamos não é somente brasileiro, é também o problema da Venezuela, da Colômbia, da Guatemala, da Argentina e outros. Simplificando um pouco podemos dizer que os impasses que paralisam os movimentos revolucionários latino-americanos e impedem ou freiam o seu desenvolvimento resumem-se assim:

1 — O impasse militar da luta de massas: a luta de massas (Brasil 68, Argentina 69) tende a se desenvolver rapidamente e pela sua repercussão política intensa, chega ao ponto em que o governo não pode tolerá-la sem pôr seu prestígio em perigo. Diante da determinação do governo em “estabelecer a ordem”, o movimento só pode refluir procurando outras formas de luta, ou intensificar a luta como em São Domingos ou em Córdoba, adiando a derrota inevitável. (Entra nesta perspectiva a teoria da radicalização da luta de massas com o acréscimo de “braços armados”, com perspectiva insurrecional na medida em que não são posteriores a um desenvolvimento das forças revolucionárias no campo.) Assim o movimento obtém repercussão política indiscutível, paralisa o país, mas não tem força para sustentar o movimento durante tempo suficiente para que o desgaste ou a desorganização do regime se completem.

2 — O impasse político da luta armada: no outro extremo temos a luta que resolve o problema da sobrevivência militar, mas cuja repercussão política é insuficiente para criar um desafio real ao regime: é o caso da Colômbia, da Guatemala, da Venezuela e de outras guerrilhas rurais. Constituindo um desafio insuficiente ao regime, não o desgastam politicamente. E o desgaste militar é facilmente recomposto com a ajuda financeira e militar externa.

Esta contradição entre as vantagens políticas e as vantagens militares representa, a nosso ver, o problema que há de caracterizar também as formas de luta adotadas no Brasil. Queremos inovar e utilizando a experiência dos outros, evitando cair nos mesmos impasses, a Organização deve pois atingir o objetivo seguinte: *atingir o ponto a partir do qual o inimigo não nos possa tolerar politicamente e nem nos destruir militarmente.*¹

Chaliand, o teórico historiador da guerrilha de Amílcar Cabral da Guiné Portuguesa, analisou no ano passado a guerrilha da Co-

¹ Recentemente um artigo de *Temps Modernes* colocava otimamente este problema dizendo que os estrategistas modernos entenderam que o problema não é, nesta fase, de mobilizar o conjunto das massas, mas sim de utilizar uma minoria para paralisar o sistema.

lômbia, concluindo que esta não tem possibilidades de se transformar num segundo Vietnã; não que lhe falte eficácia militar, mas porque falta-lhe a possibilidade de juntar os efeitos políticos aos efeitos militares. E o seu desenvolvimento militar é condicionado por esta paralisia política. É, pois, uma guerrilha que se sustenta, mas não se desenvolve. Em consequência não atinge o ponto a partir do qual, tornando-se um desafio político e militar, põe em xeque o regime ao mesmo tempo em que polariza em torno de si todas as forças de oposição.

É somente ao atingir este ponto que a luta dá um salto qualitativo: o governo é acuado a maiores esforços militares, reforça a ditadura, isolando-se das massas com a mesma rapidez com que reforça, com novas camadas descontentes, a base política da vanguarda revolucionária. Este objetivo é pois um ponto de não retorno da guerra, a partir do qual o tempo passa a trabalhar para o revolucionário, sendo que o simples fato de manter a situação, sustentando a luta, se transforma numa vitória. Chaliand caracteriza corretamente a situação das guerrilhas latino-americanas com a expressão "crise de crescimento", pois considera que o espraiamento da luta é insuficiente, ou seja, que os movimentos se sustentam em bases demasiado estreitas para que o impasse seja vencido.

Por que o rompimento deste impasse constitui um objetivo de PRIMEIRA FASE? Porque a sobrevivência militar acompanhada de um vazio político é situação típica de um movimento pequeno que baseia sua subsistência militar na clandestinidade e não na força. Quando a luta atinge a fase de relações de força mais equilibrada, a própria dimensão do conflito lhe garante repercussão política, resolvendo a contradição. Na fase inicial é preciso criar artificialmente a repercussão política, a fim de ultrapassar a "crise de crescimento".¹

¹ Artificialmente significa que a repercussão da luta revolucionária não tem as dimensões de sua *força político-militar real*. É encontrar formas de luta que tornem presente a luta armada na arena política, *impedindo* que a ditadura a isole, ou como um fenômeno policial menor, ou como um fato regional e localizado, cortado politicamente da problemática nacional (caso das guerrilhas rurais que podem ser "sanitariamente" cercadas). É preciso chamar a atenção também que a "crise de crescimento" das guerrilhas da Colômbia, Venezuela e Guatemala, p. ex., são crises próprias de um estágio mais avançado da luta. Trata-se, para eles, de dar uma maior eficácia política à luta "militar" *já implantada*. No Brasil vivemos mais uma "crise de surgimento", em que esta luta ainda *não se consolidou* na região estratégica, as regiões rurais.

Com efeito, o rompimento do impasse supõe que o movimento armado revolucionário seja capaz de atingir simultaneamente três objetivos:

1 — *Repercussão política nacional* junto ao povo, projetando-se como poder alternativo capaz de defender os interesses da imensa maioria.

2 — *Desafio direto armado* ao poder constituído, por meio de ações de conseqüências econômicas e militares que atinjam a segurança do regime e mostrem sua vulnerabilidade.

3 — *Repercussão local* profunda em áreas em que as condições físicas e políticas permitam o desenvolvimento da guerrilha rural.

Com estes objetivos, que são a tradução para o plano tático da situação de “defensiva estratégica”, surge a chamada “tática global”, utilizando respectivamente: 1 — a propaganda armada; 2 — a guerrilha tática; 3 — a coluna guerrilheira estratégica.

O INSTRUMENTO DE LUTA

Passando ao problema do instrumento de luta, constatamos que não há divergências profundas na Organização quanto ao que seremos numa fase avançada da luta: seremos um partido nacional que utilizará as mais diversas formas de luta, a fim de dar expressão organizada a todas as formas de revolta que se manifestarem, canalizando-as todas contra o inimigo. (Isto não quer dizer que a VPR se considera o núcleo de um partido ou o embrião do mesmo. Apenas que os combatentes revolucionários de hoje, os grupos existentes, a esquerda armada enfim, rompendo o impasse do vazio político, catalisando a oposição social existente em oposição política *através da luta armada*, através do apoio dado a ela, se transformará em vanguarda política. Então todo o potencial de revolta do povo *poderá ser canalizado* porque existe uma alternativa. Só a partir daí haverá condições de construção de um partido nacional — na própria luta — resultado da unidade daqueles que souberam de fato *gerar uma vanguarda*.) As dissensões surgem quando se trata de decidir como surge ou como se forma o partido na etapa inicial, apoiado fundamentalmente numa *liderança* política obtida através da luta contra o inimigo e da propaganda armada, ou apoiado fundamentalmente numa penetração orgânica nas massas (enquadramento).

O partido, baseando sua atuação na educação das massas, somente se torna eficaz no trabalho de grande escala. Necessita para

isto de uma vasta estrutura, sumamente vulnerável tanto pelas suas dimensões como pela facilidade de infiltração que caracteriza uma organização de massa.

Ao se dotar de uma vasta estrutura, o partido passa a subsistir somente com o acordo tácito das autoridades que vêem nele uma válvula de escape para tensões excessivas, tanto mais interessante quanto podem desmantelá-lo no momento em que se tornar perigoso. Ao se tornar perigoso, o partido se vê assim ameaçado na sua existência, prefere ceder em algum ponto político a fim de preservar o instrumento de luta construído com tanto carinho e com tantos esforços. Quem já não ouviu o "Não estamos prontos"? Sacrifica-se então o objetivo político ao instrumento, num ciclo de concessões, traições e oportunismo que não são explicáveis por fatores subjetivos (era um mau partido, em oposição ao bom que se projeta constituir; imoralidade dos quadros dirigentes ou sua incapacidade etc.), *mas pelo fato de que o instrumento de luta em si é inadequado*. A melhor prova disto é que quase todos os partidos comunistas latino-americanos evoluíram da mesma maneira e esqueceram sistematicamente de fazer a revolução, mesmo quando não vinculados a Moscou.¹

Desta experiência do impasse partidário guardamos uma lição: *o instrumento de luta deve ser desenvolvido à medida em que, pela estrutura e pelas armas, somos capazes de assegurar a sua sobrevivência física ativa qualquer que seja a força de repressão*.² Quanto ao mais, já no nível de problemas de estrutura, o instrumento de luta somente pode ser analisado em função do objetivo que deve preencher, isto é, em função das diferentes formas de luta que com-

¹ Naturalmente que a concepção de *construção de uma vanguarda política* está intimamente ligada à tática proposta em cada momento concreto. A tática sendo incapaz de resolver os problemas que a prática coloca, a construção do instrumento de sua condução não tem sentido. O que criticamos é a inversão do problema por aqueles que propõem a organização do partido na medida em que se voltam para a preservação ou construção de um aparelho que deveria ser a consequência de um processo e não a sua premissa. Em 1963, após o início da luta armada na Guatemala, o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista) temia, antes de tudo, "não comprometer prematuramente o partido numa luta sangrenta". (cit. por Ricardo Ramirez, "Cartas da Frente Guatemalteca", pág. 34, Maspero, 1970.) Há ainda inúmeros outros exemplares de partidos que encaram a luta armada como tática, não como estratégia: Venezuela, Colômbia, Bolívia, Peru e, é claro, Brasil.

² Fica pois bem claro que não se trata de proposta elitista de trabalho da vanguarda para a vanguarda, mas de desenvolvê-la dentro das leis da guerra que o nível atual da luta de classes nos impõe.

põem a “tática global”. A tática global não procura atingir o mesmo fim por meios diversos. Cada forma de luta tem, em função da primeira fase, o seu próprio fim. Trata-se, pois, de uma divisão de trabalho — no sentido de especialização e não de uma multiplicação de frentes. Assim a relação massa-vanguarda será evidentemente diferente segundo a função de cada frente de luta, seja para guerrilha rural ou guerrilha urbana.

A RELAÇÃO MASSA-VANGUARDA ARMADA NA GUERRILHA RURAL

Podemos dizer que toda a luta visa dois objetivos: 1) Obter o apoio popular e 2) Transformar este apoio em força organizada.

A guerrilha estratégica é a única forma de luta que combina os dois objetivos. Seu desenvolvimento orgânico só é limitado pelo apoio popular e na medida em que este cresce, a guerrilha pode ir organizando camadas maiores da massa para a luta, criando o Exército que tomará o poder.¹ Em consequência o objetivo principal desta forma de luta é a formação do exército popular. Assim sendo sua preocupação fundamental do ponto de vista político é a repercussão local que torna possível o crescimento e o sustento de uma força militar cada vez maior.

Tirando a lição do exemplo de Guevara, daremos mais importância ao ouvido atento de um analfabeto local do que a ações militares suscetíveis de grande repercussão nacional e internacional, Guevara estava em todas as manchetes do mundo, mas era desconhecido pelo camponês local. Em consequência suas vitórias táticas o levaram a uma derrota estratégica. (Sabemos que a derrota da ELN não se esgota nesses fatores, mas achamos que esse foi um dos pontos de estrangulamento da primeira derrota da ELN.) Sua guerrilha abalou o mundo, mas não assegurou seu próprio desenvolvimento, por falta de repercussão local. *A guerrilha estratégica deve partir deste fato fundamental: o afrontamento de uma guerrilha — homens vindos de fora e, até prova em contrário, tão estra-*

¹ O impasse da luta puramente urbana é perfeitamente visível no caso dos Tupamaros, que adquiriram um apoio popular que lhes permitiria o desenvolvimento e sustento da guerrilha rural incontrolável, mas que na falta de requisitos demográficos e topográficos os mais elementares não vêem possibilidade de montar uma força organizada capaz de aniquilar fisicamente a do governo e dos possíveis interventores estrangeiros.

nhos quanto o próprio exército, deixa o camponês indiferente enquanto o camponês da região não participar da luta. Depois de um recrutamento elementar o confronto militar tem por si mesmo sentido político e desenvolve o nosso apoio. Isto porque a luta entre o exército e a guerrilha não tem cunho político (do ponto de vista local) até a população se identificar com uma das partes. Em Cuba o exército era suficientemente detestado para que a luta fosse desde o início política, mesmo sendo desde o início puramente militar. A primeira tarefa que se coloca para nós será de politizar a luta absorvendo na guerrilha um mínimo de população local e realizando ações vinculadas aos interesses das massas locais.

Esta primeira etapa é vital; o camponês vale menos para a revolução, nesta fase inicial, como braço que empunha o fuzil do que como homem da região que cria embasamento político da guerrilha. Cada recruta significa tios, primos e compadres. O exército, utilizando gente de fora, por razões de segurança, cria uma situação de autodefesa guerrilheira contra um inimigo intruso. A partir deste momento o contato com as massas se transforma: a simples troca de tiros entre a guerrilha e o exército representa um ato político de resistência com repercussão profunda e efeito mobilizador sobre as massas. Infligir uma derrota ao inimigo, nesta segunda etapa, significa uma vitória para o camponês, e as unidades da força guerrilheira poderão então se constituir e organizar o seu apoio em função de exigências fundamentalmente militares sem afetar a repercussão política.

Significa isto que a guerrilha não deve ter uma repercussão nacional? É claro que deve. Mas guardaremos em mente que não nos interessa que cada frente de luta realize todos os objetivos da tática global, mas que cada uma realize bem a parte para a qual está melhor aparelhada.

A RELAÇÃO MASSA-VANGUARDA ARMADA NA GUERRILHA TÁTICA

Devemos distinguir, na guerrilha tática, duas formas de luta profundamente diferentes:

a) *A guerrilha tática irregular*: o guerrilheiro irregular é aquele que não é permanentemente guerrilheiro, mas toma as armas em determinados momentos, voltando em seguida à sua atividade legal. É o que no Vietname caracteriza o "camponês de dia, guerrilheiro de noite". Estes tipos de guerrilheiros somente podem existir nas zonas

rurais quando já existe profundo apoio popular em toda a região. É a forma de participação direta da população na luta armada e tem uma importância reduzida na primeira fase da guerra revolucionária na área rural, onde todos se conhecem, e é fácil a repressão chegar aos autores das ações revolucionárias irregulares se a população não apóia totalmente a ação ou não opõe um muro de silêncio à polícia.

b) *A guerrilha tática regular*: são pequenos grupos guerrilheiros permanentes que realizam ações de sabotagem econômica e militar, com a finalidade principal de atrair e paralisar as forças inimigas.

O inimigo não os pode tolerar, pois as suas ações têm efeitos econômicos e políticos profundos e deve mobilizar milhares de homens para neutralizá-los. Os próprios americanos utilizam este tipo de comando no Vietname (três homens). Mas, enquanto os americanos têm pouco o que fazer contra os arrozais, os nossos comandos podem explorar a fundo a vulnerabilidade econômica do inimigo, atingindo grandes artérias de comunicação, seja de estradas, linhas de alta tensão, estradas de ferro, ou empresas estrangeiras de mineração no interior, propriedades rurais de americanos etc.

A relação destes grupos (GT) com as massas onde operam é naturalmente quase nula. Apoiam-se em logística própria, o que lhes permite fugir à repressão sem se submeter aos bloqueios de estradas, a controles de entradas de cidades, bem como evitar a delação por parte de uma população de cujo apoio ainda não dispõem.

A função principal destes grupos, como já vimos, é de dispersar o inimigo, criando frentes de lutas insignificantes quanto à potência de fogo, mas intoleráveis pelo efeito de suas ações. Localizar um grupo de cinco homens que dispõe de uma boa rede logística (material) totalmente clandestina num raio de 100 km, requer pelo menos tantos homens para localizar uma coluna guerrilheira. Vigiar 500 ou 600 km de linhas de alta tensão para assegurar a normalidade de seu funcionamento requer neste país de grandes distâncias um esforço militar gigantesco.¹

A segunda função desses grupos é política. Não apenas no sentido de repercussão local, mas de repercussão nacional, que atinge o regime nos seus mais altos brios ao demonstrar sua incapacidade de manter o controle sobre o país. E a repercussão nacional obtida por estes grupos visa não a repercussão direta junto às massas, como

¹ Achemos que o "Vale da Ribeira", de maio/70, provou exatamente isto. Cinco companheiros, sem rede logística, furaram um cerco de 20 mil soldados.

seria o caso da propaganda armada na cidade, da distribuição de víveres etc., mas o desgaste do regime, obrigado a deslocar milhares de homens contra minúsculos grupos e a fazer grandes demonstrações ostensivas de força. O valor político da ação de sabotagem decorre não da popularidade da ação junto às massas, mas de sua impopularidade junto à repressão. É evidente que ações que gozam de popularidade junto às massas são preferíveis. No entanto, o intuito principal é golpear profundamente o inimigo, provocá-lo de maneira intolerável, obrigando-o a desgastar-se material e moralmente, demonstrando a sua fraqueza. Uma ação pode ser relativamente impopular. Mas, muito mais impopulares são os subsequentes discursos inflamados, fanfarronadas do tipo “não toleraremos” que terminam num *show* de impotência.

A demonstração de fraqueza por seu lado tem não somente gigantesca importância na criação de condições subjetivas de revolta na massa, como provoca maior fraqueza do regime: toda falha de um governo é sistematicamente explorada pelos que querem, dentro das próprias camadas dirigentes, assumir “responsabilidades que lhes incumbem”, provocando uma onda de substituição nos cargos etc., que nos favorece profundamente sob todos os aspectos.¹

A RELAÇÃO MASSA-VANGUARDA ARMADA NA LUTA URBANA

O estudo de nosso relacionamento com as massas urbanas depende evidentemente de uma definição do conceito de “massa”. Quem são as massas para nós? Devemos nos limitar a relações com os componentes da classe operária, a única objetivamente revolucionária, ou devemos conchamar o povo a lutar contra a ditadura e o imperialismo? Devemos traçar com o máximo de nitidez a fronteira entre as classes dominantes por um lado e o proletariado por outro, desenvolvendo a “consciência de classe”, ou devemos trabalhar com o objetivo de isolar o governo e seus mercenários do povo em geral, procurando para isto adquirir a simpatia ou pelo menos neutralizar o maior número possível de camadas sociais?

O problema deve ser examinado na perspectiva do *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, de Lênin, onde demonstra que é um desvio mudar os objetivos finais com o fim de acumular mais

¹ A partir do “Informe 3”, de fevereiro de 1970, a VPR abriu discussão interna sobre guerrilha rural, comando de sabotagem etc.

forças, mas que é infantilismo não utilizar todas as forças que possam contribuir para este objetivo.

Colocamos desde já aqui a nossa posição que é de procurar isolar o governo e não o proletariado (o que poderia ser válido se colocássemos como condição prévia de luta a consciência de classe). *Consideramos que somente quem acredita na possibilidade de uma revolução burguesa nacional pode ter medo de que o caráter socialista da revolução possa ser deturpado por uma política de alianças táticas.* O problema exige uma análise por demais extensa para caber aqui; é o conceito de proletariado que deve ser redefinido, pois tem outras características que o proletariado descrito por Marx e por Lênin; é também o problema do lumpemproletariado que no Brasil, longe de ser uma minoria de seres moralmente quebrados, é uma massa imensa de imigrantes camponeses de solidíssima estrutura moral; a análise deve levar também em conta as formas de luta; enfim, fica aqui a nossa opção que justificamos parcialmente em outros documentos, à espera de uma análise séria.¹

A) *O objetivo da luta na cidade:* não se pode entender o relacionamento massa-vanguarda armada na cidade antes de definir o papel da cidade na tática global. E em relação ao papel da cidade na tática global, devemos partir de dois fatos fundamentais: 1 — A cidade é o palco principal da vida econômica e política do país; 2 — Não há na cidade, na primeira fase, condições para transformar o *apoio popular* (no sentido passivo) em *força permanente organizada*.

Um fato compensa outro: não podemos transformar, na cidade e na fase inicial da luta, o apoio popular em força organizada. Em compensação, a importância política da cidade transforma o simples apoio popular ao movimento armado em situação difícil para o inimigo: 1 — porque isola o inimigo, forçando-o a se aprofundar no militarismo na medida em que perde bases de apoio político. 2 — porque cria um clima de tensão que transforma qualquer descuido da ditadura em movimento de massa, ameaçando diretamente o regime. 3 — porque debilita as forças da repressão, já que os soldados são necessariamente vulneráveis à opinião pública, e lhes repugna trabalhar em meio hostil ou realizar tarefas impopulares. A irritação, desgaste e divisões internas provocadas desta forma nas forças armadas são demasiado conhecidas. 4 — porque leva a população a raciocinar em termos de duas (*sic*), isto é, em termos de alterna-

¹ Tentamos este esboço em "Quem são as massas" e "Luta armada e conjuntura política".

tiva de poder. Ao se identificar, mesmo passivamente, com a organização em luta, toda derrota da organização é um pouco a sua derrota, e ela procurará logo evitar essas derrotas por meio de posições ativas — é neste sentido que preparamos politicamente, durante a primeira fase, a fase seguinte (não organicamente). 5 — porque tende a modificar as vanguardas de esquerda sob a direção da organização que teve apoio de massas, já que esta organização tem a possibilidade, através de seu peso junto às massas, de facilitar enormemente ou de paralisar a tarefa de organizações que fizeram um trabalho de massa localizado.

Estas características da cidade determinam o seu papel, na tática global, na primeira fase da luta: *criar uma vanguarda politicamente aceita e ganhar uma batalha ideológica, e não criar uma força para ganhar uma batalha militar.*

B) *As formas de luta na cidade:* A discussão tem sido dificultada pela falta de definição de conceitos utilizados. Toda realidade nova exige novos conceitos e uma discussão em termos de conceitos que pertencem a uma realidade ultrapassada somente pode levar ao dogmatismo (com o conceito transpõe-se uma realidade ultrapassada) ou à confusão. É o caso do “trabalho de massas”, conceito ao qual cada um dá o conteúdo que lhe parece mais lógico, segundo a sua experiência, sua cultura e sua posição política.

Chegou-se assim a uma divisão entre os que são pró e os que são contra o trabalho de massas, quando se é pró ou contra concepções de trabalho de massas totalmente diferentes. A falta de definições claras das etapas de luta, também contribuiu na confusão, pois o desenvolvimento de um tipo de trabalho somente adquire sentido pelas perspectivas que abre para um trabalho mais avançado. Tentaremos aqui delinear um plano de trabalho urbano para as massas, na primeira fase, a partir da realidade objetiva e das nossas possibilidades concretas, deixando de lado os conceitos demasiado vagos que pouco adiantam à discussão.

A distinção que fizemos entre “trabalho de massas” e “contato” com as massas se prende ao fato de que, na atual fase da revolução, com os poucos quadros que temos e com nosso recrutamento limitado por razões de segurança e orgânicas, os trabalhos de *contato e recrutamento atingirão somente uma parcela mínima das massas, não podendo ser qualificado de trabalho de “massas”.*

As mesmas limitações nos fazem constatar que, para não nos cortarmos das massas, devemos encontrar outra forma de atuação política, a fim de preencher as deficiências do contato orgânico; as massas serão atingidas por *ações armadas de luta e propaganda*

armada de repercussão nacional e local, que criarão uma alternativa de poder. Finalmente, as vanguardas e grupos de esquerda em geral serão atingidos diretamente pelo comando político urbano, tirando sua força não do domínio das próprias vanguardas, mas do seu peso junto às massas; peso político este obtido por meio da própria propaganda armada e do desenvolvimento da luta armada.¹

Vemos, pois, três planos de trabalho, na fase inicial, como objetivos da primeira fase, conforme foi definido mais acima. Nunca se tratou de “optar” por um ou pelo outro, pela propaganda armada ou pelo trabalho de massas, pelo trabalho de massas ou pelo trabalho de vanguarda. Trata-se, isto sim, de definir o alcance de cada um, a sua importância no processo global e os seus impasses, a fim de que cada militante entenda o trabalho no seu conjunto e em consequência entenda melhor o seu trabalho. Enfim, o problema não é fazer ou deixar de fazer um trabalho. Trata-se de saber *qual* o trabalho de massas que é necessário *nas cidades* e na *primeira fase*, e *qual* o instrumento e o conteúdo que o torna politicamente mais eficaz.

1 — *A presença física junto às massas (enquadramento)*

O aspecto secundário, na primeira fase, do contato orgânico com as massas, não se deve a nenhum desprezo das massas, nem a “elitismo”, *mas às condições concretas que ditam a forma de luta na cidade.*

Vimos, ao analisar brevemente o impasse partidário, que o desenvolvimento rápido demais pode levar ao oportunismo e ao abandono dos objetivos políticos em prol do instrumento de luta. Somos imunes a esse oportunismo? Há apenas alguns meses, a projetada ação de expropriação de armas do quartel de Quitaúna encontrou violenta oposição — não temos estrutura, diziam os companheiros.² Chegamos assim ao ponto de recusar armas indispensáveis ao nosso objetivo para não pôr em perigo a organização quando, meses antes, a ação mais perigosa do hospital tinha sido realizada sem vacilações. É evidente que não devemos fazer ações suicidas, mas quando, por motivos de segurança outros que táticos,

¹ Este ponto é importante: consideramos que as organizações que querem se tornar vanguarda devem vencer junto às massas, demonstrando sua eficácia e capacidade política, em vez de tomar como campo de luta a própria esquerda.

² O texto original, escrito em junho de 1969, refere-se à projetada ação de expropriação de armas que foi parcialmente feita, e da qual resultou a saída do Exército do capitão Carlos Lamarca.

abandonamos objetivos indispensáveis, estamos trocando o objetivo pelo instrumento. O mesmo podemos dizer quanto ao aproveitamento político de nossas ações, feitas às escondidas (e somos certamente a única organização do mundo a realizar ações de propaganda armada às escondidas), sob pretexto de que a imprensa não tem estrutura. Que pensar quando em dois anos de luta a organização ainda não tomou posição pública frente às conjunturas políticas vividas? Não estaremos nos desviando?¹ Quando não é o oportunismo que ameaça nossa organização que se desenvolve com rapidez excessiva, é a paralisia causada pelo excesso de quadros clandestinos, isto é, de quadros “queimados” para os quais a organização não conseguiu criar condições de trabalho seguro e eficaz.

Vimos que a única forma de evitar o perigo é desenvolvermos o instrumento de luta somente na medida em que estruturalmente somos capazes de assegurar a sua sobrevivência ativa. O preço da não observância dessa regra é sustentarmos órgãos passivos logo que a repressão progride. E sabemos todos quão penosa, quão cara e longa é a reestruturação política e orgânica dos setores atingidos.

Face a essas limitações, vemos que nosso maior problema, como vanguarda armada, é que queremos que as massas participem politicamente sem termos condições, na fase atual, de organizar a sua participação (no sentido de torná-la orgânica). Esta situação nos leva a separar o plano de trabalho de *contato e recrutamento* da relação massas-vanguarda armada, sempre na fase inicial.

O *contato* com as massas nos permite, através de elementos infiltrados clandestinamente nas fábricas, favelas etc., saber o que pensa o proletariado, conhecer seu nível de combatividade, de revolta e de consciência política, *a fim de orientar a nossa política de massas, e não de constituí-la*. Pode nos orientar sobre as posições a adotarmos em relação às massas, mas não pode em instância alguma substituir essa relação, pela sua própria escala reduzidíssima de trabalho. Esse *contato* não é um militante da organização, mas um seu simpatizante, ou mesmo um simpatizante da esquerda armada. A existência desses contatos nas mais diversas camadas sociais (principalmente fábricas, favelas, escolas), aliada a um serviço de Inteligência e Informação bem montado, é que permitirá a realização efetiva da propaganda armada, forma principal de relacionamento com as massas urbanas na primeira fase da revolução.

¹ Posteriormente a VPR passou, ainda com limitações, a fazer propaganda armada.

É importante ainda lembrar que, mesmo um trabalho de recrutamento junto à classe operária, dada a escala reduzida em que pode ser feito mesmo pelo conjunto da vanguarda armada, é de longe insuficiente numericamente para que se possa dizer que significa participação do *operariado*. A diferença é enorme, pois nos mostra, por um lado, a necessidade de atingir o proletariado de outra forma e, por outro, modifica nossa perspectiva de trabalho e de análise política, já que o operário como indivíduo não reage como classe e, em nossa relação com ele, estamos presos às leis dialéticas que governam o comportamento de uma classe.¹

No caso de um partido constituído, cada operário recrutado significa um grupo de operários “enquadrados”. Quanto mais quadros, mais força tem o partido. É interessante constatar que Lênin já divergia desta posição, preferindo um partido reduzido, mas suficientemente coeso para ser uma “arma”; o passo que ele deu em relação aos “partidos” de sua época, devemos dar também em relação a ele, acompanhando o nível da luta de classes no Brasil e no mundo. No nosso caso, o recrutamento será, na primeira fase da luta, insignificante. Para que a participação de um “quadro” da vanguarda armada seja eficaz, é necessário um investimento mínimo em aparelhos, armas, retaguarda de segurança, esquema de contato com outros setores da organização, sistema de imprensa para evitar seu isolamento e garantir sua vida política (quantas vezes deixamos os recrutas, e mesmo os quadros “antigos” isolados, com resultados desastrosos?) etc.

Neste sentido, podemos dizer que uma organização armada se defronta com o mesmo problema que uma fábrica: ela não pode aumentar sua produtividade simplesmente admitindo mais operários. Precisa dispor das máquinas, do espaço coberto, da infraestrutura administrativa, enfim, de um *posto de trabalho* para tornar esse operário eficaz. E admite operários em função dos postos de trabalho específicos existentes. Não adianta admitir mais torneiros do que a quantidade de tornos existentes da fábrica.

Um quadro ativo nos custa tanto quanto um quadro inativo. Nosso maior problema não é o de encontrar quadros, mas de formá-los e criar as estruturas para dar-lhes condições de trabalho eficaz. Nada exemplifica melhor este fato como a situação atual, “com tanto trabalho por fazer e tanta gente coçando o saco”. E que um quadro deve trabalhar meses para criar condições de trabalho para

¹ Referimo-nos aqui a um debate já antigo dentro da organização; a vanguarda armada hoje é uma organização de *quadros*, não de massa.

outro quadro, e enquanto estas condições não tiverem sido criadas o outro quadro é simplesmente inútil e o recrutamento oportunista.

Assim nosso recrutamento não será, durante longo tempo, efetuado em função da facilidade de recrutar, nem o recrutamento será nossa primeira preocupação quando nos referimos a nossas relações com as massas.¹ A pergunta a fazer não será nunca “como aumentar nossos efetivos?”, mas sim “como aumentar nosso potencial de trabalho?”. *Contentemo-nos hoje em popularizar a luta armada, preparando agora o terreno do trabalho de amanhã.* De nada adianta recrutar um quadro para depois perdê-lo ou sustentá-lo desde já para tarefas futuras.²

Nossa política de recrutamento e contato com as massas vê-se assim presa a exigências objetivas definidas pelas formas de organização, fase da luta e grau de aprimoramento da repressão. São exigências objetivas, e não adianta “querer” que elas se modifiquem, ou proclamar fórmulas mágicas de contato com as massas. Destas limitações de crescimento inerentes a uma organização armada, deduzimos que:

a) a política de massas da vanguarda armada não pode consistir no trabalho de recrutamento e contato; a participação de alguns operários nos quadros da organização não significa a participação da classe operária; a presença de um “setor operário” da organização disperso nas fábricas e no país não significa nossa “penetração” nas massas.

b) que a distinção entre vanguarda armada e “partido” é uma distinção de primeira fase da luta, quando a própria escala de trabalho de contato nos obriga a uma ligação fundamentalmente política com as massas, *ou ficaríamos realmente isolados.* O partido será então o resultado de um trabalho de vanguarda armada (contato político) corretamente efetuado.

2 — A presença política junto às massas

Antes de tudo, é necessário fazer uma distinção entre *guerrilha urbana*, que é um modo de organizar o apoio popular e trans-

¹ Devemos nos conformar com o fato de que, no início, nossa capacidade de aproveitamento orgânico nem de longe acompanhará nosso impacto político.

² Isso não significa que abrimos mão da criação de bases de apoio junto às diversas camadas da população. A vanguarda armada, na presente fase, não pode prescindir do apoio de uma rede de aliados. Sem esta, não poderemos desenvolver o serviço de Inteligência e Informação indispensável à realização da propaganda armada.

formá-lo em força militar, e *propaganda armada*. A guerrilha urbana é uma forma de luta que aproveita o apoio político (franco-atiradores, choques de rua, concentrações e dispersões rápidas de forças etc.), enquanto a propaganda armada é uma forma da vanguarda armada obter o apoio político para as suas ações. Não tem sentido, quando se prepara a propaganda armada, distribuir geograficamente as forças pela cidade, para sustentar confrontos com o inimigo. A propaganda armada continua sendo um ato do qual as massas participam passivamente.

Neste sentido consideramos absurdo “organizar as massas para a guerrilha urbana”, conforme diz o documento da ex-COLINA. O que significa a “massa” para a guerrilha urbana? Começar desde já a preparar as bases da futura guerrilha urbana, que somente poderá ser desencadeada quando a relação de forças permitir um confronto com a repressão, é evidentemente esquecer o papel fundamentalmente político da cidade na primeira fase, e desperdiçar forças.

Devemos também distinguir a propaganda armada do *apelo político*, já que este último visa dar formas de participação na luta às próprias massas, exortando-as a algum tipo de atividade. No dia 3/2/68, o CC da FNL vietnamita lançava o seguinte apelo: “. . . às diferentes camadas da população das cidades e das regiões sob controle inimigo, sem distinção de idade, sexo, opinião política e crença religiosa, bem como aos patriotas das minorias nacionais, para que iniciem a insurreição armada, utilizando simples fuzis ou mesmo facas, punhais, dispostos a coordenar sua ação com as forças militares revolucionárias, a fim de desmantelar o aparelho governamental fantoche, pôr termo à sua condição de escravos, adquirir o direito de serem donos de seus destinos, conquistar a paz, a independência, a liberdade, o direito de não mais morrer de fome. . .” — Note-se que este apelo é dirigido às populações que o Vietcong não tem possibilidade de controlar e organizar (dirige-se especificamente à população das cidades e das regiões sob controle inimigo) e substitui evidentemente o trabalho de organização e politização profunda feito nas regiões libertadas.

O apelo tem efeito não somente sobre as massas, mas sobre dezenas de grupinhos esparsos surgidos espontaneamente e que só podem ter eficácia política se as suas ações se inserem num conjunto de ações similares. Pode ser um *apelo à ação violenta*: o povo que apóia uma luta tem mil maneiras de se tornar insuportável ao inimigo, esvaziando pneus, danificando relógios de ponto etc. Pode-se também exortar as massas a se prepararem para a *violência fu-*

tura: o PC do B lançou recentemente um ótimo manifesto através da rádio Tirana, explicando ao povo a necessidade de se organizar, como formar grupos, como armazenar armas, como realizar ações elementares, como manter a clandestinidade da ação, que importância dar à guerrilha rural e aos movimentos de massa etc. É evidentemente absurdo, na atual fase, lançar tal apelo a uma distância de 10 mil km, e pela rádio Tirana que atinge quando muito uns fanáticos de rádio-amador, sem falar nas implicações políticas. Mas a idéia é justa e se a realizarmos lançando os apelos diretamente nas fábricas, favelas, escolas ou outros focos de conflito, com o nome da organização armada que realiza ações ligadas aos interesses daqueles a quem se dirige o apelo, os efeitos podem ser muito importantes.

Isso não significa que tenhamos uma visão entusiasta do processo revolucionário brasileiro; vemos o processo como uma longa guerra de desgaste — mas é justamente por isso que devemos construir bases políticas profundas, e para isso devemos estar presentes na forma possível para as nossas condições atuais. Não podemos nos abster de comunicar nossa luta e nossas aspirações às massas esperando possíveis “regiões libertadas” — ou nunca as teremos.

Na fase que atravessamos, de pouco adiantam apelos de caráter geral. Dar receitas de bombas à população, por exemplo, pode levar os setores mais avançados (os que possivelmente atenderiam aos apelos) a uma série de ações suicidas ou inoportunas politicamente. Os apelos só têm cabimento dentro do contexto de ações armadas e sua eficácia dependerá do nível de combatividade da massa e do peso moral da organização que lançar o apelo.

Na atual fase, os apelos completarão as ações de propaganda armada. Isto na medida em que se tratar de propaganda armada específica, voltada para os interesses concretos e imediatos da massa. Assim o apelo deverá corresponder às condições concretas de luta da camada atingida pela propaganda armada. Uma palavra de ordem de “resistência” para o povo em geral, por exemplo, tem muito menor peso que um apelo concreto, mostrando a uma categoria “X”, beneficiada por ações de vanguarda, as ações que esta categoria pode realizar; isto contribuirá para o desgaste do regime e permitirá iniciar o processo de participação das massas na luta armada.

Por meio da propaganda armada, visamos transformar a Organização em vanguarda. Não podemos nos proclamar vanguarda por acharmos que seguimos a linha política certa; outras organizações têm, como nós, a certeza de defenderem a linha certa e não são vanguardas por isso. Ser vanguarda é ser a vanguarda perante a

massa. Se nossa linha é justa, mas as massas não a aceitam, sere-
mos outra organização de esquerda que elabora programas. Para
sermos vanguarda devemos pois ter a linha política justa e *saber
levá-la até às massas*. Poderíamos obter o apoio momentâneo das
massas através do oportunismo político e da demagogia. Deixaríamos
logo de ser vanguarda para sumir do palco como o PCB. Assim
a repercussão junto às massas não é critério para concluirmos que
a linha política é justa. Mas não podemos levar a linha política
justa sem subir ao palco, sem sermos considerados vanguarda pelo
próprio povo.

O fundamental para que uma Organização se torne efetiva-
mente vanguarda junto às massas é a justeza e não o volume das
ações. Trata-se de escolher com grande cuidado o objetivo e o mo-
mento de cada ação, e nos aparelharmos para poder reagir com
rapidez e violência quando for necessário e responder às provoca-
ções ou quando surgirem oportunidades excepcionais, e recuarmos
com paciência, quando certas ações não forem compreendidas pelo
povo.

A propaganda armada deve ainda apoiar-se num sistema de
imprensa próprio. Nossa imprensa externa será de dois tipos: de
massa, distribuída em dezenas ou centenas de milhares de exem-
plares de uma folha, jogados na rua com carros “puxados” ou outros
esquemas, contendo: proclamações políticas, respostas a provoca-
ções de imprensa ou calúnias, informações sobre ações armadas im-
portantes etc. Outro tipo de imprensa externa será elaborada em
função de problemas específicos de camadas da população, fábricas,
escolas, quartéis determinados etc., visando pouca extensão mas de
efeito mais profundo e será distribuído, também com esquema, no
local, demonstrando nossa presença revolucionária e nosso conhe-
cimento da situação, politizando não com panfletos abstratos sobre
“materialismo histórico” ou “leis do valor”, mas referentes à situa-
ção vivida em cada fábrica, em cada favela, em cada quartel. A me-
lhor panfletagem, entretanto, será aquela que acompanha uma ação
armada concreta; nada eleva o espírito de luta tanto como a pró-
pria luta.

As ações de propaganda armada, na atual fase, podem dife-
renciar-se da seguinte maneira:

1 — Ações com função de criar um clima determinado, de
tensão, expectativa ou agitação, como por exemplo a destruição de
centrais elétricas.

2 — Ações com função de identificar um inimigo aos olhos
da massa, transmitindo indiretamente uma linha política. Por exem-

plo, tratar-se-ia de salientar sistematicamente objetivos americanos atingindo desde Consulados até fábricas e funcionários.

3 — Ações com o objetivo de obter diretamente a simpatia popular, executadas em momentos oportunos, como, por exemplo, seqüestro de personalidades para obrigar a ditadura a soltar presos. Além dessas ações de repercussão mais geral, é indispensável a realização de ações relacionadas com os objetivos imediatos das massas, como distribuição de víveres expropriados, ações que obriguem o governo e os patrões a pagar salários atrasados, conceder aumentos. É através desse último tipo de ações que a vanguarda verá aumentar o seu "time", e não somente a sua torcida. São as ações mais importantes no momento, criam a "ponte" de confiança para a mensagem política.

Quanto à estrutura orgânica necessária para desenvolver corretamente as tarefas que cumprem à vanguarda armada na cidade, na atual fase, achamos que a Organização deve trabalhar dentro do seguinte esquema geral:

1 — Um serviço de Inteligência e Informação que possa orientar as ações e criticá-las, avaliando a repercussão nas diversas camadas. Para isso é importante a preservação e montagem de redes de aliados na população. A propaganda armada será uma arma tanto mais eficaz quanto melhor for o serviço de Inteligência.

2 — Um eficiente setor de Imprensa para aproveitar as ações, trabalhando no mesmo ritmo em que estas são feitas, para garantir o melhor aproveitamento possível. Cada ação armada deve ser conjuntamente planejada em seus aspectos técnicos e políticos — daí sugerirmos que cada unidade de combate tenha capacidade de executar tanto o trabalho de imprensa quanto a ação propriamente dita. Neste sentido, não se trata exatamente de um setor de imprensa, obrigatoriamente, mas de um serviço de imprensa, mesmo que não funcione como um setor separado.

3 — O grupo de fogo que é numericamente o menos importante dentro da unidade de combate. Nossa capacidade de luta na cidade é função muito mais de informação correta e rápida, bem como de bom aproveitamento político através de nossa imprensa, do que da multiplicidade de homens armados. As maiores ações raramente exigem mais de 20 homens e nunca foi como nunca será deste lado, que encontraremos dificuldades e limitações.

3 — A presença junto à vanguarda

O apelo político e a propaganda armada terão necessariamente um efeito mobilizador sobre as massas, que se traduzirá numa

vontade de agir de grupos mais avançados em todas as camadas da população. Como resolver o problema do aproveitamento político das vanguardas que surgem? Coloca-se hoje concretamente o problema de saber se devemos aproveitar diretamente os efeitos de nossos trabalhos, ou se devemos deixar a colheita para outros.

Já vimos que o trabalho de uma organização de massas se desenvolve graças à nossa existência. Ao ver tal organização progredir devemos entrar na corrida, lutando pelos quadros? O perigo é grande, pois na ânsia de proclamar “seus” os quadros operários que despontam, as organizações esquecem as exigências de segurança e aproveitamento racional de quadros. Frequentemente esses novos quadros se enojam de “política”, ao vê-la consistir somente de recuos e conciliações políticas. Por outro lado, as massas não podem ser entregues aos reformistas, ou os guerrilheiros ficarão isolados.

Devemos antes de tudo ver o que queremos das massas. Nosso objetivo *não é o de ter quadros, mas o de assegurarmos que seu nível de combatividade, logo, o nível de combatividade das massas, não será destruído.* Este objetivo pode ser atingido de duas formas: enquadrando diretamente as massas ou enquadrando as organizações de massa. Procurando influir nas vanguardas e levando-as a radicalizar as massas, ou radicalizar as massas, levando-as a pressionar as organizações de massa.

Partimos da premissa de que a organização que for vanguarda junto às massas, que dispuser de seu apoio, será vanguarda dentro da própria esquerda e poderá, sem substituir a organização de massa, evitar que esta lhe corte o contato com as massas.

Devemos ainda evitar dois desvios que se tornam comuns na Organização: um idealista, que consiste em definir o que devemos fazer, esquecendo que talvez não possamos fazer o que “devemos” e nos limitar ao possível. O outro, oportunista, que consiste em declarar que “não podemos nos omitir” quando surge qualquer movimento, levando-nos a abandonar as tarefas principais e os objetivos a longo prazo por vitórias táticas, ou até para evitar vitórias táticas de outras Organizações.

Consideramos que a competição com os grupos que possam aproveitar nosso efeito mobilizador não pode se dar no nível do aproveitamento direto desse efeito. Nenhum deles tem nossas condições de obter uma repercussão nacional profunda, de surgir como alternativa de poder, de se popularizar abertamente junto a todo o povo. Também nós, que sustentamos todo o peso da repressão, não

temos condições estruturais de segurança para multiplicar reuniões de bases e realizar um vasto trabalho de educação política.

Assim, lutaremos onde formos mais fortes; tiraremos nossa força junto à esquerda da nossa força junto às massas. Criamos hoje o campo de trabalho de amanhã. Outra política, que tente controlar tudo o que surge de trabalho político no Brasil, somente pode nos desgastar e nos dispersar.

Poderemos, sem oportunismo, assumir o controle orgânico dos novos grupos que surgem das massas, quando tivermos desenvolvido nossa capacidade de utilizá-los, organicamente e de assegurar sua sobrevivência clandestina no caso de quedas (em geral são grupos de pessoas que se conhecem bem e pertencem ao mesmo meio, até a um mesmo local de trabalho, e as quedas serão em série). Na falta desta capacidade, que é temporária, devemos nos contentar com o contato político.

Nossa relação com os setores avançados de massa deverão pois permanecer no nível dos contatos, fixando claramente o caráter colaborativo da ação conjunta. Estes contatos devem ser entretanto considerados como de máxima importância, pois permitirão informações sobre a justeza de nossas ações, sua repercussão junto à massa etc.

Em resumo, na cidade, na primeira fase, a Organização atingirá seus objetivos trabalhando nos seguintes planos:

1 — Trabalho de Informação e Inteligência visando orientar nossa luta e garantir nossa presença política.

2 — Propaganda Armada, visando, de um lado, repercussão nacional, de outro, identificação das massas com a Organização e suas proposições políticas. Os apelos e proclamações que acompanharão estas ações visarão orientar setores avançados das massas na sua preparação para a luta, e preencherão em parte nossa deficiência orgânica junto às massas.

3 — Trabalho de relações com outras Organizações e vanguardas organizadas, com o objetivo de, através da prática conjunta, contribuir para a unificação do movimento revolucionário.

O POVO NA LUTA: O PROBLEMA DAS FASES

Nossa guerra é uma guerra popular. É também uma guerra do povo, no sentido de que supõe uma participação ativa das massas dentro da revolução. O problema fundamental é pois o seguinte: como organizar a participação do povo na luta?

Nossa primeira opção, explicada neste documento, é que esta participação se coloca de maneira totalmente diferente segundo as fases do processo revolucionário. *Em outras palavras, a organização armada não é no seu início uma miniatura do que será mais tarde: estamos exercendo hoje uma violência de vanguarda, e não uma guerrilha do povo localizada.* Não somos uma pequena guerra do povo, e sim uma vanguarda que exerce uma violência didática no sentido de levar ao povo a demonstração da força da luta armada. E o nosso dever hoje não é o de nos concentrarmos no trabalho de organização das massas a fim de levá-las a formas intermediárias de luta até que cheguem à idéia da luta armada, mas o de reforçar a vanguarda armada a fim de mostrar ao povo que deve fazer do sustento e desenvolvimento da luta armada o seu objetivo principal. É o desenvolvimento da luta, especialmente no campo, que abrirá ao povo as perspectivas de participação.¹

A organização e radicalização de formas de luta intermediárias das massas leva a uma Córdoba, mas não leva à guerra revolucionária: é uma perspectiva de curto prazo que permite atingir rapidamente grande violência, mas que faz a violência ir além de sua capacidade de sustentação permanente. Considerando o nível de luta de classes hoje atingido, é bem possível que tais manifestações se produzam em futuro próximo. No entanto, devemos entender que não é o nosso objetivo e não modifica fundamentalmente a nossa tarefa que é de organização da violência em nível menor hoje, mas permanente e crescente. Passamos longo tempo num relativo isolamento das massas, com um contato essencialmente político. Em compensação, quando camadas da população se organizam para nos apoiar — e devemos sempre lembrar a importância do campo neste plano — organizam-se já na perspectiva da guerra revolucionária.

Não se trata pois de enumerar as possíveis formas de participação das massas na luta, mas de saber se o objetivo da organização e da vanguarda armada que hoje se constitui é de radicalizar as massas, levá-las à luta, e tornar-se assim um braço armado de uma luta de massas — a dinâmica da luta é então ditada pelo nível de luta das massas — ou se o objetivo é de levar as massas a enten-

¹ É subestimar profundamente a capacidade de compreensão das massas pensar que elas não entendem a que ponto as formas de luta intermediárias têm pouco sentido. É uma experiência quotidiana encontrar operários ou camponeses que estão prontos a tomar as armas, mas se recusam a travar luta reivindicatória.

darem a luta armada organizada (fase atual) como única saída para os seus interesses de classe e que sua única saída é entrar na dinâmica das exigências do desenvolvimento da guerra revolucionária.

Esse ponto deve ser bem compreendido: a organização armada consegue se transformar em vanguarda na medida em que sabe interpretar as exigências das massas, e sabe levar as massas a entenderem que luta por elas. O conjunto da luta armada somente tem sentido se for guiado pelas necessidades do povo. Do ponto de vista político são pois as massas que guiam o nosso combate, e o político sempre guia e orienta o militar.

Neste sentido deveremos sempre evitar ações que não seriam compreendidas pela população ou distorcidas pela propaganda ou contraterrorismo. Mas na medida em que obtém o apoio popular por meio de ações que demonstram a sua vinculação com os interesses do povo, a vanguarda tem que orientar as massas *para o apoio à luta armada, com o objetivo fundamental de reforçar os movimentos de massa que podem ter existido em torno desses interesses*. Luta de massas nos interessa na medida em que permite às massas verem que o caminho certo é o da luta armada, e não o contrário. A guerra do povo não significa que as organizações armadas se colocam ao lado dos movimentos de massa e os apóiam, e sim que o povo se organiza para o sustento e desenvolvimento dos grupos armados hoje, e amanhã do exército popular.

Assim, ao mesmo tempo que a vanguarda submete a sua luta aos objetivos das massas, estas submetem sua participação às necessidades do desenvolvimento do instrumento de tomada do poder. A guerrilha é a arma do povo: o povo se submete às exigências do seu desenvolvimento. O povo sustenta a vanguarda, e esta luta pelos interesses do povo. E a vanguarda só será vanguarda se souber compreender os interesses do povo e defendê-los sem vacilar. Em outras palavras, não se trata de fazer as organizações armadas participarem numa insurreição das massas, e sim fazer as massas participarem na guerra revolucionária.

As conseqüências que tiramos desta concepção são duas: a) do ponto de vista de estrutura, a vanguarda não é político-militar porque justapõe setores políticos por um lado e setores militares por outro, e sim porque o conjunto da sua estrutura obedece a exigências militares e o conjunto da sua atividade obedece a objetivos políticos (surge assim o conceito de organização de combatentes, na qual todos os setores são estruturados segundo critérios de eficiência no desenvolvimento da luta, e que põe a luta a serviço dos ideais do povo); b) do ponto de vista do desenvolvimento da parti-

cipação popular na luta, o dever atual de todo revolucionário é integrar-se na luta armada e desenvolvê-lo suficientemente para que se torne uma força mobilizadora do apoio popular.

Podemos dizer, enfim, que o problema das fases da luta, na situação em que vivemos (o de implantação da guerra revolucionária) pode ser resumido assim: as fases são definidas pelas *formas de participação do povo na luta*. Quando as organizações armadas se transformarem de fato em vanguarda política, ou seja, quando tiverem condições de *iniciar* a organização do apoio e participação do povo na guerra revolucionária, porque acredita que é a *sua* alternativa, teremos atravessado vitoriosamente a primeira fase.

VANGUARDA ARMADA REVOLUCIONÁRIA — PALMARES — VAR-PALMARES

A Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES) resultou da fusão de diversas organizações providas do PCB, da ORM-POLOP e da AP, além de agrupar quadros originários do Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR —, de inspiração brizolista.

Numa primeira fase, começos de 1969, os Comandos de Libertação Nacional (COLINA) absorveram parte das Dissidências do PCB da Guanabara (Dissidência da Dissidência, ou DDD) e do Rio Grande do Sul, além de uma pequena fração da AP na Guanabara — o Núcleo Marxista-Leninista da AP. Numa segunda fase, os COLINA fundir-se-iam com a VPR — Vanguarda Popular Revolucionária, no congresso de fundação da VAR-PALMARES, em julho de 1969, em Teresópolis.

A permanência de sérias divergências determinaria a necessidade de convocação de um novo congresso, que se realizou em setembro de 1969, também em Teresópolis. Mas a VAR-PALMARES não conseguiria integrar elementos tão diversos. Concepções diferentes a respeito da combinação entre tarefas políticas e militares, entre lutas sociais e luta armada, revelaram-se insolúveis, levando à divisão da organização que vinha de ser formada. Uma parte da organização reconstituiu a VPR, enquanto a outra prosseguiu, agora no Rio de Janeiro, o Congresso que aprovaria o Programa que transcrevemos a seguir. A VAR surgia com núcleos no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Pernambuco e Guanabara.

Ainda no segundo semestre de 1969, mais um grupo de militantes se desligaria da VAR, divergindo tanto das concepções predominantes nesta quanto das assumidas pela VPR. Constituiriam a Dissidência da VAR-PALMARES (DVP).

Os golpes da repressão, a quase destruição do Comando Nacional, levariam à realização de um II Congresso, realizado em Recife, em fevereiro de 1971, com representantes de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Guanabara e São Paulo. Mas a organização, bastante debilitada, não conseguiria reerguer-se política e organicamente, limitando sua atuação à prática de ações armadas para garantir a sobrevivência dos quadros. Em fins de 1971, encontrava-se em vias de extinção.

A VAR-PALMARES manteve, sem regularidade, o jornal *União Operária*.

PROGRAMA (setembro, 1969)

SITUAÇÃO NACIONAL E ANÁLISE DE CLASSE

1. *Situação nacional*

O Brasil é um país *capitalista atrasado e dependente do imperialismo*. O caráter de sua estrutura econômica é definido pelas formas assumidas por sua incorporação e participação no sistema capitalista internacional.

Descoberto e colonizado à época do *mercantilismo*, o Brasil desenvolverá uma economia destinada a atender à demanda do mercado europeu, tendo seus ciclos determinados pelas necessidades deste mercado. Esta dependência origina-se do fato da economia brasileira ter se limitado à condição de simples fornecedor de matérias-primas e consumidora de produtos manufaturados.

O Brasil, ao tornar-se, com a abertura dos portos, capaz de comercializar diretamente com a Inglaterra, desvincula-se economicamente da coroa portuguesa, o que possibilitará à burguesia agrário-exportadora maior participação nos frutos da exploração. A independência política marcará o início da total predominância do imperialismo inglês. Os interesses econômicos vinculados à nossa produção de gêneros agrícolas tropicais, e particularmente o café, levam o imperialismo britânico a montar um sistema bancário e uma

infra-estrutura de transporte (estradas de ferro), assumindo o controle majoritário do nosso comércio exterior. Por outro lado, a Inglaterra, ao se transformar num país industrial, se interessará por colocar em maior escala os seus produtos manufaturados nos países coloniais. Para que isto ocorra, será necessário extinguir o comércio de escravos, que canalizava grandes recursos nacionais, e a escravidão, para permitir a remuneração em dinheiro e a especialização do trabalho agrícola. Assim, embora constituindo uma exigência interna do desenvolvimento das forças produtivas, a abolição da escravatura é condicionada pela necessidade do mercado mundial.

Além disto, estava terminada a conquista da terra com o seu monopólio assegurado aos cafeicultores, o que impedirá a libertação efetiva da mão-de-obra rural.

Portanto, o advento da produção cafeeira no século XIX trará consigo uma nova forma de produção.

É neste quadro que se consolidará uma *burguesia mercantil*, apoiada no capital inglês e diretamente vinculada aos interesses da produção agrícola exportadora, que em *aliança com os cafeicultores dominará o Estado brasileiro até 1930*. O coronelismo e a política dos governadores consolidaram esta aliança e demonstraram o predomínio rural no sistema de poder, apesar de ser o prenúncio da decadência e de sua dependência do poder central.

Com o aumento da concentração de capitais (liberados pela abolição da escravatura) e com a aparição do trabalho livre remunerado em dinheiro surgiram as primeiras condições materiais mínimas para o surgimento de uma indústria incipiente e de tipo artesanal destinadas a satisfazer as novas necessidades do mercado. Durante o período que vai da 1ª República até a guerra de 1914, iremos assistir o aumento relativo das inversões no setor industrial.

Contudo só a Guerra de 1914 proporcionará uma infra-estrutura mínima capaz de sustentar a consolidação das novas classes ligadas à indústria. Esta expansão do setor industrial se apóia no encarecimento, durante a guerra, dos produtos manufaturados importados, e, portanto, no estremeamento dos nossos vínculos com o imperialismo inglês. Neste período, portanto, ao diminuírem as entradas de divisas devido à quase paralisação das compras de produtos agrícolas se intensificará a nossa indústria substitutiva de importações européias, através da transferência de capitais oriundos da cafeicultura e da poupança dos imigrantes. Esta maior vinculação da nossa economia ao mercado interno só será possível devido às modificações operadas na nossa estrutura interna no período anterior.

A Primeira Guerra marcará ainda o início do predomínio do imperialismo americano sobre o inglês.

Contudo, o Estado brasileiro, dominado pelos interesses da oligarquia do café, não terá dinamismo suficiente para atender as necessidades da burguesia industrial nascente. Por outro lado, tal burguesia será bastante frágil para enfrentar em toda a sua plenitude o poder destas oligarquias e de seus suportes internacionais, já que dependem sobretudo das divisas obtidas por meio das exportações para se consolidarem.

Será dentro desta correlação de forças e tendo em vista a utilização do aparelho do Estado para proteger seus interesses, que a burguesia industrial aliar-se-á, num primeiro momento, à pequena burguesia das cidades.

Formada a partir do desenvolvimento das atividades ligadas à indústria e da crescente urbanização decorrente do aumento da complexidade da vida pública estatal, a pequena burguesia urbana verá suas possibilidades econômicas e políticas limitadas pela estrutura do poder da República Velha. Aliando-se à burguesia industrial, inicia contra essa ordem uma violenta luta cujos objetivos liberais e antilatifundistas têm uma expressão significativa no tenenismo. Com a revolução de 30, consegue impor sua participação no sistema político, mas ante a impossibilidade de oferecer à sociedade um caminho próprio, serve substancialmente de instrumento da burguesia industrial.

A crise mundial de 1929, reduzindo as exportações de produtos industrializados da Europa e dos EUA, estimulará a industrialização brasileira. A política substitutiva de importação ganhará um novo alento e os grupos industriais brasileiros intensificarão o seu desenvolvimento concentrando-se, inicialmente, no setor de bens de consumo. Esbarravam, entretanto, com o controle do capital financeiro pela burguesia agrário-exportadora que dominava o comércio externo do país num vínculo estreito com os grupos financeiros internacionais.

O movimento de 1930 consolidará a força política da burguesia industrial impondo a sua participação ativa no governo, influenciando cada vez mais na política econômica do país. Para tanto, será necessária uma aliança com a burguesia agrário-exportadora detentora do sistema de crédito. Tal aliança não se fará sem choques e tensões e esta fase se caracterizará por muitos movimentos que atestam a instabilidade reinante e que vão desembocar no regime ditatorial de 1937.

O processo de industrialização da década de 30 criará um proletariado novo, sem uma clara consciência de classe, que será utilizado pela burguesia industrial como instrumento de pressão contra a burguesia agroexportadora, através do populismo. Seus elementos, oriundos do campo, traziam heranças de valores tradicionais e paternalistas e encaravam a vinda para a cidade como uma ascensão social, sendo desta maneira habilmente mobilizados pela política paternalista de Getúlio Vargas. Este, ao mesmo tempo que concedia certos direitos à classe trabalhadora, enquadrava-a dentro de uma estrutura sindical corporativista cujo modelo era a legislação da Itália fascista.

A Segunda Guerra Mundial obriga os países industrializados da Europa e os Estados Unidos a um esforço concentrado, adaptando a sua indústria civil às necessidades de fabricação de material bélico. Dessa maneira diminuem nossas importações de bens manufaturados, ao mesmo tempo que aumentam as exportações de matérias-primas (principalmente minérios e látex para a fabricação de borracha), assim como se mantém elevada a exportação de café e cereais.

Tal fato favoreceu a retenção de capitais no país, expandindo a oferta de crédito que estimulou o processo de industrialização substitutiva de importações, proporcionando o desenvolvimento de grupos industriais com pretensões nacionalistas, devido a relativa autonomia do desenvolvimento industrial nessa época. É durante a Segunda Guerra que se verifica a implantação de uma indústria de base importante: a Cia. Siderúrgica Nacional.

Com o fim do conflito mundial, os EUA despontam como nação hegemônica. No processo de reconstrução do parque industrial da Europa Ocidental e do Japão, bastante danificado pela guerra, o capitalismo norte-americano lança as bases do controle da indústria destes países, ramificando esse controle às antigas colônias européias.

O Brasil, com uma grande reserva cambial acumulada durante a guerra e manipulada pela burguesia agrário-exportadora vinculada aos grupos financeiros industriais, reabre as portas para a importação de mercadorias manufaturadas, debilitando a expansão das indústrias surgidas durante a Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, grupos norte-americanos favorecidos por facilidades cambiais associam-se à burguesia brasileira, carente de tecnologia e de capitais, importando bens de equipamento e maquinaria para a indústria. Aguça-se a contradição entre grupos industriais brasileiros carentes de capitais e o capital imperialista norte-americano que tenta colocar sob seu controle o conjunto das atividades econômicas

do Brasil. Extrema instabilidade política do período 1950-1956 expressa a luta que se trava entre as forças ligadas aos interesses imperialistas e os *grupos industriais autonomistas*, que acionam como um instrumento de pressão e defesa de seus interesses o esquema trabalhista de Vargas. Os atos ambíguos de Vargas, cedendo por um lado às pressões nacionalistas (estabelecimento da Petrobrás) e satisfazendo, por outro, aos interesses imperialistas, expressam confrontos que lhe davam pouca margem de decisão.

O desenvolvimento de uma indústria substitutiva de importação, carente de uma tecnologia que não elabora, e dependendo dos centros industriais mais avançados, sela os laços que a prendem à metrópole imperialista.

A instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1953, abriu caminho, em definitivo, para a entrada de capitais estrangeiros em forma de máquinas ou equipamentos industriais, com facilidades extremamente mais favoráveis que às concedidas à burguesia nacional.

O período de Juscelino marca a ativação de nossa economia pelo imperialismo: a industrialização dessa fase é feita sob o controle preponderante do capital internacional, retirando definitivamente as poucas bases econômicas dos grupos industriais nacionalistas. As veleidades autonomistas são substituídas pela pressão para forçar o capitalismo internacional a manter capitais no país, dificultando a nossa exportação de capitais, forçando assim o reinvestimento no setor industrial. Acelera-se o processo de extensão do controle do imperialismo aos principais setores da indústria e da agropecuária brasileira.

O controle do capitalismo brasileiro pelo capital imperialista condena o Brasil a permanecer nos marcos da estagnação e do subdesenvolvimento. O imperialismo dita as regras do desenvolvimento industrial para as condições de produção próprias da etapa monopolista do capitalismo, através da absorção de pequenas e médias empresas, associando-se ainda ao capital nacional já razoavelmente concentrado. Esta monopolização precoce da economia intensifica as disparidades regionais, e setoriais, na medida em que não utiliza *adequadamente* os recursos humanos e materiais existentes. Em consequência disso, aumenta o desemprego em suas diversas formas e se empobrecem imensas regiões e suas populações.

O processo de industrialização se baseia, principalmente, no acúmulo de capital nas atividades agrícolas, que fornecem, através da exportação do café, cacau e açúcar, as divisas necessárias à importação de maquinaria e equipamentos destinados à formação de

nossa indústria, bem como os recursos para o pagamento em moeda estrangeira dos empréstimos, lucros e royalties etc.

Dessa maneira quase não existem reinvestimentos no setor agrícola, que mantém formas rotineiras de produção, caracterizadas pela manutenção da concentração da terra em grandes propriedades fundiárias que adotam a agricultura extensiva.

Este acúmulo de capital no setor agrícola se dá através do aumento da exploração dos trabalhadores agrícolas. Expandem-se no campo as relações de produção capitalistas, com o pagamento dos salários em níveis sumamente baixos e sem nenhuma garantia de permanência no trabalho, subordinando os trabalhadores agrícolas às normas impostas individualmente pelo proprietário agrícola, de acordo com seu arbítrio. É neste contexto que se desenvolveram violentas lutas de classe no campo, principalmente na década de 1950. Apesar de possuírem expressão política, permanecem sob controle de "agitadores sociais", incapazes de ultrapassar os limites do radicalismo pequeno-burguês. A luta dos assalariados pelo salário mínimo, sindicalização e pela aplicação da legislação trabalhista no campo, bem como as lutas dos posseiros de Formoso e Trombas se dão dentro dos limites do reformismo.

Somente próximo dos grandes centros industriais se desenvolve uma agricultura mais dinâmica, com técnicas modernas de produção, destinadas a suprir as necessidades internas de consumo de bens agrícolas.

A burguesia industrial torna-se incapaz de efetuar a reforma agrária, não podendo deixar acumular capitais no campo, nem fazer investimentos no setor agrário, já que o setor industrial é cada vez mais carente de capitais. A burguesia industrial firma, assim, uma aliança tática com a burguesia agrária, não levando adiante, por incapacidade histórica, a reforma agrária necessária à expansão do mercado interno. Por outro lado, os métodos rotineiros de produção neste setor impedem a absorção da oferta de mão-de-obra, aumentando assim o número de desempregados.

Num país com uma população em que mais de 50% são jovens de menos de 20 anos, a oferta de força de trabalho aumenta consideravelmente todos os anos. A indústria, baseando-se em formas de produção em que a tecnologia substitui o emprego de força de trabalho, e a agricultura estagnada, não absorvem esta mão-de-obra, aumentando, cada vez mais, o número de desempregados e semi-empregados. Esta enorme massa não se confunde com o lumpem-proletariado, concentrando-se nas periferias das grandes cidades e regiões pioneiras, permanecendo também errante no campo, em busca de trabalho.

A partir de 1961 afluem os sinais da crise econômica. A necessidade de exportações de capitais em dólares para fazer frente aos pagamentos de empréstimos externos, remessa de lucros, royalties etc., bem como a compra de novas maquinarias e equipamentos para a indústria exige o aumento das exportações brasileiras de bens agrícolas e minério de ferro e manganês. Como consequência, o governo brasileiro é obrigado a fazer grandes emissões de dinheiro, aumentando consideravelmente o ritmo inflacionário, o que leva à diminuição do salário real das massas assalariadas.

Começa a declinar o ritmo de crescimento do capitalismo no Brasil que até então experimentara uma euforia de grande expansão. O choque entre a capacidade de produção e o reduzido mercado interno aparece aberto violentamente.

A crise econômica aguça a luta de classes. A classe operária, submetida à inflação, mobilizava-se e conquistava reajustes salariais cada vez mais rápidos. Crescia o movimento popular nas cidades e nos campos em torno das reformas de base e de reivindicações econômicas. Embora nos marcos do reformismo, constituía para a classe dominante uma ameaça permanente de surgimento de uma oposição revolucionária ao regime. A radicalização do movimento de massas voltava-se contra as classes dominantes como um todo, incluindo até os setores da pequena e média burguesia industrial, permanentemente ameaçados de absorção pelos grandes grupos econômicos. Essas (as classes dominantes) consolidam sua união de classe com o imperialismo, já que a única alternativa que lhes restava era o arrocho dos assalariados como forma de salvar a sua taxa de lucro abalada pela crise.

O período que culmina com o golpe de abril, estendendo-se desde a experiência frustrada do governo Jânio Quadros, caracterizava-se pela definição política da burguesia brasileira por um esquema de poder que lhe assegura a aplicação da política econômica antiinflacionária e depressiva, expressão atual de seus interesses de classe.

Após a renúncia de Jânio, com o fracasso da tentativa de impor ao país um governo ditatorial empenhado na aplicação desta política desinflacionária, restou à grande burguesia uma saída de compromisso — expressa no parlamentarismo. Esboçaram-se, então, através dos sucessivos governos parlamentaristas, novas tentativas de combate à crise pela adoção de uma política desinflacionária e antipopular.

O restabelecimento dos poderes presidenciais termina por ser admitido, por importantes parcelas da grande burguesia, como caminho possível para dar à crise econômica uma resposta segundo

seus interesses de classe. Entretanto, o governo Goulart, refletindo o seu conteúdo contraditório de governo de compromisso entre parcelas da grande burguesia — interessadas numa redefinição do poder por uma política antioperária — e camadas pequeno-burguesas reformistas, foi incapaz de pôr em prática aquela política. Isto porque o arrocho das classes trabalhadoras exigia a ruptura radical com a política populista de Jango, que as utilizava como respaldo de massa para as suas barganhas, concedendo-lhes constantes reajustes salariais.

A queda de Goulart foi precedida, nos últimos meses de seu governo, pela redução de suas bases sociais praticamente aos limites das camadas pequeno-burguesas e operárias atingidas pela pregação reformista. A radicalização do movimento de massas, aliada ao agravamento da situação econômica, com a redução da taxa de lucros da pequena e média burguesia empresarial, acabou por afastá-las também da composição de forças em que se apoiava o governo, e levou ao recuo e à paralisação do setor burguês do poder. A pressão inflacionária, a incapacidade da esquerda de apresentar uma alternativa revolucionária para a crise e a inexistência do movimento operário atuando autenticamente tornaram ainda mais fácil a neutralização de camadas amplas da pequena burguesia e arregimentação de outras para a derrubada do governo de João Goulart.

Após 1964 se intensifica o processo de integração da nossa economia ao capitalismo monopolista internacional. Com o golpe de abril de 64, a ditadura das classes exploradoras passa a exercer-se sob novas formas, adequadas a esta redefinição e à tentativa de vencer a estagnação econômica e o processo inflacionário, por meio da concentração de renda e da queda forçada de salário real dos trabalhadores.

No plano econômico, a classe dominante enfrenta contradições insolúveis, pois, na atual situação histórica, o capitalismo mostra-se claramente incapaz de desenvolver as forças produtivas do país. Ao integrar o capital estrangeiro ao seu horizonte histórico, o capitalismo brasileiro associou ao seu o destino do subdesenvolvimento. De fato, a penetração maciça de capitais imperialistas conduz o desenvolvimento industrial diretamente para condições de produção próprias da etapa monopolista do capitalismo, através da absorção de pequenas e médias empresas, associando-se ainda ao capital nacional, já razoavelmente concentrado.

Esta monopolização precoce da economia intensifica as disparidades regionais e setoriais, na medida em que não utiliza adequadamente os recursos humanos e materiais existentes.

Assim, a política econômica da ditadura não foi *ainda* capaz de vencer a estagnação que tomou conta da economia nacional, não obstante o relativo sucesso da política desinflacionária calcada fundamentalmente na desarticulação do Movimento Operário e no seu controle violento para a efetivação da política do arrocho salarial. A reduzida eficácia da política econômica da ditadura decorre das contradições inerentes ao próprio modo de produção ultrapassado que defende: a contradição entre a necessidade de ampliação da oferta de empregos e a submissão à tecnologia do imperialismo poupadora de mão-de-obra; contradição entre a necessidade de ampliar o mercado interno e a necessidade de realizar uma política desinflacionária que se fundamenta na quebra do poder aquisitivo das massas; contradição entre a necessidade de ganhar mercados no exterior para nossos produtos industrializados e a oposição do imperialismo que defende seu controle dos mercados internacionais; contradição entre a necessidade de modernizar a estrutura agrária e a impossibilidade de vencer a oposição dos setores agrários interessados em manter os seus privilégios; contradição entre a necessidade de diminuir as disparidades regionais e setoriais e as próprias leis internas do modo de produção capitalista que determinam a existência destas disparidades, como consequência da atração que sofre o capital para áreas mais rentáveis; contradição entre a necessidade de atrair capitais e empréstimos internacionais para financiar nosso “desenvolvimento” e constante “sangria” causada por estes capitais através da super-remessa de lucros e juros acumulados. Desta forma a área de atuação do governo é sumamente reduzida: racionalizar a máquina governamental, reduzindo o déficit; combater a sonegação; encetar uma campanha moralista “contra a corrupção”; dirigir os investimentos privados através de uma política de estímulos fiscais; iniciar um arremedo de reforma agrária com objetivos políticos — “tentativa de diminuir tensões sociais”.

A militarização da estrutura do poder corresponde à adoção desta política em que os interesses imediatos de parcelas da burguesia são rigidamente subordinados aos interesses gerais de preservação de seu domínio enquanto classe. A ditadura apóia-se na coesão política e ideológica dos diversos setores das classes dominantes para enfrentar a oposição crescente de setores da pequena burguesia e a incipiente mobilização da classe operária na luta contra a exploração econômica. De abril de 1964 para cá, a superestrutura político-jurídica do Estado burguês vem sendo transformada gradativamente de modo a permitir a institucionalização das medidas repressivas julgadas necessárias. Sucodem-se os atos institucionais, a Constituição imposta por meio do Congresso em 1967, a reforma da le-

gislação trabalhista, o controle das organizações de massas, a pena de morte, as cassações de direitos políticos, etc., encontrando esse processo de redefinição do poder sua forma final e mais acabada no *Ato Institucional nº 5*, que corresponde a um salto qualitativo no sentido da acentuação da coesão do poder burguês e termina por ser incorporado à nova Constituição outorgada pela Junta Militar que sucede a Costa e Silva.

2. *Análise de Classes*

Examinaremos a seguir a situação de cada uma das classes na sociedade brasileira, a fim de, a partir da análise de sua condição econômica e de sua ideologia, determinar suas respectivas atitudes face à Revolução.

A burguesia industrial, comercial e financeira integrada econômica e politicamente ao capital monopolista da metrópole imperialista converte-se em prolongamento doméstico da exploração internacional do trabalho, como detentora direta dos meios de produção ou como simples administradora daqueles que são propriedade direta do imperialismo. Sua política e ideologia atuais são a expressão de seus interesses de concentração e centralização de capital no quadro da integração ao imperialismo. Expressando seus interesses de classe, a substituição da ideologia do “desenvolvimento” pela ideologia da “interdependência” fundamenta a política do Estado burguês a partir de 1964.

A *burguesia agrária*, controlando a maior parte das terras cultiváveis, constitui o setor mais retrógrado da sociedade brasileira. O latifundiário constitui-se historicamente na forma econômica principal do capitalismo no campo e está voltado diretamente para o mercado imperialista. Devemos distinguir a *empresa agrícola* do latifúndio. Uma é um empreendimento capitalista típico, como a usina de açúcar, fazendas de café, de cana ou de cacau. O outro não tem a categoria de empresa, é um estabelecimento agrícola baseado em relações de trabalho tradicionais e formas de cultivo atrasadas: trata-se em geral de uma grande unidade dispersa em subunidades autônomas, organizadas em atividades produtivas de subsistência e parcialmente mercantilizadas. A burguesia agrária representou um papel importante na aglutinação das classes dominantes para o golpe de 64, agitando a bandeira da defesa da tradição e da propriedade privada.

A burguesia industrial, financeira, comercial e agrária constituem o bloco das classes dominantes da sociedade brasileira. As eventuais oposições de interesses entre os diferentes setores da classe

dominante refletem apenas divergências conjunturais, face a aspectos secundários da orientação política e econômica do Estado burguês. Tais divergências pouco ou nada significam diante da irreversível aliança histórica entre eles que o golpe de abril de 64 veio tornar mais eficiente.

Antagonicamente oposto ao bloco das classes dominantes, está o proletariado urbano e rural que é a *força fundamental* na aliança de classes e camadas revolucionárias. Despojado de todos os meios de produção, só tendo para vender a sua própria força de trabalho, o proletariado é a única força revolucionária conseqüente, capaz de eliminar todas as formas de existência e de relações tornadas *arcaicas* pelo desenvolvimento social. Seu mais avançado setor é a classe operária, dirigente da Revolução Brasileira e historicamente destinada a dirigir o conjunto dos explorados e oprimidos no rumo da Revolução Proletária, e da construção do Socialismo, exercendo sua direção e hegemonia através da vanguarda consciente e organizada partidariamente. Distinguimos ainda no proletariado urbano os trabalhadores dos transportes marítimos, ferroviários, rodoviários, estiva e carga; e nos serviços de utilidade pública: eletricidade, comunicações.

Hoje já estão amadurecidas as condições objetivas para o desenvolvimento da consciência revolucionária de classe do proletariado. Assim, apesar das sobrevivências políticas e ideológicas de um passado histórico recente — da submissão política e ideológica à fração populista da burguesia e ao reformismo — já existem atualmente amplas perspectivas de surgimento de uma consciência revolucionária da classe operária, o que está a exigir uma vanguarda capaz de levar-lhe esta consciência e apontar-lhe os caminhos da luta.

A importância extraordinária do proletariado rural para a consecução dos objetivos revolucionários deriva diretamente das condições de existência de capitalismo atrasado e dependente no Brasil.

A massa de assalariados agrícolas trabalha de fato pelo que é essencialmente um salário, ainda que ínfimo e irregular, devendo desempenhar um papel relevante no desenvolvimento da luta revolucionária já que ao mesmo tempo que se encontra no palco da luta, reúne características como concentração, organização coletiva do trabalho, desvinculação dos meios e objetos de produção, constituindo-se num extraordinário potencial revolucionário. A classe dos trabalhadores agrícolas, formada pelos trabalhadores das empresas agroindustriais, representa uma parcela pouco significativa do proletariado rural, conservando características da classe operária.

Constituído de parceiros, posseiros, minifundiários, arrendatários, foreiros, o semiproletariado caracteriza-se pela venda de sua

força de trabalho, ao mesmo tempo em que trabalha também como produtor independente para a sua subsistência ou diretamente para o mercado, realizando-se estas atividades simultânea ou alternadamente. Explorado da forma mais brutal, atingido pela desvalorização de seus produtos e pelas limitações a seu comércio, subordinado em alguns casos ao monopólio burguês do comércio, em outros trabalhando diretamente para a indústria monopolista, essa classe não tem alternativa fora da proletarização completa.

Sua aliança com o proletariado representa a sua única salvação, pois mesmo suas reivindicações imediatas, como a posse da terra e o desenvolvimento das forças produtivas no campo não podem ser atendidas pela burguesia, como ocorrera parcialmente nas metrópoles imperialistas.

A situação de minifundiário, arrendatário, foreiro, pode corresponder igualmente a uma condição de classe pequeno-burguesa. O que caracteriza a pequena burguesia rural não é a posse da terra, mas a exploração da força de trabalho e a posse dos meios de produção. A pequena burguesia rural, apesar de sua característica de classe exploradora, sofre igualmente os efeitos da monopolização, com a desvalorização de seus produtos, as limitações de seu comércio e, no caso de arrendatários e foreiros, com o alto aluguel da terra. Representa, portanto, também um aliado potencial do proletariado.

Secularmente oprimidos, sem a mínima possibilidade de fazer valer os seus direitos, os trabalhadores rurais atingiram em suas lutas graus de violência desconhecidos pelos trabalhadores nas cidades. Isto se deve à própria estrutura de dominação no campo que, apesar das repercussões e influências do desenvolvimento do capitalismo industrial e por causa dele e da urbanização, permanece extremamente rígida em função da manutenção das prerrogativas do latifúndio. Suas lutas, portanto, são as mais violentas, demonstrando o potencial revolucionário imenso dos trabalhadores rurais. A capacidade de luta demonstrada pelos beatos de Antônio Conselheiro, pelos fanáticos de Zé Maria, e até mesmo pelos cangaceiros de Lampião, não teve expressão política, nem seu potencial encontrou uma vanguarda consciente capaz de desenvolvê-la no sentido revolucionário. As lutas dos trabalhadores rurais da década de 50, apesar de já possuírem expressão política, permaneceram sob o controle de "agitadores sociais", incapazes de ultrapassar os limites do radicalismo pequeno-burguês. Sem um programa revolucionário, as Ligas não foram capazes de colocar na ordem do dia a questão da aliança do proletariado com as demais camadas de trabalhadores não proletários, e a questão do poder proletário. A luta dos assalariados pela

sindicalização e pela extensão da legislação trabalhista ao campo, bem como a luta dos trabalhadores não ultrapassam os marcos do reformismo. As massas do proletariado e do semiproletariado rural constituem um enorme potencial revolucionário e serão o contingente principal na primeira etapa da Guerra Revolucionária. Mas só integrarão efetivamente a aliança de classes para a Revolução como aliados principais da classe operária na medida em que esta, pela sua vanguarda, seja capaz de apresentar-lhes uma estratégia e um programa corretos, materializados pelo poder político-militar da vanguarda revolucionária.

Ao analisarmos a pequena burguesia urbana, que abrange uma dos contingentes mais ponderáveis da população brasileira, distinguiremos inicialmente a pequena burguesia industrial e comercial das camadas pequeno-burguesas de assalariados e profissionais liberais autônomos. Trata-se neste segundo caso de burocratas, empregados do comércio e serviços bancários, funcionários, profissionais liberais etc.

A pequena burguesia proprietária dos meios de produção e comercial é sócia menor das classes dominantes exploradoras e as contradições que mantém com elas são superadas por aquelas que mantém com o proletariado. Suas contradições com a grande burguesia no poder são o resultado do processo de concentração econômica, do seu caráter marginal em relação à dinâmica do processo produtivo, da sua incapacidade de afrontar a concorrência dos monopólios em função de sua inferioridade tecnológica que a levam à falência ou absorção, da sua marginalização no tocante à distribuição de crédito, em resumo, do fato de que apesar da baixa capitalização não permitir o açambarcamento de toda a produção pela estrutura monopolista, haver uma tendência permanente à absorção das pequenas e médias empresas pelas grandes empresas. O pequeno-burguês está assim preso ao estágio inicial do desenvolvimento da sociedade industrial; mais próximo do mundo do operário com o qual convive diretamente, exercendo, inclusive, na empresa, a função de gerente, capitalista, vendedor e, inclusive, trabalhando às vezes na produção. Constitui a base da débil oposição liberal burguesa, não indo além das tímidas exigências de redemocratização do país, ao mesmo tempo que busca obter do governo concessões no tocante à aplicação da política econômica que lhe permita melhores condições de participação no processo capitalista. O objetivo da vanguarda revolucionária para com essas camadas deve ser a de neutralizá-las, sabendo, entretanto, que não poderá ganhá-las para a Revolução.

A atitude das demais camadas da pequena burguesia face à contradição principal da sociedade brasileira é determinada fundamentalmente pelo seu caráter de “classe de transição”, na qual os interesses de duas classes podem simultaneamente ter suas arestas. Gostaria de ver seus serviços amplamente pagos e para tal necessita que seja maior a mais-valia. Treme de pavor frente ao proletariado como perigo para sua débil relativa segurança, sem todavia deixar (principalmente seus setores assalariados) de, junto com ele, ser vítima de eventuais (e cada vez mais constantes) políticas de contenção salarial da burguesia. Debate-se, pois, a pequena burguesia em contradições com os dois pólos da sociedade, corporifica a própria contradição social. Não podemos superestimar o potencial revolucionário autônomo dessas camadas consideradas isoladamente, nem subestimar as possibilidades de atraí-las para a aliança revolucionária, sob a direção política do proletariado e de sua vanguarda.

A atitude das diferentes camadas da pequena burguesia face à revolução varia também em função do caráter social específico de cada uma.

A pequena burguesia assalariada das cidades, ampla camada ligada à prestação de serviços e que trabalha, sobretudo, em repartições públicas e em empresas capitalistas ressentem-se das restrições impostas ao seu poder aquisitivo e, sobretudo, do fechamento dos canais institucionais de ascensão social, resultante do processo de monopolização e da estagnação econômica. Embora seu comportamento político tenha se caracterizado por uma linha pendular de procedimento da marcha da família com Deus em 1964, à passeata dos 100 mil em 1968 — a definição mais clara da contradição entre capital e trabalho na sociedade brasileira abrirá margem a que seus setores mais radicalizáveis tenham uma participação a reboque dos trabalhadores da cidade e do campo no processo revolucionário brasileiro.

Os grupos sociais ligados à superestrutura cultural e educacional da sociedade estão sujeitos também às formas gerais de comportamento político da pequena burguesia, à sua condição de expressão viva da luta de classes, à sua fragmentação e ausência de peso na infra-estrutura econômica da sociedade. Ressentem-se, contudo, particularmente da contradição entre as ilusões ideológicas próprias da pequena burguesia e a necessidade de subordinação de todos os aspectos da vida social aos interesses dos monopólios, com redução do mercado de trabalho intelectual ligada à absorção de um pequeno número de tecnocratas e ideólogos eficientes.

Os estudantes atingidos pelo processo de adequação da Universidade e do ensino em geral ao processo de monopolização, com

a redução de suas perspectivas de ascensão social, a par de condições específicas favoráveis à formação de uma consciência política e a um certo grau de organização, têm desempenhado um papel importante no que toca à agitação e propaganda revolucionárias.

As lutas destas camadas não constituem, por si só, um fator de transformação radical da sociedade, podendo mesmo assumir uma posição reacionária de defesa da ascensão social e do profissional liberal contra o processo de centralização do capitalismo. Mas uma vez oferecida uma direção revolucionária firme às lutas das diversas camadas da pequena burguesia, a aliança revolucionária se ampliará e se desenvolverá nas cidades.

A expulsão de grande número de trabalhadores rurais de suas terras, pela eliminação de atividades agrícolas pouco lucrativas e sua substituição pela monocultura exportadora (como ocorreu na zona açucareira do Nordeste, depois da Revolução Cubana) e, com maior frequência pela pecuária de corte (que exige um mínimo de mão-de-obra), tem aumentado em muito os desempregados rurais, sem que as indústrias urbanas os consigam absorver. A situação desesperadora destes elementos leva quase que espontaneamente a lutas entre eles e as autoridades locais e no transcurso delas eles têm atingido graus altíssimos de radicalização, que podem ser de grande valia para a Revolução.

Uma parcela desta população economicamente marginalizada, gerada pelos mecanismos de desenvolvimento do capitalismo atrasado e dependente, constitui uma massa sempre crescente da população urbana. A massa de marginalizados da cidade e do campo vai formar o *exército industrial de reserva*. É a partir da dinâmica do sistema, tendo o processo de industrialização como fator dominante, que se configura a existência do exército industrial de reserva, apesar da defasagem cada vez maior entre o aumento da massa de marginalizados e a capacidade eventual de absorção dessa mão-de-obra excedente pela indústria. Permanecendo à margem do processo de produção, ou tendo com ele e com os meios de produção relações estáveis, sua atitude política é de uma extrema versatilidade, por causa das formas extremamente complexas e mutáveis das relações econômicas e sociais em que estão inseridos. Podem-se transformar numa força revolucionária importante se forem tratados de maneira adequada: não podemos considerar senão uma parcela minoritária dessa massa economicamente marginal como um lumpem-proletariado cujos membros são realmente fechados a toda ideologia e incapazes de reagir e de se organizar no plano político.

ESTRATÉGIA

A estratégia compreende a avaliação total das condições objetivas e subjetivas de uma sociedade, a determinação dos objetivos para transformá-la e a utilização daquelas condições para atingir os objetivos determinados.

Para elaborar a estratégia revolucionária teremos que caracterizar as contradições da sociedade brasileira, determinar o caráter e os objetivos da revolução e traçar os caminhos que conduzem à concretização desses objetivos.

1. *Caracterização das Contradições*

A caracterização econômica, social e política da sociedade brasileira permite estabelecer como se articulam suas contradições internas no quadro da unificação econômica e política do capitalismo mundial.

A contradição principal resulta do fenômeno que orienta globalmente a sociedade brasileira. Trata-se do fenômeno de desenvolvimento do capitalismo dependente integrado ao sistema do capitalismo monopolista mundial. A contradição principal é, portanto, aquela que opõe, de um lado, a burguesia integrada ao imperialismo e do outro o proletariado e as camadas trabalhadoras não proletárias da cidade e do campo, principalmente o semiproletariado rural.

O proletariado brasileiro é dirigido por sua parcela mais avançada, a classe operária, força fundamental da Revolução. Ele estabelece uma forma de aliança com as camadas trabalhadoras não proletárias, aliança particular forjada nas condições de uma guerra civil. É uma aliança de classes que diferem econômica, política, social e ideologicamente, e onde os partidários resolutos do socialismo se alinham aos hesitantes e, algumas vezes, aos neutralistas. Tais diferenças, entretanto, não determinam contradições antagônicas entre as classes que compõem esta aliança. Ao contrário, ela é determinada pelos interesses objetivos que têm em comum: eliminação da exploração e opressão que pesam sobre seus integrantes, rompimento do atraso do campo e da subordinação ao imperialismo. Mas estes fenômenos resultam da própria essência do capitalismo dependente e são intensificados pelo processo de monopolização da economia. Para suprimir todas essas formas de exploração, não somente as que oprimem enquanto classe, mas todas aquelas que pesam sobre as massas trabalhadoras, o proletariado terá que der-

rubar o poder da burguesia e construir seu próprio poder, alicerçado nessa firme aliança das classes e camadas revolucionárias.

Este poder, forjado no curso da resolução da contradição principal sobre a base dessa aliança particular, será o Poder do Proletariado, que não o dividirá com qualquer outra classe ou partido, pois somente ele tem uma perspectiva conseqüente de organização social.

2. *O caráter da revolução*

O caráter da sociedade determina o caráter da revolução. O caráter da sociedade capitalista dependente e sua dinâmica estrutural tornam inviável qualquer projeto burguês para a solução de suas contradições.

O desenvolvimento coerente e integrado nacionalmente, a supressão da sangria de capitais, o aumento da produtividade agrícola, a extinção da apropriação da mais-valia do proletariado e da exploração das massas trabalhadoras, a ampliação do mercado interno e a satisfação das necessidades da maioria do povo brasileiro indicam a única alternativa possível à anarquia da produção e à exploração do trabalho: o processo da Revolução Socialista.

Só a Revolução Socialista poderá libertar os trabalhadores do campo da miséria e assegurar a expansão das forças produtivas na indústria, propiciando melhores condições de vida às massas trabalhadoras. Só a Revolução poderá assegurar a expansão da economia e a independência nacional, até que, com a destruição do imperialismo em escala internacional e com a construção do comunismo, possam desaparecer todas as demarcações e antagonismos entre os povos.

O objetivo da Revolução Brasileira é, assim, o da conquista do poder político pelo proletariado, com a destruição do poder burguês que explora e oprime as massas trabalhadoras. Este objetivo, resultado da vitória da guerra revolucionária de classes, será concretizado com a formação do Estado Socialista, dirigido pelo Governo Revolucionário dos Trabalhadores, expressão da Ditadura do Proletariado.

O Programa Estratégico da Revolução Brasileira é, portanto, o da construção do socialismo, e se expressa nos seguintes pontos fundamentais:

3. Programa Estratégico

1 — Constituição do Estado Socialista Proletário e sua manutenção pelos trabalhadores em armas.

2 — Socialização imediata de todas as grandes empresas e extinção progressiva de toda a propriedade privada sobre os meios de produção.

3 — Monopolização, pelo Estado, do Sistema Financeiro.

4 — Estabelecimento de uma ampla rede de cooperativas de consumo.

5 — Coletivização das grandes propriedades capitalistas no campo; estabelecimento de um regime de cooperativas de pequenas e médias propriedades rurais, estimulando-se sua coletivização.

6 — Planejamento socialista da economia e garantia do atendimento às necessidades básicas fundamentais dos trabalhadores (trabalho, habitação, saúde, educação, transporte, serviços públicos, lazer).

7 — Extinção do sistema de inquilinato e da especulação imobiliária: urbanização planejada.

8 — Rompimento de todos os vínculos econômicos, políticos e militares com o imperialismo: estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais em condições de igualdade, com quaisquer países do mundo, subordinados aos interesses do Internacionalismo Proletário.

9 — Apoio efetivo à Revolução Socialista Mundial.

4. O Caminho da Revolução

A partir da imposição da estrutura social, o proletariado e seus aliados buscam romper, num dado momento histórico, com a dominação política das classes dominantes e com a exploração de que delas são vítimas.

Definidas as classes sociais em luta e as tarefas do proletariado, consubstanciadas no Programa Estratégico da Revolução Socialista, teremos que estabelecer as formas de exercício do poder alternativo e como construí-lo. Ou seja, a estratégia socialista tem sua expressão na Revolução Proletária, com a conquista do poder político e o estabelecimento da Ditadura do Proletariado.

Teremos então que traçar o caminho estratégico que o proletariado deve trilhar, as etapas deste caminho e as formas de concretizá-lo.

a) A luta político-militar.

A militarização da vida política brasileira resulta do aguçamento das contradições entre as classes sociais em luta pela tomada do poder que, apesar da inexistência de uma vanguarda revolucionária, já extravasava os marcos do regime vigente. A crise por que passavam as instituições, incapazes de responder às necessidades das classes sociais em luta, refletia o aguçamento das contradições, tornando-se necessário que o poder real se impusesse ao poder formal. As novas formas de governo instituídas a partir de 1964 pretendiam fundamentalmente barrar o avanço do movimento de massas e sustar as ações de barganha no interior das próprias classes dominantes, como reflexo dos interesses particulares de parcelas da burguesia.

As Forças Armadas assumiram, pois, a direção do Estado, em nome e em defesa dos interesses da grande burguesia monopolista. Essa intervenção está, pois, indissoluvelmente ligada à estrutura da dominação e da apropriação vigentes no país.

A militarização da vida política brasileira visava, ainda, a redefinição das relações do Brasil com a nação hegemônica do sistema capitalista mundial, redefinição que se fazia sobre a base da impossibilidade, no atual estágio, do desenvolvimento autônomo de qualquer país capitalista. Essa redefinição se dá através de orientações política, econômica, militar e cultural.

É nesse quadro de redefinição-integração que tem que ser compreendido o papel relevante desempenhado pelas Forças Armadas que, por sua vez, redefinem suas funções, substituindo o princípio de *defesa nacional* (inimigo externo) pelo de *segurança nacional* (inimigo interno). Ao lado dos novos e mais eficientes instrumentos de dominação ideológica, inspirados nos princípios geopolíticos convenientes aos interesses das corporações multinacionais, forjam-se os instrumentos políticos e militares imprescindíveis à manutenção dos privilégios burgueses.

À testa do governo, as Forças Armadas utilizam a violência de forma direta, intensificando seus preparativos para impedir as manifestações políticas das massas trabalhadoras: equipam suas corporações com as mais modernas armas do arsenal imperialista, dedicando-se ao treinamento antiguerrilhas, numa tentativa de barrar o avanço da Revolução.

A manutenção do modo capitalista de produção e a impossibilidade de mascarar as contradições que ele engendra ao nível da vida social faz com que o poder burguês assuma a forma de ditadura militar, configurando o fim de uma era política. Não apenas

estão fechadas as portas para uma luta legal, de longa duração, visando educar a classe operária e acumular forças para, na ocasião propícia, efetuar o assalto ao poder, mas também as possibilidades de esboroamento do Estado burguês na hipótese de uma insurreição que fosse o coroamento da radicalização da luta das massas desarmadas.

Para se dar continuidade à luta política, ao nível que ela já atingiu no Brasil, é necessário que ela seja sustentada pela luta armada, que ela seja expressa fundamentalmente pelas armas. Isto significa que, no atual estágio de desenvolvimento da sociedade brasileira, a Revolução só pode se desenvolver se adotar a luta armada como a forma fundamental da luta de classes.

A luta armada não se acha na ordem do dia apenas na etapa final da tomada do poder, quando se cria uma situação revolucionária. Esta etapa final é o coroamento e a ruptura provocados pela acumulação de forças que se dá durante todo o processo da Guerra Revolucionária, e que corresponde à construção de um novo poder. A etapa final de sua instalação é a viragem provocada pela mudança qualitativa, com a instalação de um poder preexistente, o qual se constituiu no processo da guerra revolucionária.

Mas a luta político-militar é uma forma de luta cujo conteúdo concreto varia em função das condições particulares de cada sociedade, em cada fase de seu desenvolvimento histórico. Isto significa que a luta armada se desenvolve de forma particular, correspondendo a uma determinada correlação de forças, à maneira como elas se distribuem no campo da Revolução e da contra-revolução, à forma de exercício do poder, seu grau de coesão e seus pontos débeis, ao caráter das forças revolucionárias, ao nível de consciência do proletariado e das demais classes exploradas, à situação passada e presente e suas tendências a curto, médio e longo prazo. Trata-se de definir qual a forma concreta que assume a luta armada no Brasil, definir suas etapas em função das modificações substanciais da correlação de forças em embate, indicar o método e a forma principal que a luta político-militar assume no Brasil e estabelecer, no tempo e no espaço, a principalidade da luta e as formas concretas de sua organização, o instrumento que materialize e assegure o novo poder revolucionário.

b) *A guerra revolucionária*

A guerra revolucionária é um processo armado cujo conteúdo é essencialmente político. As forças em conflito representam interesses sociais, econômicos e políticos conflitantes, encarnando as classes

antagônicas da sociedade. Como luta política armada, travada no interior de um mesmo país, a luta armada adquire a forma de Guerra Civil Revolucionária, já que, pelo caráter de um de seus blocos, objetiva a conquista do poder político, visando a destruição do sistema capitalista e a construção do socialismo. Sendo uma guerra contra o sistema capitalista, a Guerra Revolucionária no Brasil deve ser encarada sob o prisma do socialismo, *sendo esta sua lei básica*. Dirigida pela classe operária, ela está subordinada não ao seu atual nível de consciência, mas à sua perspectiva estratégica de classe, expressa pela sua vanguarda.

No atual momento, a correlação de forças é extremamente desfavorável às forças revolucionárias. Os instrumentos da dominação burguesa exigem a construção de instrumentos revolucionários que se lhe oponham e que se assentem, fundamentalmente, na consciência revolucionária das massas. Consciência que se transforma no processo da própria guerra e que se materializa nas organizações revolucionárias político-militares que são formadas nesse processo. É essa realidade que determina o caráter prolongado da Guerra Revolucionária em nosso país, pois é nesse processo complexo e de longa duração que o proletariado forjará seus instrumentos e construirá o novo poder alternativo que acabará por substituir o poder burguês destruído.

A Guerra Revolucionária não se esgota dentro das fronteiras físicas do Brasil. O processo de desenvolvimento do capitalismo dependente é comum a todo o continente, e essa dependência torna necessária a *inserção* do antiimperialismo na Revolução latino-americana. Os ritmos e momentos particulares da Guerra Revolucionária em cada país não contrariam a unidade continental das guerras nacionais. É um imperativo da Revolução latino-americana a solidificação de uma firme aliança revolucionária para se opor à frente contra-revolucionária. A estratégia continental da Guerra Revolucionária dá-se sobre as experiências e avanços da guerra em cada país.

É nesse longo período que se dá a mudança dialética, de forma desigual e contraditória, dos pólos da contradição principal, invertendo-os em favor da Revolução.

É, portanto, ao longo do tempo estratégico que desgastamos o inimigo e nos fortalecemos, criando o instrumento superior da luta de classes: o Exército Revolucionário.

O Exército Revolucionário é a corporificação da aliança particular que o proletariado estabelece com as demais massas trabalhadoras, aliança político-militar que se constrói através da progressiva

mobilização e organização armada das massas. Mobilização e organização que se apóiam na vontade e na determinação das massas, que progressivamente se fortalecem e passam a contestar, através das armas, o poder burguês. A mobilização e a organização se dão em diferentes níveis e organismos. É assim que o Exército Revolucionário se forma num momento desse processo de transformação constante, ainda na primeira etapa da guerra, o que pressupõe a existência de uma forma regular de luta. O Exército Revolucionário não se confunde nem contém em si todas as organizações revolucionárias. Ele será formado pelos contingentes profissionais das classes revolucionárias, do campo e da cidade, estando seus membros integrados em sua estrutura e subordinados a uma rígida disciplina militar. Será o instrumento de organização e luta das parcelas mais avançadas das massas revolucionárias, as quais ajudará a organizar paralelamente. Sua infra-estrutura corresponde às necessidades de grandes efetivos e armamento pesado, apesar de não se confundir com a infra-estrutura típica dos exércitos profissionais, pois a mobilidade e a flexibilidade continuarão sendo suas constantes.

O Exército Revolucionário, dirigido pelo partido do proletariado, será o instrumento principal com que este contará para erigir, no processo da guerra, o poder revolucionário dos trabalhadores.

b1) As etapas da guerra revolucionária

Na estratégia revolucionária há que distinguir o que há de universal e de particular em cada guerra revolucionária, ou seja, sobre a experiência prático-teórica do movimento revolucionário descobrir suas particularidades e combiná-las com os princípios universais da guerra em geral e, especialmente, da guerra revolucionária.

A Guerra Revolucionária, como forma superior de luta de classes, depende do desenvolvimento do conjunto dessas lutas. É esse desenvolvimento, expressando a mudança da correlação de forças, que determina as etapas fundamentais da Guerra Revolucionária.

A caracterização de cada etapa é determinada pelas tendências que assume a guerra no decorer de todo processo, em função da progressiva inversão dos pólos da contradição principal. O caráter de cada etapa indica as suas delimitações que, no entanto, não são rígidas, apesar de condicionarem as táticas inerentes a cada uma delas.

O desenvolvimento da luta de classes no Brasil determina as etapas da Guerra Revolucionária: a Defensiva Estratégica, o Equilíbrio e a Ofensiva Estratégica.

A Defensiva Estratégica caracteriza-se, principalmente, pela situação de dispersão das lutas políticas, pela situação de extrema inferioridade de forças do ponto de vista político-militar e pela situação de isolamento da vanguarda em relação às massas trabalhadoras.

Este isolamento e esta dispersão só serão rompidos pela atuação revolucionária da vanguarda, educando as massas na perspectiva da violência e do socialismo. Isso pressupõe a utilização, desde já pela vanguarda, da violência revolucionária, mas pressupõe também lutas políticas de massas, sua experimentação política e o desenvolvimento de sua consciência de classe. Forja-se, assim, a superação do estágio de dispersão política e do isolamento da vanguarda com as massas. É nesse processo que se formam as múltiplas formas de organização das classes revolucionárias, a principal das quais é o Exército Revolucionário. E são essas organizações, forjadas no curso da Guerra Revolucionária, que corporificam, ainda na etapa da defensiva estratégica, o *poder alternativo*.

Nas regiões sob domínio do Exército Revolucionário são implantados os novos mecanismos de administração. Mesmo sem ocupar fisicamente o território, mantém sobre ele domínio político e dá início à transformação nas relações sociais, executando planos econômicos parciais, a reforma agrária, organizando o transporte, construindo escolas, hospitais e estradas, estabelecendo auditorias de Justiça Revolucionária, promulgando leis. O Exército Revolucionário constitui-se na cabeça de um movimento que tem todas as características de um novo governo.

A organização de camadas cada vez mais amplas das classes revolucionárias determina uma série de novas transformações políticas e militares, as quais se constituem no eixo em torno do qual se desenvolvem as novas formas de organização que capacitam as massas à participação, num nível mais elevado, na Guerra Revolucionária.

O Equilíbrio Estratégico, expressando uma alteração qualitativa na correlação de forças, caracteriza-se, pois, pela existência, do ponto de vista político-militar, de dois poderes em equilíbrio instável: ligação política estreita entre a vanguarda e as massas trabalhadoras e unificação das lutas políticas sob a direção do proletariado.

A Ofensiva Estratégica caracteriza-se pela inversão definitiva dos pólos da contradição principal; pela integração completa das massas trabalhadoras na guerra aberta contra a burguesia e pelo embate frontal de dois exércitos em disputa do poder.

b2) O elo fraco

A Guerra Revolucionária é um processo global que comporta várias formas de luta e de organização, que se combinam e se complementam. Combiná-las, no tempo e no espaço, implica determinar quais as principais e quais as secundárias e encaminhá-las globalmente, dando-lhes o peso e a importância correspondentes. Para estabelecê-las é preciso descobrir, na cadeia de dominação do Estado burguês, a localização do seu *elo fraco* e determinar o instrumento que, nele inserido, torna-se a principal forma de organização do proletariado no atual estágio da Guerra Revolucionária.

É o *elo fraco* da sociedade brasileira que determina a natureza específica do caminho estratégico e seus aspectos principal e secundário, dentro da presente correlação de forças. O elo fraco do capitalismo no Brasil se situa no *campo*. As contradições econômicas do modo de produção capitalista, na época do capitalismo monopolista, são, nas regiões rurais dos países dependentes, sobredeterminadas pela menor implantação do Estado burguês. Ali se concentram as contradições mais aberrantes do sistema e é onde a fraqueza político-militar das classes dominantes é mais evidente. Esta fraqueza é contrabalançada pela maior rigidez dos marcos constitucionais e pela violência manifesta na repressão militar a todas as tentativas de manifestações independentes dos trabalhadores rurais. Além de conjugar o extremo inferior do desenvolvimento desigual do capitalismo com a debilidade maior da repressão, é no campo que existem as condições físicas favoráveis ao desenvolvimento e a consolidação de um destacamento de vanguarda operando continuamente.

O aspecto principal da Guerra de Guerrilhas está, pois, no campo, não porque os camponeses sejam a classe dirigente da Revolução, mas porque aí se localiza o elo mais fraco do Estado burguês e é por isso que na atual etapa da Guerra Revolucionária os trabalhadores rurais se constituirão na principal base social, no principal contingente da Guerra de Guerrilhas.

A luta armada nas cidades encontra limites objetivos à sua consecução pela forma de exercício do poder da burguesia. A guerrilha urbana coexiste com o aparelho repressivo, uma atuando na superfície e outra nos subterrâneos da sociedade. A clandestinidade, indispensável à sobrevivência da luta urbana, impede a atuação contínua, ao contrário do que ocorre no campo, onde existem condições para a criação de um destacamento político-militar atuando contínua e abertamente. É no campo que se cumpre, primeiramente, o objetivo principal da guerra de guerrilhas, que é o de levar às massas a participar da luta armada. É no campo, portanto, que se

altera em primeiro lugar a relação de forças entre a revolução e a contra-revolução. Daí o caráter determinante da guerrilha rural na atual etapa da defensiva estratégica.

b3) *A defensiva estratégica e a guerra de guerrilhas*

A situação de dispersão e de inferioridade das forças revolucionárias frente à superioridade e unificação das classes dominantes exige um método correto capaz de impulsionar a Guerra Revolucionária na direção de seus objetivos estratégicos, fazendo avançar a Revolução de uma a outra fase superior.

Num país extenso e desigualmente desenvolvido, de população rarefeita, onde é profundo o contraste entre as regiões rurais e urbanas, onde são marcantes as diversidades regionais, o processo revolucionário segue também um caminho desigual, mas combinado. É em função dessa realidade concreta e da relação de forças existentes entre o campo da Revolução e da contra-revolução que é preciso travar uma guerra que cubra todas as frentes, que atinja todos os níveis.

Além disso, os revolucionários têm que travar uma guerra de posição política mas não posição militar. Não se trata de ganhar e conservar regiões que não podem ser defendidas. Ao contrário, cede-se terreno para durar no tempo e manter aceso o programa político revolucionário. Esta lei da Guerra Revolucionária, presente em sua atual etapa de guerra de guerrilhas, determina o seu caráter de guerra especial, cuja estratégia está unida ao tempo e cuja tática está unida ao espaço: cede-se espaço para crescer no tempo. Combinando a estratégia e tática no tempo e no espaço, as forças revolucionárias promovem a integração vanguarda-massa, através da luta conjugada de ambas, superando a situação de dispersão das lutas políticas e forjando o instrumento político-militar das classes revolucionárias.

A conjugação dessas lutas pressupõe que não se pode reduzir a guerra de guerrilhas a uma de suas manifestações, pois sua viabilidade depende de sua vinculação aos trabalhadores do campo e da cidade. Isso implica travar a luta em todas as suas formas, o que significa que exige a aplicação simultânea de todas as forças destinadas a intervir. Isso determina a estratégia da guerra combinada, na cidade e no campo, numa relação íntima da forma principal com as secundárias.

O objetivo da vanguarda revolucionária é vincular-se às massas. Isso determina o peso do fator *tempo*, no qual se operará essa vinculação e a adesão das massas à luta iniciada pela vanguarda. Mas essa adesão, ao mesmo tempo que pressupõe a experimentação polí-

tica das massas e um desenvolvimento considerável da consciência de classe do proletariado, depende das ações concretas dirigidas pela vanguarda, estímulo mais poderoso ao avanço das posições revolucionárias, e forma superior de conscientização. Isto porque as tarefas políticas e organizatórias das massas trabalhadoras indispensáveis ao avanço do processo revolucionário são simultânea e dialeticamente dependentes do desenvolvimento das ações armadas.

5. O Partido Revolucionário do Proletariado e a Vanguarda Armada Revolucionária

O Proletariado tem que estar politicamente coeso e militarmente organizado a fim de dirigir a luta revolucionária em todos os níveis, de um ponto de vista de classe. Essa coesão e organização são realizadas pelo Partido Revolucionário do Proletariado, pois somente sob a hegemonia do Proletariado o poder em construção se efetivará. E essa hegemonia será assegurada na hipótese da existência de sua firme direção política e ideológica, através do seu Partido.

Dirigindo o Exército Revolucionário, através de diretrizes políticas firmes, que expressem a hegemonia do Proletariado no seio da aliança de classes, o Partido se fortalece e assegura ao movimento revolucionário uma firme linha de classe.

A direção do Exército pelo Partido não envolve a oposição entre o Partido "urbano" e a guerrilha rural já que o Partido marxista-leninista não se confunde com o oportunismo dos partidos na América Latina. A direção política do Partido só existirá de fato se forem criados no seio do Exército os organismos que facultam a efetivação dessa direção, que aproximam, cada vez mais, Partido e Exército. Essa direção pressupõe, portanto, que o Partido seja, também ele, uma organização político-militar, aliando o domínio da ciência e da ideologia ao lado da linha estratégica e tática do proletariado, numa conjunção dialética entre a função — função de vanguarda histórica — e uma forma de organização dada — organização do Partido Marxista-Leninista.

Mas se a luta revolucionária não alcança seus objetivos sem o Partido, este não se forma senão no seu interior e pela própria luta. O Partido Revolucionário do Proletariado só se forjará no processo da Guerra Revolucionária, expressando o avanço político da consciência de classe do Proletariado, manifestado pela superação da dispersão das lutas políticas, superação esta só possível através do estabelecimento de sólidos vínculos entre a vanguarda e a massa.

A vinculação revolucionária entre a vanguarda socialista e o Proletariado não se confunde com a quantidade de proletários exis-

tentes na vanguarda. Essa vinculação é dada pela qualidade dos laços políticos que as aproximam objetivamente. Não só existe, pois, o dilema partido de vanguarda × partido de massas. O Partido Marxista-Leninista é sempre o Partido de Vanguarda. Mas só existe enquanto tal quando interfere na vida da classe e passa a dirigi-la. A alteração da composição social da vanguarda só expressa a mudança de seu conteúdo de classe quando é consequência da alteração da qualidade dos vínculos políticos que tenha com o proletariado.

Essa vinculação só é possível nas condições concretas da luta revolucionária no Brasil, através do encaminhamento, pela vanguarda, das tarefas da atual etapa da Revolução. É travando a luta armada desde agora, e criando os instrumentos capazes de efetivá-la, que a vanguarda se interpõe no processo objetivo da luta de classes, se desenvolve e se fortalece, transformando-se num Partido. Combinando as lutas das massas em todas as frentes e travando a guerra em todos os níveis, o núcleo proletário legitima-se como vanguarda no processo de transformação qualitativa, no qual se constitui como o verdadeiro Partido Revolucionário do Proletariado.

A *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares* situa-se no quadro da esquerda revolucionária no Brasil, quadro este condicionado pelo estágio atual do desenvolvimento da luta de classes em nosso país, que não gerou ainda as condições para o surgimento do Partido Revolucionário do Proletariado — que não se confunde com as organizações burocráticas e desligadas das massas que se auto-intitulam partidos.

A *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares*, como organização partidária político-militar, constitui-se na vanguarda socialista que, orientada pela ciência e pelo método do marxismo-leninismo, enriquecidos teórica e praticamente pelo movimento revolucionário de todo o mundo, propõe-se a lutar pela revolução proletária e pela implantação do Socialismo no Brasil.

Compreendendo a atual correlação de forças e o impasse em que se encontram as massas e a esquerda revolucionária frente ao imperialismo e à ditadura burguesa instalada no país, a VAR Palmares define como sua tarefa fundamental a organização, preparação e desencadeamento da Guerra de Guerrilhas, combinando as formas regulares e irregulares de luta.

A montagem da estrutura partidária capaz de levar à frente a luta revolucionária dar-se-á nos quadros de uma estreita vinculação entre a luta política e a luta armada, a fim de que a subordinação da luta armada a uma direção política central não signifique a separação do aparelho político do aparelho militar. Isto implica

não apenas a fusão entre o comando político e o comando militar, realizada na prática da luta armada, principalmente pela Coluna Guerrilheira, mas também uma perspectiva acentuadamente distinta das tradições das organizações de esquerda no Brasil, em relação aos problemas das próprias formas de organização que devem revestir os núcleos clandestinos político-militares na cidade e no campo.

No cumprimento de sua linha política, a *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares* estará se transformando e forjando, nessa transformação, o *Partido Revolucionário do Proletariado*.

OUSAR LUTAR! OUSAR VENCER!

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL —
ALA VERMELHA — PC do B-AV

OS 16 PONTOS*
(novembro, 1969)

INTRODUÇÃO

O documento “Crítica ao oportunismo e subjetivismo do ‘União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’” marcou um passo importante em nosso Partido. Revelou claramente o oportunismo de direita da tática traçada pelos elementos oportunistas que usurparam o Comitê Central e esboçou, no fundamental, uma análise justa da composição social da ditadura, do processo de sua instauração e das classes que podem se aliar ao proletariado na luta pelo Governo Popular Revolucionário. Indicou assim corretos objetivos estratégicos para a revolução brasileira.

Entretanto, nossos erros surgiram na indicação da tática. Resumindo tudo numa visão estreita, mecânica e esquemática do processo de desencadeamento da luta armada. A prática que vivemos desde então e o aprofundamento teórico mostraram que a maior debilidade da abordagem feita sobre o problema da luta armada foi a de não encará-la a partir de uma linha de massas. Além disso, reduzimos todas as tarefas táticas e formas de luta à luta armada, esclerosando politicamente.

A concepção do foco não assegura, de forma alguma, o apoio das massas à sua ação, não garantindo sua integração paulatina às

* O documento d'Os 16 Pontos é a primeira explicitação de um processo autocrítico na ALA VERMELHA em relação à avaliação de conjuntura e à oportunidade da prática das ações armadas. Daí sua importância. Para maiores elementos sobre a história da Ala Vermelha, consultar pág. 117.

ações armadas, permanecendo isolado delas. O foco se constitui mesmo no maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto da luta armada no país. Isto porque ele impede que o Partido conduza as massas, onde haja condições favoráveis a se integrarem nas ações armadas, única condição em que se generalizará e se estabelecerá de fato a luta armada no Brasil.

Dessa maneira, não desenvolvemos as questões táticas e resumimos tudo na tarefa de implantação do foco guerrilheiro. Isso abriu o campo para que o Partido se visse despreparado diante da evolução da luta política e fosse acometido de uma grave doença: o reboquismo à luta espontânea do movimento estudantil. Pior ainda, permitiu o desenvolvimento de duas tendências extremamente nocivas, como o ponto de vista exclusivamente militar e seu desenvolvimento inevitável, o liquidacionismo. Partindo da afirmação justa de que a principal forma de luta estratégica é a armada, no plano da tática, muitos camaradas quiseram reduzir tudo à luta armada. A ausência de um trabalho político junto às massas básicas, nosso desligamento delas criava as condições para que essa "luta armada" se limitasse a ações armadas de vanguarda. Daí o desejo de transformar o Partido em "exército", em "unidades de combate", isto é, ao liquidacionismo aberto ou sutil, o passo é pequeno. Isto resultou também da falta de perspectiva para a orientação do trabalho de massas.

A consciência que temos de todos esses problemas é metade do caminho andado para superá-los. Todo nosso esforço deve ser dado no sentido de cumprirmos a outra metade.

Por estarmos penetrados de um espírito autocrítico e determinados a acertar e vencer é que essa tarefa é plenamente realizável, é que ela será realizada.

Esta resolução marca, assim, o início, apenas o início da nova etapa. Ela cria as condições para sairmos da situação anterior. A partir dela, outras virão para orientar as atividades cotidianas do Partido.

Para que tenhamos êxito, é tarefa de cada militante, de cada organismo, de base ou de direção, travar uma séria e conscienciosa luta pela aplicação dessas diretivas. É tarefa de todos os organismos de direção lutarem pelo controle sistematizado destas resoluções. Todo o Partido deve ser emulado em sua aplicação, as experiências

colhidas e sintetizadas e, então, corrigidos os erros, desenvolver os aspectos positivos.

Em resumo, devemos:

APLICAR, EMULAR NA APLICAÇÃO
CONTROLAR A APLICAÇÃO E SINTETIZAR A EXPERIÊNCIA
AVANÇAR NA APLICAÇÃO

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA D.N.P.

1 — O golpe contra-revolucionário de abril de 64 desarticulou o movimento de massas nacionalista burguês e pacífico-reformista que em nosso país se desenvolvia até então.

Uma modificação geral na superestrutura política e jurídica se processou, objetivando a consolidação de uma ditadura militar que garantisse a política de integração do neocolonialismo e o esmagamento das lutas políticas revolucionárias. Procurando evitar o isolamento total, a ditadura militar preocupou-se em manter uma fachada democrática com uma oposição consentida e um Congresso aberto.

2 — O AI-5 foi decretado no sentido de golpear o movimento estudantil — que vinha desenvolvendo lutas de conteúdo antiimperialista e antiditatoriais; o movimento operário — que esboçava sua rearticulação e retomava a luta econômica; e demais setores populares (clero progressista, intelectualidade) que vinham sendo atraídos pela maré de lutas revolucionárias em curso. Preocupada com a realização das primeiras ações de caráter armado, a ditadura quis também reforçar seus instrumentos de combate às organizações revolucionárias, tentando isolá-las das massas e destruí-las. Além disso, o AI-5 foi o instrumento de que se utilizou a ditadura para solucionar as contradições ainda existentes em setores liberais da burguesia, que vinham à tona devido a própria existência de uma sombria fachada democrática. Tais contradições são e continuarão sendo um fator de instabilidade política de que a ditadura tenta livrar-se no sentido de cumprir os objetivos definidos no golpe de 64: “ordem” a qualquer preço e “progresso” integrado ao neocolonialismo.

3 — Por outro lado, o AI-5 revelou e aprofundou o isolamento existente entre as forças da vanguarda revolucionária e as massas básicas da revolução: o proletariado e o campesinato. Empolgadas pelo ascenso das lutas antiimperialistas e antiditatoriais

do movimento estudantil, as organizações revolucionárias relegaram a segundo plano o trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização daquelas classes. Assim, não se preparou o proletariado e o campesinato para que, com novas formas de organização e luta, iniciassem o rompimento dos elos da repressão contra-revolucionária e assumissem o papel de mola propulsora e mestra do desenvolvimento da revolução, única condição em que esse desenvolvimento será sólido e conseqüente.

4 — Daí resulta a maior debilidade do campo revolucionário: a pequena dimensão do movimento da classe proletária, em especial do operariado, devido a seu atual atraso político, à falta de consciência de sua força e à falta de organização sólida e combativa capaz de romper as barreiras que lhe são impostas pela repressão da ditadura militar. Tal debilidade se estende ao campo, onde inexistente um trabalho suficiente entre as forças mais importantes (assalariados agrícolas, camponeses pobres) visando levá-las à luta junto ao proletariado na formação da aliança operário-camponesa e ao desencadeamento da guerrilha rural.

5 — Ao lado dessas debilidades, onde a correlação de forças é, do ponto de vista tático, nitidamente desvantajosa para as forças da revolução, amadurecem as condições que permitem prever a energia e a potência com que o movimento operário se desenvolverá.

Em primeiro lugar, destacam-se, entre os fatores favoráveis, a situação da classe operária e do campesinato na estrutura social e econômica e as tendências do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Na medida em que o capitalismo cresce no Brasil — e esse crescimento se dá com base e em função do capitalismo monopolista, principalmente norte-americano — a classe proletária se torna cada vez mais numerosa, os centros operários cada vez mais concentrados.

Na agricultura, os setores fundamentais da economia agrária são os que apresentam o maior desenvolvimento capitalista no campo, reunindo em si grandes concentrações do assalariado.

Portanto, os centros básicos da economia industrial e agrícola do país reúnem os trabalhadores mais avançados e fortalecidos na concentração. O potencial armazenado nessas concentrações de trabalhadores garantem para o futuro golpes profundos na contra-revolução, que não dispõe de meios capazes de extinguir a raiz de sua existência. Pelo contrário, quanto mais a burguesia estender e aumentar sua exploração maiores e mais importantes se tornarão esses centros.

6 — A burguesia monopolista, através do emprego de tecnologia avançada, reduz a mão-de-obra àquela necessária aos seus grandes lucros. Utiliza-se das facilidades de um numeroso exército industrial de reserva para submeter a classe operária à superexploração, atingindo igualmente amplos setores da pequena burguesia. Diante dessa fragilidade que possuem para concorrer com os grandes monopólios, as indústrias menores submetem seus operários a uma ainda maior exploração, procurando compensar sua debilidade competitiva com os monopólios através da exploração de uma taxa alta de mais-valia.

Também os latifundiários prevalecendo-se de sua força política, das relações de produção existentes e da grande oferta de trabalho, mantêm a superexploração no campo.

Decorre daí tanto a condição de superexplorado dos trabalhadores urbanos e rurais, os camponeses pobres e os proletários, como também a pauperização da pequena burguesia e o exército de empregados e subempregados que vão dar origem às favelas e aos mocambos.

7 — As crises a que está sujeita uma sociedade capitalista integrada como a nossa é outro aspecto a ser considerado na análise do futuro revolucionário de nosso país.

O fato de que o desenvolvimento econômico nacional esteja baseado na integração ao capital monopolista estrangeiro vincula intimamente a situação econômica interna à situação econômica e política do capitalismo mundial. As crises do imperialismo, aguçadas com o ascenso das lutas revolucionárias em plano mundial repercutirão intensamente na economia interna e na base política do regime. Isso porque parte dos capitais necessários aos investimentos estão subordinados às possibilidades dos países capitalistas que os remetem para cá. O debilitamento político crescente a que está submetida a contra-revolução em escala mundial, atinge também a ditadura militar neocolonialista, que faz parte do esquema internacional de dominação neocolonialista. Além disso, o capitalismo integrado gera grandes contradições internas. A penetração no campo, que permitiria o aumento necessário do mercado interno, é dificultada pelo nível de desenvolvimento das relações de produção existentes.

8 — O fato de o capital que domina o país pertencer preponderantemente ao imperialismo norte-americano, o fato de os latifundiários e a grande burguesia exercerem a exploração em aliança com o neocolonialismo e, por fim, estando a ditadura militar neocolonialista a serviço desse tripé (imperialismo, latifúndio, grande burguesia), colocam amplos setores da população ao lado do prole-

tariado na luta pelo poder. Daí resulta a necessidade do estabelecimento de uma justa política de alianças, capaz de ganhar as amplas massas para combater aqueles inimigos e neutralizar os setores impossíveis de serem ganhos. O proletariado, na sociedade brasileira, embora seja um importante contingente social, não tem condições de levar sozinho sua luta. Assume, pela sua condição de classe mais avançada, o papel dirigente da luta revolucionária e conduz as amplas massas do povo, limitando seus interesses programáticos, momentaneamente, aos interesses comuns das classes revolucionárias, imprimindo nele sua característica de classe.

9 — Na tentativa de conter as tensões sociais e políticas que o processo de desenvolvimento integrado cria, a ditadura se torna cada vez mais violenta.

Prevenida pela experiência mundial de que as lutas de classe, mesmo que embrionárias, preparam as condições para derrotar a dominação de classe a que serve, a ditadura procura massacrar essas lutas com o uso da violência militar. Desencadeia também uma ofensiva metodizada nos planos político e ideológico, buscando a consolidação nas cidades como base de apoio contra-revolucionário, estendendo-se ao campo, onde procura ampliar sua influência, na tentativa de impedir a atividade revolucionária. Esse procedimento, porém, cria as condições para que se acelere o amadurecimento da consciência das massas, cria as condições para a substituição das lutas embrionárias por formas mais elevadas, para fundir as lutas econômicas às lutas políticas e esclarecer a necessidade de que estas se façam cada vez mais através da luta armada. Por isso, com suas atitudes desesperadas, na busca de impedir a revolução, a ditadura não faz mais do que preparar e antecipar a sua derrota. Por isso, as forças da revolução, sob a direção de sua vanguarda, encontram condições favoráveis para acumular forças e desgastar, isolar as forças da contra-revolução.

10 — Decorre das análises anteriores que, apesar de possuir superioridade estratégica, a revolução encontra-se presentemente em extrema debilidade tática. A superioridade estratégica da revolução traduz-se tanto na situação de exploração e dominação a que as massas básicas da sociedade estão submetidas, como no isolamento em que se debate a ditadura, na sua impossibilidade de solucionar as contradições existentes no seio de nossa sociedade.

Devido à sua extrema debilidade tática, o fundamental é que as forças da revolução saibam elevar as formas da luta política de massas às formas da luta armada.

Diante das investidas da contra-revolução as correntes revolucionárias pequeno-burguesas lançam-se em atividades militares isoladas das massas. Estas correntes estão fadadas ao fracasso, por desprezarem o potencial de luta das massas, por não reconhecerem nesta o único recurso seguro para o êxito da revolução. O erro básico das correntes vanguardistas, militaristas, reside em não aplicar uma linha de massas, em não considerar a revolução como luta de classes. Confundem o papel da vanguarda, que não significa fazer a revolução pelas massas, em seu lugar. Pelo contrário, o papel da vanguarda é o de ligar-se às massas, impulsionar todas as forças do movimento e dirigi-las na luta. Avançar isolado das massas é expor a cabeça da revolução aos golpes da contra-revolução, é contribuir para que não se forme e fortaleça a vanguarda.

11 — No sentido de superar a debilidade tática da revolução diante da contra-revolução, o trabalho político entre as massas visa alcançar os objetivos táticos do Partido: a combinação das lutas políticas dos trabalhadores urbanos e rurais com a luta armada, basicamente as lutas guerrilheiras no campo. O objetivo do Partido, através das guerrilhas rurais, é a construção de uma força armada sob sua direção para libertar o povo da ditadura militar neocolonialista.

Na cidade, as lutas mais importantes são as da classe operária. Essas lutas que geralmente atingem formas historicamente comprovadas — greves, piquetes — devem ser elevadas através de sua combinação com as formas armadas — autodefesa, sabotagem etc. Porém, o incentivo e apoio à greve operária deve considerar sempre que essa forma de luta debilitará o inimigo, educará as massas, aumentará sua força e sua organização, mas não levará à tomada do poder enquanto não estiver combinada às ações de uma força armada no campo e às lutas das demais classes e camadas que são oprimidas pela ditadura.

As lutas da classe operária nas cidades combinar-se-ão às lutas dos trabalhadores rurais; as lutas guerrilheiras no campo, visando a criação da força armada regular, combinar-se-ão às ações políticas da guerrilha urbana. O conjunto dessas atividades marcará o rompimento da barreira contra-revolucionária, abrindo o caminho para a tomada do poder pelas forças revolucionárias sob a direção do proletariado.

12 — O trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias visa a educação, a preparação e a organização das massas para a luta política e para a luta armada.

Para isso é necessário incentivar ao máximo as lutas da classe operária, tomando como ponto de partida a luta econômica, elevando-a ao nível político, indicando o caminho da luta violenta e da luta armada e organizando-a para essa luta. Deve-se observar que, nas atuais condições, a elevação da luta política a nível de luta armada é possível e inevitável. O Partido deve estar preparado para desenvolver e dirigir essa luta. Além disso, deve-se observar que o regime ditatorial e policialesco existente favorece a colocação da luta política de forma direta embora as condições das massas revolucionárias coloquem a luta econômica em geral como ponto de partida.

Nesse incentivo deve-se incrementar a luta operária contra o arrocho salarial, contra o fundo de garantia, contra a lei antigreve, contra a intervenção nos sindicatos, contra o regime policialesco e de repressão a que estão submetidos os operários. Tais lutas devem ser desencadeadas objetivando transformá-las em luta pela derrubada da ditadura e instauração de um Governo Popular Revolucionário sob sua hegemonia.

Assumem importância também as denúncias acerca dos agentes da burguesia, dedos-duros, pelegos, agentes policiais. Deve-se denunciar e desmoralizar tais elementos, criando as condições políticas para puni-los.

Em nenhum momento se poderá deixar de travar a luta do proletariado contra a burguesia a pretexto de uma política de frente única com a burguesia não integrada. Não há unidade nenhuma do proletariado com nenhum setor da burguesia que não pressuponha luta. O fundamental é elevar a consciência e combatividade do proletariado, o que não se atingirá com concessões ao nível da luta por suas reivindicações específicas.

As concessões que o proletariado faz são as concessões táticas do programa mínimo da revolução correspondente à atual etapa.

Por outro lado, em nenhum momento se poderá deixar de indicar quais os inimigos principais do proletariado e de seus aliados na revolução.

Os inúmeros problemas existentes dentro das fábricas devem ser levantados visando ganhar as massas para a luta, educá-las na luta contra a burguesia, desmascarar o imperialismo, a ditadura e os patrões que buscam conter o movimento revolucionário utilizando-se de uma propaganda demagógica que procura encobrir a verdadeira situação da classe operária. A sistematização dos problemas das fábricas (condições de trabalho, trabalho extra, pagamento de horas extraordinárias, humilhações como a revista na entrada e

saída das fábricas, falta de proteção em atividades que põem em risco a vida dos operários, injustiça contra os operários que se rebelam etc.), a denúncia persistente, a conclamação para a luta, tudo isso fornece matéria-prima básica para a preparação das grandes lutas operárias.

13 — No atual estágio, reduzir as formas de luta do proletariado à luta armada é deixar de lado todo um manancial de lutas políticas. É não considerar que as suas condições objetivas de superexploração são a base para um trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização, capazes de mobilizar amplos setores da classe para a luta econômica e política.

Se, de um lado, esse trabalho é dificultado pelas condições de clandestinidade impostas pela repressão contra-revolucionária, de outro, a própria repressão cria um amplo campo para o desenvolvimento de intensa agitação e propaganda revolucionárias, imprescindíveis para a elevação da consciência e da luta de classe.

Para travar suas lutas, o Partido hoje deve levar em conta a debilidade tática da revolução, desenvolvendo um paciente e minucioso trabalho de organização, adotando formas de luta de nível inferior (paralisações parciais, operações tartaruga) e preparando-se minuciosamente para as mais elevadas (greves, piquetes, por exemplo). Os movimentos desenvolvidos precipitadamente podem redundar em derrota, do ponto de vista da participação da massa e desestimularem a luta.

Para que tais lutas sejam possíveis, portanto, é necessário um trabalho persistente, sistemático e minucioso na classe operária.

14 — Quanto à organização da classe operária, devemos desenvolver a educação das mesmas para o verdadeiro significado da natureza dos sindicatos, de instrumento de dominação da ditadura e da burguesia. Contudo, não se deve excluir a possibilidade de que as massas operárias, na medida em que adquirirem consciência e força, possam retomar os sindicatos, utilizando-os como mais um elemento de luta contra a burguesia.

A participação dos elementos conscientes nos sindicatos é importante para acompanhar seu trabalho, mas não se deve colocá-los como forma de organização da massa. Ao contrário, deve-se incentivar as massas para que elas se organizem através de formas livres para lutar. As organizações internas, por seções e setores de trabalho, formação de comitê de luta, comitês de fábrica, deverão constituir-se, nas condições atuais, nos instrumentos que levarão avante as lutas operárias.

Não se deve ser estreito em relação às formas de organização das massas. Formas de organização das massas não são inventadas, mas são as próprias massas que as criam nas horas precisas de lutar.

A autodefesa armada não deve ser criada artificialmente, tampouco incentivada fora das necessidades concretas da luta.

Assim que esta necessidade surgir, entretanto, exige-se decisão em sua criação e preparação cuidadosa para que se cumpra de fato sua finalidade.

Outra forma de organização a ser desenvolvida é de grupos de propaganda armada, dirigidos pelo Partido, com a participação dos melhores elementos de massa que executam ações *mais de propaganda que militares, que visam ampliar a base política e de massa do Partido, após cuidadosa análise política.*

Sempre que possível, dependendo do caráter das ações, os grupos de propaganda armada deverão organizar contingentes de massa para participarem das ações.

15 — O trabalho do Partido hoje junto ao proletariado industrial e as massas exploradas da cidade objetiva o estabelecimento aí de sólidas bases estratégicas, que garantam a direção da classe operária pelo Partido e o seu fortalecimento político, ideológico e orgânico, capaz de apoiar e coordenar o desenvolvimento da luta armada no campo com as atividades políticas e armadas nas cidades.

O trabalho político do Partido nas cidades hoje cumpre também a tarefa de criar as condições favoráveis a que se cumpra a tarefa principal de deslocamento para o campo, visando o desenvolvimento de um trabalho político e armado que resulte na criação de bases de apoio revolucionário.

Para isso, coloca-se como necessidade imediata o início do trabalho de campo, tendo em vista cumprir nossa principal diretiva tática.

16 — Seguindo estas orientações firmemente, o Partido certamente se transformará de débil em forte, transformará sua fisionomia política e ideológica, criará raízes sólidas entre o proletariado urbano e rural, fortalecer-se-á o suficiente para travar as duras batalhas que a revolução imporá cada vez mais. Criará condições para tornar-se o verdadeiro partido revolucionário do proletariado e dirigir a luta revolucionária de todo o povo.

**PARA AS FÁBRICAS: AGITAR, EDUCAR, MOBILIZAR E LUTAR
PARA O CAMPO: PENETRAR PARA DIRIGIR A ORGANIZAÇÃO E A LUTA**

ORGANIZAÇÃO DE COMBATE MARXISTA-LENINISTA — POLÍTICA OPERÁRIA — OCML-PO

A Organização de Combate Marxista-Leninista — Política Operária (OCML-PO) surgiu, em começos de 1970, de uma dissidência do Partido Operário Comunista — POC. A oposição abrangia núcleos na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco e criticava inclinações militaristas nas práticas e métodos de trabalho do POC.

A OCML-PO manteve a publicação mensal de *Política Operária*, órgão lançado pela ORM-POLOP, e a sigla PO, para evidenciar os laços que a atavam a esta organização. Boa parte de seus dirigentes, aliás, provinha da ORM-POLOP.

A organização enfatizava o trabalho junto à classe operária e os aspectos relativos à agitação e mobilização políticas. Suas principais bases de sustentação encontravam-se no movimento estudantil, mas a organização tinha também contatos e núcleos operários. Pouco depois de formada, perderia o concurso de um grupo de militantes no Rio de Janeiro que formaria a Fração Bolchevique.

A Declaração Política que transcrevemos a seguir é o documento inaugural da OCML-PO.

DECLARAÇÃO POLÍTICA (abril, 1970)

1 — A debilidade fundamental da esquerda em nosso país deriva de suas poucas raízes na classe operária e do predomínio em seu seio de métodos e concepções pequeno-burguesas. E a debili-

dade fundamental da classe operária é consequência da ausência de sua organização independente e de consciência política. São dois lados de um mesmo problema: o do predomínio das lideranças e das ideologias burguesas e pequeno-burguesas sobre a massa trabalhadora. Enquanto a esquerda se adapta aos esquemas burgueses ou tenta enfrentá-los isoladamente, as massas procuram resistir à exploração quotidiana de forma espontânea, desorganizada, chegando até o nível individual de combate. Nessa situação o regime continua sendo sólido, destruindo algumas das melhores forças de esquerda isoladas e mantendo impotente a rebeldia operária, por sua dispersão, sua desorganização e sua falta de experiência. Por isso a tarefa fundamental da esquerda revolucionária é transformar-se em proletária. Isto é, levar suas melhores forças para o interior da classe operária, enraizar-se nela, mobilizando-a a partir das bases. Da fusão da esquerda revolucionária com o movimento operário surgirá uma nova força política no país, verdadeiramente capaz de dirigir o processo de destruição da ditadura militar.

2 — O desmantelamento das cúpulas reformistas e o golpe nas ilusões pacifistas em 1964 criaram as condições mais favoráveis para o avanço da política revolucionária nas massas. Mas esse avanço não se faz por si mesmo. Somente o persistente trabalho de agitação e propaganda no interior da massa — que extraia as lições dos acontecimentos e que aponte as perspectivas de classe — pode fazê-lo.

A esquerda revolucionária cresceu depois do golpe, mas não cresceu no interior da classe operária, apesar de algumas exceções localizadas e restritas. Somente onde a agitação revolucionária se fez sentir é que novamente a massa se mobilizou para o combate, onde a apatia pela derrota de 1964 começou a ser substituída pela disposição de luta. Trata-se agora de reforçar e estender a área destes centros que se manifestaram principalmente nas lutas de 1968. Deve-se usar todos os meios para levar as experiências e lições a setores cada vez maiores da classe. Temos que saber organizar a presença dos agitadores e propagandistas dentro e fora das fábricas, temos que garantir a distribuição de boletins e panfletos que estabeleçam a relação entre as questões de dentro e de fora das fábricas com as questões da luta revolucionária. A classe operária tem disposição para a luta. Da disposição que mostre a vanguarda depende a criação de muitos outros locais como Osasco e Contagem e ainda mais organizados e combativos.

3 — O Partido Revolucionário só poderia vir à luz do dia como produto da fusão das vanguardas leninistas com o movimento operário vivo.

As atividades armadas exemplares, a agitação e a propaganda geral não podem substituir esse trabalho direto, no qual a massa aprende na própria luta o caráter de classe da exploração e o caminho da organização. As ações exemplares só podem alimentar o estímulo para o trabalho direto e divulgar para áreas muito maiores o sentido desse trabalho. Serão, por isso, atividades indispensáveis para a mobilização revolucionária nacional. Mas serão atividades complementares à própria organização da classe. Desta última é que retiraremos a energia fundamental para o movimento revolucionário. Somente uma organização mínima na própria classe será capaz de aproveitar os estímulos de fora e fornecer a matéria-prima para a agitação geral. Sem esse enraizamento na classe, as conclamações gerais não encontram respostas. Por isso este é o aspecto fundamental do trabalho atual da esquerda proletária. Não se trata aqui de uma ida desordenada às fábricas em geral. Com os poucos recursos com que contamos, temos que optar por certas áreas mais importantes que possam servir-nos como difusores de uma atividade concentrada. Chamaremos estes centros, que difundam a perspectiva de luta, de “pólos proletários”.

4 — O combate isolado, desencadeado por grandes setores da esquerda, na atualidade, revela uma disposição revolucionária que não é capaz, ainda, de ligar-se às massas. Essa atividade vem colocando a perder uma extraordinária quantidade de quadros forjados na esquerda. Esse desvio militarista, que tentou ser uma alternativa ao reformismo, tem, portanto, que sofrer uma crítica implacável. Deve-se mostrar aos militantes militaristas a utilidade que teriam suas experiências e dedicação se fossem orientados no sentido de contribuir para a organização, as lutas e a agitação dos objetivos do movimento operário. Para isso teremos que mostrar, na prática, o exemplo de uma dedicação integral ao objetivo da integração com o movimento operário. Na ordem de prioridades, no sentido e no rigor de nossa luta ideológica, em nossa política de alianças e na educação dos quadros, é preciso que se reflita claramente nossa decisão fundamental de penetrar na classe.

Na situação atual, portanto, nenhuma concessão nos pode desviar daquela tarefa fundamental. Foram concessões nesse sentido, feitas pela fração majoritária do POC, que começaram diluindo o que fora sua principal razão de ser. A discussão interna iniciada com o intuito de vencer os obstáculos internos à penetração na

classe, perdeu-se numa luta sem princípios com o objetivo de liquidar nossas principais bases políticas. Estamos sempre prontos para discutir em qualquer momento e em qualquer lugar, em defesa de nossa linha proletária. Mas nenhuma discussão pode descartar a organização centralizada que oriente sua atividade fundamental na classe. Por isso rompemos nossos vínculos com a fração majoritária do POC. Não subestimamos a unidade revolucionária e continuamos lutando por ela, mas também sabemos que a verdadeira unidade somente se manteria em torno de uma sólida coesão política. Sem esta a centralização orgânica seria artificial e burocrática.

5 — Vivemos atualmente um período de refluxo temporário do movimento de massas e de relativa estabilidade para a ditadura militar. A expansão econômica desses últimos anos, por um lado, e, por outro, sua capacidade de conter o movimento de massas garantiram o apoio da burguesia ao sistema militar.

Entretanto, o caráter monopolista da expansão econômica torna impossível o aumento da oferta de empregos para as grandes massas, e por isso, mantém-se o desemprego e o baixo nível dos salários. Esta incapacidade crônica do regime alimenta a insatisfação geral e a revolta latente nas grandes massas do povo. Podemos, portanto, dizer que o refluxo do movimento de massas é temporário e que é precária a estabilidade política da ditadura militar.

A transformação da revolta latente em lutas abertas enfraquecerá novamente a frágil unidade das classes dominantes e fará renascer para o combate político setores cada vez mais amplos, sufocados agora pela exploração capitalista. O ponto mais débil no movimento operário é a ausência de organismos de luta dos trabalhadores da cidade e do campo que possibilitem o aproveitamento de todas as fissuras do sistema. Até 1964 predominaram as organizações manipuladas pela cúpula que se permitia conciliar com a política da burguesia "progressista". Depois do dismantelamento do que havia em 1964, a esquerda revolucionária iniciou precariamente seu trabalho de massas, mas numa atividade cheia de vacilações e retrocessos; e, em muitos lugares, foi a própria massa que, espontaneamente, inaugurou novas formas de luta. A formação de organismos independentes — os comitês de empresas — organizou as lutas em 1968, mas não foi capaz de resistir à contra-ofensiva reacionária em fins daquele ano. Trata-se, atualmente, de divulgar essa organização independente tendo como ponto de partida os setores mais avançados da classe operária. Dando o exemplo de luta, a classe operária será capaz de mobilizar os mais amplos setores do povo e de estimular a luta dos camponeses. As lutas parciais no momento

atual preparam os grandes combates que certamente virão. Desde agora desencadeamos as lutas parciais na perspectiva da luta global contra a dominação burguesa.

6 — O centro de nossa atividade no movimento operário tem que estar nas empresas. É nos locais de trabalho — onde se concentram os operários e onde se coloca mais diretamente sua luta contra a exploração capitalista — onde poderemos fazer crescer sua organização de luta. O objetivo desse trabalho de base é a constituição dos comitês de empresas — lideranças representativas nas empresas que estão embasadas na condução das lutas locais. Para chegar aos comitês partimos dos problemas econômicos e políticos para despertar a consciência das massas. São tarefas complementares para o desenvolvimento dos comitês de empresas coordenar as lideranças locais em organizações de bairros. Se existem bases iniciais para o desenvolvimento do trabalho interno às empresas, a coordenação a nível de bairros possibilitará a divulgação e troca de experiências entre várias empresas, a organização de uma infra-estrutura — caixa comum, caixas de auxílio mútuo —, o desenvolvimento da agitação geral etc.

No movimento operário não podemos ignorar o papel nocivo desenvolvido pelos sindicatos atualmente existentes. Toda nossa política sindical passa pelo combate intransigente aos sindicatos estatais, denunciando sua estrutura “amarela” vinculada ao Ministério do Trabalho. Ainda não existem condições para a organização de sindicatos livres, mas a nossa atividade em relação aos sindicatos deve sempre procurar vínculos com uma oposição à situação atual. Não nos referimos a simples oposições sindicais com o objetivo de ganhar as direções dos sindicatos, mas a oposições que tenham como objetivo principal guiar as bases nas empresas para minar os alicerces dos sindicatos oficiais.

A organização e as lutas nas empresas é que modificarão a correlação de forças e é aí onde nós devemos nos concentrar.

7 — No caminho da construção do partido da classe operária teremos que procurar várias frentes e alianças. Devemos aproximar-nos de outras organizações revolucionárias que estejam dispostas a colaborar na luta proletária. Entretanto, subordinamos essas alianças ao objetivo central da mobilização da classe. Nossa prioridade na política de frente é estabelecer relações com as organizações operárias dispersas e embrionárias, as quais atuam geralmente numa perspectiva anticapitalista. Elas são o ponto mais avançado da penetração das idéias marxistas nos meios proletários e nos dão a base mais forte para a futura constituição do partido revolucionário. Por

outro lado, estamos na obrigação de estimular toda colaboração que tenha por objetivo o fortalecimento do trabalho direto na classe. Os agrupamentos que estejam dispostos a trabalhar na organização e na mobilização da massa em torno de seus objetivos merecerão nossa atenção e tentaremos as formas mais produtivas de alianças com eles. Conclamamos todos os setores da esquerda revolucionária a concentrar suas forças na organização da classe operária. Esses esforços serão generosamente recompensados no momento em que a classe começar a se mobilizar politicamente e a se levantar violentamente contra os exploradores e seus cães de fila, que hoje sufocam e impossibilitam a liberdade das grandes massas de nossa sociedade.

PROGRAMA BÁSICO*
(março, 1971)

a. *Caráter de classe e missão da organização:*

A nova Ação Popular é uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso a todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe. Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967) e depois, através de uma árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969).

b. *Base teórica:*

A nova Ação Popular guia-se pelos princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo.

O maoísmo ou pensamento de Mao Tsé-tung é ao mesmo tempo uma continuação e uma nova etapa do marxismo-leninismo: é a terceira etapa do marxismo, o marxismo-leninismo de nossa época, da nova época revolucionária em que o imperialismo caminha para sua ruína completa e o socialismo avança para a vitória em escala

* O documento que transcrevemos a seguir inaugura uma nova fase na trajetória da Ação Popular, a de sua transformação em Partido marxista-leninista. Trata-se da formalização de um processo em curso desde a fundação da AP, mas que se acentuou a partir de 1964. Para maiores elementos sobre a AP, consultar pág. 36.

mundial. O camarada Mao Tsé-tung é o líder incontestável do proletariado do mundo inteiro, é o dirigente mais provado e experiente do movimento comunista internacional em nossos dias. Ele dirigiu a luta do povo chinês para levar até o fim a revolução nacional e democrática da China, de acordo com suas criadoras teorias da revolução, da nova democracia e da guerra popular prolongada. Está dirigindo a luta do povo chinês para levar até o fim a revolução e a construção socialista da China. Nos últimos anos, iniciou e dirigiu pessoalmente a grande revolução cultural proletária da China, de acordo com sua teoria, universalmente válida, da continuação da luta de classes e da revolução sob a ditadura do proletariado. Está dirigindo também a luta do movimento comunista internacional contra o imperialismo e o revisionismo contemporâneos. Ao dirigir lutas de tão grande alcance e complexidade, o camarada Mao Tsé-tung integrou a verdade universal do marxismo-leninismo com a prática concreta da revolução em nosso tempo, herdando, defendendo e desenvolvendo o marxismo-leninismo em todos os domínios e de maneira genial e criadora, elevando-o a uma etapa completamente nova. A teoria da continuação da revolução sob a ditadura do proletariado para prevenir a restauração do capitalismo e levar a revolução socialista até o fim é a contribuição teórica mais importante do camarada Mao Tsé-tung e o marco da nova etapa do marxismo-leninismo.

c. Estilo de trabalho:

A nova Ação Popular luta para que todos seus organismos e militantes perseverem no estilo proletário de trabalho duro e vida simples, e aprendam a combinar cada vez mais o entusiasmo revolucionário com a objetividade científica e o espírito prático. Luta também para que todos seus organismos e militantes apliquem de modo cada vez mais completo o estilo de trabalho marxista-leninista-maoísta, combinando a teoria com a prática, integrando-se com as massas e praticando a crítica e a autocrítica.

Para aplicar o princípio da integração da teoria científica do marxismo-leninismo-maoísmo com a prática concreta da revolução brasileira, combate o revisionismo e o dogmatismo, o empirismo e o teoricismo, e orienta seus organismos e militantes para que aprendam cada vez mais a ater-se sempre às verdades universais do marxismo-leninismo-maoísmo, por um lado, e por outro, a partir da realidade brasileira, investigar suas particularidades, manter estreitos vínculos com as massas, sintetizar constantemente a experiência de luta das massas e continuar assim a desenvolver e aplicar indepen-

dentemente, com autodecisão e autoconfiança, um programa, uma estratégia e uma tática apropriados às condições atuais de nosso país e do mundo.

Para aplicar o princípio da integração com as massas, defende resolutamente a política de lutar junto, viver junto e trabalhar junto.

Para aplicar o princípio da luta ideológica ativa e da prática sistemática e conscienciosa da crítica e autocrítica, orienta seus organismos e militantes para que tomem por objetivo eliminar os erros políticos e as falhas de organização, tenham por base a revolucionarização ideológica contínua, e sigam o método da unidade-crítica-unidade.

d. *Internacionalismo proletário:*

A nova Ação Popular defende o princípio do internacionalismo proletário e educa seus militantes na compreensão de que a revolução brasileira é parte integrante da revolução mundial. Está decidida a estreitar sua união de combate com todos os partidos, organizações e grupos verdadeiramente marxistas-leninistas e com o proletariado e os povos e nações oprimidos para, junto com eles, derrotar o imperialismo, encabeçado pelo imperialismo norte-americano, o revisionismo contemporâneo, encabeçado pelos renegados dirigentes social-imperialistas soviéticos, e a reação mundial, e varrer da face da Terra todo o sistema de exploração do homem pelo homem.

Para isso, opina que, nos países onde não exista atualmente um partido único da classe operária, todos os verdadeiros marxistas-leninistas devem fazer os máximos esforços para se unificarem. E opina também que, no plano internacional, todos os partidos, organizações e grupos verdadeiramente marxistas-leninistas devem, com independência, ajudar-se mutuamente, trocar experiências, criar laços para a colaboração e ação conjunta e, unindo-se em torno do Partido Comunista da China e aplicando o princípio de chegar à unidade por meio de consultas, buscar os meios e as formas de organização e trabalho para reconstruir a necessária unidade de pensamento e de ação do movimento comunista internacional.

e. *Programa máximo:*

O Programa Máximo da nova Ação Popular, a meta final pela qual se bate, é o programa fundamental do proletariado: emancipar a classe operária emancipando a humanidade inteira; para isso, substituir a ditadura da burguesia pela ditadura do proletariado, vencer

o capitalismo com o socialismo e realizar o comunismo no mundo inteiro.

O comunismo é a forma final e superior do socialismo. A sociedade comunista será uma sociedade sem classes e sem Estado; uma sociedade onde terá desaparecido toda diferença entre operários e camponeses, entre cidade e campo e entre trabalho manual e trabalho intelectual; uma sociedade de abundância para todos, de incalculável desenvolvimento técnico e material, onde toda penúria e pobreza não mais existirão; uma sociedade onde a propriedade dos meios de produção e circulação dos bens estará completamente unificada sob a forma de propriedade de todo o povo; uma sociedade onde todo o povo terá uma cultura elevada, uma concepção científica da natureza e da história, elevadas qualidades morais comunistas e grande iniciativa e entusiasmo no trabalho; uma sociedade onde todos trabalharão voluntariamente segundo sua capacidade e receberão segundo suas necessidades. Na sociedade comunista, continuará existindo a luta entre o velho e o novo e entre a verdade e o erro; a humanidade nunca deixará de progredir nos domínios da produção e da experimentação científica e a natureza nunca deixará de desenvolver-se; mas as contradições de classe entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, desaparecerão. Por isso, a vitória do comunismo no mundo inteiro significará a criação de um mundo dos trabalhadores, um mundo de paz e fraternidade duradouras, um mundo sem imperialismo, sem capitalismo, sem qualquer sistema de exploração do trabalho e por isso mesmo sem guerra. Significará o começo de uma época radicalmente nova na história, tão nova e tão grandiosa que toda a história anterior merecerá ser considerada apenas como a pré-história da humanidade.

O socialismo representa o período histórico de transição da sociedade capitalista para a sociedade comunista, das sociedades de classes para a sociedade sem classes. Através da sociedade socialista, a humanidade entrará na sociedade comunista.

Por um lado, a sociedade socialista é incomparavelmente superior à sociedade capitalista. Na sociedade socialista, a ditadura do proletariado, quer sob a forma de um poder soviético de operários e camponeses pobres semiproletários, como na Revolução de Outubro, quer sob a forma de um poder popular de várias classes revolucionárias sob a direção da classe operária, como na revolução chinesa ou albanesa, substitui a ditadura da burguesia. O proletariado, de classe oprimida e explorada, se converte em classe dominante. O Estado proletário, como todo Estado, é ao mesmo tempo uma dita-

dura e uma democracia: pratica a mais ampla democracia para o proletariado e as grandes massas trabalhadoras e só exerce a ditadura sobre a minoria de exploradores e inimigos dos trabalhadores; por isso, é o Estado mais democrático de toda a história da humanidade. A propriedade social dos meios de produção, quer sob a forma de propriedade socialista estatal, quer sob a forma de propriedade socialista coletiva, substitui a propriedade privada. A estatização da indústria, a coletivização da agricultura e a planificação centralizada da economia abrem amplas perspectivas para um crescimento das forças produtivas vigoroso e contínuo, incomparável com tudo que a velha sociedade jamais conheceu. A situação material e cultural da classe operária e das grandes massas trabalhadoras melhora sem cessar.

Por outro lado, a sociedade socialista é a fase inferior da sociedade comunista. Traz ainda as marcas do capitalismo. O atraso, a pobreza e as dificuldades materiais herdadas do capitalismo só desaparecem passo a passo. As diferenças entre os operários e os camponeses, entre a cidade e o campo e entre o trabalho manual e o trabalho intelectual também só desaparecem passo a passo. A propriedade dos meios de produção ainda não está completamente unificada, mas se divide entre a propriedade estatal e a propriedade coletiva, o que representa a base material para certas sobrevivências da economia privada e do particularismo e para uma tendência espontânea do capitalismo. A distribuição dos bens de consumo é feita segundo o trabalho e não segundo as necessidades, e por conseguinte as diferenças de riquezas herdadas do capitalismo só desaparecem passo a passo. A burguesia e as demais classes exploradoras subsistem no terreno político e ideológico, mesmo após a transformação completa da propriedade dos meios de produção, e tudo fazem para solapar no terreno econômico a propriedade socialista e desenvolver as forças capitalistas.

Como sociedade de transição, a sociedade socialista cobre uma etapa histórica bastante longa. Durante toda essa etapa, existem classes, contradições de classe e luta de classes, existe luta entre caminho socialista e o caminho capitalista e entre a linha proletária e a linha burguesa no seio do Partido e da sociedade, existe o perigo da restauração interna do capitalismo e existe a ameaça de infiltração e agressão por parte do imperialismo e do revisionismo. Por isso, é necessário manter a vigilância, consolidar a ditadura do proletariado, unir estreitamente os operários aos camponeses pobres, a outras camadas de trabalhadores semiproletários na luta de classes, na luta pela produção e na experimentação científica,

persistir na linha de massas e avançar ininterruptamente para levar até o fim a revolução e a construção socialistas em todos os terrenos e garantir a transição para o comunismo. A vitória final de um país socialista não requer apenas os esforços de seu próprio proletariado e de suas amplas massas trabalhadoras, mas depende do triunfo da revolução mundial.

A passagem necessária do capitalismo para o socialismo e o comunismo é uma lei objetiva do desenvolvimento histórico. Esta lei se baseia nas leis científicas do desenvolvimento geral da história e nas leis científicas do desenvolvimento particular do capitalismo, leis descobertas por Marx e Engels, desenvolvidas por Lenin, defendidas por Stalin e retomadas e desenvolvidas por Mao Tsé-tung. Pela ação destas leis, o capitalismo, quanto mais se desenvolve, mais prepara a vitória do socialismo. Pois o capitalismo, quanto mais se desenvolve, mais socializa a produção e mais concentra e centraliza a propriedade, isto é, agrava sua contradição fundamental: a contradição entre o caráter social da produção e a forma privada da apropriação sob o capitalismo. Para esta contradição, só existe uma solução: a socialização também da propriedade dos meios de produção, o socialismo! Esta solução é preparada por todo o desenvolvimento do capitalismo, segundo suas próprias leis objetivas. Assim, ao desenvolver cada vez mais a produção, o capitalismo cria as premissas materiais do socialismo. Ao formar a classe operária e aumentar cada vez mais suas fileiras, ao encontrar cada vez mais os operários e elevar seu nível de instrução, ao colocar a seu lado um número cada vez maior de aliados com a ruína dos camponeses, pequenos produtores urbanos, e outros setores da pequena burguesia, e até capitalistas mais fracos, e com a pilhagem imperialista dos países coloniais, semicoloniais e dependentes, o capitalismo cria as premissas políticas objetivas do socialismo e prepara contra sua vontade a seus próprios coveiros. A vitória do proletariado é inevitável.

f. *Revolução ininterrupta por etapas*

A transição inevitável do capitalismo para o socialismo não significa que será feita espontaneamente. As leis econômicas do capitalismo determinam em última instância as leis da luta de classe do proletariado, mas não a substituem; constituem o fundamento da vitória segura da revolução proletária, mas esta exige uma luta de classe dirigida, árdua e prolongada. Para conquistar a vitória, o proletariado tem antes de tudo que derrubar a ditadura burguesa sob qualquer uma de suas formas e estabelecer a

ditadura proletária sob qualquer uma de suas formas. Só depois de tomar o poder, o proletariado pode passar à construção da base econômica do socialismo e em seguida à completa construção da sociedade socialista em todos os terrenos.

O capitalismo, ao entrar em sua etapa monopolista e imperialista e reorganizar o mundo sob seu domínio, completou a fase ascendente de sua história e se tornou um sistema moribundo e em declínio. Desde então, é uma nova revolução mundial que está em curso: a revolução proletária. Contudo, o desenvolvimento econômico e político do capitalismo se faz de modo necessariamente desigual de país para país. Em consequência, a revolução proletária se desenvolve também de modo necessariamente desigual de país para país. Além disso, a revolução proletária no mundo e em cada país não avança nem pode avançar numa linha sempre ascendente. Ao contrário, atravessa momentos em que a luta é menos intensa ou mesmo sofre derrotas parciais e temporárias, embora avance continuamente de um ponto de vista de conjunto e estratégico. Por essas razões, a transição do capitalismo para o socialismo é um processo revolucionário prolongado e complexo, que ocupa toda uma época histórica e passa por várias etapas. O proletariado deve levar a revolução até o comunismo sem interrupções, mas também sem desconhecer as etapas necessárias.

Estas etapas, por um lado, se entrelaçam; cada etapa cumpre as tarefas ainda não solucionadas da etapa anterior e cria as premissas da etapa seguinte. Por outro lado, são distintas, variam de país para país e são determinadas tanto por condições objetivas (grau de desenvolvimento do capitalismo e da classe operária) quanto subjetivas (grau de consciência e organização da classe operária e das amplas massas trabalhadoras).

Na situação atual do mundo, a relação entre as condições objetivas e as condições subjetivas da revolução proletária se coloca de uma forma nova. Em primeiro lugar, porque, com a existência do sistema imperialista mundial, a análise das premissas materiais da revolução socialista não deve ser abordada mais apenas do ponto de vista da situação econômica de cada país isolado, mas sim do ponto de vista da economia mundial, pois já não existem economias nacionais isoladas que se bastem a si mesmas; elas se convertem em elos de uma só corrente. Deste ponto de vista, pode-se afirmar que as condições objetivas fundamentais para a revolução proletária já estão dadas no sistema imperialista mundial considerado como um todo; a existência dentro desse sistema de países com um desenvolvimento industrial e capitalista insufi-

ciente não pode mais representar um obstáculo insuperável para a tomada do poder pelo proletariado nesses países, porque o sistema em seu conjunto já está maduro para a revolução. Em segundo lugar, porque, com a intervenção consciente do proletariado no processo histórico e com a possibilidade de generalizar as experiências mais avançadas acumuladas pelo proletariado internacional e contar com sua ajuda, os fatores subjetivos adquiriram um papel ativo incomparavelmente maior e podem vencer dificuldades objetivas que seriam insuperáveis espontaneamente. Por esses motivos, as condições decisivas passaram a ser as condições subjetivas: a capacidade do proletariado de unir em torno de si as amplas massas populares e para isso levar a revolução nacional e democrática até o fim, tomando o poder, cumprindo as tarefas econômico-sociais de caráter nacional e democrático ainda não solucionadas e ganhando assim as amplas massas para passar em seguida à construção do socialismo. Dirigindo e levando até o fim a revolução nacional e democrática, o proletariado pode preparar e acelerar a passagem à revolução socialista nos países mais atrasados e pouco desenvolvidos no sentido capitalista.

Portanto, nesta nova situação, não é mais necessário que todos os países passem por uma etapa de desenvolvimento capitalista nacional. Também não é mais necessário que a revolução seja feita em primeiro lugar nos países onde o capitalismo já se desenvolveu plenamente e o proletariado forma a maioria da população. Ao contrário, a frente do capitalismo se romperá sucessivamente onde a corrente for mais débil, e este elo mais fraco é determinado não só por condições econômicas, mas sobretudo por condições políticas. Em certo sentido, na etapa imperialista do capitalismo, surge uma contradição entre o desenvolvimento das condições econômicas e o desenvolvimento das condições políticas para a revolução socialista, uma contradição entre os países mais preparados do ponto de vista político, nos quais é mais fácil começar a revolução e mais difícil continuá-la e levá-la a termo, e os países mais preparados do ponto de vista econômico, nos quais seria mais fácil continuar a revolução no terreno econômico, porém é mais difícil começá-la no terreno político. Nestas circunstâncias, a forma de contribuir para acelerar a revolução no conjunto do mundo é o proletariado com o apoio das amplas massas populares tomar resolutamente o poder nos países onde é possível passar à construção do socialismo através das etapas que se tornarem necessárias, e apoiar e despertar a revolução nos demais países.

Por isso mesmo, a revolução de cada país não deve ser considerada como um objetivo que se basta a si mesmo, mas sim como um meio para acelerar o triunfo do proletariado nos demais países: o proletariado deve levar a cabo o máximo que pode ser realizado em cada país isoladamente para desenvolver, apoiar e despertar a revolução em todos os países. É nesta perspectiva que a revolução nos países da Ásia, África e América Latina tem atualmente importância estratégica para a revolução proletária mundial.

g. *Programa mínimo*

No Brasil, país dominado pelo imperialismo norte-americano sob uma forma semicolonial, com uma base técnica agrário-industrial atrasada e uma formação social complexa, que combina relações capitalistas com relações semifeudais e feudais, com a predominância das relações capitalistas, faltam ainda certas condições objetivas, mas faltam principalmente as condições subjetivas para a revolução socialista proletária e a emancipação completa dos trabalhadores. Por isso, a tarefa imediata que o proletariado do Brasil e sua vanguarda têm diante de si é a de unir-se aos camponeses, formando uma sólida aliança operário-camponesa, unir-se também à pequena burguesia urbana e ganhar a burguesia nacional para levar até o fim a revolução nacional e democrática do Brasil, abrindo caminho e criando as condições objetivas e subjetivas para a passagem de nosso país à estrada luminosa do socialismo.

Portanto, o Programa Mínimo da nova Ação Popular, a meta imediata pela qual se bate na atual etapa da revolução brasileira, é o programa de todo o povo brasileiro; a revolução nacional, democrática e popular, antiimperialista e agrária. Esta revolução atende principalmente aos interesses do proletariado e do campesinato e subordinadamente aos interesses da pequena burguesia urbana e também da burguesia nacional. É uma revolução nacional-democrática de tipo novo e distingue-se das revoluções nacionais democráticas de tipo velho. Primeiro, porque faz parte da revolução mundial proletária e não da revolução mundial burguesa. Segundo, porque leva à implantação e desenvolvimento de um capitalismo nacional. Terceiro, porque só pode ser dirigida até a vitória final pela classe operária.

As tarefas fundamentais da revolução nacional, democrática e popular do Brasil são duas: a tarefa nacional de libertar o país, liquidar o domínio do imperialismo norte-americano e a exploração de nossa pátria pelos imperialistas e seus sócios, tarefa principal; e a tarefa democrática de conquistar as liberdades democráticas do

povo, liquidar o sistema latifundiário e todas as formas semifeudais e feudais de exploração e libertar os camponeses, transformando o Brasil num país independente, democrático, desenvolvido e poderoso.

Os alvos da revolução nacional, democrática e popular do Brasil são três: os imperialistas, principalmente os imperialistas norte-americanos; os grandes capitalistas ligados aos imperialistas; e os latifundiários.

As forças motrizes da revolução nacional, democrática e popular do Brasil são: os operários, força dirigente; os assalariados agrícolas e camponeses, força principal; a pequena burguesia urbana, força aliada importante do proletariado. Quanto à burguesia nacional, formada essencialmente pelos médios e pequenos empresários que não estão ligados ao imperialismo, poderá se tornar uma força aliada do proletariado, em certos períodos e em certa medida, ou pelo menos poderá ser neutralizada. A burguesia nacional tem contradições com o imperialismo, mas ao mesmo tempo vive da exploração dos operários e é fraca econômica e politicamente; daí decorre seu caráter vacilante e conciliador.

No terreno político, a revolução nacional, democrática e popular do Brasil exige a derrubada da ditadura militar e a destruição completa do Estado de ditadura conjunta dos imperialistas, grandes capitalistas ligados ao imperialismo e latifundiários. Exige o estabelecimento de um regime novo, a república democrática popular, estado de ditadura conjunta de todas as classes e camadas sociais revolucionárias, dirigido pelo proletariado através do seu partido baseado na aliança operário-camponesa. Este Estado praticará a mais ampla democracia para o povo e só exercerá sua ditadura contra a minoria de traidores e inimigos do povo e da revolução. Este Estado praticará uma política externa independente, de solidariedade com a luta libertadora de todos os povos e de paz.

No terreno econômico, a revolução nacional, democrática e popular do Brasil exige a estatização de todas as empresas imperialistas e dos grandes capitalistas ligados aos imperialistas; o confisco das terras dos latifundiários e dos imperialistas e grandes capitalistas ligados aos imperialistas, e a sua distribuição para os camponeses e assalariados agrícolas, quer sob a forma de propriedade privada, quer sob a forma de propriedade coletiva, assim como a organização de algumas fazendas estatais; o estabelecimento e a ampliação dos direitos dos operários e o fim do arrocho salarial; a melhoria da situação material e cultural das grandes massas trabalhadoras; a proteção das empresas dos capitalistas nacionais, com a garantia dos interesses da economia nacional e do bem-estar

do povo; a planificação centralizada para a promoção do desenvolvimento independente, rápido e equilibrado da economia nacional.

No terreno da educação e cultura, a revolução nacional democrática e popular do Brasil exige a criação de uma cultura nacional, democrática e científica, a serviço do povo e a seu alcance, instrumento de consolidação da soberania do país e de libertação dos trabalhadores.

h. Estratégia:

Para conseguir esses objetivos, a tarefa central e a forma suprema da revolução nacional, democrática e popular do Brasil é a tomada do poder pelas armas. A luta armada, resultado inevitável do desenvolvimento da luta de classes e lei geral da revolução, é o único caminho para a salvação de nosso povo. Por isso, a essência da estratégia da nova Ação Popular é a conquista de um governo democrático popular revolucionário, dirigido pela classe operária e seu partido, através da luta armada.

Nas condições atuais do mundo e do Brasil, o caminho da luta armada libertadora do povo brasileiro é a guerra popular: uma guerra justa, dura e prolongada, que será feita por todo o povo sob várias formas, se apoiará em nossos próprios recursos, começará no campo, mobilizando os camponeses e assalariados agrícolas, fazendo a guerra de guerrilhas, construindo passo a passo o Exército Popular, criando bases de apoio, cercará as cidades pouco a pouco e, combinando a luta no campo com a luta nas cidades e a luta armada com as outras formas de luta, conquistará seguramente a vitória. Este caminho se opõe tanto à concepção revisionista do "caminho pacífico ou eleitoral", quanto às concepções foquistas do "terrorismo urbano" e do "foco guerrilheiro", que propõem uma luta armada desligada das massas, e que só pode levar à aventura e ao fracasso.

No caminho estratégico da guerra popular prolongada, a luta armada é um meio indispensável para desenvolver a revolução e levá-la a um auge em escala nacional e por isso desempenha o papel principal desde o início da luta revolucionária direta pela tomada do poder.

Por isso, antes de desencadeada a guerra, todos os trabalhos devem servir direta ou indiretamente à sua preparação, principalmente no campo; depois de desencadeada a guerra, todos os trabalhadores devem servir direta ou indiretamente a seu prosseguimento até a vitória final.

i. *Tática*

Nas condições atuais do mundo e do Brasil e de acordo com o programa e a estratégia da revolução brasileira na atual etapa, o conteúdo geral e básico da tática da nova Ação Popular é a preparação e o desencadeamento da guerra popular, preparação imediata e ativa e desencadeamento vitorioso. A chave desta tática é a justa combinação entre a ampliação e radicalização das ações de massas no campo e nas cidades, e a imediata preparação ideológica, política, orgânica, técnica e material da nova Ação Popular e do povo para a luta armada, no campo e nas cidades.

Para conduzir corretamente o processo de ampliação e radicalização das ações de massas no campo e nas cidades, é preciso levar em conta o papel essencial das ações armadas nesse processo. Na etapa de preparação da guerra popular, as formas fundamentais de luta são não-armadas. Contudo, o povo tem o direito e o dever de recorrer desde o início à sua justa violência, em caráter defensivo e segundo as condições concretas de cada lugar. E são também indispensáveis desde o início ações armadas pioneiras de várias modalidades, a serem conduzidas em união estreita com o movimento de massas, segundo as condições concretas de cada lugar e voltadas para despertar e organizar as massas; estas ações irão crescendo em número, amplitude e importância à medida que se desenvolver o movimento de massas e avançar a preparação da luta armada.

Sejam quais forem suas formas, todos os trabalhos e todas as lutas devem servir, direta ou indiretamente, para criar as condições políticas e militares para o desencadeamento vitorioso da guerra popular em nosso país. Estas condições podem ser resumidas na construção na luta, até certo grau e num determinado número de áreas estratégicas no campo e nas cidades, do Partido da classe operária; da Frente única contra os imperialistas, os grandes capitalistas e os latifundiários, com base na aliança operário-camponesa; e das unidades de guerrilhas e das milícias e grupos de autodefesa, embriões do Exército Popular.

O Partido da classe operária se constrói no cumprimento das tarefas de construção da Frente única e do Exército Popular. A Frente Única é uma frente para preparar, desencadear e desenvolver a guerra popular. E o Exército Popular é a grande arma do Partido e da Frente única para conquistar e manter o poder. Destas três tarefas, a construção do Partido ainda é atualmente a principal. Mas qualquer uma dessas tarefas só pode ser cumprida em ligação estreita com as outras duas. Uma correta direção de toda a revo-

lução brasileira depende de uma correta compreensão destas três tarefas e de suas relações mútuas.

j. *Partido:*

Tomando por base os princípios e as posições deste Programa Básico, a nova Ação Popular luta pela construção de um partido do proletariado do Brasil de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta. Na luta pela construção desse partido, leva em conta que atua em nosso país um partido marxista-leninista, o Partido Comunista do Brasil, e que existem também em nosso país atualmente outras forças marxistas-leninistas. Por isso, tomando por base os princípios e as posições deste Programa Básico e apoiando-se nas experiências positivas e negativas do movimento operário brasileiro, propõe ao Partido Comunista do Brasil e a todas as forças e revolucionários verdadeiramente marxista-leninistas que façamos os máximos esforços para encontrar, através da luta em comum e do debate fraternal, o caminho através do qual o proletariado do Brasil poderá acelerar e levar a revolução brasileira até a vitória, com a arma indispensável de um partido proletário de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta, correto, unificado e poderoso.

k. *Duplo dever:*

A nova Ação Popular e todos os revolucionários proletários do Brasil têm diante de si a dupla e histórica tarefa: levar até o fim a revolução nacional e democrática de nossa pátria e transformá-la na revolução socialista. Os militantes da nova Ação Popular, que juram consagrar toda a sua vida à luta pelo comunismo, devem ser resolutos, não temer nenhum sacrifício e vencer todas as dificuldades para conquistar a vitória!

l. *Nome:*

A nova Ação Popular passa a chamar-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil.

ORGANIZAÇÃO COMUNISTA 1.º DE MAIO

Em meados de 1966 formou-se no interior do Partido Operário Revolucionário (POR) uma cisão, expressão da Nova Esquerda no seio da corrente trotskista.

Propondo-se a efetuar uma revisão crítica do trotskismo do POR, inspirado nas orientações de Posadas, a cisão adotaria um perfil próprio, tomando desde 1968 o nome de Movimento Estudantil 1º de Maio, referência à expulsão do governador do estado do ato comemorativo do Dia do Trabalhador, efetuada pelos operários na Praça da Sé.

O ME-1º de Maio fracassaria no intuito de promover a unificação com outras dissidências do trotskismo ortodoxo surgidas em Pernambuco e no Rio Grande do Sul, em função de opções diferenciadas quanto aos vínculos a estabelecer com a IV Internacional. Por assumir uma atitude mais aberta em relação a esta questão, o ME-1º de Maio manteria contatos com outras organizações de esquerda. Participaria, no decorrer de 1968, no movimento estudantil e na greve operária de Osasco, em julho, mas sempre sustentou atitude crítica em relação às ações armadas que então se iniciavam.

Em começos de 1969, a polícia política infligiria duro golpe à organização, prendendo quadros e dirigentes e obrigando os que ficaram em liberdade a cair na clandestinidade. A situação aceleraria em muitos a adoção de uma perspectiva que já vinha amadurecendo: o deslocamento para o trabalho nas fábricas e para a moradia em bairros operários. Neste processo é que a organização adotaria o nome de Organização Comunista 1º de Maio — OC-1º de Maio.

A OC-1º de Maio, desde então, dedicar-se-ia ao trabalho de agitação na classe operária e de articulação de suas vanguardas

sociais, tendo presença relevante no processo de constituição dos chamados Grupos Independentes, formados por operários de vanguarda nos princípios da década de 70 e que seriam, em certa medida, os embriões das futuras Oposições Sindicais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA DIREÇÃO REVOLUCIONÁRIA DO PROLETARIADO (janeiro, 1971)

A tarefa fundamental

Vivemos em 1968 um período de ascensão do movimento de massas, que representou um grande salto qualitativo em relação ao ascenso anterior a 1964.

A classe operária e os trabalhadores de um modo geral se manifestando em todo o país, por cima e contra as direções pelegas, em assembleias, greves, passeatas, ocupações de fábricas. O movimento estudantil, ao qual se ajuntaram professores, intelectuais, jornalistas, artistas, interveio de forma radical, caminhando cada vez mais rumo à união de suas lutas com as da classe operária.

O movimento de massas expressava, da maneira mais clara, a revolta das classes oprimidas contra o regime capitalista, incapaz de se reformar, de apresentar saídas, perspectivas quaisquer, passagens que fossem, aos explorados.

Mas os germes de tão longo refluxo por que temos passado após esses vultosos períodos de ascenso estavam no próprio movimento de massas.

Estavam na ausência de uma direção revolucionária que pudesse apresentar perspectivas, para capitalizar, organizando firme e solidamente os elementos de liderança, canalizando e catalisando esse processo de agitação, se preparando junto com a classe operária e as massas em geral para aparar os golpes inimigos e para a luta organizada até a estocada final contra o regime burguês.

As lideranças de então combinavam posições reformistas com esquerdistas; a insistência em uma propaganda não revolucionária com medidas radicais.

Procuravam compensar sua ignorância das tarefas da revolução e do papel da classe operária, com medidas radicalóides, que não eram senão a antecâmara do terrorismo, das ações individualistas, que acabaram predominando com a vinda do refluxo.

Contudo, a direção revolucionária mostrou estar se formando, dentro das fábricas, dos locais de trabalho, das escolas. Começaram a explodir revoltas e greves com direções localizadas que, apesar de não terem claro o programa da revolução ou o seu papel de direção da classe operária, rumo à revolução socialista, não mais entravam nos esquemas pelegos e partiam para a contestação direta do regime. Mas essas direções eram muito limitadas, embrionárias, para que pudessem consolidar-se à frente das movimentações, e pudessem suplantar as direções confusas, reformistas e esquerdistas, que acabaram prevalecendo, quase totalmente, embora fossem constantemente pressionadas, empurradas, ultrapassadas pelas massas.

A tarefa fundamental que se coloca à vanguarda revolucionária é a de buscar esses elementos que estavam e estão se forjando como direção, no meio das massas, em cada local de trabalho ou atuação, formá-los politicamente, fornecendo-lhes os instrumentos para marcharem rumo à revolução socialista; é a de agregá-los, se estendendo como vanguarda, se consolidando como direção revolucionária das massas.

A descrença cada vez maior no sistema de exploração das massas, a incapacidade do capitalismo de amenizar sequer a penúria dos trabalhadores, do povo, colocam, a cada dia que passa, a possibilidade de revoltas, explosões.

As condições objetivas para o socialismo se definem como maduras.

A ofensiva ideológica da burguesia procura ser uma compensação àquilo que ela não pode oferecer: a satisfação dos trabalhadores que, ano a ano, revelam mais consciência do roubo que lhes é perpetrado pelas classes dominantes.

Entretanto, essas condições, descrença com o *status quo*, revolta, explosões, agitações, tudo se perderá, se desbaratará, ante a falta de perspectivas para as massas e ante os golpes inimigos, na ausência dos organismos de direção que permitam ser canalizada oportunamente toda essa disposição de luta contra o Estado burguês.

Faltam as condições subjetivas; a organização do operariado correspondente à consciência de classe. As massas não se conduzirão espontaneamente para o socialismo. A sua direção principal-

mente será a detentora da concepção científica de transformação da sociedade.

Mas essa concepção e seus detentores têm de corresponder necessariamente à consciência e organização do proletariado, como classe.

Hoje, tem de se construir a sua direção com clareza dos objetivos e cada passo a dar rumo à revolução operária, os seus organismos livres de combate: comitês de greve, organismos sindicais, oposições sindicais. Tem de se construir a direção proletária consolidada e centralizada numa organização revolucionária: o partido revolucionário do proletariado.

O surgimento das oposições sindicais como direção das categorias

Até 1964, o populismo encontrou um campo de manobra junto aos trabalhadores e as massas em geral. Setores nacionalistas pequeno-burgueses faziam chantagens a setores da alta burguesia. Para isto se utilizavam das massas, mas sem organizá-las, para fazer pressão ao governo, obter concessões, obter crédito.

Porém, cada vez mais, decaía, com a pauperização da classe média, a popularidade de líderes burgueses. Já em 1964, Goulart é golpeado, sem que se esboçasse qualquer manifestação de massa favorável a ele.

E a ditadura aberta, com todas as medidas impopulares que tomou — arrocho salarial, intervenção nos sindicatos, repressão, fim à política reformista, implantando a política de submissão total ao imperialismo, em prejuízo também dos pequenos proprietários, foi um golpe talvez fatal ao populismo.

O movimento de massas estava até então sob a direção dos tradicionais pelegos ligados à burguesia, ideologicamente e organicamente, através de instituições controladas por ela. Fossem os pelegos do peceção ou outros à direita deles.

As reivindicações mais políticas que apresentavam, em nome da classe operária, giravam em torno das reformas de base, como a reforma agrária, e do problema nacional, da luta antiimperialista. Tal programa era nitidamente de direita. Colocava como bandeira de luta a reforma do capitalismo: reformar para que pudesse melhorar e sobreviver.

A sua luta se resumia, enfim, em salvar o capitalismo, a democracia burguesa, reformando-o. O movimento de massas estava diluído no populismo, sob a direção pelega, que, em suma, não contesta o regime capitalista.

Com este programa, atuavam como freio no movimento de massas, canalizando a revolta das classes exploradas para falsos objetivos. A incapacidade do capitalismo de se reformar, de apresentar perspectivas e satisfazer as aspirações das massas é que provoca explosões. As “reformas” anunciadas pela burguesia não passam de tentativas de pôr pano morno em descontentamentos que se avolumam ou são mudanças que mais arrocham as classes oprimidas, e que têm produzido um acirramento da luta de classes internacionalmente.

Substancialmente, o capitalismo não pode mais se reformar. E ao acenaram às massas com reformas, elas vão muito além dessas promessas, promovendo greves constantes, invadindo terras, ultrapassando as direções que têm por propósito salvar o capitalismo.

A burguesia, apavorada diante do movimento de massas, que se radicalizava antes de 1964, escapando das mãos dos pelegos, conseguiu unir suas forças, para promover contra João Goulart o golpe que, em última instância, era dirigido contra as massas .

A burguesia não podia dar-se ao luxo de um governo reformista, como o de Goulart, e sua deposição se enquadrava num endurecimento de nível internacional.

O temor de uma repetição da revolução cubana levou o governo ianque a estimular os governos reformistas dos países subdesenvolvidos. A Aliança para o Progresso — para o imperialismo em busca de mercados e sem poder ceder os seus aos países “em vias de desenvolvimento...” — era uma forma de incentivar a formação de novos mercados nesses países, através de reformas.

Porém, o estímulo às reformas desencadeava um processo de agitação e mobilização de massas que exigiam além das propostas reformistas. Burguesia e pelegos já não podiam conter, com os freios tradicionais, o movimento de massa.

Ao assassinato de Kennedy pelos direitistas, seguem a deposição de Goulart, a de Frondizi na Argentina e outros, a invasão da República Dominicana. E, em contrapartida, o próprio endurecimento do bloco “soviético”, com a deposição de Krushev, mentor da “coexistência pacífica”.

O pavor da burguesia levou à sua união e a entrega do poder à linha-dura castelista que, durante curto espaço de tempo, enfeixou forças para golpear o movimento de massas, mas logo se viu às voltas com novas crises, acirramento das contradições interburguesas, ameaças e concretizações de novas movimentações de massa.

Castelo Branco, partidário da repressão radical, não pôde ir às últimas conseqüências em seus objetivos, assim como internacionalmente o confronto do imperialismo com o proletariado não o foi.

A cassação de mandatos e direitos políticos de líderes burgueses não eliminavam os setores que eles representavam. Cassavam-se os líderes, mas restavam seus representados, com os mesmos interesses que eles defendiam anteriormente.

E o governo de Costa e Silva que se segue é um governo de aberta conciliação dos vários setores da burguesia, desde o linhadura Gama e Silva (Ministro da Justiça), até Passarinho (Ministro do Trabalho), Magalhães Pinto (Relações Exteriores), menos duros ou conciliadores.

E com as eleições sindicais, os interventores, impostos com o golpe de 1964, foram sendo substituídos por chapas de "oposição". O peceção retoma alguns aparelhos. Mas os acontecimentos posteriores a 1964 vieram demonstrar a falência e esfacelamento das direções que defendem programa contrário à tomada do poder pela classe operária, não apontando passos medidos e contados para alcançá-lo, e que não criem condições para aplicação deste programa.

O golpe de 1964 veio colocar às claras a desmoralização do peceção e o desmantelamento de seus aparelhos. Durante o período de mobilização anterior a 1964, o peceção havia conseguido impor a setores das massas a ilusão da tomada do poder pacificamente. Não havia se preparado para aparar e rebater os golpes que sempre estão sendo tramados pelos inimigos nem para a tomada do poder, pois, verdadeiramente, não o colocava como objetivo.

O peceção, como os PCs de todo o mundo, segue a orientação de Moscou, e há dezenas e dezenas de anos que a burocracia termidoriana — aliás, em toda a sua existência — deixou de incentivar a revolução em qualquer país.

O golpe de 1964 foi desfechado também contra os burocratas encastelados nos aparelhos sindicais que já não se revelavam tão eficientes em conter o movimento de massas. Segue-se um período de refluxo durante o qual as massas se encontraram sem direção, pelo afastamento dos pelegos. E, com lutas parciais, ao nível de fábricas e categorias, novas direções vão sendo formadas.

Fechados os canais de manifestação dos trabalhadores, com a intervenção nos sindicatos e com o afastamento e desmoralização das velhas direções, a repressão policial aos pelegos remanescentes, a nova direção que se começa a formar iria revelar, ao lado da tremenda vontade de briga, as limitações de sua inexperiência.

Entre 1964 e 1967, as mobilizações dos trabalhadores foram parciais, sem ameaçar diretamente as bases de estabilidade do governo. As fermentações no seio da classe operária revelavam sua revolta contra a política econômico-financeira implantada com o golpe, o arrocho salarial sobretudo, e depois contra o Fundo de Garantia, que em questão de meses foi imposto a todos os trabalhadores.

As oposições sindicais, surgidas neste período, foram os organismos por onde os trabalhadores se organizaram para lutar contra os pelegos nos sindicatos, contra o regime, o governo e sua política de arrocho, expressando principalmente através delas seu descontentamento.

Saídas das chapas de oposição aos pelegos, estas oposições sindicais aglutinavam os elementos jovens, os mais combativos de sua categoria, para lutar dentro e fora dos sindicatos, porém não conseguindo traçar satisfatoriamente um programa de luta para os trabalhadores. Caracterizavam-se como oposições, por estarem desatreladas dos aparelhos pelegos governamentais, por sua contestação aos interventores, ao peceção e audácia ante a ameaça policial.

Porém, faltava-lhes o programa de lutas que lhes permitisse e orientasse sua solidificação como uma direção alternativa para as massas.

Apesar disso, elas foram direção e estavam desatreladas da burguesia, mesmo no caso de José Ibrahim, em Osasco, que assumiu a direção do sindicato.

Contudo, sua evolução política levou-as até o nível de negar o *status quo*, ou até de lhe enunciar abstrata e confusamente alternativas. Mas sem consegui-lo concretamente, até o ponto em que pudessem manter essa direção das massas que adquiriram, ganhar confiança também internamente, dentro do próprio organismo, da própria oposição, e que lhes permitisse se manterem e solidificarem como grupo e encontrar saídas para os impasses advindos da mobilização de seus representados e a reação patronal, policial, às lutas que desencadearam.

Aglutinavam elementos de várias tendências, desde os que tinham uma concepção sindicalista, que colocavam a tomada do sindicato como objetivo, misturando-se até aos que jamais confiaram na classe operária, nas massas, aos esquerdistas, dos quais muitos pertenciam ou foram recrutados pelos grupos guerrilheiros e terroristas.

Não chegaram em nenhum lugar a se desenvolverem como uma tendência proletária. Como um agrupamento que centralizasse um

trabalho cuja direção preponderante em termos de autoridade, pelo menos para os momentos cruciais, defendesse e impusesse uma linha proletária: confiança na agitação de massas, na propaganda e organização revolucionárias, para a luta paulatina até a tomada do poder pela classe operária.

Mas preponderaram nas oposições sindicais concepções espontaneístas, dos que acreditavam na evolução contínua e acumulativa, ininterrupta, da agitação pela agitação; ou as dos que queriam sempre organizar mais, burocraticamente, independentemente do processo de lutas que travavam; ou as dos que queriam levar a luta até às últimas conseqüências, precipitadamente, sem preparação para tal.

Essa era a limitação da jovem liderança que surgia, mas limitação essa que, por envolver o fundamental, iria levar-lhes mais e mais confusão e ao seu próprio desbaratamento.

Nas reivindicações e lutas levadas pelas oposições sindicais, preponderavam os problemas e a mobilização da categoria que representavam. Não conseguiram aprofundar essas reivindicações, apresentar um programa global para todos os trabalhadores, nem se unificarem em organismos regionais, municipais etc.

A tremenda disposição de luta dessa jovem liderança não pôde ser aproveitada totalmente, perdendo-se em grande parte pela ausência de um núcleo de direção, com autoridade, que soubesse e pudesse abrir-lhe perspectivas e canalizar essa disposição.

As movimentações, então, arrancavam até um determinado ponto, para depois refluírem, parecendo reduzir a zero aquele acúmulo de experiência, de organização, de lutas, de liderança.

Mas essas oposições sindicais lançaram os germens de futuros organismos que hoje começam a se desenvolver, como tendências proletárias, que deverão criar condições junto aos trabalhadores para se levar à prática o programa revolucionário da classe operária.

A aplicação desse programa se fará sob a experiência das lutas anteriores, e os erros e acertos dessas oposições devem ser cuidadosamente avaliados, pois os novos organismos também serão superados pelas exigências da luta de classe, pelo conjunto dos trabalhadores, se não definirem claramente a si próprios e às massas os objetivos e meios da luta de que serão direção.

Serão ultrapassados pelas mobilizações se não forem levados a seguir o caminho da revolução proletária, arrojada e firmemente, como direção dos trabalhadores, sem os desvios cometidos até então, que os levariam à desmoralização, ao desbaratamento, à acefalia das massas e a longos reflexos.

Serão superados se não se desenvolverem e se mantiverem como direção dos trabalhadores, criando condições e permitindo a formação conjuntamente do partido da classe operária.

O repúdio ao populismo e ao peleguismo

As oposições sindicais, promovendo campanha contra os pelegos, contra a política sócio-econômico-financeira do governo, contra o arrocho, atuando dentro e fora dos sindicatos, e organizando a parcela mais avançada dos trabalhadores, deram vazão a fermentações que vinham-se acumulando, com intervenções por setores, no período de refluxo após 1964.

Muito além de exercerem pressões sobre os pelegos, levantaram uma série de reivindicações justas e palavras de ordem corretas, chegando por vezes a mobilizar os trabalhadores para greves, das quais a de Osasco foi um dos pontos mais altos.

O MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho), como um organismo nacional dos pelegos, era uma tentativa dos burocratas sindicais de assumirem a direção das movimentações que, cada vez mais, lhes escapavam das mãos; de tomarem as rédeas do processo, para conduzirem os trabalhadores para a luta reformista. Para aplaudirem Sodré na Praça da Sé!

Se a burguesia, já desde as movimentações anteriores a 1964, não pode permitir e incentivar o peleguismo, não consegue impedi-lo totalmente. E a resposta da classe trabalhadora vem imediatamente contra seus verdugos e traidores.

O apedrejamento de Sodré e dos pelegos no 1º de Maio de 1968 veio demonstrar os perigos para a burguesia do peleguismo sindical, pois cada vez menos consegue frear o movimento de massas.

As violentas manifestações de 1968, em todo o país, iriam revelar uma contradição insolúvel para a burguesia. Se não pode incentivar o peleguismo, pois as massas passam por cima dos burocratas, fechados os canais de expressão, reprimidos os sindicatos, os trabalhadores começam a se organizar por fora, desatrelados das instituições burguesas, totalmente fora do controle dos pelegos, contra eles.

A impopularidade do governo direitista de Castelo Branco, que se propunha reprimir e não conciliar, continua, se transmite também ao governo de Costa e Silva, e à própria "revolução" de 64. O governo de Costa e Silva era um governo de coligação das variadas tendências burguesas, direitistas (Gama e Silva) e conciliadoras (Passarinho, Magalhães Pinto), entreguistas (Delfim Netto) e "nacionalistas" (Albuquerque Lima), e outras, as quais iriam entrar em

choque, contrapondo paliativos às crises sócio-econômicas, em tentativas frustradas de conter explosões de massas que já se previam, que vieram e contra as quais nada puderam fazer.

Somente quando o movimento de massas refluiu, setores extremados da burguesia tentaram se colocar acima das divergências, com um golpe branco, o Ato-5, um golpe pela metade, natimorto, já que as divergências continuaram, o mesmo ministério dividido de Costa e Silva permaneceu, ainda que o perigo do movimento de massas estivesse afastado de imediato com o refluxo que se abatera desde setembro, outubro.

As divergências da burguesia cada vez mais vinham-se acentuando já desde o golpe de 1964. A Frente Ampla, com líderes burgueses populistas, procurava ser uma alternativa à impopularidade do governo.

Com Lacerda à frente, propunha uma oposição à ditadura, tentando quebrar o isolamento do governo, capitalizar o descontentamento, mas até certo ponto.

Até o ponto em que recebeu a resposta do movimento de massas, que explodiu nacionalmente em 1968, conquistando, impondo aberturas democráticas, nem de longe influenciado pela demagogia barata desses populistas, mas justamente ao contrário. Eles é que previam as explosões e procuravam-se antecipar, colocando-se à frente de manifestações, para conquistar autoridade e liderança, e, com ela, frear o movimento de massas.

O comício da Frente Ampla no ABC, a que o peceção deu sua colaboração, mostrou até onde os populistas podiam confiar nas massas. Lá, como nas manifestações estudantis de todo o Brasil, ecoavam as palavras de ordem “abaixo a Frente Ampla”, “nem Frente, nem Costa, operário no poder” etc.

Aí estavam as massas das quais queriam aplausos, mas das quais preferiram se afastar, pois não as freariam. A burguesia compreendia isso e temia, por esse motivo pôs a Frente Ampla na ilegalidade.

Passarinho também, ao tentar conciliar as reivindicações dos operários, na greve de Contagem, em Minas Gerais, era vaiado e desmoralizado.

A divisão do governo e seu aparato burocrático-militar se revelava a cada momento. Ordens diversas de conciliar, fazer concessões, ou reprimir o movimento de massas, prevaleciam aqui e ali, dependendo do momento.

Sodré em São Paulo procurava ganhar popularidade, evitando reprimir, entrando em choque com as ordens do Ministro da Justiça, Gama e Silva.

Em São Paulo, o general Lisboa ia à imprensa dizer que jamais iria permitir manifestações estudantis, e depois elas saíam.

Sodré, foi preciso que tivesse a resposta que teve dos operários no 1º de Maio, sendo escorraçado a pedradas da Praça da Sé, para que moderasse um pouco suas veleidades populistas.

Não apenas os líderes populistas foram repudiados violentamente pelas massas. O peceção que no período pré-golpe de 64 retinha os aparelhos que serviam de canais para a manifestação das massas, que era direção e atuava como freio dessas manifestações, com o seu comportamento pelego, decorrente de propostas puramente reformistas, esse peceção, em 1968, recolheu sua cabeça ao casco para que as massas não a cortassem.

O desmantelamento das organizações estalinistas se dá em nível internacional.

O maio-junho francês de 1968 era a imensa vitória da classe operária contra os traidores do PCF que já não pôde conter os operários, e dividir as greves por setores.

A classe operária francesa rompia os freios do PCF, explodindo numa greve geral de dez milhões de trabalhadores, deixando a burguesia impotente (ao contrário do que ainda acontece na Itália, onde o PCI divide a classe operária e suas manifestações para enfraquecê-la e mantê-la sob o seu controle pelego, reformista).

Mas a ausência dos organismos independentes do proletariado, de uma direção revolucionária dos trabalhadores, consolidada, fez com que a greve não fosse levada até a tomada do poder, permitindo ainda ao PCF e seu imenso aparelho burocrático manobrar junto à burguesia, fazendo seus filiados voltarem ao trabalho, e arrefecendo o movimento grevista.

Mas sua desmoralização diante das massas, se revelando uma organização contra-revolucionária, faz com que, hoje, seu desmantelamento siga num crescendo.

As fissuras no aparelho burocrático dos Estados Operários, com tendências mais ou menos liberalizantes, simpatizantes ou favoráveis ao regime capitalista, fez com que as tropas da URSS invadissem a Tcheco-Eslóvaquia, se colocando, ao mesmo tempo, contra o operariado.

As movimentações dos trabalhadores e estudantes tchecos contra a burocracia da URSS e os pelegos tchecoslovacos revelam os germens da revolução política contra a casta dominante e a des-

moralização e desmantelamento gradativos de seus tentáculos contra-revolucionários.

Por todo o Brasil, também, os burocratas estalinistas tiveram de intervir com extrema cautela, num movimento de recuo, de retaguarda, como a própria aceitação da extinção do MIA — enquanto as massas avançavam. Já que diante delas, não tinham condições de se contraporem às novas direções que surgiam.

As contradições internas das novas direções

A direção de Osasco, que girou em torno de José Ibrahim, e que participara do 1º de Maio, da Sé, viria a encabeçar o movimento grevista de julho.

A greve de Osasco representou um dos pontos mais altos do movimento de massas em 68, por sua agressividade e contestação direta da propriedade privada, com as ocupações de fábrica, pela experiência de preparação, utilizando-se do sindicato, de organização dos operários em comitês de greve, pelo nível político das reivindicações, pelo impacto sobre o movimento dos trabalhadores, dos estudantes, demonstrando que a luta do operariado contra o arrocho, fundo de garantia e por outras reivindicações, se faz com greve.

Mas foi também um brado de alerta: refletia de maneira cristalina as limitações da direção que estivera à frente e a ausência de uma direção revolucionária.

A preparação da greve se revela na própria forma como ela estourou, em várias fábricas, e as reivindicações, nas palavras de ordem como 35% de aumento imediato, contrato coletivo de trabalho, reajuste salarial de três em três meses, abolição da Lei de Greve, abolição do fundo de garantia.

Essa greve, como o movimento, por todo o país, dos trabalhadores, como a dos operários do RGS, bancários do Rio, Minas, Fortaleza, Paraná e São Paulo, as greves parciais do ABC, em São Paulo, em São Carlos, o 1º de Maio em São Paulo e Minas, a greve e ocupação de fábricas de Contagem, em Belo Horizonte, a greve dos trabalhadores rurais na cidade de Cabo, Pernambuco e muitas outras revelam o amadurecimento político do conjunto do proletariado.

Mas, em Osasco, a direção da greve não pôde prever a reação do governo contra o movimento.

Não estava preparada para enfrentar a situação criada com a ocupação do sindicato e das fábricas pela polícia, ficando num sem-saber-o-que-fazer, permitindo que aquela tremenda disposição

dos operários que os conduziu à greve não fosse canalizada totalmente para os fins propostos, fazendo com que a greve fosse desmantelando-se, diante da repressão e desbaratamento de sua direção.

Os líderes, que estavam desligados dos interesses da pelegada sindical, sob a intensa repressão, procuraram rearticular o movimento, sem êxito, por fim, pois muitos de seus principais quadros foram presos ou se afastaram, já que a imaturidade da formação dessa liderança não lhes permitira a preparação para todas as fases da luta. Mas a greve saíra, como um marco no movimento de massas nacional.

Em nenhum momento, na greve de Osasco, como em todo o movimento de massas em 68, se colocou, se demonstrou com clareza, como um fato objetivo e não apenas como vontade de uma minoria pouco significativa a curto prazo, não apenas como vontade difusa, sem se traduzir em conceitos, o caminho da tomada do poder pela classe operária.

A propaganda da revolução operária, a criação dos organismos independentes do proletariado e do partido operário, apesar das condições objetivas favoráveis, e embora as agitações e nível das mobilizações lhes tivesse aberto o caminho, não foi elevada ao nível de consciência de uma parcela significativa das classes oprimidas.

A falta de clareza desses objetivos, do papel da classe operária, como trabalhadores dentro das fábricas, e da necessidade de sua *organização como classe*, fez com que quadros políticos de extrema importância para a revolução proletária, como *líderes da classe operária*, acabassem se desviando, abandonando o setor social onde poderiam pesar decisivamente em prol da revolução, para se dedicarem à “atividade guerrilheira”.

José Ibrahim, como o mais representativo deles, com perspectivas de se tornar o maior líder operário nacional, abandona essa posição junto à classe operária, para ingressar numa organização guerrilheira, como indivíduo, desligado de um setor social.

As condições não eram as melhores para José Ibrahim, presidente do sindicato, quando a repressão se desencadeou na época da greve. Mas nada fizera anteriormente que lhe permitisse, apesar dessas condições, continuar à frente da greve, como líder que era.

E, mesmo prejudicado por isso, sua atuação descambar para o guerrilheirismo era apenas uma saída individualista, longe de corresponder às responsabilidades de liderança que ele e outros mais eram chamados a assumir. Se se tinha condições para “fazer guerrilha”, muito mais para continuar desenvolvendo um trabalho

com a classe operária, ainda que prejudicado pelas exigências colocadas pela repressão.

Outra coisa é que, após preso, José Ibrahim e seus companheiros iniciaram uma autocrítica à saída individualista, de "cabeça-louca", que pautava a atividade terrorista.

A ausência do partido operário que pudesse amparar esses quadros, em organismos onde como líderes operários teriam a maior importância, a ausência desse partido, levou-os a adotar posições esquerdistas, em organizações pequeno-burguesas, que iriam arrebatar seus militantes principalmente do movimento estudantil.

A ausência dessa organização da vanguarda revolucionária do proletariado fez com que, após o refluxo do movimento de massa, com a intensificação da repressão, a necessidade de organização e clandestinidade maiores, as organizações pequeno-burguesas, nacionalistas, militaristas, que propõem e tentam executar a substituição da classe operária no processo revolucionário, encontrassem condições mais propícias para desenvolverem suas atividades, arrastando líderes de massas, fazendo desencadear feroz repressão sobre as direções de massa, atrasando as mobilizações, confundindo os objetivos da luta e se constituindo num pólo negativo em oposição ao ascenso revolucionário de 1968.

O movimento bancário

O movimento bancário em São Paulo iria viver também uma importante experiência com a oposição sindical "Participação Ativa". Surgindo em 1967, de uma chapa de oposição às eleições do Sindicato, derrotada pela pelegada sindical, se tornou um centro das lutas que iriam se desenvolver nos anos seguintes. Chegando a aglutinar em "grupos de banco" mais de cem participantes.

A ausência de um programa mínimo que dirigisse uma atividade comum a seus participantes, fez com que tivesse no seu órgão de direção elementos de várias organizações políticas, muitos nacionalistas, militaristas, fazendo com que não tivesse unidade no desenvolvimento do trabalho e que não tenha chegado a se constituir numa tendência proletária junto aos bancários.

Das mais desenvolvidas entre as oposições sindicais, suas lutas ficaram ao nível das denúncias dos pelegos, da luta contra o arrocho, fundo de garantia.

Como os organismos, em geral, em 1968, não colocava a necessidade da união de suas lutas com a da classe operária, não encaminhara seu trabalho para concretizar essa posição que, por

outro lado, tem o consentimento abstrato por todos os grupos políticos “de esquerda”.

A “Participação Ativa” viveu experiências que servem de lições às oposições sindicais que tendem a se constituir hoje abrindo caminho para a defesa do programa do proletariado.

Fez sua experiência de organização dos grupos de banco, no próprio local de trabalho, de jornais por banco e geral, de sua atuação no sindicato, se colocando à frente das agitações, assembleias sindicais, desmoralizando os pelegos.

Entretanto, a sua imaturidade como direção, as divisões decorrentes das divergências dos mais opostos grupos que a compunham, e por ação direta deles, fez com que muitos participantes aderissem ao movimento guerrilheiro, como indivíduos, abandonando sua posição de liderança junto à categoria bancária.

O ausente do processo de lutas levado pela “Participação Ativa” era o de um núcleo de direção com clareza das reivindicações proletárias, com autoridade, firmeza e organização que pudesse aglutinar esses elementos e apontar-lhes uma perspectiva que não a do desespero dos “cabeças-loucas”. Foi a ausência dessa direção revolucionária o que conduziu o grupo, como um organismo das mais variadas tendências, à extinção, paralelamente ao refluxo que ia já se alastrando sobre o movimento de massas pelo fim de 1968.

No dia 16 de setembro de 1968, uma greve estoura no meio bancário sem que a P.A. que englobava grevistas conseguisse se colocar à frente do movimento, não catalisando essa greve parcial em prol das lutas de toda a categoria, sem conseguir utilizar esse momento de agitação para uma intensa propaganda revolucionária e organização das bases.

Conseguindo, no dia 19, levar dois mil bancários a uma assembleia fazendo-os se indisporerem, até quase o linchamento dos pelegos, ganhou a direção da assembleia, mas sem saber o que fazer com tantos bancários dispostos à luta. Ao invés de organizarem, os bancários ali, na hora, formando grupos, para a luta contra o arrocho, formando piquetes e deflagrando a greve, na campanha salarial que agitava também outras categorias, após tremendas mobilizações operárias, como as de Minas e Osasco, e a agitação estudantil, camponesa, resolveram ainda esperar nova assembleia geral para deflagrar a greve.

Os bancários estavam muitos passos à frente de sua direção.

A P.A. se mostrou incapaz, na hora crucial em que se lhe exigia direção, de se colocar à frente das massas, como um organismo

firme de liderança, e assinava ali mesmo, diante da assembléia e dos pelegos estupefatos e aterrorizados, o seu atestado de óbito.

Dessa ausência de direção, que pudesse canalizar tanta revolta e disposição de luta, seria de se esperar que daí saíssem os que se desiludiram e os que se desesperaram aderindo aos esquerdistas-nacionalistas, que pregavam a luta armada de imediato, em nome da revolução, mas sem a classe operária!!!

O movimento estudantil

O movimento estudantil, agudizando fermentações que já se vinham acumulando desde 65, e impulsionado pelas movimentações do proletariado, atira-se às ruas em 68, numa intensa campanha de agitação e contestação. Impulsionado pela luta internacional de trabalhadores e estudantes, como a greve de maio-junho francesa, repetindo aqui com erros e acertos o que era levado lá.

A morte de Edson Luís era apenas um estopim para um processo de denúncia da exploração, de revolta contra o regime capitalista, agitação e propaganda que cada vez mais foi purificando seu cunho ideológico.

Desde o início, os estudantes começam a superar a fase em que predominava a vaga palavra de ordem “abaixo a ditadura”, meramente de oposição ao endurecimento do governo, levando uma campanha contra a Frente Ampla, onde ecoava “nem Frente, nem Costa, operário no poder”, participando das manifestações operárias de Santo André, Osasco, da Praça da Sé, e mais tarde se mobilizando em apoio às greves operárias, sobretudo a de Osasco.

Mas desde o início predominavam as direções reformistas, enfraquecendo o movimento estudantil com violentas divisões, originadas muito mais da disputa de aparelhos e posições divergentes momentâneas, pois todas de caráter pequeno-burguês, mas se apresentando sob variadas tonalidades e combinações.

Apesar de atuarem como um freio do movimento estudantil, desviando-o para uma luta reformista, apesar de não canalizarem a imensa explosividade da juventude, permitindo que essa revolta buscasse válvula de escape em vias esquerdistas, através dos “cabeças-loucas”, apesar de até organizarem grupos de auto-repressão às passeatas, o movimento de massas se organizava e se mobilizava continuamente, levando até 100 mil pessoas às ruas da Guanabara, exigindo cada vez mais dessas lideranças reformistas e indo muito além delas, ultrapassando-as, se mobilizando até além de sua direção.

No 1º de Maio, em São Paulo, José Dirceu, presidente da UEE, se colocava contra a participação do movimento estudantil pois ele “não estava organizado pelas bases”.

O que caracterizava as direções das entidades eram o reformismo, o esquerdismo, o nacionalismo, e, se, por um lado, não se constituíam numa pelegada que boicotasse conscientemente as manifestações ou que conseguisse freiar naquele momento, o movimento estudantil, por outro lado, a ausência de uma direção revolucionária aí, como em todo o movimento de massa, não iria permitir a luta revolucionária através de vitórias parciais, o delineamento cristalino de objetivos e meios do internacionalismo proletário.

O ativismo do mais baixo nível da Ação Popular fazia com que seus chavões nacionalistas “contra a ditadura” e “pela expulsão do imperialismo” se tornassem cada vez mais nota dissonante no salto qualitativo que se operava nas posições políticas dos estudantes.

Esse grupo que queria o movimento estudantil integrado “na luta de todo o povo”, com o decorrer das mobilizações via cada vez mais suas palavras de ordem sendo contrapostas por outras como “operário no poder”, “greve contra o arrocho”. Era o *grupo que queria passeatas até debaixo d’água*, mesmo quando o movimento estudantil passava ainda em 68 por períodos de desmobilização, chegando a levar uns gatos-pingados para se entregar à repressão, no dia 7 de setembro.

Seria a organização conivente com o congresso “clandestino” da UNE, de 1968, com 1.000 delegados estudantis de todo o país numa minúscula cidade do interior, infiltrado de policiais e que obviamente iria cair.

A D.I. (Dissidência do Partidão) norteava suas posições na esperança das futuras guerrilhas, pregando aos estudantes a luta dentro das escolas, reivindicatória, para que acumulassem forças para um dia apoiar o “foco”. Mas esta segunda parte ficava implícita ou em segredo.

Mas o que caracterizava fundamentalmente esses dois grupos, como os outros menores como Polop-Poc, PC do B, era seu caráter pequeno-burguês.

Jamais se colocaram sob a única posição revolucionária para o movimento estudantil, que é a da aliança com a classe operária. Mas sim o contrário. O máximo que chegavam a pregar era um apoio humanitário aos trabalhadores e nunca uma concepção proletária para o movimento estudantil.

A luta de todas essas organizações partidárias tem-se pautado pelo carreirismo. A UNE, a UEE, são o pináculo de sua glória aparelhística, e as entidades menores, grêmios e CAS, trampolim para suas pretensões.

As massas são, para elas, o setor de manobra onde conseguirão forças para derrotar as pretensões adversárias e todas suas propostas vêm em função de se apossarem dos aparelhos.

Fora dos aparelhos, nunca revelam capacidade para desenvolverem um trabalho de oposição, já que, fora do campo de manobra — e as entidades têm servido tanto para isto — não têm o que oferecer às massas.

Mas o movimento estudantil ia além dessas suas direções reformistas, saindo às ruas, se colocando junto com o proletariado em manifestações, evoluindo em direção à apreensão da perspectiva revolucionária para a pequena burguesia, fazendo propaganda da revolução, com palavras de ordem como “operário no poder”, clamando os trabalhadores à greve contra o arrocho.

Em julho, com faculdades ocupadas, o movimento estudantil entrava em refluxo, para, com o estouro da greve de Osasco, imediatamente, iniciar um novo período de intensas mobilizações, com assembleias agitadas, panfletagens, coletas de dinheiro, remédio, alimentos para os grevistas.

O que o movimento estudantil refletia nesses períodos não eram as posições defendidas pelas lideranças reformistas de “apoio” aos operários, mas sim a perspectiva revolucionária proletária sob a qual cada vez mais caminhava a se colocar.

Mas faltava-lhe consolidar uma direção representativa, que elevasse ao nível de consciência esse movimento de aliança com a classe operária, que elaborasse e impusesse, esmiuçando para a atuação cotidiana, a concepção proletária para o movimento estudantil, de luta junto com os setores oprimidos da sociedade, pelo desmantelamento do Estado burguês e pela tomada do poder pela classe operária.

E as lideranças reformistas, esquerdistas, não chegaram nunca a compreender a diferença entre suas posições e a perspectiva proletária para o movimento estudantil, de defender a revolução da classe operária, incentivando seus organismos, fazendo propaganda clara junto à população, elaborando sua teoria, defendendo a união das classes exploradas e se organizando junto com elas, sob a perspectiva proletária contra o poder constituído, formando quadros políticos para a construção do partido revolucionário da classe operária.

O desgaste da burocracia e a organização independente

Toda essa explosão de 1968 significou um avanço considerável em direção à revolução socialista.

Se temos de fazer o paralelo dessa agitação revolucionária com a anterior a 64 e com o refluxo de 64/67, temos também de considerar o significado profundo, como um brado de alerta, do refluxo após 68, impregnado até a medula de militarismo nacionalista, suas causas e conseqüências, tirando as lições para o próximo ascenso do movimento de massas.

Temos vivido há dezenas e dezenas de anos, em todo o mundo, agitações revolucionárias, num movimento de evolução até nossos dias, mas que em sua grande maioria tem significado, ao lado da evolução global, do amadurecimento político e organizatório do proletariado internacionalmente, derrotas parciais.

Mas fazendo com que a burguesia se sinta cada vez mais em pernas trêmulas, apavorada a tal ponto que seus setores mais direitistas, encastelados em instituições, puguem as soluções mais radicais. Cada vez mais se evidencia a falência da "democracia" burguesa e o endurecimento dos governos se coloca por todo o mundo.

Após maio-junho de 68, com a paralisação total das indústrias, na greve geral proletária à qual se aliaram estudantes, as massas francesas, em maiores ou menores agitações, prosseguem ativamente no seu processo de amadurecimento político, no balanço do por que a greve se desmantelou sem caminhar até a tomada do poder pelos operários.

O PCF, naquela ocasião, manobrava com a burguesia que pôs na ilegalidade as organizações à esquerda dele, PCF, e em troca, seus militantes, os burocratas sindicais, dividiam o movimento, arrastando seus liderados para dentro das fábricas, boicotando o movimento grevista.

Nos períodos anteriores não havia ainda se formado uma direção revolucionária que pudesse se colocar à frente da classe operária, para a estocada final contra o impotente Estado burguês, encabeçado por De Gaulle.

O salvador da pátria burguesa, em última instância, foi o PCF, orientado por Moscou, que não pôde impedir a greve geral, mas, diante da ausência da organização revolucionária dos trabalhadores, pôde dividi-la, boicotá-la, salvando a "república".

Hoje o processo de desmantelamento do contra-revolucionário PCF, estalinista, que para não perder muito de sua direção das massas, tem de criticar seus burocratas-mores de Moscou, como no caso da invasão da Tcheco-Eslováquia, seu desmantelamento segue a pas-

sos largos, com as críticas e autocríticas de seus militantes, e com as tentativas de criar a direção revolucionária alternativa para as massas.

No Brasil, após o golpe de 1964, cortando-se as liberdades democráticas, segue-se um período de acefalia das massas, com a desmoralização do PCB, e ultrapassamento dos burocratas sindicais, desprestigiados até pela burguesia, pela política de seus setores mais duros, como os castelistas.

Mas não se pode subestimar a força ainda do aparelho estalinista, apesar de seus militantes contarem com pouca possibilidade de liderança e condições não favoráveis de atuação.

O aparelho estalinista conta com o apoio de um Estado dos mais poderosos da história da humanidade, o Estado Operário burocratizado da URSS, além de centenas de milhares de filiados em todo o mundo.

O PCF tem registro de 400 mil filiados, e o PCI é maior ainda. O Chile, com 7 milhões de habitantes, tem um PC de 40 mil. No Brasil, além de dominar algumas entidades sindicais de trabalhadores e estudantes, desenvolve o PCB um trabalho de arregimentação, tem imprensa clandestina e aparelhagem em geral. Diante de sua pouca representatividade no Brasil e ausência de contestação direta e contínua pelos trabalhadores, é dos mais cordeiros a Moscou.

Não se pode esquecer que, na hora H, o PCB marchará com a burguesia, contra a classe operária, a qual poderá prestigiá-lo em momentos mais difíceis. Marchará com a burguesia, como desde a ascensão de Stalin, na década de 20, tem feito em todo o mundo, e o exemplo francês é apenas um caso mais recente.

O PCB não hesitará em se lançar à luta, para ganhar autoridade, diante das massas, para tentar suplantar as direções avançadas, apenas entreveja condições para isto. Neste período de refluxo, ele, embora com toda cautela diante do endurecimento, põe as mangas de fora.

Em 1968, as direções do movimento de massa se caracterizam por sua independência organizatória da burguesia e do PCB, o que demonstra a radicalização política das massas. Grande parte tendo saído das fileiras da própria organização estalinista, também a todo momento mostravam sua limitação, defendendo programas confusos, mistos de palavras de ordem reformistas, conciliadoras, nacionalistas, e outras esquerdistas, no processo que desembocaria no militarismo putschista, foco guerrilheiro no campo como propósito e, de fato, briga com a polícia e terrorismo nas cidades.

O proletariado brasileiro, apesar de sua intervenção em todo o país, em 1968, acusando alto nível político, não conseguiu a unificação de suas direções.

As lutas, embora tentativas tenham sido feitas para unir suas direções incipientes, se deram de maneira isolada em termos organizatórios. Mas indiretamente, todas impulsionavam umas às outras, e influenciadas pelo crescimento gigantesco e evolução da luta de classes em todas as regiões da Terra.

A palavra de ordem de criação de uma central única de trabalhadores não passou de uma proposta de grupos minoritários, sem repercussão a curto prazo e, portanto, praticamente impossível até agora de iniciar a sua consecução.

O MIA foi posto na ilegalidade pela ditadura e o PCB não somente não se contraporía a esta exigência da burguesia, como também, se tomasse alguma medida contrária de organização ilegal do MIA, ou de protesto aberto ao ato que o pôs na ilegalidade, estaria colaborando com um processo de agitação que suas forças cada vez mais rotas não poderiam barrar.

Por outro lado, a limitação do programa da greve de Osasco — apesar da greve como um todo, ter revelado enorme evolução e formas de luta das mais avançadas em todo o mundo — demonstra o empirismo da evolução de sua direção.

No desenvolvimento das lutas não se colocou a necessidade da união de todo o proletariado, de criação imediata de um organismo de âmbito nacional para representar o conjunto dos trabalhadores, o papel dos sindicatos, dos organismos livres de combate dos operários, como os comitês de fábrica, a organização por bairro, a união das oposições sindicais, de aprofundamento das reivindicações do proletariado, longe, portanto, da propaganda da unidade mundial da luta de classes e do programa proletário, e sobretudo da organização da direção revolucionária — o partido operário.

Se, por vezes, se chegou a falar entre as direções das oposições sindicais da sua união, tal medida esteve longe de se concretizar — o que revela a falta de clareza diante de uma tarefa de tal importância abandonada em prol de outras menos importantes e até contra-revolucionárias, que elementos saídos dessas oposições sindicais iriam encabeçar.

Organização da classe operária versus nacionalismo putschista

A ausência dessa direção mais consciente do proletariado organizada e reconhecida, com autoridade diante das massas, conhecedora de suas experiências no desenrolar da luta de classes, conhe-

cedora da necessidade, dos meios segundo as circunstâncias, da sua organização como classe, de seu papel de direção, como seu órgão pensante e atuante à frente das lutas proletárias, para se opor com propostas claras aos pelegos sindicais, aos nacionalistas, reformistas em geral, e à confusão dos inexperientes e esquerdistas, essa ausência deixou um vazio de direção a estes organismos intermediários, cujos elementos, mesmo dos mais combativos, deixaram de ver uma saída.

Deixaram de ver como levariam as tarefas a que se dedicavam, não puderam verificar e separar os erros dos acertos de sua atuação globalmente correta — de construção de organismos independentes do proletariado para tachá-las todas de inúteis.

A ausência dessa direção esclarecida sobre as tarefas da revolução naquele momento, com capacidade e autoridade para demonstrar qual o caminho a percorrer e a que novos estágios levaria, provocou o desânimo a combatentes aguerridos; a outros, o desespero, levando-os a relegarem o *fundamental* da luta de classes, a própria classe operária, como a única classe revolucionária, materialmente, organicamente, como classe, e somente ela, com sua direção, a intermediária ou a mais elevada, integrada nos seus organismos, como uma unidade, com seu papel e função social — organizada sobretudo, mas não exclusivamente, dentro das fábricas.

Por falta de perspectiva, de visão dos meios, a falta total de clareza sobre os objetivos — poder à classe operária como classe — tentam levar à prática, na luta contra a classe dominante, a substituição da classe operária, partindo para enfrentamentos com a polícia, por grupos de “vanguarda”, que advogam defender o interesse dos trabalhadores.

Entretanto, baseiam-se na boa intenção de seus componentes, sendo, aliás, em grande maioria compostos de estudantes e militares.

Marighella militou durante dezenas de anos como dirigente do “partidão”, impregnado até o cerne das concepções estalinistas (socialismo num só país), viciado na prática reformista.

O fundamental de suas posições (ALN) era a questão nacional, da luta antiimperialista, sem jamais reconhecer, com posições claras e conseqüentes, organizatórias, o caráter de classe dessa luta, o caráter socialista da revolução e não “popular” ou “inicialmente de libertação nacional”.

As concepções pequeno-burguesas da Ação Libertadora Nacional mostram em vários pontos uma identidade com as da Ação Popular, só que agora sem o próprio povo, e num como noutro caso, com posições fundamentais, que jamais podem ser tachadas de socia-

listas, ficando nos limites de uma oposição violenta ao regime, mas dentro dele, de sua reforma, de sua luta apenas contra a exploração imperialista e latifundiária, contra a ditadura, pela democracia pequeno-burguesa, sem colocar os caminhos do poder aos conselhos operários, à classe operária, à ditadura do proletariado, através de seus órgãos de poder de classe.

Pode-se chamar a essa posição — a de antes levar às últimas conseqüências as tarefas da transformação burguesa da sociedade, para depois falar em socialismo — de posição repetitiva e gradualista.

Repetitiva porque em termos históricos o desenvolvimento da sociedade se deu neste sentido.

Mas isto não pode, de maneira nenhuma, tornar-se um modelo, mesmo porque esse desenvolvimento — além de seu caráter revolucionário ou progressista passado — levou e leva hoje mais do que nunca a um sistema catastrófico, e perigoso para a humanidade, longe de lhe solucionar as necessidades elementares.

A luta desde seus primeiros momentos tem de ser definida como socialista, mais ainda levando-se em conta a estrutura social internacional — o mundo é um mundo capitalista, e a revolução é internacional.

E mesmo se considerássemos — o que não se pode fazer — o país isoladamente, o Brasil é um país capitalista, onde tarefas secundárias de transformação burguesa têm de ser levadas, mas cuja solução só pode ser encontrada na socialização.

E, além do mais, num país onde predominam na sua quase totalidade as relações de produção capitalistas, contando com parques industriais dos maiores, e em cujo campo a reforma agrária tem sido levada num processo evolutivo (S. Paulo, M. Gerais etc.): divisão dos latifúndios em pequenas propriedades e destas a empresas capitalistas.

Da atuação isolada, individualista desses grupos guerrilheiros, poder-se-ia esperar, além de sua própria concepção pequeno-burguesa e nunca proletária — desvios os mais direitistas. Não se é de estranhar o surgimento, dentre as tendências guerrilheiras, de um grupo que acabou se especializando em assaltar bancos, distribuindo parte do dinheiro a outros grupos.

As defecções de elementos importantes dentro das organizações guerrilheiras, que foram à televisão denunciá-las, revelam, ao mesmo tempo, uma traição desses elementos, mas também o despreparo político, que é geral, dos componentes desses grupos que, por não se lhes apresentarem outra saída, reduziram toda a luta política de

classes, contra um sistema de instituições, de relações sociais, de idéias, ao enfrentamento com a polícia.

No movimento estudantil, que apresenta entidades livres consolidadas e reconhecidas até nacionalmente, como a UNE, a influência dessa política direitista fez com que todas essas entidades se configurassem como partido político.

A prática encampada era a da "organização clandestina" do movimento de massas, cuja proposta fundamental se resume à organização de grupos de "vanguarda" clandestinos. Política essa, individualista, atomizante, que boicotou a possibilidade de manutenção do movimento estudantil se mobilizar em 1969, e concretamente, destruindo uma série de manifestações de massa.

Política em que a Ala Vermelha e o POC deixaram seu timbre pequeno-burguês, oportunista, esquerdista.

O POC louva todos aqueles que se chamem a si próprios de revolucionários (com exceção do PC e da AP). Para ele, vivam Marighella, Mao, Castro, misturando-os com Marx, Lênin, Trotsky, como se se pudesse identificar o comportamento mais ou menos progressista dos primeiros, com as concepções científicas dos últimos.

Oportunista porque, em 1969, no meio estudantil, como decorrência de suas posições mais gerais, o POC chegou a defender como prioritário para a revolução o crescimento do próprio POC...

O movimento estudantil só se mobilizaria através dos grupos de trabalho clandestinos, e estes teriam de pertencer ao POC...

A semelhança com a burocracia

A concepção militarista que acabou arrastando centenas de jovens entre os quais líderes de massa, teve por causa a crítica incompleta, parcial, da atuação do PCB, de onde saíram os principais dirigentes das organizações guerrilheiras (Marighella, Mário Alves etc.) mas, fundamentalmente, a ausência de uma organização de direção revolucionária, que permitisse agregar a jovem direção que se forjou após 1964, formando-a politicamente sob a concepção marxista da revolução, organização que, na sua forma mais evoluída, constituir-se-á no partido revolucionário do proletariado.

O programa do PCB não se caracteriza apenas pelo "pacifismo". É indispensável compreender essa sua posição, não como causa, mas como conseqüência, e buscar sua origem, assim como a de seu programa global, em outras mais fundamentais.

E que não podem, de maneira alguma, serem atribuídas a uma especificidade qualquer da luta de classes no Brasil, mas a um fenô-

meno cujas coordenadas fundamentais se encontram no processo histórico da luta de classes internacional.

A guinada cada vez mais direitista do PCB não é um fato isolado, mas tem suas correspondentes por todo o mundo, com os PCs submetidos aos desígnios dos burocratas termidorianos da URSS.

A morte, após a guerra civil, nos anos posteriores à tomada do poder, em 1917, da vanguarda operária mais consciente que liderou a revolução; com a socialização da miséria e não da riqueza que foi destruída pela guerra desencadeada pela burguesia, por seus aliados imperialistas, criaram privilégios aos funcionários encarregados de distribuir a escassa alimentação, que, obviamente, guardavam o melhor a si próprios.

Estes fatos, e outros, levaram cada vez mais à deterioração do Estado *soviético*, com o esclerosamento dos conselhos operários (soviets) e com a formação de uma casta de funcionários, não proprietária, mas politicamente dominante, se apoiando nos soviets desligados das massas, assim como no PC e nas forças armadas de elite.

A burocratização do Estado soviético, com a casta privilegiada falando em nome da classe operária, depois por cima e contra ela, levou paralelamente à burocratização do PCUS, e daí ao expurgo dos grandes revolucionários, por Stalin, e conseqüentemente à deterioração da III Internacional criada por Lênin e Trotsky.

Da posição correta de defesa do Estado soviético, embora deteriorado, pela invasão do funcionalismo privilegiado, contra as ameaças da burguesia internacional, a burocracia estalinista passou a defender a criação do "socialismo num só país". Sendo que Lênin e Trotsky propunham a defesa do Estado soviético levando a revolução a todos os países.

A III Internacional, sob o controle da burocracia estalinista, passou para a ordem burguesa, abrindo o caminho, com a política de aliança com as burguesias "progressistas", para os maiores golpes contra o proletariado em todo o mundo, e o massacre de sua vanguarda, por essas mesmas burguesias, tão logo subiam ao poder. Como na China de 1927, aliando-se a Chang-Kay-Chek; com a política das Frentes Populares na França, na Espanha em 1936, com a política de colaboração com o Partido Nacional Socialista (de Hitler) na Alemanha da década de 30.

A aliança com as "burguesias progressistas" passou a ser o fundamental da atuação dos PCs ligados a Moscou. No Brasil, essa política determinou a atuação da liderança da classe operária, do PCB, até 1964, até o golpe da linha-dura.

Com a desmoralização da organização estalinista, elementos saídos geralmente de suas fileiras passaram a criticar seu pacifismo, opondo-lhe a luta armada imediata, e sob a influência das teses mal formuladas e mal assimiladas sobre a Revolução Cubana.

Entretanto, o fundamental das teses dos grupos guerrilheiros resume-se à luta nacionalista, pela libertação nacional (Ação Libertadora Nacional).

Mesmo aqueles que propõem abstratamente “revolução proletária”, como a VAR, relegam a plano secundário, verdadeiramente como uma desnecessidade, a construção dos organismos de poder da classe operária, da formação de sua liderança revolucionária, organicamente ligada à classe operária, como líderes à frente das massas, e não como grupos de indivíduos iluminados e bem-intencionados, portadores da ideologia proletária, que liderarão a *revolução nas selvas* para depois trazê-las aos operários.

A luta guerrilheira para eles deixou de ser um meio, um instrumento a ser utilizado em circunstâncias propícias, para se tornar um fim — em contradição ao que é fundamental à única e verdadeira revolução: a tomada do poder pelo proletariado e seu exercício pelos organismos de *poder de classe* — os conselhos operários, sobretudo — para a construção do socialismo.

“Governo forte” e “apatia das massas”

O Ato-5 foi decretado em fins de 68, quando o movimento de massas já estava em refluxo, disso se aproveitando a burguesia para aparentar uma força que não tinha e que não conseguira evitar toda a agitação operária, camponesa e estudantil, durante todo o ano, e mesmo nos ensaios dos anos anteriores.

O Ato-5 significou uma confissão de desespero da burguesia, pois suas correntes mais direitistas procuravam se colocar, ante a ameaça do movimento de massas, por cima das divergências que há muito vinham se acentuando, mas sem conseguir eliminar essas divergências que se manifestavam ora mais, ora menos à direita, mostrando como o governo de Costa e Silva e todo o ministério, que permanecia o mesmo dos anos anteriores, lá estava para receber pressões das várias alas burguesas.

Na época da aposentadoria de professores e diplomatas, onde se entrevia o dedo de Gama e Silva, Magalhães Pinto se manifestava contra.

A análise feita por organizações pequeno-burguesas, como o POC, e aquelas que insistiam e insistem em afirmar que o governo

é forte, está entrelaçada com sua cega concepção de “apatia” das massas.

O governo, sob todos os pontos de vista, é fraco.

Encarnando um Estado que está sendo desmantelado pelo processo revolucionário dia a dia, ligado ao imperialismo, violentamente contestado e acuado politicamente. Encarnado por um governo de coligação de vários setores burgueses e oligárquicos, sem apoio da população, dividido e por isso sem a própria força burguesa para impor suas decisões.

Em 1969, generais chegaram a declarar que não reprimiram manifestações estudantis na época da cassação de professores e do 1º de Maio, porque não eram manifestações políticas... Manifestava-se a tendência conciliadora, de não reprimir, fazer concessões, entregar o braço para não perder o corpo.

As massas não se mobilizam no processo revolucionário em caminho à tomada do poder numa evolução retilínea, linear. A história já demonstrou sobejamente o movimento de fluxos e refluxos do movimento de massas, sem que os períodos de descenso significassem uma involução global.

Há dezenas de anos em todo o mundo gigantescas agitações revolucionárias têm levado muito mais a golpes da burguesia do que a vitórias, e essas agitações prosseguem num crescendo, globalmente evoluindo, em termos quantitativos e qualitativos.

A “apatia” das massas a que se referem essas correntes pequeno-burguesas, fruto de ignorância e oportunismo, é uma maneira fácil de atribuir às massas a responsabilidade (ou irresponsabilidade) das direções. É uma maneira de atribuir ao todo suas condições subjetivas de pequeno-burgueses impacientes e hesitantes ante as tarefas da revolução.

Pode-se falar em apatia das massas, após violentas derrotas e repressões, ascenso da contra-revolução, e esmagamento da direção revolucionária. Nada disso houve em 68, 69 ou 70, com ou sem Ato-5.

As mobilizações de massas, em 68, caminharam para o refluxo por falta de direções revolucionárias, que enfeixassem toda a disposição de luta das massas, num movimento de preparação para oportunamente arremessá-las contra o regime.

Essa direção não houve, as direções reformistas e inexperientes foram sendo ultrapassadas, se desmoralizando, e não houve repressão direta sobre as massas em 68, mas sim sobre as direções, sobre indivíduos.

A atuação da polícia era intimidatória, mesmo com algumas mortes. O aparato repressivo não foi utilizado em um milésimo de suas possibilidades.

As massas sentem que não foram derrotadas em 68, mas que era chegado o momento de reavaliações do impasse que se colocava, impasse entre a violenta disposição revolucionária com vitórias parciais, mas que não ultrapassavam certos limites, devido ao próprio caráter novo, destas mobilizações, desses primeiros violentos passos, desatrelados do populismo burguês, das amarras da classe dominante e seus pelegos.

A cegueira e o oportunismo, a ignorância jactanciosa e pequeno-burguesa dessas direções que foram desmoralizadas pelas massas em 68, estão intimamente ligadas à concepção de “governo forte” e “apatia das massas”.

Como se o Brasil fosse uma ilha isolada na maré montante da revolução que hoje vai muito além do estremecimento dos alicerces da burguesia, numa ofensiva que não atinge só alguns países, vários ou muitos. Mas que atinge o todo, numa ofensiva que é internacional, rumo à destruição do *status* burguês-imperialista.

Da concepção correta de que a contradição fundamental está entre o capital e o trabalho, entre a burguesia internacional e o proletariado internacional, pulam para a babolice de coesão da burguesia, do imperialismo.

As contradições interburguesas ou interimperialistas são secundárias em relação à contradição fundamental, sua contradição com o proletariado, mas sua existência e compreensão é extremamente importante para o processo revolucionário, pois a impossibilidade de encontrarem soluções para a crise que cada vez mais lhes ameaça, é que os divide, enfraquece, contrapondo entre si soluções que não lhes solucionam nada.

Alguns grupelhos pequeno-burgueses, que ainda falam em classe operária — pois para a maioria deles falar em classe operária é usar um termo esdrúxulo e ultrapassado... — pois, mesmo esses pequeno-burgueses revelam sempre um ranço de nacionalismo do mais chucro e tapado.

Defendem o ponto de vista da coesão do imperialismo contra o proletariado brasileiro ou latino-americano.

São latino-americanistas.

Tomam uma parte, a América Latina, revelando ainda concepções atomizantes, tão importantes para a compreensão das concepções burguesas, como a da livre concorrência, da defesa dos interesses privados, da propriedade privada, dos privilégios...

Todas essas concepções levaram as direções reformistas e inexperientes ao desespero, assim como a própria burguesia se desespera.

As massas sentiram que o ascenso de 1968 não levaria à tomada do poder, sentiram a necessidade de reavaliações, de novo salto qualitativo e que é o da construção da direção revolucionária do proletariado.

Terrorismo: negação da revolução proletária e do socialismo

Entretanto, o radicalismo pequeno-burguês não compreendeu que se tem de refluir quando as massas refluem, para se preparar, com elas, para os novos ascensos.

Não se contentaram com a “apatia” das massas e não quiseram ficar só um passo à frente delas, mas a quilômetros, tão longe que os extremos se encontram: o radicalismo pequeno-burguês e as concepções direitistas. Se as massas estão apáticas, partamos para a “revolução” sem elas...

Esses grupos se julgaram “direção da revolução”, como se a vontade bastasse, como se o processo de formação de direção não se desse junto com a evolução e a movimentação das massas, no processo de inter-relacionamento, orgânico, de formação de líderes, no viver, os pólos desse movimento — liderança e liderados —, as mesmas experiências e possíveis soluções.

Estavam crenes de possuírem a concepção marxista, adquirida por vias não esclarecidas, e que não foi no desenrolar da atuação prático-teórica, junto às massas.

Foi por atuação destes grupos que dezenas de elementos de direção se perderam no processo de terrorismo individualista, isolado das massas, sem apoio popular, com assaltos a bancos, com jogar bombas na Light, no INPS de Santo Amaro, no prédio da CBI, de metralhar o Mappin, de dinamitar quartéis matando soldados, tudo sem objetivos explícitos, abrindo as portas para a contra-propaganda e a repressão violenta que seria desencadeada sobre todas as direções do movimento de massas, abrindo as portas para a atitude interesseira da imprensa burguesa e dos policiais de identificar comunista e terrorista.

Essa atuação prejudicou violentamente o processo de formação e consolidação de uma direção revolucionária, de mobilização das massas, criando um clima de intimidação, de terror pela repressão.

Setores da linha-dura burguesa passaram a se utilizar da situação, para reprimir os líderes de massa, apelando para o argumento da “guerra revolucionária” (quando ela não existia).

Sabiam que não havia essa guerra, mesmo havendo enfrentamentos com a polícia, enquanto outros setores rechaçavam essa argumentação, pressionando o governo a combater qualquer indisposição popular ao regime pelas aberturas democráticas, com a representação burguesa popular, como forma de dar vazão ao descontentamento. Mostrando que aparelho contra aparelho, a burguesia tem melhor e melhores condições que os grupelhos armados.

E hoje, o movimento nacionalista, direitista, institucional, procura ser uma alternativa para a construção dessas correntes nacionalistas armadas, e diante do enfraquecimento da luta revolucionária, pelo desbaratamento de sua direção mais avançada. Conseguindo, inclusive, arrebatá-lhes zona de influência.

Mas é preciso compreender que esse enfraquecimento se deu no pólo subjetivo do relacionamento direção-massas. Que as condições objetivas para o socialismo, para a revolução da classe operária estão ainda e cada vez mais amadurecidas. Que houve o desbaratamento das direções, o atraso da formação da direção revolucionária, mas que a própria experiência, o próprio desbaratamento dos "cabeças-loucas" demonstrou mais um caminho condenado aos que teimam em não ver o óbvio e dar murros em ponta de faca infrutiferamente: o caminho do radicalismo pequeno-burguês, desligado organicamente da classe operária.

Porque esta é a tarefa fundamental que se coloca à vanguarda revolucionária: a de formar a direção revolucionária do movimento de massas, da classe operária, o partido da revolução proletária.

A direção revolucionária são os militantes que, unidos, na sua forma organizatória mais desenvolvida, sob a concepção proletária da revolução, a concepção marxista de poder à classe operária, constituirão o partido proletário revolucionário, juntamente com as direções ligadas, sob o controle, sob a influência dele.

Numa imagem, poderíamos dizer que a relação entre classe operária, sindicato, oposições sindicais e partido, estão entre si como círculos concêntricos.

O partido é, em última instância, o detentor da concepção marxista, mas é a própria classe operária, através de seus organismos de classe, dos comitês de empresa aos conselhos operários (soviets) — que defende e garante a aplicação de seu programa de classe — a construção da sociedade socialista.

Assim como é a existência social que determina a consciência do homem, que é produto da história, mas também seu agente transformador, o partido operário nascerá dessas condições sociais, econômicas, políticas, maduras para o socialismo e do amadurecimento

político do proletariado, de suas direções intermediárias e sua vanguarda revolucionária.

A construção do partido operário não se dá pela vontade individual de meia dúzia de indivíduos. O processo de formação do partido não se dá pura e simplesmente pelo agrupamento de intelectuais pequeno-burgueses que irão agregando revolucionários, revolucionários e mais revolucionários, até passarem do nível de escola de quadros, agrupamento de valor subjetivo, a fator objetivo no processo revolucionário. Não.

A centralização de revolucionários profissionais é apenas um pólo do relacionamento indispensável entre direção revolucionária e classe revolucionária, e massas.

O partido operário se formará nas experiências quotidianas das massas, com agitação e propaganda revolucionárias, nascerá das suas direções em formação, dos organismos transitórios e pela intervenção e centralização, por parte da vanguarda revolucionária, na luta de classe, continuamente.

O proletariado brasileiro, nos últimos anos, tem revelado tremendo amadurecimento político com o surgimento das direções organicamente desatreladas das classes dominantes e das instituições pelegas. Mas tem revelado essas direções, o grau de empirismo de sua evolução, no processo intermitente e isolado de intervenções, com programas limitados, e carentes de centralização por uma organização proletária.

As condições maduras para o socialismo poderão apodrecer na ausência dessa organização que promova a união da classe operária e canalize sua movimentação revolucionária contra o Estado burguês, preparada com seus organismos de classe para constituir a ditadura do proletariado contra seus inimigos de classe, ditadura a que deve corresponder necessariamente a democracia dos soviets.

A crise da humanidade se caracteriza pela crise da direção proletária com a passagem da III Internacional, sob o controle da burocracia do Kremlin, desde a ascensão de Stalin, para o lado da ordem burguesa. A luta dos revolucionários é pela reorganização da nova Internacional Comunista, a IV Internacional, lançada por Trotsky em 1938, como evolução da oposição de esquerda à burocracia estalinista, e pela construção conjuntamente de suas seções em todas as regiões da Terra.

O que se coloca à vanguarda revolucionária em nosso país, neste momento, é a constituição dos organismos independentes de combate da classe operária, os organismos de sua unificação, municipais, regionais, nacional, as oposições sindicais, os comitês de gre-

ve, os comitês de empresa, e sua organização máxima de direção revolucionária, o partido operário, indissolivelmente fundamentado na concepção internacionalista da unidade do proletariado e da revolução, e da reorganização da IV Internacional.

As oposições sindicais se provaram como organismos de combate do proletariado, contra a política econômico-financeira do governo, levantando as reivindicações de sua categoria, denunciando e desmascarando os pelegos e dismantelando sua área de influência mais conservadora, organizando grupos nos locais de trabalho, lançando a agitação e propaganda para a categoria.

Cumprir hoje fortalecer essas oposições sindicais, tornando-as uma unidade em torno do programa mínimo que dará condições à formação da direção revolucionária do proletariado.

Como tendências proletárias. Em organismos provisórios, transitórios, de massa, mas de luta pelo socialismo, onde se forjarão e se formarão sob a concepção marxista, os elementos de direção do proletariado em cada categoria profissional. Onde os elementos do futuro partido se constituirão, vivendo, junto com as massas, suas experiências e aí construindo o partido da revolução.

Em 1968, a agitação e mobilização do proletariado brasileiro se deu em nível nacional. Contudo não houve uma mobilização por igual em todo o país, sendo que somente em algumas regiões houve mobilização maciça.

Os pelegos ainda mantêm um vínculo com os trabalhadores, com uma zona de influência em seus setores mais atrasados. Entretanto, 1968 mostrou como esse vínculo era tênue, bastando para rompê-lo a atuação dessas incipientes oposições sindicais, desmoralizando-os, ao agregar em torno delas o setor mais jovem e mais combativo dos trabalhadores.

A insuficiência do programa dessas oposições, a inexperiência de seus elementos, a falta de estrutura sob todos os aspectos, inclusive o material, fez com que elas começassem, tentassem assumir a direção das categorias, mas sem consegui-lo totalmente.

Não estavam preparadas para as tarefas que elas próprias se colocaram — as tarefas de direção cabal dos trabalhadores. O desenvolvimento de sua atuação levou-as, nas horas cruciais, as de assumirem firmemente a direção dos trabalhadores, à sua divisão — posições conflitantes de seus participantes, repressão policial, reformismo, esquerdismo — e daí ao seu esboroamento. Mas deixaram sua influência em núcleos menores, que reconstituem e corrigem suas falhas.

Hoje, deve ser levada à prática a união das oposições sindicais, como organismos livres do proletariado, em uniões municipais, regionais etc. Como tendências proletárias, que levem às massas uma propaganda socialista, lutando dentro e fora dos sindicatos para a desmoralização e destruição dos burocratas.

A formação desses organismos de união provocará a tentativa de unificação da luta da pelegada sindical para tentar barrar o processo que lhe escapa das mãos.

É necessário que, além da desmoralização dos pelegos, da destruição de sua zona de influência, da agitação e propaganda socialista, essas oposições “cultivem o trigo não apenas em pequenos vasos”, estendendo ao máximo sua zona de influência, se tornando direção, através da luta cotidiana, maciçamente dos trabalhadores — para destruir de vez a representatividade que os pelegos consigam manter.

Novos organismos como o MIA somente serão criados pelos pelegos diante da iminência da união das oposições sindicais. Porém, a preparação dessas oposições para a denúncia firme e como direção alternativa, se antecipando aos pelegos, fará necessariamente que o processo escape das mãos traidoras, do PCB ou da direita declarada.

As oposições sindicais são já, e ainda, a direção mais avançada das categorias. Mas é preciso que ressaltemos a cada momento o relacionamento entre direção e vanguarda revolucionária. Será a atuação dessa vanguarda nas oposições que orientará a aplicação do programa proletário. O objetivo dessa vanguarda é de orientar, conduzir as direções que existem, porém, muito mais que isso, de formação de quadros revolucionários, de dirigir uma agitação e propaganda revolucionária a todo o proletariado, com o objetivo de sua unificação, de criação de seus organismos independentes e sobretudo do partido revolucionário do proletariado, como a organização centralizadora da luta pela destruição do poder burguês e constituição do poder dos conselhos operários.

Processo semelhante deve ser levado junto a outros setores da sociedade, a todos os trabalhadores, camponeses, ao movimento estudantil, aos intelectuais e progressistas em geral, no sentido de criar núcleos e organismos para a defesa da revolução operária. Organização e tarefas de agitação e propaganda que deverão ser levadas sob a concepção proletária, de tomada do poder pela classe operária, como classe, e onde se forjarão elementos revolucionários, quadros políticos, que irão também constituir-se em direção revolucionária e militantes do partido operário.

Pela criação de um jornal em cada fábrica!

Pela formação de comitês de greve e oposições sindicais por categoria, como tendências proletárias, para fazer propaganda da revolução da classe operária, como classe, e construção do socialismo!

Pela formação de oposições sindicais unificadas, para o fortalecimento do proletariado como classe e destruição da burocracia sindical pelega!

O poder à classe operária, como classe!

Viva a revolução mundial da classe operária e o socialismo, conclamamos todos os companheiros a integrar a "Organização Comunista 1º de Maio", na luta pela construção dos organismos livres de combate da classe operária, pela revolução socialista e pela construção do *partido proletário* e da *internacional comunista* (4ª).

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO — MR-8

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro — MR-8 — originou-se de uma dissidência do PCB no meio universitário do Estado da Guanabara — a DI-GB, que se formou a partir de 1964, separando-se do PCB em novembro de 1966, quando das eleições legislativas realizadas naquele ano — os militantes da DI-GB, ao contrário das orientações do PCB, preconizavam o voto nulo.

Em fevereiro de 1967, a DI-GB realizaria sua I Conferência, constituindo-se como organização e formulando uma linha política e um texto sobre a luta armada. Em 1967, a DI-GB viveria um processo de luta política interna, perdendo militantes para a Corrente do PCB e para os COLINA. Mas a organização se reergueria em dezembro de 1967 com a II Conferência, definindo nova linha política.

A DI-GB manteria um perfil próprio, ampliando-se consideravelmente no decorrer de 1968 quando teve um papel de destaque nas mobilizações estudantis. Em abril de 1969, a III Conferência definiria a Dissidência como “organização comunista empenhada na guerra revolucionária”, datando daí sua participação em ações armadas. Em setembro de 1969, a DI teria o papel determinante na concepção e realização do seqüestro do embaixador norte-americano, sendo auxiliada na execução da ação por quadros da ALN. Foi no curso desta ação que a DI adotaria o nome MR-8 com o objetivo de confundir e desmoralizar a repressão que anunciara semanas antes a destruição desta mesma organização. O nome, assumido para efeitos propagandísticos, permaneceria deste então.

Apesar de sucessivos golpes da repressão, em 1970, o novo MR-8 ampliou seu trabalho, estabelecendo contatos em fábricas e áreas rurais. Em 1971, dois textos: “Orientação para a prática” e “Como prosseguir”, além de outros sobre experiências de trabalho po-

lítico em áreas rurais e urbanas mostravam uma organização aparentemente sólida. Entretanto, em meados de 1971 e 1972, novos golpes da repressão quase liquidariam a organização obrigando sua direção a recompor no exterior o trabalho do MR-8.

LINHA POLÍTICA E ORIENTAÇÃO PARA A PRÁTICA (abril, 1969 e janeiro, 1971)

A situação internacional

1 — Na primeira metade deste século, acentuou-se a transformação do caráter do imperialismo, que passou da fase colonialista, caracterizada pela exportação de produtos manufaturados pelas metrópoles em troca de matérias-primas dos países subordinados, à fase monopolista caracterizada pela exportação de capitais.

Uma das características fundamentais do Estado da fase imperialista, o Estado monopolista, é a identificação, levada ao extremo, do poder econômico com o governo com base numa máquina burocrático-militar poderosa e racional. Entre os Estados monopolistas, o dos Estados Unidos assume grande importância e torna-se a vanguarda internacional que defende os interesses do capitalismo.

2 — Paralelamente ao desenvolvimento das empresas multinacionais e ao crescimento e à consolidação do campo socialista, as contradições nacionais entre as potências imperialistas atenuam-se: os tratados à escala continental, a defesa recíproca, as forças repressivas internacionais, os mercados comuns etc., ilustram esta tendência.

3 — Integrados no bloco submetido à hegemonia do imperialismo norte-americano, encontram-se os países de economia capitalista dependente. As classes e os setores sociais explorados destes países representam a vanguarda da revolução mundial e ilustram o aspecto principal da contradição principal.

Assim, a contradição principal no campo internacional entre o capital e o trabalho traduz-se ao nível da luta de classes como a contradição entre, de um lado, as classes e os setores sociais explorados pelo capital internacional (ou pelo capital que lhe é associado

e/ou dependente) nos países de economia dependente, e, de outro lado, o imperialismo.

Nos países dependentes as contradições entre o capital local e o capital internacional, representado pelas empresas monopolistas, tendem a se atenuar.

4 — A experiência socialista vitoriosa em diferentes países do mundo, aliada às condições objetivas internas de cada país, desempenha um papel importante; as revoluções socialistas são consideradas como o coroamento da luta de classes pelo imperialismo e pelo capitalismo.

Esta experiência vitoriosa só se confirma, porém, na medida em que apóia firmemente a continuação da luta contra o imperialismo e o capitalismo até sua liquidação final.

A existência dos países socialistas desenvolve uma contradição específica entre o socialismo e o capitalismo. É preciso esclarecer que os países socialistas não enfraquecem o capitalismo apenas ajudando a revolução dos povos ainda submetidos à exploração do trabalho do homem pelo homem, mas debilitam o capitalismo retirando de sua dominação enormes mercados ao tempo em que se desenvolvem nos campos econômico, político, social e cultural. Esta contradição é secundária em relação à contradição principal, mas desempenha um papel no desenvolvimento da revolução no mundo.

5 — Outras contradições secundárias, ligadas à principal, desenvolvem-se na etapa atual. Entre elas devemos sublinhar a existente entre as classes exploradas e as classes exploradoras nas metrópoles do capitalismo monopolista internacional.

6 — No campo socialista é preciso combater as concepções equivocadas sobre a coexistência pacífica. Devemos reafirmar o princípio de que não se pode nem se deve excluir na prática o apoio ativo e decidido aos movimentos revolucionários no mundo.

7 — Lutar para estabelecer uma dinâmica no processo das revoluções vitoriosas deve ser a preocupação dos revolucionários do mundo inteiro. Esta dinâmica concretiza-se pela mobilização e a politização constantes das classes e dos setores sociais revolucionários. Os revolucionários do mundo inteiro devem apoiar estes processos dinâmicos procurando sempre enriquecê-los.

8 — No que se refere à América Latina, os revolucionários do continente defendem o princípio da defesa intransigente da revolução cubana enquanto vanguarda histórica da revolução latino-americana. Ao mesmo tempo devemos reafirmar o princípio de base

do materialismo histórico, segundo o qual a luta armada é o caminho essencial para a liquidação final da exploração do trabalho do homem pelo homem, embora os revolucionários devam considerar a diversidade dos métodos que este caminho pode assumir tendo em vista as características de cada situação concreta.

9 — No que se refere à luta armada nossa perspectiva se materializa pelo apoio e solidariedade internacionalistas sobretudo para os povos que combatem à mão armada o imperialismo: os heróicos povos da Indochina, particularmente o Vietnã, o Laos e o Camboja, os movimentos palestinos no Oriente Médio, os movimentos de libertação dos povos das colônias portuguesas na África são os exemplos mais expressivos da luta internacional contra a exploração e a opressão imperialista.

A etapa e as forças estratégicas da revolução brasileira

1 — A sociedade brasileira caracteriza-se pela estrutura capitalista de produção. O processo capitalista reveste em nosso país a forma de capitalismo dependente, integrado no processo imperialista no qual as empresas multinacionais monopolistas constituem o motor e a burguesia norte-americana a vanguarda.

Os maiores obstáculos ao desenvolvimento das forças produtivas na sociedade provêm das condições do capitalismo dependente, incapaz de liberar a sociedade do atraso em que ela se encontra e da exploração imperialista que a domina.

2 — O imperialismo no processo do capitalismo dependente não é um elemento externo à nação brasileira, existe no interior da nossa sociedade e o setor dos grandes patrões nacionais identifica-se com ele.

Embora mantendo contradições com este processo, o conjunto da burguesia de capital brasileiro alia-se ao imperialismo para explorar o povo, mostrando-se incapaz em seu conjunto de dirigir ou de participar de uma luta radical antiimperialista.

3 — Do ponto de vista econômico o processo precoce de monopolização constitui o traço mais marcante, gerando inúmeras distorções e entraves ao pleno desenvolvimento das forças produtivas.

4 — A manutenção desta situação implica a exploração impiedosa de amplas massas da sociedade brasileira no campo e nas cidades. Implica por esta mesma razão a formação no plano político de regimes e de governos ditatoriais, armados de instrumentos que lhes permitem conter e reprimir o descontentamento e a insatisfação da maioria esmagadora do povo.

5 — A contradição principal na sociedade brasileira é a que opõe o proletariado à burguesia, compreendendo-se esta como resultante de um processo de integração/dependência entre o imperialismo e a burguesia local.

Nesta medida, destruir o imperialismo significa necessariamente destruir a burguesia local e vice-versa.

6 — O processo do capitalismo dependente não impede o proletariado de ser a força mais importante na destruição da exploração do homem pelo homem.

A dificuldade do sistema capitalista dependente em absorver a mão-de-obra no mercado de trabalho e mesmo sua incapacidade de absorvê-la como conjunto, a melhoria das condições de vida da classe operária em relação a outras classes e setores sociais, o fato de o proletariado não representar numericamente a maior força social no conjunto do país etc., provocaram algumas confusões sobre o papel do proletariado na revolução brasileira. Reafirmamos o papel dirigente da classe operária na revolução brasileira pelas seguintes razões: a) conserva sua posição no setor estratégico da economia do país; b) é a única classe, enquanto conjunto, cuja vitória corresponde ao interesse objetivo das outras classes exploradas da sociedade. A satisfação dos interesses objetivos da classe operária permite a satisfação dos interesses objetivos das demais classes exploradas; de outro lado, a satisfação dos interesses da classe operária não pode ser conseguida no quadro do capitalismo dependente; c) enfim, o capitalismo dependente não cessa de desenvolver o processo social de produção em contradição com a apropriação privada dos frutos desta produção, ao tempo em que, no processo de produção, e cada vez mais, o capitalismo coloca os operários para trabalhar de uma forma organizada, disciplinada e coletiva, características que criam as condições para a organização do proletariado, desenvolvendo nele as qualidades essenciais para o novo modo de produção e de apropriação sociais.

7 — Acrescentaríamos ainda o seguinte: 1) a importância numérica não é determinante para caracterizar o proletariado como a força mais importante, embora seja necessário observar que o proletariado não cessa de crescer enquanto valor absoluto, mesmo se em valor relativo decresça em relação ao conjunto da população; 2) a melhoria das condições de vida em relação a outros setores e classes sociais não retira necessariamente combatividade ao proletariado. A miséria não condiciona principalmente a combatividade de uma classe ou de um setor social, basta observar inúmeros exemplos históricos neste sentido; 3) o fato de não ter havido uma pola-

rização proletariado \times burguesia, acompanhada da diluição das camadas intermediárias, não retira do proletariado o caráter de força mais importante, no momento em que as classes e os setores sociais intermediários são incapazes, por suas características, de oferecer uma perspectiva de conjunto para a revolução brasileira.

8 — Mas o proletariado (urbano e rural) não luta só. Não pode vencer só. É indispensável que sua vanguarda consiga mobilizar e organizar todas as outras forças, classes e setores sociais explorados pelo atual regime. Estas forças são as seguintes: os pequenos camponeses, o semiproletariado rural, os setores assalariados empobrecidos das camadas médias da população. Com o proletariado, estas camadas são as forças estratégicas da revolução brasileira. São estratégicas porque seus interesses, enquanto conjunto, não podem ser satisfeitos pelo regime atual.

Como já se disse, o capitalismo dependente é incapaz de integrar grandes parcelas da população na produção ou serviços diversos. Os excluídos ficam na periferia das pequenas cidades ou nas favelas ou mocambos nas grandes cidades. São os marginais que constituem um contingente permanente de desempregados ou subempregados. Sua organização é muito difícil em virtude da diversidade de seus interesses imediatos. Mas, em certos centros urbanos, podem constituir uma força importante, merecendo atenção especial por parte dos revolucionários.

9 — Existem ainda outros setores sociais, frações das camadas inferiores dos pequenos empresários, que, arruinados pela concorrência monopolista, podem apoiar eventualmente a luta revolucionária. Enfim, um outro setor social que, por suas características próprias, merece atenção especial por parte dos revolucionários, é constituído pelos estudantes secundaristas e universitários assim como pelos intelectuais: jornalistas, escritores, artistas etc. . . Sua exigência de liberdade de opinião choca-se com a prática e as exigências do Estado monopolista. Suas reivindicações neste nível poderão ser igualmente satisfeitas de forma radical pela vitória da revolução das classes exploradas.

10 — Na Frente Única que se formará durante a luta revolucionária entre todos os setores e classes sociais referidos, a classe operária, representada por sua vanguarda, não deverá somente afirmar sua hegemonia, mas deverá igualmente, e de modo constante, desenvolver uma política independente de educação política e ideológica.

Embora a contradição principal seja proletariado \times burguesia, isto não quer dizer que “fatalmente” ou “inevitavelmente” o

proletariado manterá a hegemonia na Frente Única. Esta hegemonia deverá ser fruto de trabalho e esforço sistemáticos da vanguarda da classe operária.

11 — No outro pólo da contradição encontra-se a burguesia de capital nacional, frágil politicamente e economicamente, sócia menor do capitalismo internacional, e a burguesia de capital internacional. Situam-se em oposição ao pólo revolucionário da contradição, assumindo assim o papel histórico da contra-revolução. Os revolucionários devem estar atentos ao fato de que a integração dependente da burguesia nacional ao capital internacional é uma tendência histórica, mas a unidade contra-revolucionária destas forças não é monolítica em todas as situações políticas concretas, apresentando contradições secundárias que a vanguarda da classe operária deve exacerbar.

12 — Tendo determinado a contradição principal, definiu-se a etapa socialista da revolução brasileira. O único Estado capaz de cumprir esta etapa até as últimas conseqüências é a ditadura do proletariado, que se caracteriza pela hegemonia operária sobre os instrumentos de força: o exército revolucionário, as forças militares auxiliares, as milícias populares e a polícia.

A ditadura do proletariado revestirá a forma de governo dos trabalhadores das cidades e do campo.

13 — O caráter socialista da revolução é determinado, por outro lado, pelo caráter das transformações que se operam na realidade sócio-político-econômica. Tais transformações são concretizadas conforme as tarefas do novo poder:

— nacionalização dos grandes monopólios nos setores rurais e urbanos e do comércio externo;

— destruição das instituições burguesas que são a base e a expressão do capitalismo dependente;

— destruição do exército burguês e do conjunto do aparelho de repressão existente — distribuição de armas ao conjunto das classes exploradas;

— economia planificada;

— pleno emprego e melhoria das condições de habitação, transporte, alimentação, saúde e educação para todo o povo.

14 — A tarefa da vanguarda da classe operária é preparar as condições para a estruturação de um tal poder. Isto não significa que a Frente Única terá como palavra de ordem central a construção do socialismo, nem que a vanguarda vá trabalhar politicamente, e sempre, tendo em vista a classe operária. Mas devemos

compreender que nada será realizado pela vanguarda sem que seja considerado este objetivo estratégico.

15 — Mesmo após a tomada do poder, será preciso aprofundar continuamente o conteúdo da revolução, não somente através de transformações de estrutura, mas também suscitando intensa luta ideológica que destrua as seqüelas da sociedade burguesa. Neste período o poder revolucionário não deverá jamais abandonar o esforço sistemático de mobilização e politização das mais amplas camadas das classes vitoriosas na revolução.

A estratégia da guerra revolucionária

1 — Somente o exército revolucionário dirigido politicamente e ideologicamente pela vanguarda do proletariado será capaz de destruir o Estado burguês e instaurar o poder proletário. Assim, a guerra revolucionária constitui a maneira de resolver a contradição principal e o caminho essencial da revolução.

2 — A guerra revolucionária deve ser compreendida como um processo político e não como uma explicitação militar da luta política. A guerra revolucionária é assim o conjunto das formas de luta, inseridas num contexto de processo armado; a combinação das formas armadas e não-armadas de luta se manifesta no decorrer do processo, embora as formas não-armadas permaneçam submetidas em sua dinâmica à direção e ao sentido da preparação ou da prática das formas armadas de luta.

3 — A guerra revolucionária em nosso país é uma guerra pelo socialismo e deverá ser assumida a partir de uma ótica proletária. É preciso que esta ótica predomine desde o início, o que não significa uma subordinação estreita ao nível de consciência, luta e organização da classe operária no conjunto do país, mas uma subordinação à perspectiva estratégica da classe fundamental exprimida por sua vanguarda.

4 — A guerra revolucionária não deve ser confundida ou resumida numa forma de luta determinada. Compreende todas as formas armadas de luta, assim como uma infinidade de formas não-armadas que guiam, preparam e reforçam as formas armadas de luta.

5 — A guerra revolucionária é uma guerra da imensa maioria da população brasileira, dirigida pela vanguarda do proletariado, donde seu caráter profundamente popular. A guerra revolucionária não se “transforma” em guerra popular. Ela é revolucionária desde o início — porque transforma as estruturas do capitalismo dependente — e popular — porque responde aos interesses objetivos da imensa maioria da população brasileira.

6 — Cabe à vanguarda determinar, em cada momento, como se concretiza o caráter popular da guerra revolucionária, ou melhor, como as classes revolucionárias participam do processo, sua maneira de se organizar, as formas de luta que desenvolvem etc.

De outro lado, a vanguarda, de forma permanente, deve atentar para as lutas espontâneas das classes exploradas e canalizá-las no sentido da revolução, tratando de desenvolver ao máximo o espírito criador e a iniciativa das classes exploradas.

7 — Os revolucionários devem negar duas concepções erradas sobre a relação vanguarda-massas exploradas. A que considera somente a vanguarda — a concepção dos “poucos e bons” — e a que considera somente as classes exploradas, desprezando o papel da vanguarda e colocando-a a reboque do processo. Devemos reconhecer o papel histórico da vanguarda teoricamente e praticamente. Mas devemos assimilar que somente as classes exploradas derrubarão o poder burguês. Ou seja, devemos negar o espontaneísmo anárquico assim como o “vanguardismo”.

8 — A guerra revolucionária em nosso país é uma guerra de longa duração. Isto não se explica somente pela fraqueza do proletariado e das classes exploradas pela burguesia. Esta é apenas uma das condições da longa duração da guerra. Entretanto, o que determina a longa duração da guerra no quadro brasileiro é o caráter estrutural da crise econômica e suas características no país.

O caráter estrutural da crise que o país atravessa torna as classes dominantes incapazes de responder aos interesses objetivos das classes exploradas. Isto permite um trabalho político e militar que acumula forças para o campo da revolução. De um certo ponto de vista, as condições de insatisfação e o descontentamento das amplas massas da população são permanentes e impossíveis de superar no quadro da dominação existente.

Por outro lado, a crise estrutural tem uma contrapartida — os mecanismos que a ordenam e a motivam não permitem mais as catastróficas crises conjunturais que, há algum tempo, criavam as condições para “ataques” ao poder por meio de insurreições bem planificadas.

O que não quer dizer que períodos conjunturais especialmente desastrosos desapareceram; basta ver o exemplo brasileiro de 1963/1964. Mas estas crises não revelam mais o caráter catastrófico que lhe era atribuído numa outra época do desenvolvimento capitalista.

A crise estrutural é portanto o fator determinante, no Brasil, para a longa duração da guerra.

9 — Um outro fator que não pode ser subestimado é a experiência política e militar acumulada pelas classes dominantes. Elas estão, com efeito, muito atentas ao processo revolucionário. Seria ilusório imaginar hoje que seriam surpreendidas por um ataque fulminante. Ao contrário: estão preparadas para reprimir no embrião qualquer tentativa revolucionária. É por isso que os revolucionários devem necessariamente combinar desde o início formas de luta armadas e não armadas.

10 — Todos estes aspectos internos político-econômico-militares justificam a necessidade de uma guerra de longa duração pela tomada do poder pelas classes exploradas.

11 — A guerra revolucionária em nosso país obedecerá à estratégia da guerra combinada, concentrando sua atenção nos seguintes aspectos:

a) a importância político-ideológica do proletariado urbano e o fato de que as cidades são o ponto forte militar da burguesia;

b) a importância estratégica do campo onde se formarão os contingentes mais importantes do exército revolucionário, e o fato de que, em vários momentos e lugares, os revolucionários não poderão trabalhar politicamente e militarmente com a classe social mais importante da revolução — o proletariado urbano e rural;

c) o desenvolvimento desigual do ponto de vista político-econômico-social das diferentes regiões e sua interdependência;

d) a combinação da luta revolucionária nas diferentes regiões do país, nas diferentes cidades e nas diferentes zonas rurais;

e) a combinação da utilização das formas armadas de luta entre elas e também entre as formas armadas e não armadas de luta.

12 — A vanguarda revolucionária tem como tarefa desenvolver a visão integrada da estratégia da guerra combinada. O desenvolvimento de um aspecto em detrimento de outros levará inevitavelmente a derrotas.

13 — Devemos observar a tendência à continentalização da guerra revolucionária na América Latina. A estratégia continental será o resultado da experiência em cada país e do desenvolvimento da luta em cada país e tem como base a existência de um inimigo comum.

14 — Na medida em que os revolucionários observem as características da guerra revolucionária em sua planificação tática, eles construirão o exército revolucionário, instrumento estratégico essencial para a destruição do exército burguês.

15 — O exército revolucionário se forma nas cidades e no campo. E seus efetivos principais estarão no campo.

Os instrumentos que guiam atualmente a formação do exército revolucionário são os seguintes:

a) no campo: 1 — as guerrilhas táticas regulares — permanentes — e irregulares — cujos combatentes estão integrados na produção; 2 — as guerrilhas estratégicas, colunas permanentes que se distinguem dos grupos de guerrilha táticos por sua capacidade de incorporar novas forças.

b) na cidade: os grupos político-militares que agruparão quadros de vanguarda e frações mais conscientes das classes exploradas.

16 — Estes instrumentos pressupõem, para que tenha êxito sua construção e aplicação, uma visão correta da relação vanguarda-classes exploradas em cada momento e cada lugar.

A situação atual — nossa tática

1 — Aplicando a concepção do desenvolvimento econômico integrado ao imperialismo, a burguesia conseguiu dominar os aspectos principais da crise conjuntural aguda vivida pela sociedade brasileira em 1964. O processo de racionalização do capitalismo brasileiro, colocado em prática à custa das massas de trabalhadores, de setores de classe média e das pequenas empresas, foi uma realidade nestes últimos anos. Do ponto de vista da burguesia a situação melhorou: altas taxas de crescimento, abertura de alguns mercados externos para os produtos manufaturados, alta na bolsa de valores etc.

2 — Entretanto, este crescimento não escapa do quadro geral da crise crônica do capitalismo brasileiro. O desenvolvimento econômico engendra e ao mesmo tempo provoca alguns problemas graves. Os monopólios trazem consigo uma tecnologia avançada inadaptada às necessidades reais do país, mas objetivando somente o maior lucro, agravando assim o problema crucial do desemprego (a taxa de desemprego no Brasil é superior a 10% e o subemprego é da ordem de 46%). De outro lado, os incentivos e as técnicas avançadas empregadas pela pecuária e pela produção agrícola são também um fator de redução do número de empregos. Com a constante diminuição dos preços no mercado internacional este setor é cada vez menos capaz de conseguir divisas. Ora, a agricultura representa a maior parte de nossas exportações (só o café representa 40%).

A composição das classes dominantes impede o ataque aos problemas de fundo do mundo rural. Os projetos de colonização agrária são ridículos comparados às necessidades do país. Referem-se

somente a 1% dos 250 mil assentamentos que o Brasil deveria desenvolver anualmente, segundo os estudos da FAO.

A própria estrada Transamazônica, planejada essencialmente para absorver a mão-de-obra excedente do nordeste, interessaria 30 mil famílias se tudo corresse como previsto pelos projetos governamentais. Acontece que a cifra representa somente 7% das famílias que estão nestas condições, considerando-se apenas dois estados do Nordeste, Pernambuco e Paraíba.

Além disso, tendo em vista a desnacionalização de nossa economia, o desenvolvimento capitalista do Brasil deve ser considerado como uma enorme fonte de lucros para o exterior. Por exemplo, durante os últimos dez anos, os norte-americanos investiram 2,5 bilhões de dólares no Brasil e retiraram durante os seis últimos anos 8,5 bilhões (do golpe de Estado de 1964 até 1970).

Esta crise estrutural, na qual a maior parte da sociedade é mantida à margem dos progressos realizados, é da mais alta importância para a definição de nossas etapas na condução da guerra revolucionária no Brasil.

3 — Embora as classes dominantes estejam unidas na exploração do povo brasileiro, isto não quer dizer que não haja contradições entre elas. Uma coisa é considerar que os setores nacionais da burguesia não se aliarão às classes exploradas na luta antiimperialista; uma outra coisa é pensar que as classes dominantes formam um bloco monolítico. Aquelas contradições tendem mesmo a aparecer mais claramente à medida que crescem as forças revolucionárias. Devemos portanto estar preparados para acentuá-las e explorá-las em função dos interesses da Revolução.

4 — Para aplicar seu modelo de desenvolvimento a burguesia tem necessidade de um governo forte que garanta a aplicação de medidas antipopulares. Daí a necessidade atual da ditadura militar para que a burguesia leve a bom termo sua política. Embora uma abertura democrática seja positiva para a esquerda revolucionária, colocar isto como centro tático é não compreender o que representa a ditadura, é vê-la simplesmente como resposta ao desejo de alguns militares fascistas.

5 — Poderíamos caracterizar na política da ditadura três pontos de base: tentativa de desenvolvimento econômico do país no interior do quadro já descrito; propaganda intensa em torno de suas realizações e de seus chefes, procurando controlar a opinião pública com auxílio de uma forte censura à imprensa; carta branca aos órgãos de repressão no combate à guerra revolucionária.

6 — As massas exploradas, atualmente ainda muito desorganizadas, não acreditam absolutamente que o “governo” possa resolver seus problemas. Da mesma forma não se deixam mais levar pelas manobras dos meios politiquieiros burgueses. A “oposição” tolerada — Movimento Democrático Brasileiro (MDB) — não convence mais ninguém. Taxas elevadas de votos nulos nas últimas “eleições” em novembro de 1970 provam o que dizemos (mais de 50% de votos nulos em todo o país). Atualmente não é mais necessário desmascarar ou isolar a ditadura: ela já se encontra suficientemente desmascarada e isolada.

7 — Entretanto, embora a esquerda tenha se apresentado no começo de suas ações como uma alternativa à ditadura, ela não conseguiu manter-se e desenvolver-se como tal. Se os votos nulos são votos contra a ditadura, não são, em sua maioria, favoráveis à esquerda armada. A massa simpatiza com a esquerda revolucionária porque esta se opõe à ditadura, mas não vê ainda nela a solidez necessária para considerá-la como alternativa conseqüente de poder. Depende essencialmente da esquerda armada que os aplausos de hoje se transformem em apoio ativo amanhã, depende de sua capacidade em travar uma luta conseqüente.

Trata-se de um fator de grande importância e de um dado favorável à afirmação da esquerda como alternativa para as massas exploradas.

9 — A esquerda cometeu dois erros na prática armada até 1970: o espontaneísmo e o vanguardismo. Erros que devem ser superados.

10 — Superar o espontaneísmo significa ter uma planificação global da distribuição de nossas forças, tendo em vista as necessidades gerais da Revolução Brasileira e a situação concreta atual da esquerda. Devemos saber onde, como e com quem nossas forças vão agir, superando a falta de sistemática que reinava na prática de conjunto da esquerda. Para que nosso esforço seja colocado onde seja mais importante para a Revolução e não simplesmente onde seja mais fácil de trabalhar, não podemos dispensar um plano global.

11 — É óbvio que não poderemos desde agora atingir todas as regiões estratégicas para a guerra revolucionária do Brasil. Não dispoñdo de força suficientemente grande, não devemos ter este objetivo para não correr o risco de nos dispersarmos e nos enfraquecermos em toda a parte, terminando por comprometer o conjunto das tarefas. Entretanto, em cada plano de trabalho formulado, devemos sempre ter em vista seu desdobramento ulterior em direção a outras regiões ainda não atingidas.

12 — Caminhando de forma espontaneísta em nossas tarefas da Revolução, não integramos as diferentes regiões políticas do Brasil e não seremos capazes de fazer da guerra revolucionária uma guerra combinada, condição indispensável para sua vitória em nosso país. Não podemos portanto dispensar a formulação de um plano nacional de trabalho.

13 — Devemos tentar elaborar e executar este plano se possível em conjunto com outras organizações revolucionárias, mas não podemos condicionar a existência do plano a este fator.

14 — Superar o vanguardismo significa ter uma concepção clara e justa da relação que deve existir, no momento atual, entre a vanguarda armada e as massas e aplicar esta concepção. É preciso admitir que hoje há apenas duas opções: tentar organizar a massa ou limitar-se aos quadros das organizações armadas. Consideramos que a mudança da realidade política — o Ato Institucional nº 5, o endurecimento do regime, o aumento brutal da repressão, impede atualmente as manifestações de massa em suas formas tradicionais. Entretanto, isso não impede a participação política e a organização político-militar dos setores mais conscientes das massas dispostas a contribuir para o conjunto das tarefas do processo.

15 — A característica fundamental destes setores é que têm uma experiência política já adquirida em lutas anteriores, ou após 64, ou — sobretudo — antes de 1964.

16 — A forma específica de organização destes setores e o tipo de tarefa que deverão assumir dependem das necessidades da realidade, do grau de disposição que apresentem etc. Duas coisas entretanto não devem ser esquecidas: a) a organização destes setores ocorrerá em bases essencialmente práticas, em função de objetivos a atingir. Isto significa que em diferentes regiões poderemos adotar formas de organização diferentes; b) as estruturas de organização serão de tipo político-militar: compartimentação rígida, flexibilidade, simplicidade etc.

17 — A organização deve levar a estes setores organizados da massa apoio e assistência política e militar, não somente para melhorar seu rendimento, mas também porque representam a melhor fonte de quadros de vanguarda.

18 — Da mesma forma que criticamos a posição vanguardista que não busca apoiar-se nas massas, recusando-se a estabelecer qualquer tipo de ligação orgânica com qualquer setor de massa, consideramos incorreta a posição que se propõe hoje a organizar de forma permanente o conjunto da massa. Entretanto, pensamos que isso se fará no momento do ascenso e da extensão das lutas sociais

que corresponderá a formas de organização que têm um caráter transitório ligado às necessidades específicas deste momento. Considerando o nível de consciência das massas, seria uma dispersão de esforços querer trabalhar para organizá-las de forma permanente. É preciso porém que o trabalho revolucionário preocupe-se sempre com as massas para melhorar de forma eficaz seu nível e criar as condições que levem a sua organização e a sua participação nas fases sucessivas da luta.

19 — Não tendo aplicado esta concepção justa da relação vanguarda-massa até 1970, nossas bases sociais encontraram-se reduzidas, diminuindo por isso as fontes de substituição de quadros e, sobretudo, obrigando-nos a realizar várias tarefas com uma quantidade de forças inferiores ao que teria sido possível. Fazendo hoje a autocrítica dos desvios vanguardistas de nossa prática, consideramos como fundamental acompanhá-la de uma concepção que pensamos ser correta das relações vanguarda-massas.

20 — Nosso objetivo político central deve ser a retomada da ofensiva, planejada e com os meios que nos permitirão capitalizá-la, aprofundando cada vez mais nossa influência política sobre as massas.

Isto não é ainda possível hoje e há trabalho a fazer neste sentido.

21 — Para atingir este objetivo, devemos intensificar o trabalho de estruturação de grupos político-militares nas principais cidades e grupos de guerrilha regulares e irregulares no campo, e preparar desde agora as guerrilhas estratégicas. É preciso, por outro lado, e ao mesmo tempo, solidificar onde seja possível os núcleos ligados a nós.

22 — Estas formas de luta e de organização devem integrar-se entre elas, tanto no plano político quanto no plano militar, em cada região política do país. Da mesma forma as diferentes regiões políticas devem integrar-se nacionalmente.

23 — Em cada região política, após haver estudado suas condições concretas, desenvolveremos as formas de luta adequadas. Assim, em diferentes regiões, as formas de luta poderão variar.

24 — É preciso, porém, não esperar ter tudo organizado e inteiramente estabelecido antes de desencadear ofensivas. Muitas vezes será correto desencadear ofensivas regionais ou parciais no sentido de reforçar o trabalho de implantação e de organização dos grupos político-militares. A condição é que estas ofensivas parciais reforcem realmente nosso objetivo tático central e não terminem, como já aconteceu, pela dispersão de nossos esforços e pelos dos setores do povo numa prática espontaneísta que acaba compromete-

tendo nossos objetivos centrais. Além disso, evidentemente, é preciso que haja regionalmente condições de existência de uma infraestrutura e os instrumentos de capitalização.

25 — A propaganda armada ligada aos interesses da massa é atualmente a primeira forma de trabalho político da vanguarda. Prepara a massa para a violência, desmoraliza a repressão e mostra que é possível lutar e conseguir vitórias, além de permitir a realização da propaganda política propriamente dita.

Sem que isto seja obrigatório, devemos realizar as ações de propaganda armada em conjunto com os setores de massas onde já tenhamos o que é necessário para capitalizá-las politicamente e organicamente.

26 — O conteúdo político de nosso trabalho, ao nível da mobilização das massas, gira em torno de quatro pontos básicos cuja importância variará em função das regiões ou setores em que estivermos atuando. São os seguintes:

— derrubada da ditadura e liberdade de expressão e de organização garantida pelo povo armado;

— estatização das empresas estrangeiras e nacionais que colaborem com o imperialismo;

— terra a quem trabalha;

— direito ao trabalho garantido a todos. Fim do desemprego.

27 — A vanguarda revolucionária brasileira está ainda em formação e é importante compreendê-lo e saber agir em consonância. Se, de um lado, a unificação das forças revolucionárias não pode resultar de um ato de vontade, de outro lado, esta unificação não pode ser deixada a reboque do espontaneísmo. É necessário ter uma posição definida a respeito e agir sobre a realidade para transformá-la. Neste sentido consideramos que o caminho da unificação, hoje, passa pela formação de frentes. Estas permitem aos revolucionários conhecer-se mais a fundo e, com o tempo, e através de uma prática comum, a confiança mútua e a identidade política de base, necessárias para a unificação, podem nascer.

28 — Consideramos como mais correto constituir frentes com organizações com as quais tenhamos uma identidade prática, principalmente, e não com aquelas próximas politicamente mas que não conseguem, por uma razão qualquer, concretizar suas posições políticas numa prática revolucionária.

29 — Em nossa política de frentes, portanto, as frentes ao nível da prática assumem o primeiro plano. Na sua amplificação, devemos aprofundar as discussões políticas para superar as divergências ainda existentes. Devemos também lutar para que estas fren-

tes adquiram uma planificação político-militar no espaço e no tempo, integrando assim as práticas das diferentes organizações, ultrapassando a etapa atual das frentes puramente operacionais (frentes estabelecidas simplesmente para executar ações isoladas).

30 — Independentemente disto, pensamos que outras frentes devam ser criadas, seja com outras organizações de esquerda, seja com quaisquer forças de oposição à ditadura, sempre em torno de princípios políticos e de objetivos bem definidos.

FICHAS HISTÓRICAS

Conforme anunciamos na Introdução, dispomos a seguir as fichas históricas das organizações da Nova Esquerda das quais ainda não conseguimos documentação. Enfatizamos a esperança de que a publicação deste trabalho possa concorrer de alguma forma para a descoberta desta documentação de modo que ela possa figurar numa nova edição deste volume ou em próximos trabalhos.

As organizações são apresentadas pela ordem cronológica de sua fundação.

MOVIMENTO NACIONALISTA REVOLUCIONÁRIO — MNR — 1964

O Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR — formado em 1964 agruparia a corrente política identificada com as formulações do então deputado federal Leonel Brizola.

Desde o início o MNR aglutinaria sobretudo soldados, marinheiros e graduados das forças armadas, cassados e perseguidos pela polícia política do regime. Do MNR viriam os quadros e combatentes que se empenharam nas primeiras tentativas — abortadas — de derrubar pelas armas o governo instaurado em abril de 1964 e que iriam atingir maior expressão com a preparação do foco guerrilheiro de Cavaraó, desarticulado em 1966-1967.

O MNR extinguiu-se quando o seu comando político, localizado no exterior, começou a desinteressar-se pela alternativa da luta armada. Inconformados com esta decisão, os quadros mais combativos tenderam a integrar-se em organizações da nova esquerda,

como a VPR, ou a formar organizações próprias, como o MAR ou a REDE.

DISSIDÊNCIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO — DI-RJ — 1966

A Dissidência do Estado do Rio de Janeiro surgiu no interior do PCB, em torno do Comitê Municipal de Niterói. Agrupava basicamente estudantes universitários, mas tinha ampliações junto às bases de operários navais e também contatos e núcleos no interior do estado: Nova Iguaçu, Nilópolis, Campos etc.

A Dissidência desligar-se-ia do PCB em fins de 1966, quando divergiu das posições do Comitê Central quanto às eleições legislativas. No decorrer de 1967-1968, em vários encontros, a Dissidência definiria uma concepção de revolução, de estratégia e tática profundamente calcada em Régis Debray. Tais formulações distinguiriam o perfil da organização, dificultando sua integração em outras organizações maiores ou em processos de fusão então verificados.

Desde fins de 1967 a DI-RJ concentrar-se-ia no trabalho político de montagem de um foco guerrilheiro no sudoeste do Paraná, para isso deslocando seu comando político para a região. Entretanto, sucessivos golpes da polícia política, em 1968 e 1969, liquidariam a organização.

A organização manteve duas publicações — *Resistência*, que circulou entre 1965 e 1967 e, desde fins de 1966, a revista *8 de Outubro*, que veiculava textos teóricos de Debray, Guevara e Fidel, além de escritos sobre as experiências guerrilheiras da América Latina. Depois do desmantelamento da organização, em 1969, o nome da revista terminaria por designar a organização. Mais tarde, por ocasião do seqüestro do embaixador norte-americano — setembro de 1969 — a DI-GB assumiria o nome MR-8.

MOVIMENTO DE AÇÃO REVOLUCIONÁRIA — MAR — 1967

O Movimento de Ação Revolucionária — MAR — formou-se em 1967, tendo como núcleo dirigente os militantes presos na operação guerrilheira de Caparaó, em março-abril de 1967. Constituído por marujos, intelectuais e lideranças sindicais do período ante-

rior a 1964, provindos do MNR — Movimento Nacionalista Revolucionário e do PCB — Partido Comunista Brasileiro, sua primeira ação pública foi a promoção, pelas armas, da fuga dos militantes da organização do presídio da Rua Frei Caneca, no Rio de Janeiro, em maio de 1969.

Em julho de 1969, o MAR conheceria uma cisão, dirigindo-se para o exterior os que não estavam de acordo com a prática da organização. Em agosto do mesmo ano, a política política descobriria o refúgio dos militantes que haviam sido libertados da prisão em Angra dos Reis. A mobilização de grandes efetivos militares não conseguiria prender ou aniquilar os militantes ali escondidos, mas a organização sofreria golpes irreparáveis. Para os militantes que escaparam, restou o recurso de se integrar em outras organizações — o PCBR e o MR-8.

O MAR, no primeiro semestre de 1968, elaboraria uma linha política com textos sobre Estratégia e Tática da revolução brasileira, implantação da guerrilha rural e luta armada no campo. A nível internacional, criticava as posições da URSS e da China (política em relação à Cuba) e reivindicava os ensinamentos de Che Guevara. A perspectiva central da organização era a preparação, organização e desencadeamento da guerrilha rural.

RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA — REDE — 1968

A Resistência Democrática — REDE — surgiu em São Paulo, em 1968, agrupando militantes que haviam participado do Movimento Nacionalista Revolucionário — MNR. Em 1969-1970 executaria diversas ações de expropriação de fundos e, em junho deste último ano, seus militantes desempenhariam destacado papel no comando que seqüestrou o embaixador alemão no Rio de Janeiro.

A REDE nunca pretendeu assumir perfil político próprio, assumindo, como seus, os documentos da ALN. Desde meados de 1970 integra-se, na prática, como um grupo guerrilheiro da ALN e daí para diante sua história confunde-se com a da ALN.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES — MRT — 1969

O Movimento Revolucionário Tiradentes — MRT — formou-se em 1969 de uma cisão da Ala Vermelha (PC do B-AV), em São

Paulo, por militantes que se recusavam a admitir uma visão auto-crítica das ações armadas, visão que começara a se afirmar na Ala Vermelha desde então. O MRT participaria de ações de expropriação de fundos e de propaganda armada. Desapareceu como organização em 1970.

DISSIDÊNCIA DA VAR-PALMARES — DVP — 1969

A Dissidência da VAR-PALMARES (DVP) constituiu-se em 1969, formada por militantes da VAR que não concordaram nem com as resoluções do Congresso, nem com as posições do que se reuniram para reconstituir a VPR.

Ainda em 1969, a DVP tentaria realizar, com apoio da VPR, mas sem êxito, ações armadas. A falta de recursos, o pequeno número de quadros e as precárias condições de segurança levariam à extinção da organização em 1970.

FRAÇÃO BOLCHEVIQUE — 1970

Dissidência surgida no Rio de Janeiro, no interior da Organização de Combate marxista-leninista — Política Operária — OCML-PO —, durante o primeiro semestre de 1970. Desligada desta em fins de 1970, conseguiu ampliar seu trabalho em São Paulo, através de quadros anteriormente ligados ao Partido Operário Comunista — POC.

A polícia política infligiu-lhe pesadas perdas em fins de 1971, mas a organização, embora praticamente dissolvida, manteve sua existência, dando origem, mais tarde, em 1975-1976, à formação do Movimento de Emancipação do Proletariado — MEP.

A Fração Bolchevique conservou-se adepta do Programa Socialista para o Brasil e suas críticas à OCML-PO concentravam-se em aspectos relativos ao encaminhamento prático do trabalho político junto à classe operária. A Fração tentaria distinguir-se pela preocupação em organizar as vanguardas sociais da classe operária, preconizando alianças e frentes em torno de problemas eminentemente práticos. Entre 1970 e 1971 publicou o jornal *Pavio* e suas posições tornaram-se conhecidas no texto: "Na luta contra a ditadura, formar a vanguarda socialista", publicado em 1972 no exterior.

MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO POPULAR — MOLIPO — 1970

O Movimento de Libertação Popular — MOLIPO — formou-se em Cuba, inspirado por militantes da ALN que haviam pertencido à Dissidência Comunista de São Paulo — DI-SP.

A nova organização criticava as concepções políticas e, sobretudo, os métodos de trabalho prevalentes na ALN. No decorrer do 2º semestre de 1970 estabeleceram-se textos de autocrítica às ações armadas, com propostas de estratégia e tática para a revolução brasileira.

A volta ao Brasil do chamado “grupo dos 28”, núcleo básico do MOLIPO, seria, porém, um desastre. Impelidos por necessidades de sobrevivência física, os militantes realizariam uma série de ações armadas, ingressando no ciclo de ações-repressão-prisões do qual não conseguiriam mais escapar. Os trabalhos iniciais do MOLIPO foram, assim, desmantelados em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Goiás, morrendo assassinados quase todos os seus militantes, entre 1971 e 1973.

O MOLIPO fez circular no Brasil vários números do jornal *Cruzeiro do Sul*, devendo-se também registrar a produção de um documento de avaliação da experiência, feito em 1973.

LISTA DE DESAPARECIDOS

Relacionamos, a seguir, segundo publicação editada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), os nomes das pessoas encarceradas e assassinadas, entre 1964 e 1979, pelos organismos especiais das forças armadas brasileiras (DOI-CODI, Operação Bandeirantes) e pela polícia política do regime instaurado em 1964. A lista não é exaustiva, mas uma referência que pensamos não poder faltar a qualquer estudo sobre a Nova Esquerda.

1964

Albertino José de Oliveira — Vitória de Santo Antão (PE)
Alfeu de Alcântara Monteiro — Porto Alegre, 4 de abril
Astrogildo Pascoal Vianna — Rio, abril
Bernardino Saraiva — São Leopoldo (RS), 14 de maio
Carlos Schirner — Belo Horizonte, 5 de maio
Dilermundo Melo do Nascimento — Rio, 14 de agosto
Edu Barreto Leite — Rio, 13 de abril
Ivan Rocha Aguiar — Recife, 1º de abril
José de Souza — Rio de Janeiro, 17 de abril
Jonas José Albuquerque Barros — Recife, 1º de abril

1965

Silvano Soares dos Santos — Rio Grande do Sul

1966

Manoel Raymundo Soares — Porto Alegre, agosto

1967

Milton Palmeira de Castro — Juiz de Fora (MG), setembro

1968

Clóvis Dias Amorim — Rio, 23 de outubro
David de Souza Meira — Rio, 1º de abril
Edson Luiz de Lima Souto — Rio, 28 de março
Fernando da Silva Lobo — Rio, 21 de junho
João Frazão Dutra — Rio, 28 de março
Jorge Aprígio de Paula — Rio, 1º de abril
José Carlos Guimarães — São Paulo, 3 de outubro
Luis Carlos Augusto — Rio, 23 de outubro
Maria Ângela Ribeiro — Rio, 21 de junho
Ornalindo Cândido da Silva — Goiânia, 1º de abril

1969

Antônio Henrique Pereira Neto — Recife, 26 de maio
Carlos Marighella — São Paulo, 4 de novembro

Carlos Roberto Zanirato — São Paulo, 25 de junho
Chael Charles Scheeier — São Paulo, 22 de novembro
Eremias Delizeikov — Rio, 6 de outubro
Fernando Borges de Paula Ferreira — São Paulo, 30 de julho
Hamilton Fernando Cunha — São Paulo, 8 de fevereiro
João Domingues da Silva — São Paulo, 19 de setembro
João Lucas Alves — Belo Horizonte, fevereiro
João Roberto Borges de Souza — Recife, outubro
José Wilson Lessa Sabag — Rio, 3- de setembro
Luís Fogaça Balboni — São Paulo, 24 de setembro
Marco Antônio Brás de Carvalho — São Paulo, 29 de janeiro
Nelson José de Almeida — Teófilo Otoni (MG), 11 de abril
Reinaldo Silveira Pimenta — Rio, 27 de junho
Roberto Cieto — Rio, 4 de setembro
Sebastião Gomes da Silva — Sapucaia (RJ), abril
Severino Viana Colon — Rio, abril

1970

Abelardo Rausch Alcântara — Brasília, 13 de dezembro
Alceri Maria Gomes da Silva — São Paulo, 10 de maio
Alvemar Moreira de Barros — Porto Alegre, abril
Antônio Raimundo de Oliveira Lucena — Atibaia (SP), 20 de fev.
Ari de Abreu Lima da Rosa — Rio Grande do Sul, novembro
Dorival Ferreira — Osasco (SP), 3 de abril
Edson Cabral Sardinha — São Paulo, 23 de setembro
Edson Neves Quaresma — São Paulo, 5 de dezembro
Eduardo Leite — São Paulo, 8 de dezembro
Eiraldo Palha Freire — Rio, 1º de julho
Joaquim Câmara Ferreira — São Paulo, 23 de outubro
Joelson Crispim — São Paulo, 23 de abril
José Roberto Spigner — Rio, 17 de fevereiro
José Idésio Brianesi — São Paulo, 14 de abril
Juarez Guimarães Brito — Rio, 18 de abril
Lucimar Brandão Guimarães — Belo Horizonte, 31 de agosto
Marco Antônio da Silva Lima — Rio, 13 de janeiro
Norberto Nehring — São Paulo, 24 de abril
Olavo Hansen — São Paulo, 10 de maio
Roberto Macarini — São Paulo, 28 de abril
Yoshitame Fujimore — São Paulo, 5 de dezembro
José Campos Barreto — Bahia, 18 de setembro
José Gomes Teixeira — Rio, junho
Roberto Tanari

1971

- Aderval Alves Coqueiro — Rio, 6 de fevereiro
Aldo de Sá Brito de Souza Neto — Belo Horizonte, 6 de janeiro
Amaro Luiz de Carvalho — Recife, 22 de agosto
Antônio Sérgio de Matos — São Paulo, 23 de setembro
Carlos Eduardo Pires Fleury — Rio, 10 de dezembro
Carlos Lamarca — Bahia, 18 de setembro
Célio Augusto Guedes — Rio, 15 de agosto
Devanir José de Carvalho — São Paulo, 5 de abril
Dimas Antônio Casemiro — São Paulo, 17 de abril
Eduardo Antônio da Fonseca — São Paulo, 23 de setembro
Francisco José de Oliveira — São Paulo, 5 de novembro
Gerson Teodoro de Oliveira — Rio, 15 de março
Joaquim Alencar de Seixas — São Paulo, 17 de abril
José Manoel Mendes Nunes de Abreu — São Paulo, 23 de setembro
José Milton Barbosa — São Paulo, 5 de dezembro
José Raimundo da Costa — Rio, 5 de agosto
José Roberto Arantes de Almeida — São Paulo, 5 de novembro
Luís Antônio Santa Bárbara — Brotas de Macaúbas (BA), 28 agosto
Luís Eduardo da Rocha Merlini — São Paulo, 17 de julho
Luís Hirata — São Paulo, dezembro
Marilene Villas-Boas Pinto — Rio, 5 de abril
Mário de Souza Prata — Rio, 3 de abril
Maurício Guilherme da Silveira — Rio, 15 de março
Nicolau "21" — Canindé (CE), janeiro
Nilda Carvalho Cunha — Salvador, 14 de novembro
Odijas Carvalho de Souza — Recife, 8 de fevereiro
Otoniel Campos Barreto — Brotas de Macaúbas (BA), 28 de agosto
Raimundo Eduardo da Silva — São Paulo, 5 de janeiro
Raimundo Gonçalves Figueiredo — Recife, 27 de abril
Raul Amaro Nin Ferreira — Rio, 12 de agosto
Yara Yavelberg — Salvador, 6 de agosto

1972

- Alex de Paula Xavier Ferreira — São Paulo, 20 de janeiro
Alexandre José Ibsem Voerões — São Paulo, 27 de fevereiro
Ana Maria Nacinovic Correa — São Paulo, 14 de junho
Antônio Benetazzo — São Paulo, 30 de outubro
Antônio Carlos Nogueira Cabral — Rio, 11 de fevereiro
Arno Preiss — Paraíso do Norte (GO), 15 de fevereiro
Aurora Maria Nascimento Furtado — Rio, 10 de novembro
Antônio Marcos Pinto de Oliveira — Rio, 29 de março
Antônio Monteiro Teixeira — sem referências

Bergson Gurjão Farias — 8 de maio
Carlos Nicolau Danielle — São Paulo, 30 de dezembro
Cazuza — 20 de setembro
Ciro Flávio Oliveira Salazar — 30 de setembro
Elmo Correia — sem referências
Fernando Augusto da Fonseca — Rio, 29 de dezembro
Gastone Lúcia Beltrão — São Paulo, 21 de janeiro
Gelson Reicher — São Paulo, 20 de janeiro
Getúlio d'Oliveira Cabral — Rio, 29 de dezembro
Grenaldo de Jesus da Silva — São Paulo, 30 de maio
Helenira Rezende de Souza Nazareth — 8 de setembro
Helcio Pereira Fortes — São Paulo, 28 de janeiro
Hiroaki Torigoi — São Paulo, 5 de janeiro
Idalísio Soares Aranha Filho — julho
Ismael de Jesus da Silva — Goiânia, 9 de agosto
Jaime Petit da Silva — sem referências
Jana Moroni Barroso — dezembro
Jeová de Assis Gomes — Guará (GO), 9 de janeiro
João Carlos Cavalcanti Reis — São Paulo, 30 de outubro
João Carlos Haas Sobrinho — 30 de setembro
João Mendes de Araújo — Recife, 24 de janeiro
José Bartolomeu Rodrigues de Souza — Rio, 29 de dezembro
José Francisco Chaves — 20 de setembro
José Inocêncio Pereira — Escada (PE), 5 de novembro
José Júlio de Araújo — São Paulo, 18 de agosto
José Silton Pinheiro — Rio, 29 de dezembro
José Toledo de Oliveira — 7 de setembro
Kleber Lemos da Silva — julho
Lauriberto José Reys — São Paulo, 27 de fevereiro
Lígia Maria Salgado Nóbrega — Rio, 29 de março
Lincoln Cordeiro Oest — Rio, 29 de dezembro
Lourdes Maria Wanderley Pontes — Rio, 29 de dezembro
Lourival Paulino — 23 de maio
Lúcio Petit da Silva — sem referências
Luís Alberto Andrade de Sá Benevides — Caruaru (PE), 8 de março
Luís Guilhardine — Rio, 20 de novembro
Manuel José Nurchis — 30 de setembro
Marcos Nonato da Fonseca — São Paulo, 14 de junho
Maria Lúcia Petit da Silva — junho
Miriam Lopes Verbena — Caruaru (PE), 8 de março
Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo — Rio, 29 de março
Maria Célia Correia — sem referências
Rui Osvaldo Aguiar Pfitzenreuter — São Paulo, 15 de abril

Sônia — 20 de outubro
Valdir Sales Sabóia — Rio, 29 de dezembro
Wiston Ferreira — Rio, 30 de março
Yuri Xavier Pereira — São Paulo, 14 de junho

1973

Adriano Fonseca Filho — sem referências
Alexandre Vannucchi Leme — São Paulo, 17 de março
Alfredo — 14 de outubro
Almir Custódio de Lima — Rio, 28 de outubro
Anatália de Souza Alves de Melo — Recife, 22 de janeiro
André Grabois — 14 de outubro
Antônio Carlos Bicalho Lana — São Paulo, 30 de novembro
Arildo Valadão — 24 de novembro
Araldo Cardoso Rocha — São Paulo, 15 de março
Emanoel Bezerra dos Santos — São Paulo, 4 de setembro
Eudaldo Gomes da Silva — Salvador, 8 de janeiro
Evaldo Luís Ferreira de Souza — Recife, 8 ou 9 de janeiro
Francisco Emanuel Penteado — São Paulo, 15 de março
Francisco Seiko Okama — São Paulo, 15 de março
Gildo Macedo Lacerda — Recife, 28 de outubro
Helber José Gomes Goulart — São Paulo, 16 de julho
Henrique Ornelas Ferreira Cintra — Brasília, 20 de agosto
Jarbas Pereira Marques — Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro
Jorge Barreti Viedman — Recife, no começo do ano
José Carlos Novaes Mata Machado — Recife, 28 de outubro
José Manoel da Silva — Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro
Lincoln Bicalho Roque — Rio, 24 de março
Luís José da Cunha — São Paulo, 13 de julho
Manoel Aleixo da Silva — Ribeirão (PE), 29 de agosto
Manoel Lisboa de Moura — São Paulo, 4 de setembro
Maurício Grabois — dezembro
Merival Araujo — Rio, 7 de maio
Nelson Dourado — sem referências
Nunes — 14 de outubro
Osmar — outubro
Pauline Reichstul — Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro
Paulo Roberto Pereira Marques — sem referências
Ranússia Alves Rodrigues — Rio, 20 de outubro
Ronaldo Mourth Queiroz — São Paulo, 15 de março
Soledad Barreti Viedma — Pernambuco, 8 ou 9 de janeiro
Sônia Maria Lopes de Moraes — São Paulo, 30 de novembro
Zebão — 14 de outubro

1974

Antônio Guilherme Ribeiro Ribas — sem referências

Antônio Teodoro de Castro — sem referências

Áurea Elísio Valadão — sem referências

Cilon — sem referências

Dinaelza Santana Cajueiro — sem referências

Dinalva da Conceição Monteiro Teixeira — julho

Guilherme Soveira Lund — sem referências

José Humberto Bronca — sem referências

Oswaldo Orlando da Costa — abril

Paulo Rodrigues — sem referências

Rosalino Cruz — sem referências

Sônia Piauí — sem referências

Suely Yomiko Kanayana — sem referências

Telma Correia — sem referências

Valquíria Queiroz Caramuru — sem referências

Wandick Reilner Pereira Cajueiro — sem referências

1975

José Ferreira de Almeida — São Paulo, 8 de julho

José Maximiliano de Andrade Neto — Campinas (SP), julho ou agosto

Pedro Jerônimo de Souza — Fortaleza, 17 de setembro

Wladimir Herzog — São Paulo, 25 de outubro

1976

Ângelo Arroyo — São Paulo, 16 de dezembro

João Batista Franco Drumond — São Paulo, 16 de dezembro

João Bosco Penido Burnier — Mato Grosso

Manoel Fiel Filho — São Paulo, 17 de janeiro

Pedro Ventura de Araujo Pomar — São Paulo, 16 de dezembro

Rudolf Lukembein — Mato Grosso, 15 de julho

Simão Bororo — Meruri (MT), 15 de julho

1977

Sebastião Lopes — Recife, 11 de novembro

José Soares dos Santos — Foz do Iguaçu, janeiro

1978

Marivaldo — Pernambuco, dezembro

Mauro — Pernambuco, dezembro

1979

Adão Faustino — Rio Grande do Sul, 6 de fevereiro

Alberi Vieira dos Santos — Medianeira (PR), 11 de janeiro

Joceli Joaquim Macedo — Passo Fundo (RS), 21 de fevereiro

Oracílio — Minas Gerais

DOCUMENTOS POLÍTICOS POR ORDEM CRONOLÓGICA

1. Manifesto Programa — PC do B 1962
2. Documento-base — AP 1963
3. Carta de 12 Pontos — PCR 1966
4. União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neo-colonialista — PC do B 1966
5. Programa Socialista para o Brasil — ORM-POLOP 1967
6. Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “União dos Brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neo-colonialista — ALA VERMELHA do PC do B 1967
7. Concepção da luta revolucionária — COLINA 1968
8. Linha Política — PCBR 1968
9. Por uma prática partidária — POC 1968
10. Projeto de Programa — PRT 1969
11. O papel da ação revolucionária na organização — ALN 1969
12. A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução — VPR 1970
13. Programa — VAR-PALMARES 1969
14. Os 16 Pontos — ALA VERMELHA DO PC do B 1969
15. Declaração Política — OCML-PO 1970
16. Programa básico — AP 1971
17. Algumas considerações sobre a formação da direção revolucionária do proletariado — Organização Comunista 1.º de Maio 1971
18. Linha política e
Orientação para a prática — MR-8 1971

Os dez primeiros anos da luta da nova esquerda que surgiu no Brasil em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro estarão definitivamente sepultados?

Os tempos atuais de conciliação parecem sugerir que sim. Mas a própria permanência de muitas dessas organizações em atuação parecem mostrar que não.

Neste livro estão reunidos textos básicos para se refletir sobre essa questão e compreender o pensamento político de esquerda no Brasil.

